

**UFRRJ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**TESE**

**Comunidades Tradicionais Quilombolas do  
Território da Baía de Ilha Grande – Big/RJ: Gestão  
e Controle Social**

**Lucimar Ferraz de Andrade Macedo**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS DO  
TERRITÓRIO DA BAÍA DE ILHA GRANDE – BIG/RJ: GESTÃO E  
CONTROLE SOCIAL**

**LUCIMAR FERRAZ DE ANDRADE MACEDO**

*Sob a Orientação do Professor*

**Lamounier Erthal Villela**

*Sob a Coorientação da Professora*

**Diná Andrade Lima Ramos**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

Seropédica, RJ  
Novembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M141c MACEDO, LUCIMAR FERRAZ DE ANDRADE , 1971-  
Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território  
da Baía de Ilha Grande - Big/RJ: Gestão e Controle  
Social / LUCIMAR FERRAZ DE ANDRADE MACEDO. -  
Seropédica, 2022.  
160 f.: il.

Orientador: Lamounier Erthal Villela.  
Coorientadora: Diná Andrade Lima Ramos.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, 2022.

1. Comunidades Tradicionais Quilombolas. 2.  
Identidade. 3. Desenvolvimento territorial  
sustentável.. 4. Redes. 5. Políticas públicas. I.  
Villela, Lamounier Erthal , 1964-, orient. II. Ramos,  
Diná Andrade Lima , 1975-, coorient. III Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM  
AGROPECUÁRIA. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA



**HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 23 / 2021 - PPGCTIA (12.28.01.84)**

**Nº do Protocolo: 23083.085947/2021-48**

**Seropédica-RJ, 30 de novembro de 2021.**

**LUCIMAR FERRAZ DE ANDRADE MACEDO**

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, área de concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 30/11/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese.

*(Assinado digitalmente em 01/12/2021 08:01 )*  
LAMOUNIER ERTHAL VILLELA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCEcon (12.28.01.00.00.00.09)  
Matricula: 1802640

*(Assinado digitalmente em 05/12/2021 21:33 )*  
PATRICK MAURY  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 041.349.152-87

*(Assinado digitalmente em 01/12/2021 07:03 )*  
NELSON RUSSO DE MORAES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 141.231.928-58

*(Assinado digitalmente em 30/11/2021 18:10 )*  
CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 401.210.037-87

*(Assinado digitalmente em 10/12/2021 11:02 )*  
ELIANE MARIA RIBEIRO DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 511.084.027-04

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **23**, ano:  
**2021**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO**, data de emissão: **30/11/2021** e o  
código de verificação: **283f7ca1c9**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao Messias Meishu-Sama, que me deram forças e sabedoria na longa e dura jornada para a concretização deste trabalho.

Aos meus pais, Lucia e Eliseu (ambos *in memoriam*), que mesmo no mundo espiritual, acredito terem colaborado e vibrado pela minha conquista.

Ao meu marido, Samuel, pelo companheirismo, dedicação e paciência nesses quatro anos de luta, compreendendo os momentos de ausência e tensão.

A minha filha, Gleice, por me ouvir, incentivar e ajudar muito no desenrolar das minhas reflexões; obrigada por tanto filha, sem você seria muito mais difícil a conclusão desta pesquisa.

Ao meu filho Ricardo, que me incentiva, torce por mim e colabora com seu trabalho de designer gráfico. Você é a minha fonte de energia e estímulo, quero sempre ser seu melhor exemplo.

Ao meu neto Mateus, que chegou a este mundo com uma avó doutoranda... acho que agora terei muito mais tempo para ficar ao seu lado.

Aos meus irmãos, Eli e Rafael, que torcem por mim e se fizeram presentes sempre que precisei.

Ao meu tio Celso (*in memoriam*), que me incentivou no começo da minha vida acadêmica.

A minha nora Mariana, que torce por mim e chorou comigo quando soube da liberação da pesquisa para a defesa.

Ao meu genro Eleno, que também foi perturbado por conta da minha tese. Obrigada por ter me ajudado no “*abstract*”.

Ao meu querido orientador Prof. Lamounier, que me apoia desde o mestrado nessa jornada acadêmica, contribuindo de forma ímpar para a realização deste sonho. Obrigada por todo conhecimento e paciência, sem você não seria possível!

A minha querida coorientadora Profa. Diná, por ter sido meu ponto de equilíbrio. Você foi primordial no processo de amadurecimento e adensamento da pesquisa. Obrigada por toda atenção e paciência.

À Renata, técnica administrativa do PPGCTIA, que tanto me apoiou com suas orientações, sempre muito prestativas, e com tanta paciência acerca dos assuntos burocráticos do programa.

Aos professores do programa de doutorado do PPGCTIA, que tanto contribuíram para a minha formação nas disciplinas que cursei e pela luta por um programa de qualidade. Um agradecimento especial ao prof. Cezar Guedes, que sempre esteve disposto a me ajudar desde o mestrado.

Aos membros e lideranças dos quilombos, que me acolheram e se dispuseram, carinhosamente, a me auxiliar permitindo a pesquisa de campo – minha gratidão.

Aos amigos e companheiros do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT): Daniel Neto, Carlos Sarmiento, Adriana Schueller, Adriana Reis, Márcio, Kraemer, Nicholas, Patrick, Tássia, Rafaela, Priscila, Kátia, Victor, Edmir, Eró, Márcia, Vinícius, Riuzo, Daniel Senna, Dayenne, Eduardo Gusmão, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do programa e do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande, assim como todas as atividades, artigos e parcerias que construímos juntos durante todo esse tempo e que culminaram nesta tese.

Aos membros da banca examinadora: prof.<sup>a</sup> Eliane, prof. Cezar, prof. Nelson e prof. Patrick, que tanto colaboraram para o aprimoramento do material escrito e no processo de finalização

desta tese.

À UFRRJ, que me acolheu neste período de grande importância na minha vida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de extensão concedida nos anos de 2015 e 2016 no programa do MDA, que implantou o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande no qual eu participei como Assessora de Gênero (ATG).

A todos que passaram pela minha vida, ao longo desses quatro anos e que contribuíram de alguma forma, para que eu chegasse até aqui.

*Dedico este trabalho aos meus amados filhos Ricardo e Gleice, por serem sempre minha fonte de inspiração, e a minha querida mãe Lucia (in memoriam).*

*Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.*

*Paulo Freire*

## RESUMO

MACEDO, Lucimar Ferraz de Andrade. **Comunidades tradicionais quilombolas do Território da Baía de Ilha Grande – BIG/RJ: gestão e controle social**. 160f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2021.

A tese discute a organização socioeconômica, política e institucional das CTQs no trato das questões internas e externas, estabelecidas em seus territórios, de forma a encontrar mecanismos de inclusão produtiva, que gerem renda autônoma e sustentável, bem como experiências de resistência e de conquistas obtidas em resultado da articulação política ou pelo controle social. O objetivo final da tese é identificar como se dá a organização socioeconômica, política e institucional das comunidades tradicionais quilombolas e sua forma de articulação com os atores sociais internos à comunidade e com demais instituições públicas e privadas externas ao território, na busca por uma forma sustentável e sustentada de viver em seu território, sendo o respeito a sua identidade e modo de vida, os princípios primeiros. Na perspectiva teórica, ela buscou a construção de um conjunto referencial teórico das políticas públicas de forma geral e, principalmente, às relacionadas às CTQs – do controle e gestão social e desenvolvimento local, servindo de base para a interpretação das organizações sociais das CTQs. A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa, tendo a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Estabeleceu-se uma análise crítica da realidade, que responde a questões muito particulares e intangíveis, abordando um Estudo de Casos Múltiplos, comparando relações sociais das cinco CTQs pesquisadas. Buscou-se atender aos objetivos da pesquisa utilizando a análise documental e a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), empregando como método a análise categorial. A problemática da tese envolveu a suposição central de que as CTQs com maior capacidade de autossustentação são aquelas que conseguem fortalecer suas redes e articulações políticas, buscando parcerias com o poder público, mercado e instituições, parcerias essas internas e externas ao território. Para atingir o objetivo final e responder a suposição central e seus desdobramentos, o roteiro de entrevista foi elaborado tendo como parâmetro os quatro eixos principais de ações de políticas públicas para comunidades quilombolas, de acordo com a Agenda Social Quilombola: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania. Os referidos eixos foram, então, coadunados com sete categorias de análise, sendo quatro categorias, a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008) – processo de discussão, inclusão, autonomia e bem comum; e outras três categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): coesão territorial, sustentabilidade e diversidade cultural. Os resultados mostraram que se confirma a suposição central de que as CTQs com maior capacidade de autossustentação são aquelas que conseguem fortalecer suas redes e articulações com os atores internos e externos ao território. De todas as comunidades analisadas, apenas a Comunidade do Campinho da Independência possui a capacidade de autossustentação; a partir de redes e articulações, com os atores internos e externos ao território, é que conseguiram se fortalecer enquanto comunidade tradicional quilombola, se legitimando enquanto atores ativos no acompanhamento das políticas públicas. Constatou-se que a sustentabilidade almejada está intrinsecamente ligada à necessidade do protagonismo dos atores locais no processo de gestão e controle social, nos assuntos de seus interesses, incluindo políticas públicas.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais Quilombolas. Identidade. Desenvolvimento territorial sustentável. Redes. Políticas públicas.

## ABSTRACT

MACEDO, Lucimar Ferraz de Andrade. **Traditional quilombola communities in the Ilha Grande Bay Territory – BIG/RJ: management and social control.** 160p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture and Livestock). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2021

This thesis discusses the socioeconomic, political and institutional organization of the Traditional Quilombola Communities - TQCs in dealing with internal and external issues established in their territories in order to find mechanisms for productive inclusion that generate autonomous and sustainable income and experiences of resistance and achievements by political articulation or social control. It was noticed that such sustainability is intrinsically linked to the need to take social actors' leading role in the process of management and social control in matters of their interests, including public policies. The final objective of the thesis is to identify how the socioeconomic, political and institutional organization of traditional quilombola communities takes place and how they are articulated with social actors within the community and with other public and private institutions outside the territory, in the search for a sustainable form and sustained by living in their territory, respecting their identity and way of life and the principles come first. From a theoretical perspective, it sought to build a theoretical reference set of public policies in general and especially those related to TQCs; of social control and management and local development, serving as a basis for the interpretation of the social organizations of the TQCs. The methodology used was a qualitative approach based on the critical analysis of reality that answers very particular questions with a level of reality that cannot be quantified, approaching a Multiple Case Study comparing social relations of the TQCs surveyed. Was sought to meet the research's objectives using document analysis and content analysis from the perspective of Bardin (2011); using categorical analysis as a method. As this is qualitative research, a semi-structured interview was chosen as a data collection instrument. The thesis' problematic involved the central assumption that the TQCs with the greatest capacity for self-sustainability are those that manage to strengthen their networks and articulations with actors that are internal and external to the territory, seeking partnerships with government, market and institutions. In order to reach the final objective and answer the central assumption and its consequences, the interview script was prepared taking as a parameter the four main axes of public policy actions for quilombola communities according to the Quilombola Social Agenda: access to land; infrastructure and quality of life; productive inclusion and local development; and rights and citizenship. These axes were then combined with seven categories of analysis, four categories based on Tenório's (2008) deliberative citizenship criteria: process of discussion, inclusion, autonomy and common good and three other categories established based on the analytical references presented by Perico (2009): territorial cohesion, sustainability and cultural diversity. The results showed that the central assumption that the TQCs with the greatest capacity for self-sustainability are those that are able to strengthen their networks and articulations with actors inside and outside the territory are confirmed. Of all the communities analyzed, only the Campinho da Independência Community has the capacity for self-sustainability. In this way, it was only through networks and articulations, with actors that were internal and external to the territory, that they were able to strengthen themselves as a traditional quilombola community, legitimizing themselves as active actors in monitoring public policies. It was noticed that the desired sustainability is intrinsically linked to the need for the role of local actors in the process of management and social control, in matters of their interests, including public policies.

**Keywords:** Traditional Quilombola Communities. Identity. Sustainable territorial development. Networks. Public policy.

## RESUMEN EXPANDIDO

MACEDO, Lucimar Ferraz de Andrade. **Comunidades tradicionais quilombolas en el Territorio de la Bahía de Ilha Grande – BIG/RJ: gestión y control social**. 160 h. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en la Agricultura). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2021.

### 1 Introducción

Esa tese trató de investigar las siguientes Comunidades Tradicionales Quilombolas (CTQs): Marambaia, Santa Justina e Santa Izabel, Santa Rita do Bracuí, Cabral y Campinho da Independência, que están comprendidas en el Territorio Rural da Baía da Ilha Grande (Territorio BIG), considerando el concepto de gestión y control social, y buscando entender cómo funcionan sus organizaciones sociales y económicas, políticas; así como sus instituciones internas y como ellas se relacionan externamente a las respectivas comunidades.

De esta forma, fuera posible entender la agencia de esas comunidades sobre los temas de tus intereses, incluyendo la apropiación de los derechos garantizados en las legislaciones, las políticas públicas y las acciones de los líderes en buscar garantizarlos. Para eso, se analizó las estrategias para encontrar apoyo político e institucional para acceder a derechos o enfrentar acciones arbitrarias, ante el gobierno o el mercado.

En Brasil, la lucha por el territorio de las CTQs ha estado marcada por conflictos entre la sociedad, el poder público y el mercado ante la presión que sufre el capital como resultado de la lucha por asegurar sus derechos. Las comunidades tratan de establecer el debate, aquí analizado de acuerdo con los principios de gestión social y control social, para que los gobiernos, al planificar las políticas públicas, respeten las formas tradicionales de organización de estos territorios.

Las CTQ no ven sus tierras como mercancías, sino, como espacios de socialización y reproducción social fundamentados en la cultura de sus antepasados. Las luchas y resistencias giran en torno de asegurar que las políticas públicas respeten su territorio, donde ejercen su forma de vida. Para Polanyi (2000), el patrón de mercado en el sistema capitalista está relacionado con la negociación o el trueque. Es por esto que el control del mercado sobre el sistema económico tiene una consecuencia fundamental para toda la organización social, dirigiendo a la sociedad como si fuera un accesorio del mercado. Pero, para el autor, el hombre no es solo un ser económico, sino que también lo mueve un sentimiento de solidaridad y reciprocidad, lo que indica que la economía está insertada en las relaciones sociales. Más importante que evaluar el uso económico eficiente del suelo para maximizar las ganancias es utilizar el espacio de manera sostenible, lo que también asegura el mantenimiento de su identidad.

En los últimos años, los poderes públicos del Territorio (BIG) han apoyado un modelo de crecimiento económico para los municipios atrayendo industrias, empresas mineras y logísticas, especialmente, debido a su proximidad a la región portuaria de Itaguaí, cuyas inversiones a escala global generan mayores ganancias financieras en comparación con las actividades relacionadas a la agricultura en pequeña escala y otras actividades rurales y pesqueras. Según (BONNAL, MALUF; 2007), esta realidad puede conducir al vaciamiento del campo, comprometiendo la multifuncionalidad de su forma de vida: la reproducción socioeconómica de las familias, el mantenimiento del tejido social y cultural, así como la preservación de los recursos naturales y del paisaje rural.

El interés por la investigación proviene de la actuación de la investigadora en el Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande (NEDET-BIG) entre 2014 y 2016. Una convocatoria pública, aún en 2014, abrió el segundo proceso de expansión de los NEDETs. Uno de los proyectos seleccionados fue elaborado por el Laboratório de Pesquisa em

Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (LPDT), actualmente denominado como: Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT), vinculado a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT/UFRRJ). Los Núcleos estuvieron compuestos por tres asesores territoriales: Gestión Social; Inclusión productiva y de género. En el NEDET-BIG la investigadora asumió la asesoría de género. El enfoque inicial de NEDET-BIG fue asesorar y recomponer el Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG).

Por tanto, el objetivo de NEDET-BIG en el asesoramiento de la colegiata fue facilitar el desarrollo territorial al aglutinar los tres principales sujetos del territorio: las comunidades locales (campesinas, indígenas, quilombolas y productores de caíçaras), el poder público de los municipios (representados por ayuntamientos) y entidades de investigación y extensión y fortalecer este espacio como instancia de discusión y control social para el desarrollo territorial sostenible.

Uno de los temas identificados durante las acciones desarrolladas por la investigadora, en relación con el Colegiado BIG, es la poca participación de las comunidades quilombolas en las reuniones y en la composición del mencionado Colegiado. Se advierte que de todos los quilombos investigados en este trabajo, solo el Quilombo da Marambaia participa en la composición de la colegiata. A pesar de esta poca participación, se observa que estas comunidades permanecen en sus territorios, luchando a diario contra la esclavitud, la especulación inmobiliaria, el racismo, la falta de acceso a los derechos sociales y las políticas públicas orientadas a la equidad social.

De esta manera, esta investigación sustenta la tesis de que la forma de articulación entre líderes quilombolas con otros actores más allá de las comunidades, o sea, una articulación de los actores en redes, posibilita circuitos de mercado alternativos, espacios de inclusión productiva que generen ingresos autónomos y sostenidos para asegurar su permanencia en sus territorios. Además del aspecto económico, la articulación con diferentes instituciones en diferentes niveles, en la esfera pública, constituye un espacio de visibilidad y una red de apoyo a las Comunidades Quilombolas, ya sea en acciones de promoción del desarrollo sostenible o en el ejercicio del control social.

El objetivo final de esta tesis es identificar cómo se da la organización socioeconómica, política e institucional de las comunidades tradicionales quilombolas y su forma de articulación con los actores sociales dentro de la comunidad y con otras instituciones públicas y privadas fuera del territorio, en la búsqueda por una forma sustentable y sustentable de vivir en su territorio, siendo el respeto a su identidad y forma de vida los primeros principios constituyen como objetivos intermedios de la tesis: (i) Evaluar cómo se da el proceso de legitimidad de las CTQ en el seguimiento de las políticas públicas, verificando si las decisiones políticas se originan en procesos de discusión guiados por los principios de inclusión, autonomía y bien común; (ii) Analizar la capacidad organizacional, desde los principios de la gestión social en la construcción e inserción de representaciones con instancias en la esfera pública; incluir espacios de toma de decisiones en los programas de gobierno del territorio que buscan potenciar e insertar sus productos en el territorio; (iii) Verificar cómo ocurren las relaciones dialógicas y si existe un interés bien entendido entre las CTQ y los actores sociales en el Territorio BIG: sociedad civil, poder público y mercado, sus estructuras de red, sus nodos y conexiones, lazos fuertes y débiles con miras a contar con apoyo en acciones para el desarrollo sostenible; (iv) Descubrir si las CTQs utilizan la pluriactividad como estrategia de supervivencia y si el gobierno local implementa programas que fomenten la generación de ingresos por parte del CTQs. (v) Verificar la efectividad, los avances y desafíos de las CTQs en el seguimiento de las políticas públicas.

Para sustentar la tesis, esa investigación se basó en el supuesto de que los CTQ con mayor capacidad de auto-sostenibilidad son aquellos que logran fortalecer sus redes y articulaciones políticas, buscando alianzas con el gobierno, el mercado y las instituciones,

actores internos y externos al territorio. Este supuesto se subdividió en cinco componentes: **El primer** señaló que las comunidades quilombolas, por intermedio de las asociaciones de vecinos y afines, participan de dinámicas en los ámbitos públicos, pero no todas logran legitimarse, reconocerse y ser reconocidas y capacitadas como sociedad civil organizada para producir un seguimiento efectivo a las políticas públicas. Esto se debe a que no dar seguimiento a las políticas públicas locales puede comprometer la participación ciudadana en estas comunidades. **El segundo** consideró que solo la organización social interna no garantiza el rol protagónico de los actores en el seguimiento de las políticas públicas. Para ello, es necesario buscar alianzas y redes, en diferentes niveles, con el fin de obtener apoyos externos para el ejercicio del control social. **El tercer** componente es que la forma de vida en la comunidad, como unidad social, fortalecida en su tejido de identidad, facilita la capacidad organizativa y participativa de los quilombos. **El cuarto** componente indicó que la falta de una política de inclusión efectiva de las CTQs en los programas gubernamentales refleja la falta de apreciación y flujo de los productos que ofrecen, incluso en el mercado municipal. Detrás de esta inactividad del poder público está la histórica devaluación de la cultura africana, insistentemente negada como parte integral de la identidad brasileña. Como tal, debe haber protegido sus raíces históricas y culturales, incluido el derecho al territorio. **El quinto** componente asumió que las CTQs hacen uso estratégico de la pluriactividad, es decir, acciones e iniciativas variadas, como alternativa de producir ingresos, además de las actividades agrícolas, pero no desvinculadas de esta actividad: artesanías, turismo comunitario, actividades culturales, etc.

## 2 Metodología

La metodología utilizada tiene un enfoque cualitativo. Las etapas de la investigación consistieron en: una investigación exploratoria, utilizada como subsidio al conocimiento del objeto; el recolección de datos provenientes de la investigación bibliográfica; la investigación documental; la investigación telemática, así como la experiencia y observación de la investigadora como asesora del Colegiado BIG; además, la investigación de campo (entrevista semiestructurada); y finalmente, el procesamiento de datos, que estableció un análisis crítico de la realidad, que responde a preguntas muy particulares e intangibles, abordando un Estudio de Caso Múltiple, comparando las relaciones sociales de las cinco CTQs.

El análisis de documentos y el análisis de contenido se aplicaron desde la perspectiva de Bardin (2011); utilizando como método el análisis categórico en el contenido documental investigado y entrevistas a los presidentes y miembros de las asociaciones de vecinos de las comunidades quilombolas, adecuándose a los criterios contenidos en el método, estructurado en siete (07) categorías. De las cuales, cuatro (04) categorías en base a los criterios de ciudadanía deliberativa de Tenório (2008): proceso de discusión, inclusión, autonomía y bien común, como se muestra en la tabla 1. Y otras tres (03) categorías establecidas a partir de las referencias analíticas presentadas por Perico (2009): cohesión territorial, sostenibilidad y diversidad cultural. Para alcanzar el objetivo final y dar respuesta al supuesto central y sus consecuencias, se elaboró el guión de la entrevista, teniendo como parámetro los cuatro ejes principales de acciones de política pública para las comunidades quilombolas según la Agenda Social Quilombola: acceso a la tierra; infraestructura y calidad de vida; inclusión productiva y desarrollo local; y derechos y ciudadanía. Estos ejes se combinaron luego con las siete categorías de análisis mencionadas anteriormente.

### 3 Resultados y Discusión

En el supuesto de que las comunidades quilombolas, por intermedio de las asociaciones de vecinos y afines, participan en dinámicas de las esferas públicas, pero no todas logran legitimar, reconocer y ser reconocidas o mismo calificadas como sociedad civil organizada para seguir efectivamente las políticas públicas, debido a la falta de monitoreo de las políticas locales y, por lo tanto, comprometiendo la participación ciudadana de estas comunidades, se encontró que, de hecho, entre las cinco CTQs encuestadas, solo una - Comunidade Campinho da Independência - participa directamente en el monitoreo de las políticas públicas, reflexionando sobre su organización social y política. Otras logran participar en la dinámica de la esfera pública, sin embargo, en las pocas instancias de control social que se insertan, no tienen autonomía para monitorear las políticas públicas. Hecho que debilita el proceso de discusión e inclusión en el seguimiento de las acciones gubernamentales para las CTQs.

En cuanto al segundo supuesto de que solo la organización social interna no garantiza el rol protagónico de los actores en el seguimiento de las políticas públicas, se encontró que para que el dicho protagonismo ocurra es necesario buscar alianzas y redes, en diferentes niveles, en para obtener apoyo para el ejercicio del control social, como en la CTQ del Campinho da Independência. La comunidad tiene una cultura de articulación, participación y protagonismo en las instancias internas y externas de control social del territorio, así como en los movimientos sociales, facilitando el ejercicio del control social de las políticas públicas.

De acuerdo con el tercer supuesto que señaló que la forma de vida en una comunidad como unidad social facilita la capacidad organizativa y participativa de los quilombos, y en esta estructura también facilita la comprensión del Interés Bien Entendido; se encontró que entre las CTQs encuestadas, solo: Campinho, Marambaia y Santa Justina-Santa Izabel manejan internamente, entre los integrantes del quilombo, relaciones dialógicas que presentan el Interés Bien Entendido. Al ser un espacio común y responsabilidad de todos, los miembros de estos territorios logran organizarse, buscando garantizar los derechos y el bien común. En la comunidad Bracuí se perciben dificultades en la capacidad organizativa la falta de participación de los integrantes, destacando un solo líder. En la comunidad de Cabral, sin embargo, no existe una unidad social, como se explicó anteriormente. Sin embargo, las relaciones dialógicas y el interés bien entendido entre los actores sociales del territorio, los poderes públicos, la sociedad civil y el mercado es incipiente en todas las CTQs.

En cuanto al cuarto supuesto, el cual indicó que la falta de una política de inclusión efectiva de las CTQs en los programas gubernamentales refleja la falta de apreciación y flujo de los productos que ofrecen, incluso en el mercado municipal. Detrás de esta inactividad del poder público está la histórica devaluación de la cultura africana, insistentemente negada como parte integral de la identidad brasileña. Como tal, debe haber protegido sus raíces históricas y culturales, incluido el derecho al territorio.

De las comunidades encuestadas, solo Campinho tiene miembros incluidos en el PNAE y ninguna comunidad tiene acceso crédito rural, debido a que pocas familias tienen DAP. Existe una falta de apreciación del modo de vida tradicional y la cultura africana por parte de las autoridades públicas, reflejada en la falta de acceso a los programas gubernamentales y la falta de incentivos para la venta de sus productos en el mercado municipal. Solo Santa Justina - Santa Izabel participa en el proyecto de feria gratuita patrocinado por el gobierno local, pero solo participan 04 (cuatro) quilombolas. La estrategia de supervivencia de las comunidades es el trabajo formal e informal fuera del quilombo, alejándose de la forma de vida tradicional. La realidad presentada apunta a falta de cohesión territorial entre los actores sociales en el sentido de buscar posibilidades para implementar su propio modelo de desarrollo territorial sostenible.

En el quinto supuesto, se asumió que las CTQs hacen un uso estratégico de la pluriactividad, o sea, producen acciones e iniciativas variadas, como alternativa para generar ingresos, además de las actividades agrícolas, pero no desvinculadas de esta actividad: artesanía, turismo comunitario, actividades culturales, etc.

En el contexto analizado, podemos verificar que todos las CTQs ejercen una pluriactividad para complementar sus ingresos, siendo una estrategia de supervivencia. Combinado con el cuarto supuesto, vemos que, aunque ejercen pluriactividad, las comunidades enfrentan dificultades en el flujo de productos, ya que no existen incentivos gubernamentales. Por lo tanto, los miembros necesitan alejarse de su forma de vida y aceptar trabajos fuera de las comunidades que no se comunican con sus tradiciones.

#### **4 Conclusión**

Los resultados mostraron que se confirma el supuesto central de que los CTQ con mayor capacidad de autosuficiencia son aquellos que logran fortalecer sus redes y articulaciones políticas, con actores internos y externos al territorio. Las instituciones que más aportaron son las que plantean e incrementan la producción e intercambio de conocimientos, como: Colegiado BIG, FCT, ACQUILERJ, OTSS/Fiocruz, entre otras.

De todas las comunidades analizadas, solo la Comunidade do Campinho da Independência tiene la capacidad de autosuficiencia, ya que, si bien no encuentran apoyo y estímulo gubernamental por intermedio de políticas públicas específicas para comunidades tradicionales quilombolas que apuntan a estrategias territoriales para lograr el desarrollo sostenible, respetando el camino histórico y la especificidad de las CTQ. La Comunidade do Campinho tuvo que reinventarse y buscar medios de supervivencia. De esta manera, fue solo a través de redes y articulaciones con actores internos y externos al territorio que pudieron fortalecerse como una comunidad tradicional quilombola, legitimándose como actores activos en el seguimiento de las políticas públicas.

El Colegiado, como actor político en el territorio, se ha mantenido en el sentido de fortalecer las redes, buscando movilizar a los actores para trabajaren en propuestas comunes a todos los territorios de quilombo con la asistencia del PEPEDT. Existe dificultad para las representaciones de CTQs para participar activamente en el Colegiado BIG; sin embargo, representantes y líderes de los quilombos del Campinho, Santa Justina – Santa Izabel y Bracuí han participado en los últimos meses en discusiones en línea, con temas relevantes planteados por las comunidades: Quilombos y Turismo Comunitario: desafíos y potencialidades; en el Quilombo de Santa Rita, la cuenca del Rio Bracuí, la importancia de las redes y mercados digitales para colectivos, entre otros. La CTQ de la Marambaia debido a la dificultad de acceder a internet, no puede participar en discusiones en línea.

Finalmente, se denota que los niveles de desarrollo de las CTQS son diferentes entre sí. Las CTQS investigadas incluso tienen una estructura potencial para el desarrollo sostenible. Sin embargo, tienen debilidades en la reproducción socioeconómica y en la inclusión social. Por ejemplo, el Campinho da Independência, contó con el apoyo directo del OTSS/Fiocruz; las comunidades necesitan de pactos, redes y directrices; además del soporte técnico. Para que las CTQs logren el desarrollo, la conservación de los recursos naturales debe estar asociada con la promoción de la inclusión social y el bien-estar económico.

**Palabras clave:** Comunidades Tradicionales Quilombolas. Identidad. Desarrollo territorial sostenible. Redes. Políticas públicas.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Situação fundiária das CTQs do Território BIG.....	5
<b>Quadro 2</b> – Quadro resumo das discussões teóricas com os temas e conceitos abordados ....	12
<b>Quadro 3</b> – Cidadania Deliberativa: critérios de análise.....	32
<b>Quadro 4</b> – Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Metas.....	45
<b>Quadro 5</b> – Coleta de Dados .....	60
<b>Quadro 6</b> - Uso dos Métodos e resultados esperados a partir dos objetivos propostos pela pesquisa.....	61
<b>Quadro 7</b> – Demonstrativo da Elaboração de Instrumento – Roteiro de Entrevista .....	63
<b>Quadro 8</b> – Tratamentos dos dados .....	64
<b>Quadro 9</b> – Síntese da pesquisa exploratória. ....	67
<b>Quadro 10</b> – Síntese comparativa da análise dos resultados das Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território BIG .....	133

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Processos e acompanhamento das políticas públicas;.....	3
<b>Figura 2</b> – Mapa das Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território Rural da Baía da Ilha Grande .....	4
<b>Figura 3:</b> Garantias legais atribuídas às comunidades quilombolas .....	6
<b>Figura 4:</b> Quadro analítico da tese .....	13
<b>Figura 5:</b> A formação do conhecimento construído pela ciência agroecológica. ....	41
<b>Figura 6:</b> Triangulação de dados.....	59
<b>Figura 7:</b> Ritmo de Certificação de territórios da FCP ano a ano .....	75
<b>Figura 8:</b> Territórios quilombolas titulados por governo .....	75
<b>Figura 9:</b> Líder quilombola colhendo erva medicinal – visita de campo - junho/2018 .....	81
<b>Figura 10:</b> Líder comunitária relatando a história da comunidade – visita de campo – maio/2021 .....	82
<b>Figura: 11:</b> Visita de campo – junho/2021 .....	83
<b>Figura 12 e 13:</b> E.M Áurea Pires da Gama – Ataque ocorrido em maio de 2018. ....	84
<b>Figura 14:</b> Casa de artesanato – visita de campo – agosto 2019.....	94
<b>Figura 15:</b> Interior da Casa de Artesanato – visita de campo – agosto/2019.....	94
<b>Figura 16:</b> Restaurante do quilombo – visita de campo – julho/2021 .....	95
<b>Figura 17:</b> Igreja Católica de São Benedito – visita de campo – setembro/2019 .....	95
<b>Figura 18:</b> Casa de farinha – visita de campo – setembro/2019 .....	96
<b>Figura 19:</b> Assoc. de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) – visita de campo – setembro/2019 .....	96
<b>Figura 20:</b> Embalagem da bananada “Tita” da Industria Santa Justina .....	104
<b>Figura 21:</b> II Encontro de mulheres – visita de campo – março/2019 .....	107
<b>Figura 22:</b> Roda de conversa – II encontro de mulheres – visita de campo – março 2019 .....	107
<b>Figura 23:</b> Casa de farinha – visita de campo – novembro/2019.....	108
<b>Figura 24:</b> Placa na entrada do bairro do Cabral – visita de campo – novembro/2019 .....	117
<b>Figura 25:</b> Área do quilombo – visita de campo – novembro 2019.....	117
<b>Figura 26:</b> Restaurante do Hotel – antiga senzala – visita de campo – janeiro/2020 .....	126
<b>Figura 27:</b> Quilombola – funcionária do Hotel – visita de campo – janeiro/2020 .....	126
<b>Figura 28:</b> Sede da ARQIMAR – em construção - visita de campo – visita de campo outubro/2019 .....	128

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACQUILERJ	Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
ADCT	Ato das disposições Constitucionais Transitórias
AMOQC	Associação de Moradores do Quilombo do Campinho
APA	Área de Proteção Ambiental
APMIM	Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia
ARQIMA	Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia
ARQUISABRA	Associação dos Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí
ASQ	Agenda Social Quilombola
BIG	Baía da Ilha Grande
CADIM	Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CGASQ	Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTQ	Comunidade Tradicional Quilombola
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCT	Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
ITERJ	Instituto de Terras do Rio de Janeiro
LPDT	Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MONAPE	Movimento Nacional de Pescadores
MONAPE	Movimento Nacional de Pescadores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEDET-BIG	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía Ilha Grande
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OTSS	Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PBF	Programa Bolsa Família
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PEPDDH/RJ	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas no Estado do Rio de Janeiro
PEPEDT	Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPA	Plano Plurianual
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAPÊ	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
SDT	Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
TAC	Termo de Ajustamento de Condutas
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. REVISÃO TEÓRICA .....	12
2.1. Comunidades Tradicionais Quilombolas: Revisitando seus Significados.....	13
2.2. Políticas Públicas .....	17
2.2.1. Elementos conceituais .....	17
2.2.2. Processo de construção da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.....	20
2.2.3. Programa Brasil Quilombola .....	26
2.3. Controle e Gestão Social.....	28
2.3.1. Controle e participação social.....	29
2.3.2. Gestão social.....	30
2.3.3. Democracia e interesse bem compreendido .....	33
2.3.4. Redes: as instituições como potencializadoras de controle e gestão social.....	35
2.4. Desenvolvimento Local .....	37
2.4.1. Identidade, território e territorialidade.....	37
2.4.2. Desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável.....	38
3. METODOLOGIA .....	58
3.1. Limitações da Pesquisa .....	66
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	67
4.1. Pesquisa Exploratória.....	67
4.2. Resultados e Discussão da Pesquisa de Campo.....	76
4.2.1. O Caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí.....	77
4.2.2. O caso do Quilombo Campinho da Independência .....	90
4.2.3. O caso do Quilombo Santa Justina e Santa Izabel.....	102
4.2.4. O caso do Quilombo do Cabral .....	114
4.2.5. O caso do Quilombo da Marambaia .....	122
4.2.6. Síntese das análises das Comunidades Tradicionais Quilombolas.....	133
5. CONCLUSÕES.....	140
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	147
7. APÊNDICE .....	159

## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese investigou as seguintes Comunidades Tradicionais Quilombolas (CTQs): Marambaia, Santa Justina e Santa Izabel, Santa Rita do Bracuí, Cabral e Campinho da Independência, todas compreendidas no Território Rural da Baía da Ilha Grande (Território BIG), considerando o conceito de gestão e controle social, e buscando entender como funcionam suas organizações socioeconômicas, políticas e institucionais internas, bem como elas se relacionam externamente às respectivas comunidades. Assim, foi possível entender a agência dessas comunidades sobre os assuntos de seu interesse, incluindo a apropriação dos seus direitos contidos nas legislações e políticas públicas e a ação das lideranças na busca de garanti-los. Para isso, analisou-se as estratégias para encontrar apoio político e institucional para acessar direitos ou enfrentar as ações arbitrárias, frente ao poder público ou ao mercado.

A ampla literatura acerca das CTQs tem o intuito de descrever a historicidade dos quilombos. No entanto, pouco se tem discutido sobre o modelo de organização social e como se dá a percepção (acompanhamento) das políticas públicas por essas comunidades, como se propõe nesta pesquisa.

As CTQ são reconhecidas por antropólogos (GUSMÃO, 1995; ANDRADE, 1997) como um território próprio das comunidades negras rurais, que mantêm costumes tradicionais através de práticas culturais com origens à época da escravidão, além de manter uma relação de conservação ao ecossistema. A partir da década de 1970, as abordagens socioantropológicas, procuraram enfatizar os aspectos organizativos e políticos dos quilombos. O quilombo, como uma forma de organização, tal como enfocado por Moura (1981), utiliza o conceito de resistência, enfatizando-o como uma forma de organização política:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativo, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. [...] a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. (MOURA, 1987, p. 12-13).

Ainda de acordo com Moura (1981), os quilombos sempre revelaram, em todas as experiências já conhecidas, uma capacidade organizativa própria desses grupos, como exemplo, o Quilombo de Palmares, citado por Nascimento (1980):

[...] lá pelos anos de 1590 e pouco, alguns africanos escravizados no Brasil romperam os grilhões que os acorrentavam e fugiam para o seio das florestas situadas onde hoje estão os Estados de Alagoas e Pernambuco. [...] estabeleceram o primeiro governo de africanos livres na terra do Novo Mundo, indubitavelmente um verdadeiro Estado Africano – pela forma de sua organização socioeconômica e política – conhecido na história como a República dos Palmares. [...] A República dos Palmares com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. (NASCIMENTO, 1980, p. 46-47).

Na Constituição Federal de 1988, os artigos 215 e 216 destacam o direito à preservação do patrimônio cultural, material e imaterial de grupos populares participantes do processo civilizatório do país. Complementando, no que se refere às comunidades quilombolas, a criação do Artigo 68, das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), dispõe, sobre a propriedade da terra, que “aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

Posto isso, o direito coletivo de titulação da terra, como um patrimônio cultural, é detido por comunidades de remanescentes dos quilombos existentes no período da escravidão brasileira. Ou seja, o direito atende a apenas um grupo incipiente de pessoas, considerando o hiato de um século entre o fim da escravidão e as proposições constitucionais. Assim, se percebeu a necessidade de expansão do atendimento das disposições legais. Um processo de mudanças conceituais sobre os quilombos foi instaurado para que atendesse toda a comunidade negra, rural ou urbana com origens afrodescendentes.

Nos anos seguintes à Constituição de 1988, houve um movimento de ressemantização da categoria quilombo, liderado, sobretudo, por antropólogos. Tal movimento culminou com o Decreto 4887/2003<sup>1</sup>, que regulamenta a nova concepção de quilombo:

[...] são considerados remanescentes de quilombo “grupos étnico-raciais segundo critério de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Fiabani (2005) sistematizou, cronologicamente, o processo de ressemantização do termo quilombo. O conceito deixa de ser associado apenas ao fenômeno da escravidão e ganha significação sociocultural através dos tempos. O autor considera a cultura sob ótica não reducionista, visto que pensa nas comunidades quilombolas pelo prisma de sua relação com o mundo que as cercam. Incorpora ainda, elementos que perpassam por eventos sociopolíticos.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) teve um papel fundamental nesse processo de revisão conceitual. Em outubro de 1994, a ABA criou o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito moderno e atualizado para “quilombo”. Os pesquisadores do grupo emitiram um parecer, em relação às comunidades quilombolas, estudadas até aquele momento. No documento, proveniente do encontro, o termo quilombola não se refere a “resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica” (LEITE, 2000). Assim, os quilombos deixaram de ser caracterizados apenas pelas redes de significação histórica e racial, agora incorporam valores econômicos e socioculturais em seu conceito. Schmitt, Tauratti e Carvalho (2002), refletindo sobre o conceito contemporâneo e ampliado de quilombo, enfatizam os elementos identidade e território<sup>2</sup> como essenciais nesse processo. Uma das principais características contemporâneas de um quilombo não é a sua delimitação geográfica, mas as relações sociais, compreendidas em um dado território. Hoje há, inclusive, quilombos urbanos.

A organização social do território quilombola, entendido como a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade, segundo o Decreto 4887/2003, visa identificar o sujeito desse direito quilombola ao estabelecer critérios. Com relação aos grupos étnico-raciais, a comunidade em questão deve se perceber e ser percebida pelos outros como uma unidade social, cultural e racialmente distinta de seus vizinhos. De acordo com Arruti

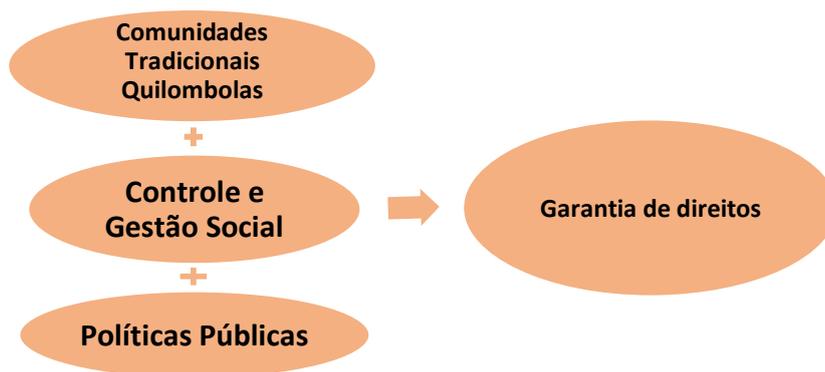
---

<sup>1</sup>Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

<sup>2</sup> Conceitos abordados na revisão teórica

(2013), o grupo deve ter regras que se apresentem de forma comum e constante, sobre quem pode ou não ser incluído no mesmo.

No Brasil, a luta pelo território das CTQs tem sido marcada por conflitos entre sociedade, poder público e mercado frente à pressão sofrida pelo capital a partir do processo de luta para garantir seus direitos. As comunidades tentam estabelecer o debate, aqui analisado de acordo com os princípios da gestão social e controle social, para que os governos, ao planejarem políticas públicas, respeitem os modos tradicionais de organização desses territórios. Conforme sistematizado na Figura 1, entende-se que a prática do controle e gestão social, enquanto se executam as políticas públicas, o que pode contribuir para a garantia de direitos das CTQs.



**Figura 1** - Processos e acompanhamento das políticas públicas;

Fonte: Elaborado pela autora

As CTQs não enxergam suas terras como mercadorias, mas espaços de socialização e reprodução social fundadas na cultura de seus ancestrais. As lutas e resistências giram em torno de garantir que as políticas públicas respeitem seu território, onde exercem seu modo de vida. Para Polanyi (2000), o padrão do mercado no sistema capitalista está relacionado com a barganha ou a permuta, é por isso que o controle do sistema econômico pelo mercado provoca consequência fundamental para toda a organização social, dirigindo a sociedade como se fosse um acessório do mercado. No entanto, para o autor, o homem não é apenas um ser econômico, mas também é movido por sentimento de solidariedade e reciprocidade, indicando que a economia é que está incrustada nas relações sociais. Mais importante do que avaliar o uso econômico eficiente da terra para maximizar o lucro, é usar de forma sustentável o espaço que também garante a manutenção de sua identidade.

O direito à terra é um princípio para o desenvolvimento dos territórios tradicionais, seja em ambiente rural ou urbano; Castro (2011) afirma que os questionamentos e os conflitos de interesses surgem das relações sociais; e se territorializam, ou seja, materializam-se, em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos seus interesses.

Diferente de outras formas de propriedade, o território quilombola não é apenas aquele espaço ocupado de forma individual, ele corresponde a uma área comum. Segundo Lisboa (2009), o crescimento desordenado da economia origina uma crise na civilização que questiona a racionalidade dos sistemas sociais e culturais, resultando em uma sociedade contemporânea que alimenta a crença singela de que a posse e usufruto de bens materiais, adquiridos por meio do dinheiro, são fonte de toda a felicidade terrena. Contudo, a terra quilombola é um bem compartilhado pela comunidade. Diferentemente da sociabilidade capitalista, que se retroalimenta pelo acúmulo de patrimônio, dilatado pelo direito à herança, ampliando cada vez mais a desigualdade social – para quem só pode negociar a força de trabalho nesse sistema econômico –, o título da terra dos quilombos não é emitido em nome das pessoas que o

compõem, mas sim no nome da associação que representa a comunidade. Outra especificidade é que o Decreto 4887/2003 prevê a garantia de um território e não apenas da terra. Conforme Silva (2010), a extensão dessa área é definida pela própria comunidade, não por terceiros. Sua identificação – do território – leva em conta a possibilidade de garantia de sobrevivência do grupo.

Os quilombos investigados na tese são: Marambaia, Santa Justina e Santa Izabel, Santa Rita do Bracuí, Cabral e Campinho da Independência, que estão localizados no Território Rural da Baía da Ilha Grande. Esse território se configura por seis municípios, situados no sul do Estado do Rio de Janeiro: Rio Claro<sup>3</sup>, Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty – vide figura 2. No município de Mangaratiba, localiza-se o Quilombo da Marambaia e o Quilombo de Santa Justina e Santa Izabel. No município de Angra dos Reis, encontra-se o Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Já os Quilombos do Cabral e do Campinho da Independência, se situam em Paraty.



**Figura 2** – Mapa das Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território Rural da Baía da Ilha Grande

Fonte: Elaborado pela autora

Essas comunidades quilombolas, no decorrer de suas trajetórias, conquistaram seus direitos de permanecer em suas terras, travando lutas históricas contra a escravidão, especulação imobiliária, racismo e falta de acesso aos direitos sociais. Observa-se que a resistência em permanecer em suas terras e a luta por políticas públicas que visem a equidade está atrelada à forte identidade com o território e ao valor pelas terras conquistadas pelos seus ancestrais, que os diferenciam dos agricultores familiares tradicionais. Foi observado, durante a fase exploratória da pesquisa, que existe um diferente grau de institucionalidade entre os cinco quilombos citados, conforme se observa no quadro 9.

<sup>3</sup> O município de Rio Claro encontra-se em processo de inclusão no Território BIG.

**Quadro 1 - Situação fundiária das CTQs do Território BIG.**

<b>Comunidade Tradicional Quilombola</b>	<b>Município</b>	<b>Situação fundiária</b>	<b>Data</b>	<b>Órgão expedidor</b>
Marambaia	Mangaratiba	Certificada	23/05/2005	Fundação Cultural Palmares
		Titulada	08/10/2015	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Santa Justina e Santa Izabel	Mangaratiba	Certificada	20/06/2013	Fundação Cultural Palmares
Santa Rita do Bracuí	Angra dos Reis	Certificada	16/03/1999	Fundação Cultural Palmares
Cabral	Paraty	Certificada	11/05/2007	Fundação Cultural Palmares
Campinho da Independência	Paraty	Certificada	24/12/1997	Fundação Cultural Palmares
		Titulada	21/03/1999	Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro - SEAF

Fonte: Elaborado pela autora com base em Fundação Cultural Palmares (2019) Comissão Pró-Índio (2019)

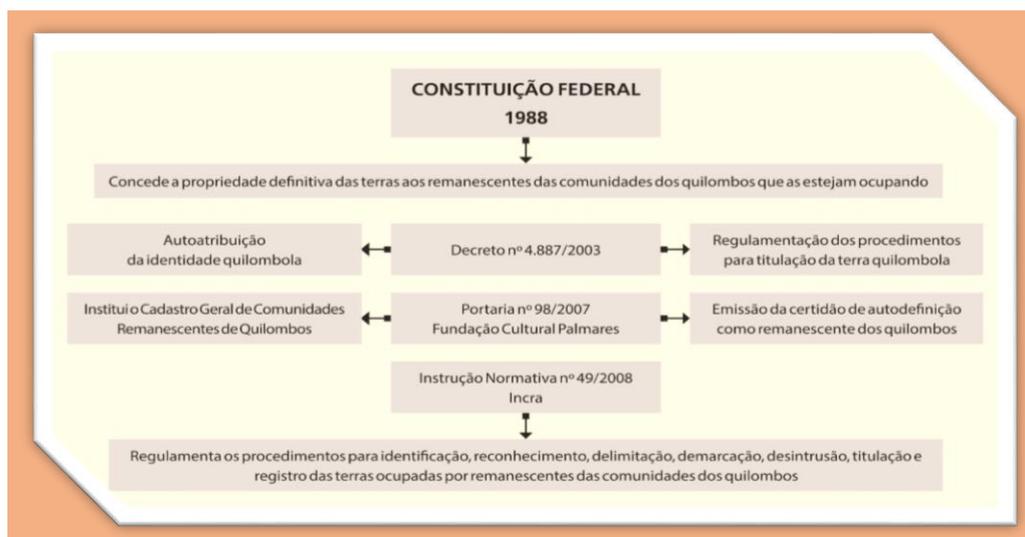
Segundo Castells (1999), a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Segundo o autor, na atualidade, isso ocorre nas circunstâncias de transição das sociedades modernas para as sociedades em rede, as identidades de resistência que são criadas por aqueles grupos que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Das CTQs pesquisadas, algumas já conquistaram a posse definitiva das terras com a titulação enquanto outras apenas a certificação.

A emissão do título de propriedade do território quilombola acontece por meio de um procedimento denominado “titulação”, porém, antes, é preciso passar por um processo legal que envolve um conjunto de outros documentos legais: Decreto nº 4887/2003, Portaria nº 98/2007<sup>4</sup> (Fundação Cultural Palmares)<sup>5</sup> e Instrução Normativa nº 49/2008<sup>6</sup> (INCRA), conforme ordem sistematizada na figura 3. Sem o título das terras, os quilombolas vivem um cenário de insegurança jurídica e passam a ter seu território cobiçado e ameaçado pelos interesses do capital.

<sup>4</sup> Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.

<sup>5</sup> Fundada em 22/08/88 pelo governo federal, a instituição pública tem o objetivo de promover a preservação da arte e da cultura afro-brasileira.

<sup>6</sup> Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.



**Figura 3:** Garantias legais atribuídas às comunidades quilombolas

Fonte: MDS (2015)

O território vem sofrendo significativas transformações socioculturais e econômicas ao atrair empreendimentos e megaempreendimentos, impactando diretamente no modo de vida socioeconômico e cultural das comunidades tradicionais do território, pondo em risco o desenvolvimento da agricultura, que é a principal atividade das comunidades quilombolas tanto para sua subsistência quanto para o comércio subsidiado por um conjunto de Políticas Públicas.

Nos últimos anos, o poder público do Território (BIG) tem apoiado um modelo de crescimento econômico dos municípios via atração de indústrias, empresas mineradoras e empreendimento logísticos, devido, em especial, a sua proximidade com a Região Portuária de Itaguaí, cujos investimentos em escala global auferem maiores ganhos financeiros quando comparados às atividades ligadas à pequena agricultura e demais atividades rurais e pesqueiras. Isso vem causando impactos socioeconômicos e ambientais, levando-os a um processo de êxodo rural (VIANNA; VILLELA; VIDAL, 2015), além da gentrificação do espaço, dificultando a permanência das comunidades. Outro fator que contribui para o esvaziamento das atividades rurais é a não inclusão dos pequenos agricultores no comércio local e nas agendas de políticas públicas, como salienta Viana et al (2016). No Território BIG, onde estão situadas as CTQs estudadas, tem 42.783 de habitantes que vivem em área rural – IBGE/Cidades (2018), IBGE Censo Demográfico (2010).

Percebe-se nas CTQs uma estrutura diferente dos outros tipos de comunidades tradicionais, no sentido do valor pela terra conquistada pelos seus ancestrais. Esse modelo de estrutura fortalece a coesão dessas comunidades, no que tange as questões de território e sentimento de pertença, porém, o modo de vida das comunidades tradicionais do território tem sido afetado com a diminuição da mão de obra no campo, atraída pelos empreendimentos e megaempreendimentos. Segundo Bonnal e Maluf (2007), essa realidade pode acarretar no processo de esvaziamento do campo, comprometendo a multifuncionalidade do seu modo de viver: a reprodução socioeconômica das famílias, a manutenção do tecido social e cultural, e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Além de exercer a atratividade sob a mão de obra, a industrialização, associada à ideia de “progresso”, traz consigo, ao mesmo tempo, bem estar e a degradação ambiental, impactando diretamente no modo de viver da comunidade tradicional.

O interesse pela pesquisa partiu da atuação da pesquisadora no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande (NEDET –BIG) entre 2014 e 2016. Criados

em 2013, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>7</sup>, os Nedets surgem com o objetivo de apoiar ações de extensão e assessoramento técnico a comunidades locais em todo o país. O programa se concretizou na parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um de seus alicerces é a união de representantes da sociedade civil, poder público e universidades – numa articulação que buscava desenvolver o protagonismo dos sujeitos locais, com eixo nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Em uma chamada pública, ainda em 2014, abriu-se o segundo processo para a ampliação dos Nedets. A iniciativa contemplou 185 territórios rurais no país, com participação de 54 instituições de ensino superior. Um dos projetos selecionados foi elaborado pelo Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (LPDT), atual Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)<sup>8</sup>, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT/UFRRJ). O projeto, inicialmente proposto, tinha uma abrangência menor, intitulado “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em gestão social na agricultura familiar visando ao desenvolvimento territorial sustentável”, pretendia investigar as mulheres agricultoras de Itaguaí/RJ e Seropédica/RJ, contudo, a pedido do extinto MDA, a abrangência da atuação do Núcleo se ampliou em vários sentidos: 1) a abrangência passou a abarcar todos os municípios do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG)<sup>9</sup>, Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Parati e Seropédica; 2) não só as mulheres agricultoras, mas todas as comunidades tradicionais seriam objeto de investigação. Não se tratava de uma investigação científica, mas parte de um programa de desenvolvimento do território, o PDSTR (Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais). Logo o Nedet da BIG passaria a ser assessorado e conduzido pelo LPDT, agora PEPEDT.

Os Núcleos eram compostos por três assessores territoriais: de Gestão Social, de Inclusão Produtiva e de Gênero. No Nedet BIG, a pesquisadora assumiu a assessoria de Gênero. O foco inicial do Nedet BIG foi assessorar e recompor o Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG)<sup>10</sup>, do qual deveriam participar: as prefeituras dos cinco municípios do território; representantes de instituições de pesquisa e extensão; órgãos públicos federais; e membros da sociedade civil, tais como representantes de associações, sindicatos e cooperativas. Portanto, o papel do Nedet-BIG, no assessoramento do Colegiado BIG, era

---

<sup>7</sup> Em 2016 por meio da Medida Provisória (MP) nº 726 se extinguiu o MDA, transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social. Ainda neste mesmo ano de 2016 o Decreto nº 8.780, transferiu novamente as competências do MDA para a recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Essas mudanças ocorrem a partir do processo de impedimento que a Presidente da República Dilma Rousseff, resultando na posse do Vice-Presidente Michel Temer como novo presidente do país.

<sup>8</sup> O Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT), é um programa vinculado a Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), via pró-reitora de extensão (PROEXT), atuando na promoção de pesquisa e atividades de extensão nas temáticas de desenvolvimento territorial, desenvolvimento rural sustentável, políticas públicas e sociais, agroecologia, gestão e controle social, comunidades tradicionais, etc. Entre os anos de 2015-2017, ainda como Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (LPDT), o programa atuou com apoio da CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, promovendo à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET).

<sup>9</sup> O município de Rio Claro ainda não fazia parte do Território.

<sup>10</sup> O Colegiado BIG é a instância territorial responsável pelo controle social das políticas públicas na área da agricultura familiar no Território da BIG, composto de entidades representantes da sociedade civil e do poder público.

viabilizar o desenvolvimento territorial mediante a aproximação dos três principais sujeitos do território: as comunidades locais (produtores rurais, indígenas, quilombolas e caiçaras), o poder público dos municípios (representados pelas prefeituras), as entidades de pesquisa e extensão, além de fortalecer esse espaço como uma instância de discussão e controle social para o desenvolvimento territorial sustentável. Sua finalidade é “apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais” (NEDET, 2017).

Uma das questões identificadas no assessoramento realizado pela pesquisadora, em relação ao Colegiado BIG, é a pouca participação das comunidades quilombolas nas reuniões e na composição do referido Colegiado. Percebe-se que, de todos os quilombos pesquisados neste trabalho, apenas o Quilombo da Marambaia participa da composição do Colegiado BIG. Apesar dessa pouca participação, observa-se que, ainda assim, essas comunidades permanecem em seus territórios lutando diariamente contra a escravidão, especulação imobiliária, racismo, falta de acesso aos direitos sociais e pelas políticas públicas que visem a equidade social.

Desta forma, as comunidades quilombolas, ao longo da história, conseguem, com muita luta, manter seu direito de ocupar suas terras. As CTQs do Território BIG são segmentos da sociedade que desenvolveram modos de vida próprios e distintos dos demais e, por isso, representam uma imensa riqueza sociocultural. Porém, observa-se, a partir de pesquisa exploratória quadro 9, que em razão de processos históricos diferenciados, vêm sofrendo um processo de invisibilidade perante a sociedade e as políticas públicas de modo geral.

O debate atual sobre o desenvolvimento dos territórios tradicionais está atrelado, entre outros aspectos, à luta histórica das comunidades tradicionais pela posse de suas terras e à persistência da pobreza rural e da desigualdade social. O tema enquadra-se, portanto, na discussão mais ampla na disputa por recursos e garantia de direitos, o que aponta para a necessidade da participação da sociedade civil na esfera pública<sup>11</sup>, seja reivindicando direitos e acesso às políticas públicas, seja exercendo o controle social, alicerçado no desenvolvimento sustentável do território.

Assim, a pesquisa parte de algumas indagações como premissas para análise: de que forma as comunidades tradicionais do território BIG se organizam internamente – em sua estrutura social – e externamente com instituições e atores locais, para a construção de um protagonismo na esfera pública? Há um processo de discussão entre os membros do território quilombola e o poder público local, considerando os conceitos de gestão<sup>12</sup> e controle social? Como se dá a estrutura organizacional dos quilombos no âmbito do Território BIG, de forma a se incluir, produtivamente, sob a ótica do Desenvolvimento Territorial Sustentável? Na outra ponta, as estruturas existentes favorecem a participação e inclusão dos representantes do quilombo nos espaços decisórios de políticas públicas para o desenvolvimento, em aspecto multidimensional?

A pesquisa busca analisar a organização socioeconômica, política e institucional das CTQs no trato das questões internas e externas estabelecidas em seus territórios de forma a encontrar mecanismos de inclusão produtiva que gere renda autônoma e sustentável e experiências de resistência e conquistas pela articulação política ou pelo controle social. Tal sustentabilidade também não se descola da necessidade de protagonismo no processo de gestão e controle social nos assuntos de seus interesses, incluindo as políticas públicas.

Observa-se que a resistência de permanência das CTQs em suas terras e a luta por políticas públicas objetivando a equidade está atrelada à forte identidade com o território e ao apego pelas terras conquistadas por seus ancestrais, que os diferenciam dos agricultores familiares tradicionais. No decorrer de suas trajetórias, conquistaram seus direitos de

---

<sup>11</sup> Esfera pública entendida como o espaço onde os indivíduos privados se encontram para tratar de assuntos referentes à sociedade. Entende-se público a questão a ser enfrentada e não o público enquanto Estado.

<sup>12</sup> O conceito será discutido no capítulo 3 (revisão teórica).

permanecer em suas terras travando lutas históricas contra a escravidão, especulação imobiliária, racismo e falta de acesso aos direitos sociais.

Contudo, algumas comunidades têm se mostrado mais organizadas, desenvolvendo estratégias de qualificação de empreendimentos e ampliação da articulação com roteiro turístico, construindo consensos que permitam o Turismo de Base Comunitária (TBC). Uma análise exploratória no campo mostrou que a CTQ Campinho da Independência, através do TBC, vem buscando estabelecer na comunidade equipamentos e serviços públicos apoiando os empreendimentos locais, fortalecendo a cultura e a luta por direitos conforme quadro 5. Naquele quilombo, estabeleceu-se o desafio de criar uma central de comercialização de produtos e serviços articulados ao Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) <sup>13</sup>.

Desta forma, esta pesquisa **sustenta a tese** de que a forma de articulação entre as lideranças quilombolas com os demais atores para além das comunidades, ou seja, uma articulação da rede, possibilita circuitos alternativos de mercado, espaços de inclusão produtiva que gere renda autônoma e sustentada para garantir sua permanência em seus territórios. Além do aspecto econômico, a articulação com diferentes instituições, em diversos níveis, na esfera pública, constitui espaço de visibilidade e rede de apoio para as Comunidades Quilombolas, seja nas ações de fomento do desenvolvimento sustentável, seja no exercício do controle social.

O foco da pesquisa é a análise das CTQs do Território Rural da BIG no que tange ao modelo de organização interno e como este se relaciona externamente, e seu protagonismo no processo de gestão e controle social das políticas públicas, buscando compreender o modelo de organização socioeconômica, política e institucional das CTQ – se as decisões são trabalhadas de forma participativa e democrática em seus territórios. Essa pesquisa não pretende ter uma abordagem antropológica, antes, é um estudo interdisciplinar que põe no mesmo plano, para o desenvolvimento sustentável do território, a participação da sociedade civil, mais especificamente, os quilombolas, na esfera pública, em diálogo com instituições públicas e privadas e o destino do território.

A pesquisa se delimitará **espacialmente** no Território Rural da Baía da Ilha Grande no período de 2014 a 2020. O recorte temporal se justifica pelo início da atuação da assessoria do NEDET ao Colegiado BIG até o término da pesquisa de campo. Tendo como objeto de pesquisa as CTQs existentes nos municípios do território; **conceitualmente**, as bases teóricas da pesquisa estão assentadas nos conceitos: Políticas Públicas, Controle e Gestão Social e Desenvolvimento Local; **metodologicamente**, se delimitará à pesquisa bibliográfica, documental e telemática, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada aos presidentes e membros das associações de moradores dos quilombos

Para sustentar a tese, a pesquisa se fundamenta na suposição de que as CTQs com maior capacidade de autossustentação são aquelas que conseguem fortalecer suas redes e articulações políticas, buscando parcerias com o poder público, mercado e instituições, atores estes internos e externos ao território. Esta suposição se subdivide em cinco componentes:

O **primeiro** aponta que as comunidades quilombolas, através das associações de moradores e afins, participam de dinâmicas das esferas públicas, porém nem todas conseguem se legitimar, se reconhecer e ser reconhecida e se habilitar enquanto sociedade civil organizada para acompanhar, de fato, as políticas públicas. Isso, porque o não acompanhamento das políticas públicas locais pode comprometer a participação cidadã dessas comunidades, especialmente no sentido de defender os interesses da sua comunidade. Os critérios de participação de cidadania dessas comunidades

---

<sup>13</sup> Movimento organizada das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras do território de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) que nasceu de uma parceria entre o FCT e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O OTSS tem apoio financeiro e institucional da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

são considerados a partir da cidadania deliberativa, que significa, em linhas gerais, que a legitimidade e a validade das decisões políticas devem ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum (TENÓRIO, 2007 apud VILLELA, 2012). O **segundo** considera que apenas a organização social interna não garante o protagonismo dos atores no acompanhamento das políticas públicas. Para tal, se faz necessário buscar parcerias e redes, em diferentes níveis, de modo a obter apoio externo para o exercício do controle social.

O **terceiro** aponta que o modo de vida em comunidade, como unidade social, facilita a capacidade organizativa e participativa dos quilombos. Essa estrutura facilita, também, a compreensão do Interesse Bem Compreendido. Para Cançado (2011) e Tocqueville (1998), o Interesse Bem Compreendido acontece na esfera pública e tem como objetivo a Emancipação e está embasado na premissa de que o bem-estar coletivo é condição para o bem-estar individual. Assim, defendendo os interesses coletivos o indivíduo defenderá seus próprios interesses. De acordo com Arruti (2013) o grupo deve ter regras, que se apresentem de forma comum e constante. O Decreto 4887/2003 prevê a garantia de um território e não apenas da terra. Diferente de outras formas de propriedade, como mencionado anteriormente, o território quilombola não é apenas aquele espaço ocupado de forma individual, ele corresponde a uma área comum de responsabilidade de todos os integrantes daquele território.

O **quarto** componente indica que a falta de política de inclusão efetiva das CTQs aos programas governamentais reflete a não valorização e o escoamento dos produtos ofertados por elas, mesmo no mercado municipal. Por traz dessa inatividade do poder público está a histórica desvalorização da cultura africana, insistentemente negada enquanto parte integrante da identidade brasileira. Como tal, deve ter protegida suas raízes históricas e culturais, incluindo o direito ao território (GUSMÃO, 1995). O **quinto componente** parte do princípio que as CTQs, estrategicamente, lançam mão da pluriatividade, ou seja, de ações e iniciativas variadas, como alternativa de renda, para além das atividades agrícolas, mas não descolada dessa atividade: artesanato, turismo de base comunitária, atividades culturais etc. Para Schneider (2005), a pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas.

O objetivo final dessa tese é identificar como se dá a organização socioeconômica, política e institucional das comunidades tradicionais quilombolas e sua forma de articulação com os atores sociais internos à comunidade e com as demais instituições públicas e privadas externas ao território, na busca por uma forma sustentável e sustentada de viver em seu território, sendo o respeito a sua identidade e modo de vida os princípios primeiros.

Considerando o objetivo final e a suposição, constituem como objetivos intermediários da tese: (i) Avaliar como se dá o processo de legitimidade das CTQs no acompanhamento das políticas públicas, verificando se as decisões políticas têm origem em processos de discussão orientados pelos princípios de inclusão, autonomia e bem comum; (ii) Analisar a capacidade organizativa a partir dos princípios da gestão social, na construção e inserção de representações junto às instâncias na esfera pública, incluindo espaços decisórios dos programas governamentais do território que busquem a valorização e inserção de seus produtos no território; (iii) Verificar como se dão as relações dialógicas e se há o Interesse Bem Compreendido entre as CTQs e os atores sociais do Território BIG – sociedade civil, poder público e mercado, suas estruturações de redes, seus nós e ligações, laços fortes e fracos com vistas a ter suporte em ações para o desenvolvimento sustentável; (iv) Averiguar se as CTQS se utilizam da pluriatividade como estratégia de sobrevivência e se o poder público local implementa programas que incentivem a geração de renda das CTQS; e (v) Avaliar a efetividade, avanços e desafios das CTQs no acompanhamento das políticas públicas.

A organização geral do texto se dá da seguinte forma:

No capítulo 1, como introdução, foi apresentado um panorama geral sobre as CTQs e suas historicidades, localização das CTQs do Território BIG – que é o objeto de pesquisa desta tese –, a situação fundiária, transformações socioculturais, econômicas e ambientais, e o que incentivou o interesse da pesquisadora pelo tema. Ainda nesse capítulo, expôs-se a problemática da tese, à exceção da metodologia, que foi discutida no capítulo 3.

No capítulo 2, foi apresentado o referencial teórico que dão suporte desde a construção das suposições da tese, fundamento metodológico como ferramenta para coleta de dados, até sua análise. Tais referenciais teóricos são interdisciplinares, oriundos de diferentes campos da investigação científica, dado que o objetivo de estudo pode ser considerado um problema complexo. Assim, pesquisas de cunho antropológico e histórico foram escolhidas no sentido de respaldar as noções sobre as comunidades estudadas, já os estudos inseridos no campo de públicas ajudam a compreender o papel das políticas públicas, do controle social e da gestão dos atores sociais locais para esse contexto. O suporte teórico contribuiu na compreensão de como se dá o desenvolvimento local entendendo suas identidades, território e territorialidade, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento territorial sustentável, e de que forma estão sendo construídas as instituições locais, estão no campo das ciências sociais aplicadas, mais especificamente, economia regional e urbana.

No capítulo 3, expõe-se os aspectos metodológicos da pesquisa. Enquanto pesquisa qualitativa com análise de casos múltiplos, de Yin (2001) e ainda de um outro estudo interdisciplinar, fez-se necessária a elaboração de um quadro teórico-metodológico (quadro 8), a partir de ampla pesquisa bibliográfica e documental que estrutura e norteia o processo de investigação, análise e discussão. No capítulo também se apresenta o processo de pesquisa exploratória, bem como os instrumentos de coleta de dados e tratamento dos dados.

No capítulo 4, apresentou-se resultados e discussões a partir da pesquisa exploratória de campo e da pesquisa telemática, assim como a sistematização, tendo por base a construção teórica da tese e a caracterização das CTQs do Território BIG: trajetória histórica, tradições, identidade e acesso aos serviços públicos de cada quilombo pesquisado.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

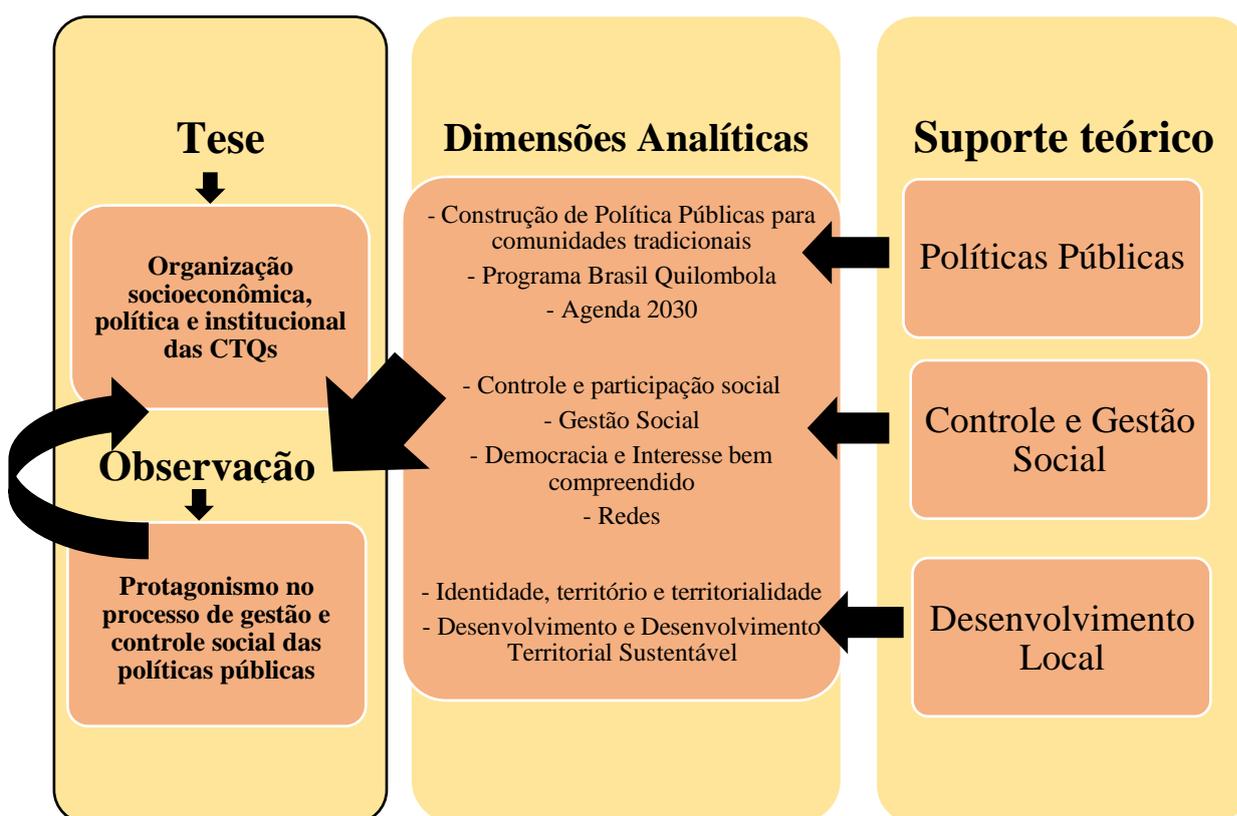
De acordo com o objeto de estudo, os conceitos teóricos foram estruturados nos conceitos e significados de Comunidade Tradicional Quilombola e em três grandes blocos: políticas públicas, controle e gestão social, e desenvolvimento local, que se dividem em subcapítulos. Tais conceitos serão fundamentais para o aporte teórico que serviram de base para a interpretação das organizações sociais das comunidades quilombolas no processo de gestão e controle social das políticas públicas.

**Quadro 2** – Quadro resumo das discussões teóricas com os temas e conceitos abordados

Referencial teórico	Temas e conceitos abordados	Principais autores
<b>Comunidades Tradicionais Quilombolas</b>	Foram abordados temas acerca da caracterização de grupos como remanescentes de quilombos, baseado nos elementos de identidade étnica, territorialidade e autonomia. Percebendo quilombos como grupos étnicos, demarcados nos vínculos de pertencimento e autoatribuição.	Munanga (2012); Certeau (2000); Carril (2006); Tarrega (2019); Nabuco (2003); Silva (2008); Bauinain (2008); Leite(2000); Leite (1999); Fiabani (2005); Schmitt, Tauratti e Carvalho (2002); Barth (1998); Cohen (1985).
<b>Políticas Públicas</b>	Entendendo Políticas Públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado, buscou-se abordar a conceituação das Políticas Públicas – o processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa Brasil Quilombola	Teixeira (2002); Viana (1997); Costa (1998); Souza (2006); Mattos (1999); Spink (2011); Teixeira (2002); Santos (2012); Arruti (2009); Cunha (2002); Peters (1986); Koga (2003); Brasil (2006, 2016, 2018).
<b>Controle e Gestão Social</b>	Foram abordados os temas Controle e Participação Social; Gestão Social; Democracia e Interesse Bem Compreendido e Redes. A participação e controle social no contexto deste estudo está atrelado ao direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente pelo princípio da “participação popular”, buscando compreender de que forma as políticas públicas voltadas às CTQ vêm sendo acompanhadas. A gestão social é pensada de acordo com o modelo de Democracia deliberativa de Habermas, na medida em que o alicerce de seu processo de tomada de decisão pressupõe a participação de todos os atores sociais que direta ou indiretamente tenham relações com o tema em debate. O interesse bem compreendido e as redes são temas abordados como forma de fortalecer a organização social e o entendimento acerca da importância da unidade territorial e os laços de cooperação no acompanhamento das políticas públicas.	Bravo e Menezes (2011); Dagnino (2004); Gohn (2001); Villela (2008, 2012); Gehlen (2004); Sen (2000); Volker (1997); Campanhola e Graziano(2000); Cançado (2011); Adorno (2009); Tenório (2000, 2004, 2012); Habermas (2003); Tocqueville (1998, 2000, 2005); Jasmim (2005); Frey (2000); Barbacena (2009); Emirbayer (1997); Capra (1998); Castells (1999); Ramos (2019); Kenis e Schneider (2000).

<p><b>Desenvolvimento Local</b></p>	<p>Os conceitos abordados nestes subcapítulos são: Identidade, Território e Territorialidade, Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial Sustentável. O desenvolvimento local implica um conjunto de iniciativas dos governos locais, micro, que promovem a melhoria da qualidade de vida da população e a valorização da cidadania, melhoria que vai além do pensar, somente, a respeito do desenvolvimento econômico. Desta forma, esse subcapítulo traz a discussão do desenvolvimento local pensado em várias vertentes.</p>	<p>Sachs (2002, 2004) Perico (2009); Reis (2010); Santos (2005, 2012); Saquet (2010, 2011); Gusmão (1995); Brandão (2008); Veiga (2005, 2010); Sen (2000); Tenório (2004); Long e Ploeg (1994); Barquero (2001); Filho (1996, 2001); Delgado (2007, 2000); Wanderley (2014); França e Soriano (2010); Abramovay (1998, 2003, 2007); Lteif (2011); Schneider (2010); Bonnal e Maluf (2007); Carneiro e Maluf (2003); Schneider (2010); Costa (2008).</p>
-------------------------------------	---	---

Fonte: quadro elaborado pela autora



**Figura 4:** Quadro analítico da tese

Fonte: Elaborado pela autora

## 2.1. Comunidades Tradicionais Quilombolas: Revisitando seus Significados

As CTQs que possuem costumes repassados de geração em geração e que interagem com a natureza tentam dar continuidade às tradições recebidas de seus antepassados. Para

Certeau (2000), os saberes tradicionais são construídos e reconstruídos todos os dias, por pessoas comuns, de usos comuns e que são os construtores da história. Fica claro o papel do homem simples, como membro detentor de identidade própria, mas que deve ser respeitado pelo poder público e mercado, e inseridos no contexto nacional como matriz de nossa cultura, detentores de saberes populares e, portanto, multiplicadores de conhecimentos, guardiões e mantenedores de nossas raízes e tradições. De acordo com Munanga (2012):

Tem toda razão o autor da frase “tudo é história”, pois tudo tem uma história. Visto deste ponto de vista, a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento no século XV do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e enfim à colonização do continente africano e de seus povos. (MUNANGA, 2012, p. 01).

Entretanto, a formação dos quilombos brasileiros não se restringe, exclusivamente, aos territórios surgidos a partir das fugas dos escravizados. Embora o quilombo de Palmares tenha essa origem, outros quilombos resultaram da posse pacífica, por ex-escravizados, de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica, e também da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros (CARRIL, 2006) – a Lei de Terras de nº 601 de 1850 foi criada com a finalidade da regularização fundiária. A luta pela terra faz parte da realidade dos negros e quilombolas no Brasil, pois, apesar do fim da escravidão, a única coisa que eles passariam a ter era a condição de não serem mais submetidos à exploração do sistema escravista, mas todos os seus direitos, dentre eles o direito do acesso à terra, foram drasticamente minimizados pela Lei de Terras de 1850, pois para a regularização da terra, foi estabelecido que somente através da compra é que se poderia adquiri-la. Segundo Amorim e Tarrega (2019) tal legislação foi criada num momento que a estrutura fundiária estava voltada para o grande latifúndio e sua preocupação era a relação entre a terra e o mercado, o que eliminou as possibilidades de os negros, posteriormente livres, tivesse acesso à terra. Apesar de estarem formalmente livres, encontravam-se excluídos e marginalizados pelos latifundiários, que buscavam alternativas de mão de obra pelo trabalho livre, rejeitando a existência do negro na condição de homem livre.

Para compreender as comunidades quilombolas, é inevitável estabelecer uma relação entre presente e passado. Os governos posteriores à abolição, imperial e republicano, preocuparam-se com a incorporação dos ex-escravizados à sociedade, ao mercado de trabalho ou à proteção social. Dessa forma, sem terra e sem trabalho, a população negra livre não teria lugar na sociedade patriarcal. Segundo Nabuco (2003), como nômades e “mendigos”, sem ocupação fixa, passariam a ser definidos sobretudo pela negação, numa condição intermediária, que não é o escravo, mas também não é o cidadão.

Ao descrever de que forma essas famílias excluídas socialmente foram se adentrando no território brasileiro, sempre que possível, buscando aderir às terras de algum engenho ou fazenda, dos quais se tornavam dependentes, Nabuco (2003) define a situação social da população livre brasileira como a de uma população que vivia nos interstícios das propriedades agrícolas. O autor aponta que essa população foi se adaptando, vivendo como ciganos, aderindo às terras das fazendas ou dos engenhos onde achava agasalho, formando-se em pequenos núcleos nos interstícios das propriedades agrícolas, edificando as suas quatro paredes de barro onde lhe era dada a permissão para fazê-lo – mediante as condições de submissão que constituíam os moradores em servos da gleba (NABUCO, 2003).

Com a Lei de Terras de 1850, fator determinante que colaborou para à exclusão dos negros quilombolas ao acesso à terra, demonstrou-se o interstício de 100 anos em que os negros e quilombolas ficaram à margem da sociedade brasileira. A referida Lei tinha como objetivo principal tratar da propriedade, onde as terras consideradas, até então, devolutas<sup>14</sup> só poderiam ser adquiridas pelo título de “compra”. No entanto, alguns autores, como Silva (2008) e Bauinain (2008), apontam que a criação da Lei de Terras tinha um outro propósito, de apenas regularizar a situação fundiária no Brasil: sua intenção primordial era dificultar o acesso à terra por parte dos quilombolas – escravizados fugidos, à época, pois eles não teriam condições de adquirir título de terra por meio da compra.

Assim, inviabilizava-se o acesso do negro às terras, uma vez que já havia um grande movimento para o fim da escravidão, que daria lugar às determinações do mercado internacional da época, que via no sistema escravista um impasse para a atuação do capitalismo, influenciados pela Inglaterra, a quem o Brasil estava fortemente ligado por motivos políticos e econômicos. O direito à posse da terra foi apenas reconhecido com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no entanto, ainda enfrentam batalhas judiciais para garantir a preservação desses direitos.

Na Constituição Federal de 1988, os artigos 215 e 216 destacam a importância da preservação do patrimônio cultural material e imaterial de grupos populares participantes do processo civilizatório do país. Além disso, as comunidades de quilombos foram complementadas pela criação do Art. 68 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe que “aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”.

Embora a Constituição Federal represente um avanço na garantia de direitos dessas populações, o texto aprovado, ao falar em remanescentes das comunidades de quilombos, revelou-se problemático. Leite (2000), ao discutir o impacto da aprovação da lei junto às comunidades, salienta que os ganhos jurídicos, advindos de uma demanda social, cujo intuito era atender um processo de lutas por direitos de cidadania, tornaram a categoria por demais abrangente para abarcar uma ampla gama de situações que ela pretendia resolver. A noção remanescente de quilombo acabou tornando sua visão restritiva, remetendo à ideia de uma cultura preservada no tempo, algo cristalizado, fixo. Dessa forma, se percebeu a necessidade de expansão do atendimento das disposições legais. O processo de mudanças conceituais sobre os quilombos é instaurado para que seja atendida toda a comunidade negra, rural ou urbana, com origens afrodescendentes.

Nos anos seguintes à Constituição de 1988 houve um movimento de ressemantização da categoria quilombo, liderado, sobretudo, por antropólogos. Tal movimento culminou com o Decreto 4887/2003, que regulamenta a nova concepção de quilombo:

[...] são considerados remanescentes de quilombo “grupos étnicos-raciais segundo critério de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

---

<sup>14</sup> Art. 3º da Lei601/1850

São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

As discussões se colocaram nos meios acadêmicos, e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi chamada pelo Ministério Público para dar o seu parecer em relação ao tema<sup>15</sup>. O documento elaborado pelo grupo de trabalho que se debruçou sobre a questão buscou, inicialmente, desfazer os equívocos referentes à suposta condição remanescente, ao afirmar que:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Tratava-se de desfazer a idéia de isolamento e de população homogênea. O documento posicionava-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade. (LEITE, 1999, p. 341).

Ou seja, mais do que uma realidade inequívoca, o quilombo deveria ser pensado como um conceito que considera a experiência historicamente situada na formação social brasileira, na medida em que não se trata de um grupo social estagnado no tempo, pelo contrário, sua existência enquanto fenômeno social resulta justamente da capacidade desses grupos manterem uma relação com os demais segmentos da sociedade. Após quase dez anos, em 2003, a ABA, em diálogo com o Ministério Público, definiu quilombo como sendo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. (FIABANI, 2005, p. 12).

Nesse contexto, a questão dos quilombos brasileiros revela-se de grande complexidade, pois segundo (LEITE, 2000), tratava-se de se considerar não apenas os aspectos referentes à identidade dos negros do Brasil, mas vários atores envolvidos e os inúmeros interesses conflitantes sobre o patrimônio material e cultural brasileiro, ou seja, questões de fundo envolvendo identidade cultural e política das minorias de poder no Brasil.

Isso aponta para o fato de que os quilombos deixaram de ser caracterizados apenas pelas redes de significação histórica e racial para incorporarem valores econômicos e socioculturais em seu conceito oficial. Schmitt, Tauratti e Carvalho (2002), refletindo sobre o conceito contemporâneo e ampliado de quilombo, enfatizam os elementos “identidade” e “território” como essenciais nesse processo. Assim, a delimitação geográfica na atual conceituação não é uma das principais características de um quilombo, enfatizam-se as relações sociais compreendidas em dado território. Têm, inclusive, como exposto anteriormente, quilombos urbanos.

Dessa forma, observa-se, que a identidade se forma a todo o instante e constrói-se conforme as forças do local, e a interferência das tradições vão sendo “reconstruídas” dentro das comunidades tradicionais. Importante ressaltar o critério da autodefinição dos agentes sociais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação ou posse e o uso dado aos recursos naturais disponíveis. Pensar nos quilombos em seu sentido contemporâneo significa pensar em grupos sociais cuja identidade se constrói em um processo dinâmico, na união de fatores diversos: história, cultura e relações de poder. É pensar em atores sociais detentores de discursos múltiplos que se constroem como sujeitos em suas relações com seus pares e com o universo externo às comunidades em que vivem. Ignorar as diferenças e peculiaridades desses sujeitos, certamente apresenta-se como um fator negativo para a construção de sua identidade.

---

<sup>15</sup> Em outubro de 1994, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais para elaborar um conceito de —remanescente de quilombo. Reunião ocorrida no Rio de Janeiro, cujo documento foi assinado por: João Pacheco de Oliveira (Presidente), Eliane Cantarino O’Dwyer (Tesoureira), João Baptista Borges Pereira (USP) Lucia Andrade (Comissão Pro Índio de São Paulo, Iika Boaventura Leite (NUER/UFSC), Dimas Salustiano da Silva (SMDDH e UFMA), Neusa Gusmão (UNESP). O documento na íntegra encontra-se publicado no Boletim Informativo do Nuer, v. 1, n. 1, 1996, pp.81. (LEITE, 1999, p. 14).

Segundo Barth (1998), a caracterização de um grupo como remanescente de quilombos baseia-se nos seguintes elementos: identidade<sup>16</sup> étnica, territorialidade<sup>17</sup> e autonomia. Na atual discussão da antropologia, como pode ser observado, os quilombos são percebidos como “grupos étnicos” mediante a análise da organização social de comunidade. O que interessa, de fato, são a autoatribuição e atribuição por outros. Ou seja, a atenção recai sobre um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros como uma população distinta. O autor aponta que a interação, em si, não é único fator gerador de cultura e de limites para cada grupo; observa-se que os contatos externos a um grupo são, também, constitutivos da estrutura desse grupo, enquanto comunidade – essa é organizada por meio de uma construção coletiva, simbolicamente instituída. Segundo Cohen, a comunidade se expressa da seguinte forma:

A comunidade como experimentada por seus membros — não consiste em estrutura social ou “no fazer” do comportamento social. Ela é inerente “no pensar” sobre ela. É nesse sentido que podemos falar de comunidade como um construto simbólico antes que estrutural. Ao se procurar compreender o fenômeno da comunidade, nós temos que considerar suas relações sociais constituintes como repositórios de significado para seus membros, não como um conjunto de elos mecânicos. (COHEN, 1985, p. 98).

O conceito de comunidade exposto acima serve para analisar que a etnicidade se constrói nos limites da sociedade menor, nos vínculos demarcados pelo pertencimento. Esse sentimento de pertença se estabelece através da ligação do grupo à terra, o que configura na expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

## **2.2. Políticas Públicas**

O conceito de Políticas públicas abordado neste subcapítulo é entendido como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Dessa forma, buscou-se abordar a conceituação das Políticas Públicas, do histórico do processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa Brasil Quilombola.

### **2.2.1. Elementos conceituais**

O debate acerca do tema “políticas públicas” tem sido ampliado, nos últimos tempos, registrando a importância do campo de conhecimento desse termo, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Para Souza (2006), três fatores levaram ao desenvolvimento do campo de políticas públicas, que são relativos a questões democráticas e instrumentais do governo. Para a autora, países em desenvolvimento deram um primeiro passo com relação ao surgimento e evolução das políticas públicas no que se refere a políticas de restrição de gasto. Esse fato levou ao desenvolvimento do desenho das políticas públicas, as quais passaram a ter um desenho de cunho econômico e social. O segundo fator é relativo ao movimento pós-guerra, que levou a um novo pensamento com relação aos gastos públicos. Naquele momento, observou-se um novo modo de provimento de serviços que começa a trazer o equilíbrio de gastos por meio de orçamentos públicos, deixando de lado as políticas keynesianas vigentes até o momento. O terceiro fator mencionado pela autora gira em torno da discussão sobre democracias recentes ou não consolidadas. Há um

---

<sup>16</sup>O conceito será discutido no capítulo 3

<sup>17</sup>Idem

fator importante que levaria ao fraco desenvolvimento do desenho das políticas públicas nesses países, principalmente em países latino-americanos que não conseguem realizar melhoras efetivas com relação à questão social e econômica na vida da sociedade em geral. São muitas as questões que permeiam o desenho de uma política pública: instituições, atores públicos e políticos, regras e conflitos – que moldaram o processo e, conseqüentemente, os seus resultados. O conceito de políticas públicas não possui um significado único. Souza (2006), cita em seu texto importantes autores que conceituam políticas públicas de modos complementares.

O primeiro deles, Mead (1995), afirma que as políticas públicas é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Anteriormente à Mead a autora cita Lynn (1980), o qual coloca que políticas públicas é um conjunto de ações do governo que produzem efeitos específicos. Cita ainda Peters (1986), que coloca que políticas públicas são a soma das atividades do governo. Já Dye (1984) as define como uma escolha ou não do governo. De acordo com Souza (2006), a definição mais conhecida é de Lasswell (1936), autor que introduziu na discussão o conceito de *policynalysis*. Para a autora “a definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que, e que diferença faz”. (SOUZA, 2006, p. 5).

As Políticas públicas vêm se constituindo como um campo de conhecimento com um vasto interesse no desenvolvimento de planos, ações, pesquisas e avaliações por parte de diversas disciplinas. De tal modo, há uma diversidade de perspectivas possíveis para a abordagem desse tema tanto no que se refere a conceitos como a enfoques do que seja relevante considerar quando a proposta é estudar as políticas públicas (SOUZA, 2006).

A noção de política pública, geralmente, é usada para se referir a proposições, medidas e ações do governo dirigidas aos problemas de uma determinada população na tentativa de gerir soluções relacionada ao Estado democrático moderno. Segundo Souza (2006) e Spink (2011), falar de política pública remete a levantar questões sobre o contexto de construção dessas políticas e acerca dos atores que estão envolvidos nessa rede heterogênea. As políticas públicas refletem na economia e nas sociedades, daí o motivo de que qualquer teoria da política pública precisa, também, explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade. Dessa forma, as políticas públicas podem ser definidas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação, quando necessário, propondo mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Observa-se que o processo de formulação de uma política envolve a identificação dos diversos sujeitos e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública, para que, posteriormente, ocorra a sua regulamentação como política pública. Percebe-se, então, a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e para, assim, formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos (CUNHA, 2002).

Segundo Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. O autor aponta, ainda, que as políticas públicas demonstram no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Do ponto de vista teórico-conceitual, Peters (1986) aponta que a política pública são campos multidisciplinares e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, por causa disso que qualquer teoria da política pública precisa, também, explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Souza (2006), traz à política pública o sentido holístico, buscando entender seus significados em sua totalidade, utilizado, segundo a autora, em todas os campos de discussão, com olhares diferenciados a um mesmo conceito.

Se admitirmos que a política pública é um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que, como referido acima, a área torna-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos. Assim, apesar de possuir suas próprias modelagens, teorias e métodos, a política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, a ela não se resume, podendo também ser objeto analítico de outras áreas do conhecimento, inclusive da econometria, já bastante influente em uma das subáreas da política pública, a da avaliação, que também vem recebendo influência de técnicas quantitativas. A segunda é que o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários “olhares”. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 7).

As Políticas Públicas são, ao mesmo tempo, uma forma de colocar o governo em ação, uma vez que os problemas podem ser colocados em pauta, na agenda pública, pela sociedade civil (SPINK, 2011). Para Viana (1997), é importante trabalhar um conceito preciso e abrangente para a política pública, que muitas vezes é ofuscada pela multiplicidade de modelos conceituais existentes. Conforme Costa (1998), a política pública é um espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses. Segundo Teixeira (2002),

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Souza (2006) pontua que é possível resumir “política pública” como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Para Mattos (1999), políticas públicas é uma resposta dada pelo Estado a um conjunto de demandas postas pela sociedade. De acordo com Spink (2011), a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados, e embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo e envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica, também, implementação, execução e avaliação.

As políticas públicas possuem um processo dinâmico com negociações, pressões, mobilizações e conflitos de interesses. Abrange a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização e ações que viabilizem sua participação. Segundo Teixeira (2002), é preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade.

Na sociedade civil também há uma disparidade de interesses e de visões que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso. Essa formulação, hoje, se torna complexa devido à fragmentação das organizações, apesar de algumas iniciativas de articulação em alguns setores. Para Teixeira (2002), alguns elementos de conteúdo e de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Esses elementos precisam ser traduzidos, contudo, em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas.

Todas essas conceituações apontadas trazem contribuições para a compreensão das políticas públicas. Contudo, o sentido que será utilizado nesta tese será de acordo com Teixeira (2002), por acreditar que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Se tratando de uma análise da organização socioeconômica, política e institucional das CTQS nos territórios e seu protagonismo no controle e gestão social das políticas públicas, será utilizado, também, o pensamento de Koga (2003), que abrange a implementação da política pública no território e aponta que pensar na política pública a partir do território exige, também, um exercício de revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive nesse território – se considera para além do espaço físico, isto é, como toda a gama das relações estabelecidas entre seus moradores, que, de fato, constroem e reconstroem.

### **2.2.2. Processo de construção da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**

A Constituição Federal de 1988, entendida como elemento primordial na materialização dos direitos individuais e coletivos, é um marco histórico no processo de redemocratização política no Brasil. Para além da abertura política com repercussão para a sociedade de maneira geral, oferece um outro processo de democratização mais amplo e incluyente ao reconhecer as formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade brasileira. É o caso dos direitos diferenciados reconhecidos aos povos indígenas e comunidades quilombolas. Oferecendo prerrogativas diferenciadas para esses povos e comunidades, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) opera de forma direta nos princípios fundamentais da constituição do próprio Estado brasileiro, flexibilizam os conceitos vigentes sobre o que é a sociedade brasileira, a forma como ela é composta e como ocorreu a sua formação.

O estabelecimento de tais direitos revela não só o reconhecimento por parte do Estado da diversidade sociocultural existente no Brasil, mas também a necessidade de se repensar conceitos acerca de noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de forma que os mesmos passem a incluir princípios mais adequados às realidades diferenciadas

desses povos e comunidades expressas nos termos legais (artigo 231 da CF/88<sup>18</sup> e artigo 68-ADCT da CF/88<sup>19</sup> – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

O Governo Federal implementou alguns programas voltados para esses segmentos sociais, visando contemplar suas especificidades no âmbito de políticas nacionais. Dentre essas iniciativas encontra-se o Programa Brasil Quilombola<sup>20</sup>, o Plano Nacional da Reforma Agrária I e II<sup>21</sup>, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural<sup>22</sup> e o Programa Comunidades Tradicionais<sup>23</sup>.

Em 27 de dezembro de 2004 foi estabelecida a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) através de Decreto da mesma data, presidida, na época, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), através da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, as atribuições de Secretaria-Executiva. Entre as principais atribuições dessa comissão estão: coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, estabelecendo princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes no âmbito do Governo Federal e dos demais Níveis de Governo; propor e orientar as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, com especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial; identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à boa implementação de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público, quanto para a sociedade civil, visando o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; promover debates e consultas públicas sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. (CNPCT BRASIL, 2006).

A CNPCT, como observado, é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, e tem como uma de suas principais atividades a coordenação e o acompanhamento da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Objetivando o debate acerca da (PNPCT), o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizaram, entre os dias 17 e 19 de agosto de 2005, na cidade de Luziânia, no estado de Goiás, o I Encontro Nacional de

---

<sup>18</sup> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

<sup>19</sup> Art. 68- ADCT. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

<sup>20</sup> O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas.

<sup>21</sup> O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) busca melhorar a distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

<sup>22</sup> Foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

<sup>23</sup> Programa voltado para o fomento de projetos de produção sustentáveis nos mais diferentes segmentos das comunidades tradicionais. Inicialmente destinado à região amazônica, foi ampliado, a partir de 2006, para todas as regiões do Brasil.

Comunidades Tradicionais com o tema: Pautas para Políticas Públicas. Tal evento teve como principal objetivo estabelecer uma discussão conceitual a respeito do termo “comunidades tradicionais no Brasil” e identificar, junto aos representantes das diversas comunidades subentendidas neste conceito, quais as principais demandas do setor em políticas públicas e os principais entraves para que tais políticas possam ser efetivadas construindo, assim, um texto base para a (PNPCT). Para além de construção do texto base para a (PNPCT), o encontro acima mencionado resultou na eleição dos representantes das comunidades tradicionais, os quais passariam a compor a CNPCT. Os participantes compreenderam ser necessário que a Comissão Nacional passasse a ser composta por 15 órgãos governamentais e 15 representantes das comunidades tradicionais, mantendo a presidência pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria-Executiva pelo Ministério do Meio Ambiente. As comunidades tradicionais estão representadas segundo 15 categorias eleitas pelos participantes entre titulares e suplentes: sertanejos (Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas); seringueiros (Conselho Nacional de Seringueiros); comunidades de fundo de pasto (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto); quilombolas (Coordenação Nacional de Quilombolas); agroextrativistas da Amazônia (Grupo de Trabalho Amazônico); faxinais (Rede Faxinais); pescadores artesanais (Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE); povos de terreiro (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kôdya); Cigana (Associação de Preservação da Cultura Cigana e indicação do Centro de Estudos e Discussão Romani); pomeranos (Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo); indígena (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo); pantaneiros (Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento e Colônia de Pescadores CZ-5); quebradeiras de coco (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão); caiçaras (Rede Caiçara de Cultura e União dos Moradores da Juréia); gerzeiros (Rede Cerrado e Articulação Pacari) (CNPCT – BRASIL, 2006).

Durante o encontro, os representantes das comunidades tradicionais indicaram algumas demandas consideradas prioritárias para subsidiar os trabalhos da CNPCT, sendo elas: regulamentação fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais; educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais; reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil); não criar mais Unidades de Conservação de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais; resolução de conflitos decorrentes da criação de Unidades de Conservação de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais; dotação de infra-estrutura básica; atenção à saúde diferenciada, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes; reconhecimento e fortalecimento de suas instituições e formas de organização social; fomento e implementação de projetos de produção sustentável; garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social; garantia de segurança às comunidades tradicionais e seus territórios; evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando impactos sociais e ambientais.

Outros encontros também foram realizados no sentido de aprofundar os debates ocorridos no Encontro de Luziânia (GO). Ocorridos em regiões diferentes: um em Belo Horizonte (MG); dois no Vale do Rio São Francisco nas cidades de Delmiro Gouveia (AL) e Paulo Afonso (BA); um em Porto Alegre (RS); e um em Montes Claros (MG). Em 2 de dezembro de 2005 foi realizado, em Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas, o I Encontro dos Povos Tradicionais do São Francisco como parte da programação do Festival EcoCultural para a Revitalização do Rio São Francisco, ocorrido entre os dias 1º e 4 de dezembro, nas cidades

de Paulo Afonso (BA), Delmiro Gouveia (AL), Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL). O principal objetivo do I Encontro dos Povos Tradicionais do São Francisco foi promover a articulação, mobilização e integração das comunidades da região nas áreas de Revitalização do São Francisco.

O outro objetivo foi o de estabelecer uma rede local que pudesse dialogar com e subsidiar a CNPCT em seu trabalho, tendo em vista que 4 das 15 instituições que passariam a representar a sociedade civil na Comissão encontram-se sediadas na Bacia do Rio São Francisco. No encontro, foi apresentada às autoridades presentes uma Carta Compromisso, elaborada pela sociedade civil durante a Assembleia Popular Pela Vida do Rio São Francisco, do Semiárido e do Brasil, realizada dia 09 de outubro na cidade de Juazeiro (BA), a qual contou com a participação de 1.200 pessoas de todo o Nordeste, integrantes de mais de 60 organizações sociais. O documento também foi utilizado para a elaboração do texto base de PNPCT. Em 10 de março de 2006, a Coordenação de Agro extrativismo da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou, em Paulo Afonso (BA), com a cooperação do programa GESTAR<sup>24</sup> (SDS/MMA), a I Reunião da Comissão dos Povos Tradicionais do São Francisco, cujos principais objetivos foram: definir uma agenda para a realização de 3 seminários nas sub-bacias do médio, submédio e Baixo rio São Francisco, objetivando identificar as comunidades tradicionais das sub-bacias; identificar as demandas a serem priorizadas na região e discutir a rede/comissão para implementação do Programa de Revitalização. Como resultado, ficou acordada uma nova reunião envolvendo as regiões do submédio e baixo São Francisco, realizada entre os dias 29 e 31 de maio de 2006, com a participação de diversas instituições do governo e da sociedade civil, entre eles, Cáritas, UNEB, IBAMA, FUNAIS, Instituto Xingó e MST.

Em 5 de março de 2006, o MMA, o MDS e o MDA realizaram, na cidade de Porto Alegre (RS), o Seminário Nacional com o tema: A questão da institucionalização do acesso ao território de comunidades tradicionais extrativistas e locais. O principal objetivo do seminário nacional foi o de construir uma proposta de agenda de trabalho para a CNPCT, no que se refere a esta temática. Em 17 e 18 de março de 2006, em Montes Claros (MG), foi realizado o Encontro de Agricultura Familiar e Reforma Agrária na Bacia do São Francisco. O evento contou com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais, entre elas: MMA, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Promotoria de Justiça do Rio São Francisco, IBAMA, INCRA, UNIMONTES, ICA/UFGM, MST, Cooperativas de Agricultores Familiares, Associações Quilombolas e Indígenas, Liga Camponesa, Cáritas Janaúba, Cáritas Janaúria, Cáritas Montes Claros, Cáritas Paracatu, Grupo João Botelho Neto de São Francisco, Grupo Mata Seca de Manga e ONG Vereda de Coração de Jesus. Teve como objetivo geral exercitar as parcerias interinstitucionais como estratégia para atingir objetivos afins no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PR-SF), bem como ampliar a participação dos movimentos sociais no planejamento e avaliação de ações que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades na região de atuação do PR-SF. As discussões referentes ao encontro também serviram de subsídio para o texto base da PNPCT.

Em 28 de março de 2006, o MMA/MDS, a Associação Brasileira de Antropologia e a Rede Faxinaíl<sup>25</sup>, promoveu, durante a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8), o evento paralelo intitulado: A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: uma

---

<sup>24</sup>O Programa Gestar foi coordenado pelo governo federal (SDT/MMA) destinado as comunidades rurais com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade ambiental e de vida dessas populações.

<sup>25</sup> Comunidades que se caracterizam por praticar um sistema de uso integrado da terra, atividades silvipastoris e extrativistas, além de agricultura de subsistência.

experiência na criação de espaços públicos para povos indígenas e comunidades locais. O evento teve como objetivo divulgar a CNPCT como instância de discussões acerca das especificidades étnico-sociais. Contou com a presença de, aproximadamente, 50 pessoas, em sua maioria brasileiros, estando também presentes vários representantes de comunidades tradicionais que participaram da COP8. (CNPCT – BRASIL, 2006).

Para o melhor entendimento dos desafios expostos nos encontros e trabalhos realizados pela CNPCT, torna-se importante observar os princípios constitucionais e legais já existentes para atendimento de apenas parte dessas populações: o direito indígena consubstanciado nos Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Na esfera infraconstitucional, esses direitos se expressam pela Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que trata do procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências; Convenção 169 da OIT<sup>26</sup>, sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil pelo Decreto nº. 5.051 de 19 de abril de 2004. No caso das populações quilombolas: o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ATCD reconhece a propriedade definitiva das terras que estão ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. A regulamentação deste direito se dá, atualmente, pelo Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que estabelece os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Para os demais segmentos sociais que compõem a ampla categoria de povos e comunidades tradicionais não há, nos princípios constitucionais, o estabelecimento de direitos diferenciados específicos. Considerando as fragilidades dos mesmos, cabe, a partir delas, mensurar os desafios implicados no estabelecimento de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e promover o reconhecimento da competência e esforço realizado pela CNPCT (CNPCT BRASIL, 2006).

Deve-se considerar, ainda, que o sucesso para implementação, de fato, de qualquer política pública deve estar centrado na legitimidade de suas propostas e no reflexo que tenham junto às ações de governo, valorizando a demanda e a participação da sociedade. No primeiro semestre de 2006, um novo levantamento foi realizado considerando as ações ligadas aos órgãos da administração pública federal que passariam a compor a CNPCT após o encontro de Luziânia. Como resultado, foram obtidas 180 ações em 44 programas de governo, o que demonstra já existir uma base a ser trabalhada para a consolidação de uma Política Nacional realmente multissetorial, sendo este um momento estratégico para esse debate e formulação (BRASIL, 2006).

Nos dias 26 e 28 de junho de 2006, visando subsidiar os trabalhos da CNPCT, o MDS e o MMA realizaram uma oficina de trabalho com representantes de órgãos da administração pública federal, a qual teve como resultado a proposta de texto base para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT BRASIL, 2006). Em 14 de julho de 2006, foi publicado no D.O.U, o Decreto de 13 de julho de 2006, substituindo o Decreto de 2004, estabelecendo a nova composição da CNPCT, a contar com os seguintes membros, pelo Governo Federal: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Presidência); Ministério do Meio Ambiente – MMA (Secretaria Executiva); Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério da Cultura – MinC; Ministério da Educação – MEC; Ministério do Trabalho – MTE; Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPPIR; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

---

<sup>26</sup> A Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolve o seu trabalho no âmbito da redução da pobreza, de uma globalização justa e na melhoria das oportunidades para que mulheres e homens possam ter acesso a trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.

– SEAP; Fundação Cultural Palmares; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Pela Sociedade Civil: Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (titular e suplente); Conselho Nacional de Seringueiros (titular e suplente); Coordenação Estadual de Fundo de Pasto (titular e suplente); Coordenação Nacional de Quilombolas (titular e suplente); Grupo de Trabalho Amazônico (titular e suplente); Rede Faxinais (titular e suplente); Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (titular e suplente); Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (titular) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kôdya (suplente); Associação de Preservação da Cultura Cigana (titular), e suplente indicado pelo Centro de Estudos e Discussão Romani (suplente); Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas (titular) e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (suplente); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (titular), e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (suplente); Fórum Matogrossense de Desenvolvimento (titular) e Colônia de Pescadores CZ-5 (suplente); Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (titular) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (suplente); Rede Caiçara de Cultura (titular) e União dos Moradores da Juréia (suplente); Rede Cerrado (titular), e Articulação Pacari (suplente). (CNPCT – BRASIL, 2006).

Nos dias 02 e 03 de agosto de 2006, ocorreu a reunião de instalação da CNPCT tendo entre seus pontos de pauta a análise e o debate do texto base apresentado pela Secretaria-Executiva a partir dos subsídios construídos durante a oficina de trabalho governamental do mês de junho. Após a reunião, todas as contribuições apresentadas pelos representantes governamentais e sociedade civil foram consolidadas e encaminhadas para deliberação durante a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT, ocorrida entre os dias 30 de agosto e 01 de setembro de 2006, em Brasília. Durante esta 2ª Reunião foi aprovada a versão final do texto base da PNPCT a ser submetido à apreciação dos representantes de povos e comunidades tradicionais divididos em cinco Oficinas de Trabalho Regionais, realizadas no período de 14 a 24 de setembro de 2006, nos seguintes locais e datas: Belém e Rio Branco: 14 a 16 de setembro; Curitiba: 18 a 20 de setembro e Cuiabá e Paulo Afonso: 21 a 23 de setembro. Participaram das referidas oficinas cerca de 350 lideranças representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. (CNPCT – BRASIL, 2006).

Os resultados obtidos durante os cinco eventos foram sistematizados em dois documentos – um contendo todas as propostas apresentadas em cada uma das oficinas e outro contendo uma proposta da relatoria de consolidação das propostas apresentadas em comparação com a proposta originalmente apresentada. Tais documentos foram apresentados à CNPCT, em sua 3ª Reunião Ordinária ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 2006, em Brasília – DF. Tal reunião teve como objetivos apresentar os resultados obtidos durante as Oficinas Regionais, submetendo o relatório final à aprovação da CNPCT, bem como a elaboração e aprovação do Decreto de instituição da PNPCT, cuja proposta de texto foi apresentada pela Secretaria-Executiva da CNPCT subsidiada pela Consultoria Jurídica do MMA. A proposta de Decreto aprovada pela CNPCT foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, conjuntamente pelos MDS, em 24 de dezembro de 2006, tendo sido submetida à análise dos Ministérios da Justiça, Saúde e Previdência e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (CNPCT – BRASIL, 2006).

Em 8 de fevereiro de 2007, foi finalmente publicado no Diário Oficial da União o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecendo os princípios, objetivos e

instrumentos para a sua implementação. Objetivando a ampliação de políticas e as interações institucionais em torno da pauta quilombola, centralizadas principalmente na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e no Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PIGRE), do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>27</sup>, hoje extinto, se inaugura em 2004 o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e em 2007 a Agenda Social Quilombola, instrumentos políticos de força e amplitude crescentes nas conquistas de direitos da população quilombola em todo o país.

No dia 20 de maio de 2016, a Medida Provisória 726 é retificada de modo a manter a titulação das terras quilombolas com o INCRA, que agora se vincula ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Contudo, o novo governo através do artigo 2º do Decreto 8.780 de 27 de maio de 2016, estabelece a transferência do MDSA, para a Casa Civil da Presidência da República e assim a competência pela “delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto.” (BRASIL, 2016). Na sequência, em 29 de setembro, ainda de 2016, o presidente em exercício, por meio do Decreto 8.865/2016, transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e INCRA para a Casa Civil. A Casa Civil da Presidência da República assume uma clara postura em benefício dos grandes empresários do campo do agronegócio, o que caracteriza retrocessos sociais, ambientais e políticos. (BRASIL, 2016).

Em 2 de janeiro de 2019 foi criada pelo Decreto nº 9.667 a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), com extinção e transferência das competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), evidenciando o processo de descontinuidade – não apenas institucional – das políticas de cunho territorial no país. Tal processo não se dá apenas pela redução de uma agenda, mas também, na escolha e valorização de outra, a do agronegócio (favorecendo principalmente os grandes proprietários de terras).

### **2.2.3. Programa Brasil Quilombola**

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Programa é coordenado pela SEPPIR e conta com a articulação e colaboração de 11 órgãos da administração pública federal. Norteado pelos princípios definidos pelo Decreto nº 4.886 de 20 de novembro de 2003, que estabelece a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o PBQ se sustenta na tríade: gestão descentralizada, transversalidade e gestão democrática. Essa proposta, além de adotar a estratégia de distribuir compromissos entre diferentes órgãos do governo federal, prevê o fortalecimento das redes institucionais de âmbito estadual e municipal, bem como o protagonismo das comunidades quilombolas e dos movimentos sociais na proposição de diretrizes e monitoramento da política (BRASIL, 2018). Com a finalidade de transparecer e dar efetividade às estratégias e instrumentos políticos que orientam o Programa Brasil Quilombola, cria-se, em 20 de novembro de 2007, a Agenda Social Quilombola (ASQ), definida pelo Decreto n.6.261/07, em seu artigo 1º estabelece:

As ações que constituem a Agenda Social Quilombola, implementadas por meio do Programa Brasil Quilombola, serão desenvolvidas de forma integrada

---

<sup>27</sup> Em 12 de maio de 2016, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff, o governo interino revoga a Lei n. 10.683 de 28 de maio de 2003 e edita a Medida Provisória n.726. Entre outras mudanças, esta iniciativa promove a fusão entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome; criando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Em 2016 através do artigo 2º do Decreto 8.780 de 27 de maio de 2016 estabelece a transferência do MDSA para a Casa Civil da Presidência da República.

pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2018).

Dessa forma, não é atribuído a um único órgão, ministério, secretaria ou fundação, o compromisso com a temática quilombola. Pode-se evidenciar, também, a mudança de postura do Estado brasileiro diante da pauta, que deixa de ter seu centro na questão cultural para considerar novas dimensões da conformação social desse grupo. A Agenda Social Quilombola (ASQ) criou um Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ), constituído por vários ministérios para tratar de forma participativa e descentralizada as demandas atribuídas a esta população.

Os parâmetros norteadores da Agenda Social Quilombola foram estruturados em quatro eixos principais de ações, sendo eles: **1) acesso à terra** – conforme definido no Decreto 4.886/03, define a “execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas”; **2) infraestrutura e qualidade de vida** – “consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social”; **3) inclusão produtiva e desenvolvimento local** – “apoio ao desenvolvimento local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades”; e **4) direitos e cidadania** – “fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades quilombolas considerando critérios de situação de difícil acesso, impacto por grandes obras, em conflito agrário, sem acesso à águas e/ou energia elétrica e sem escola”. Além desses, atualmente, o CGASQ discute a inclusão da agenda socioambiental como um eixo específico de atuação das políticas voltadas às populações quilombolas (BRASIL, 2018).

Prioridades como índices significativos de violência, baixa escolaridade e situação de vulnerabilidade social são destacadas na Agenda Social Quilombola. Alguns autores como Santos (2012) e Arruti (2009) apontam que o PBQ apresenta um posicionamento dual das políticas para comunidades quilombolas. Os autores enfatizam que se por um lado o Programa reconhece as especificidades quilombolas e se compromete com a elaboração de estratégias que incluem o sistema de diversidade denominado quilombo, por outro é importante incluí-los em políticas generalizantes de combate à pobreza e segregação. Segundo Arruti (2009), essa diferença de abordagem se traduz em políticas como a fundiária, que parte de uma base de individualização da situação de exclusão a que estão submetidas as comunidades quilombolas, enquanto as áreas de saúde e educação tendem a incluir este grupo como um caso especial de políticas universais de caráter redistributivo (BRASIL, 2018).

Em relação ao PBQ, é possível apontar alguns desafios inerentes ao próprio controle público, as estruturas administrativas e bases legais distintas, perspectivas político-teóricas diferenciadas e transição de governos. Nesse contexto, Simone Santos (2012) destaca, ainda, que na seletividade da gestão pública, a opção pela intersectorialidade pode reduzir a efetividade de políticas ainda pouco maduras, como no caso do PBQ, e esconder um método de otimização dos gastos públicos. Segundo documento de criação de um modelo lógico do Programa Brasil Quilombola elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos de 2018 (BRASIL, 2018), há uma constante mudança da composição do Comitê Gestor que exige que novas relações e direcionamentos sejam frequentemente reconstruídos e fortalecidos. Essas alterações se deram, também, na própria SEPPPIR, que em seu papel de membro articulador, teve que se repensar e

reestruturar inúmeras vezes frente às diferentes conformações que assumiu. Tal fator compromete, com certeza, a capacidade de gestão da SEPPIR, cujo papel de articulação e controle é apontado por membros do Comitê como ainda insipiente. Com relação a isso, um dos membros do Comitê aponta que a SEPPIR é a gestora de todas as ações da nossa coordenação.

O PPA de ações étnico raciais é na SEPPIR. O PPA das ações quilombolas é na SEPPIR. O controle do Brasil quilombola é na SEPPIR. E já há algum tempo eu sinto a necessidade de saber se ela está realmente acompanhando. Aquilo que está no PPA, está acontecendo? Como eu participei da SEPPIR desde a criação, ela tem uma finalidade específica. Coordenar os outros órgãos. Ela não executa, ela coordena. Está coordenando? E não estou falando da administração atual não. (MEMBRO DO CGASQ, BRASIL, 2018) .

Grande parte das ações do Programa são possíveis graças a sua incorporação nos Planos Plurianuais, sendo o primeiro o de 2004-2007 e atualmente está em vigência o de 2015-2019. Foram criados muitos programas temáticos específicos, distribuídos em praticamente todos os órgãos que compõem o comitê gestor, além de iniciativas de âmbito estadual e municipal. Contudo, se pode destacar conforme documento de criação de um modelo lógico do Programa Brasil Quilombola citado anteriormente (BRASIL, 2018), que apesar dos notórios avanços alcançados, a insuficiência do orçamento destinado ao PBQ e o descompasso entre o que é orçado e o que é efetivamente executado, continua a ser um entrave para a ampliação de alcance do Programa. Com relação a isso, a gestora da SEPPIR defende:

Se o governo brasileiro realmente quisesse que comunidades tradicionais (enfim, a gente está falando de comunidades tradicionais, mas isso vale para todos os outros direitos específicos: gênero, sexualidade, pessoa com deficiência, população de rua). Mas que se o governo brasileiro realmente acreditasse em uma política de igualdade racial, ele teria dado para gente e não para outros ministérios o poder de decidir se vai ou não fazer a política. Porque no limite é isso né? Eles têm o dinheiro. Ele teria dado pra gente o poder de influenciar que o outro fizesse. Ele teria dado pra gente o dinheiro para chegar para os Ministérios e dar suporte sobre o que fazer (BRASIL, SEPPIR, 2018).

O caráter intersetorial da política, que prevê a independência orçamentária das diferentes instituições participantes, dificulta sua gestão orçamentária e controle. Isso acontece porque muitas vezes as ações voltadas às populações quilombolas se dissolvem frente a outras demandas dos diferentes ministérios, sendo não raro destinados a outras áreas.

### **2.3. Controle e Gestão Social**

A participação e controle social no contexto desta pesquisa está atrelado ao direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Buscou-se compreender de que forma as políticas públicas voltadas às CTQ vêm sendo acompanhadas e se esse processo está atrelado aos conceitos de Controle e Participação Social, Gestão Social, Democracia e Interesse Bem Compreendido e de que forma as Redes podem colaborar para o princípio da “participação popular”. Tais conceitos foram abordados neste subcapítulo. A gestão social foi abarcada de acordo com o modelo de Democracia deliberativa de Habermas, na medida em que o alicerce de seu processo de tomada de decisão pressupõe a participação de todos os atores sociais que direta ou indiretamente tenham relações com o tema em debate. O interesse bem compreendido e as redes foram temas abordados como forma de

fortalecer a organização social e o entendimento acerca da importância da unidade territorial e os laços de cooperação no acompanhamento das políticas públicas.

### **2.3.1. Controle e participação social**

A expressão “controle social” tem sido usada por vários seguimentos da sociedade com sentidos diferentes, dependendo da concepção de Estado e sociedade civil adotados. O termo tem origem na sociologia, foi inicialmente empregado para criar meios que instituem a ordem social, como forma de disciplinar a sociedade, assegurando um conjunto de regras e princípios aos indivíduos, para manter determinada ordem. A partir da teoria política, o Controle Social passou a ter significado ambíguo da concepção de Estado e sociedade civil. Nessa perspectiva, é empregado tanto para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado. De acordo com Bravo e Menezes (2011), historicamente, a categoria controle social foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sob as massas. É nessa acepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia clássica, ou seja, no seu sentido coercitivo sobre a população. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. Segundo Dagnino (2004), devido à participação e pressão política de diversos atores da sociedade civil, a Constituição de 1988 se caracterizou como marco formal deste processo democratizante, uma vez que representa a possibilidade e formalização, como exigência legal, de espaços de discussão e de tomada de decisões relacionadas a questões e políticas públicas. Além do mais, através dessas arenas deliberativas, a Constituição estabelece, de forma institucional, a participação dos cidadãos nas definições e encaminhamentos das políticas públicas no país, permitindo, assim, que haja canais de diálogo e negociação permanentes por meio dos quais os anseios e necessidades da sociedade possam ser levados às discussões e decisões de interesse geral. Segundo Gohn (2001), a participação popular nesse contexto pode ser concebida como intervenção social periódica e planejada, no decorrer de todo o processo de formulação e implementação de uma política pública, pois toda ênfase consiste nas políticas públicas. Villela (2008) aponta que um caso que exemplifica a importância das ações empreendidas pela participação social no setor público é o dos distritos industriais Italianos, que receberam forte apoio das instituições de governo locais para sua estruturação e manutenção.

O controle e participação social das comunidades quilombolas trazem um novo olhar sobre o rural – resgata o cidadão crescentemente participativo não só nas suas questões (local), mas também nas nacionais e internacionais, como constatado que em algumas das comunidades quilombolas seus líderes participam de instâncias externas de controle e participação social. Segundo Gehlen (2004), dois aspectos emergem com clareza desse olhar: as tendências que apontam para transformações profundas do rural; e o dinamismo social expresso nas lutas por interesses específicos e pela construção de referências novas, junto e para a sociedade local, nacional e mesmo global. Nesse sentido, as políticas de tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como os quilombolas), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que conseguem alcançar um protagonismo político. O próprio Programa Brasil Quilombola é implementado através uma gestão descentralizada, transversal e democrática, criando um Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola (CGASQ) constituído por vários ministérios para tratar de forma participativa e as demandas atribuídas a essa população.

Para Gehlen (2004), no Brasil, a noção de desenvolvimento local se fortalece através de políticas públicas, de organizações locais formais e informais. Pode-se definir o desenvolvimento local como as dinâmicas social, econômica, política e cultural num território demarcado por especificidades. O desenvolvimento local resulta da potencialização da

participação dos beneficiários, através de iniciativas comunitárias, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas.

O desenvolvimento local está atrelado, intrinsecamente, ao nível de controle e participação social de uma dada comunidade. Sen (2000) Aponta que a privação das potencialidades do ser humano nas suas funções sociais e políticas limitam o desenvolvimento. Fornecer subsídios para avaliação das políticas, é também uma boa oportunidade para adquirir novos instrumentos para responder à questão do papel das instituições e do Estado em particular, no processo de desenvolvimento.

Segundo Sem (2000), uma sociedade deve ser avaliada segundo a teoria do desenvolvimento como Liberdade, através das liberdades substantivas que os indivíduos dessa determinada sociedade desfrutam. Esse modelo e avaliação do êxito de uma sociedade difere do modelo de avaliação mais tradicional, que se foca apenas em variáveis como renda real. Essa liberdade defendida pelo autor implica diretamente no controle e participação social da política, a exemplo do modelo proposto por Jürgen Habermas.

Tais liberdades substantivas são os frutos do desenvolvimento, de modo que a falta de disposições sociais e econômicas, tais como os serviços de saúde e educação, limitam a atuação livre dos cidadãos impedindo-os de se alimentarem adequadamente, adquirirem remédios e tratamentos, obterem conhecimento e instrução. Através de tais carências um indivíduo tem sua liberdade limitada, vivendo diante de condições degradantes, sem perspectivas de alcançar idades mais avançadas ou de participar de maneira atuante na política, a exemplo do modelo proposto por Jürgen Habermas acerca da cidadania deliberativa, no qual os atores sociais devem deliberar em conjunto de maneira dialógica na elaboração e implantação das políticas públicas. (SEN, 2000, p. 18).

Para Volke (1997), não há regras para o envolvimento dos atores no controle e participação social na elaboração e implantação da política. As estratégias têm que ser sintonizadas com as condições específicas da região considerada. Para isso, é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores, que significa mais que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns.

Observa-se que para o exercício pleno da Democracia, há muitos desafios a serem vencidos. Os autores Campanhola e Graziano (2000) destacam alguns: as barreiras culturais existentes para a consolidação das representações; o poder de grupos fortes já consolidados; a falta de homogeneização na educação formal dos representantes dos atores sociais; a inexistência de representações de alguns atores; a abertura política local para facilitar a participação nas discussões e decisões; a transparência em todas as etapas de discussão e decisão; a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados, com correção dos rumos, se necessário; e a segurança de que as decisões sejam mantidas pelo poder executivo municipal. Enfim, o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais. Nesse estudo, a participação e controle social estão atrelados ao direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente pelo princípio da “participação popular”, buscando compreender as relações e impactos de gestão e controle social nas CTQs do Território BIG.

### **2.3.2. Gestão social**

O termo “gestão social” vem sendo usado nas últimas décadas por meios de diferentes ângulos de análises. Suponha-se que tal fato se relaciona nas transformações que se processam na sociedade capitalista. O termo desafia intelectuais, pesquisadores, profissionais, governantes

e todos envolvidos de alguma forma na construção do setor público. As análises convergem para a visão de que a gestão do social deve ser conduzida a partir do pressuposto do bem comum em um processo descentralizado e participativo.

A gestão social não obedece ao padrão de gestão estratégica, pois busca substituir a gestão burocrática e monológica por um gerenciamento participativo, dialógico, em que o poder de decisão é deliberado pelos vários atores sociais envolvidos. Nesse estudo se pensa gestão social de acordo com o modelo de Democracia deliberativa de Habermas, na medida em que o alicerce de seu processo de tomada de decisão pressupõe a participação de todos os atores sociais que direta ou indiretamente tenham relações com o tema em debate. “Gestão Social” pode ser entendida como tomada de decisão coletiva, na dialogicidade, objetivando a emancipação. De acordo com Cançado (2011), a gestão social pode ser identificada através de categorias teóricas; parte do Interesse Bem Compreendido, acontece na Esfera Pública e tem por objetivo a Emancipação, em uma perspectiva dialógica negativa, sem pretensão de síntese conforme a dialética negativa adorniana (ADORNO, 2009). Nessa perspectiva, Cançado (2011) aponta que:

O Interesse Bem Compreendido está embasado na premissa de que o bem-estar coletivo é condição para o bem-estar individual. Assim, ao defender o interesse coletivo, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses. [...] A Esfera Pública é entendida como o espaço onde os indivíduos privados se encontram para tratar de assuntos referentes à sociedade, para além da esfera pública burguesa. Uma esfera pública para a gestão social deve conseguir aproximar novamente as pessoas da política. (CANÇADO, 2011, p. 19).

Segundo Tenório (2004), o conceito de gestão social é abordado como uma construção de uma nova relação entre o poder público e a sociedade, se aproximando de um processo onde a hegemonia das ações possui caráter intersubjetivo. Isto é, no qual os mais interessados na decisão, na ação de interesse público, são participantes do processo decisório. A gestão social é uma ação que busca o entendimento negociado e não o resultado, o que é típico do mundo empresarial privado. Na gestão social, todos os envolvidos têm direito à fala. Deve ser uma prática gerencial à qual, na relação sociedade-Estado, seja incorporada a participação da cidadania desde o momento da identificação do problema à implementação de sua solução.

Na gestão social, o destino do indivíduo no território depende das decisões da coletividade. Os sujeitos da sociedade civil organizada, ao fazer parte da arena política, na esfera pública, se tornam o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade (TENÓRIO, 2002). Na esfera pública, os sujeitos sociais manifestam-se por meio das diferentes formas de organização da sociedade civil e participam dos processos da administração pública (TENÓRIO, 2012). O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atribuiu o conceito de gestão social ao seu “Marco Referencial para apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais”:

Por gestão social, entende-se o processo através do qual o conjunto dos atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento, mas sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a mobilização desses agentes e fatores locais até à implementação e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projetos. Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território. (BRASIL, MDA/SDT, 2005).

No contexto deste estudo, a gestão social é entendida como um instrumento de democratização na gestão das políticas públicas, na busca da implementação da política de desenvolvimento local com cidadania. Considerando, assim, essencial a participação dos atores sociais. Esse movimento introduz a participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle das políticas públicas. Segundo Habermas (apud TENÓRIO, 2012), de acordo com a visão republicana, os direitos políticos – predominantemente direitos de participação e comunicação política – são liberdades positivas. Pois garantem não a liberdade frente às pressões externas, mas sim a possibilidade de participar de uma prática comum, por meio do exercício em que converte os cidadãos naquilo que desejam ser: autores politicamente autônomos de uma comunidade de pessoas livres e iguais.

Dessa forma, do ponto de vista republicano, o objetivo da comunidade pressupõe o bem comum. Porém, alcançar tal objetivo exige empenho político em definir, estabelecer, efetivar e sustentar o conjunto de direitos daquela sociedade. Nesse sentido, Tenório (2012), aponta que os direitos constitucionais estão postos, resta-nos, enquanto cidadãos, buscar efetivar o que a Constituição Federal define: participação cidadã não somente por meio de seus representantes eleitos (Democracia representativa), mas também pela ação direta (Democracia participativa). O autor aponta, ainda, que cidadania participativa de políticas públicas seria o cidadão interagindo dentro de espaços públicos, pactuando os seus interesses em função do bem comum.

O conceito de cidadania deliberativa adotado por Tenório (apud VILLELA, 2012) teve como base os preceitos teóricos de Habermas e sua relação com os critérios de avaliação da participação cidadã desenvolvidos pelo Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade de Barcelona – IGOP. Tomaram como base a definição de cidadania deliberativa, em que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum; definiram as categorias e indicadores através dos quais sugerem uma forma de avaliação de processos decisórios deliberativos. Conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3 – Cidadania Deliberativa: critérios de análise**

Categorias	Critérios
<p><b>Processo de discussão:</b> discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p>	<p><b>Canais de difusão:</b> existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.</p>
	<p><b>Qualidade da informação:</b> diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.</p>
	<p><b>Espaços de transversalidade:</b> espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.</p>
	<p><b>Pluralidade do grupo promotor:</b> compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.</p>
	<p><b>Órgãos existentes:</b> uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.</p>
	<p><b>Órgãos de acompanhamento:</b> existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.</p>
<p><b>Inclusão:</b> incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.</p>	<p><b>Relação com outros processos participativos:</b> interação com outros sistemas participativos já existentes na região.</p>
	<p><b>Abertura dos espaços de decisão:</b> processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.</p> <p><b>Aceitação social, política e técnica:</b> reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.</p>

	<b>Valorização cidadã:</b> valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
<b>Pluralismo:</b> multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	<b>Participação de diferentes atores:</b> atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
	<b>Perfil dos atores:</b> características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
<b>Igualdade participativa:</b> isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	<b>Forma de escolha de representantes:</b> métodos utilizados para a escolha de representantes.
	<b>Discursos dos representantes:</b> valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
	<b>Avaliação participativa:</b> intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
<b>Autonomia:</b> isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	<b>Origem das proposições:</b> identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	<b>Alçada dos atores:</b> intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	<b>Perfil da liderança:</b> características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	<b>Possibilidade de exercer a própria vontade:</b> instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
<b>Bem comum:</b> bem-estar social alcançado através da prática republicana.	<b>Objetivos alcançados:</b> relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	<b>Aprovação cidadã dos resultados:</b> avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Fonte: Extraído de Villela (2012, p. 40).

Cabe ressaltar que, de acordo com Villela (2012), os critérios de análise de cidadania deliberativa contribuem como modelo na condução de uma pesquisa que envolva avaliação de políticas públicas ou ações de esfera pública. A utilização desses critérios possibilitará a criação de instrumentos metodológicos que ajudarão buscar respostas para os objetivos a serem alcançados.

### 2.3.3. Democracia e interesse bem compreendido

A Democracia é um dos regimes políticos presente na história e que passou, ao longo do tempo, por muitas variações. A cada época e conforme cada cultura, traz à tona novas possibilidades. A Democracia está atrelada à Igualdade e à Liberdade, conceitos que estão em constante transformação, portanto, imprescindível o seu constante debate. Tocqueville (2005) enfatiza que são categorias não contraditórias de um mesmo todo, a Democracia.

O individualismo, segundo Tocqueville (2000), é um sentimento refletido e pacífico, que dispõe cada cidadão a isolar-se da massa de seus semelhantes e a retirar-se com a sua família e seus amigos, de tal modo que, depois de haver criado uma pequena sociedade para seu uso, abandona a si mesma a grande sociedade. Há uma tendência ao isolamento do cidadão em busca do bem estar material. Com a igualdade das condições, a Democracia leva os homens a não se aproximarem de seus semelhantes, observa o autor. Logo, o individualismo presente acaba por auxiliar no afastamento dos cidadãos para a ação coletiva dos negócios públicos.

Tocqueville (1998) aponta que a igualdade seria uma característica intrínseca das formações sociais oriundas da modernidade e liberdade. As obras do autor buscam apreender suas ideias por meio de conceitos, particularmente os de liberdade e interesse bem compreendido.

Não temo dizer que a doutrina do interesse bem compreendido me parece, de todas as teorias filosóficas, a mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo e que vejo nela a mais poderosa garantia que lhes resta contra si mesmos. Portanto, é principalmente para ela que o espírito dos moralistas de nossos dias deve se voltar. Ainda que a julgassem imperfeita, deveriam adotá-la como necessária. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 149).

O “interesse bem compreendido” é um conceito apresentado por Tocqueville (1998) ao descrever a sociedade norte-americana no Século XIX. Parte do princípio que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual, dessa forma, ao defender os interesses coletivos, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses. Em outras palavras, utilizando a terminologia do autor, “a virtude é útil”.

Mas, à medida que a imaginação voa menos alto e cada um se concentra em si mesmo, os moralistas se assustam ante a ideia do sacrifício e não mais ousam oferecê-lo ao espírito humano; reduzem-se, então, a indagar se a vantagem individual dos cidadãos não seria trabalhar para a felicidade de todos, e, depois de terem descoberto um destes pontos em que o interesse particular vem encontrar-se com o interesse geral e confundir-se com ele, apressam-se a trazê-lo à luz. O que era apenas uma observação isolada torna-se uma doutrina geral, e acredita-se afinal perceber que o homem, servindo aos seus semelhantes, serve a si mesmo, e seu interesse particular é fazer o bem. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 401).

O interesse bem compreendido, embora seja um termo característico do pensamento de Tocqueville, deriva do próprio termo liberdade, uma vez que, para o autor, seria uma forma de mobilizar a participação na esfera pública atrelando-a com as características das formações sociais de seu tempo, quais sejam: um desejo incontrolável por igualdade e por interesses privados em detrimento do público. Segundo Jasmin (2005), o interesse particular como prioridade, anunciado por Tocqueville, tem como ponto de partida a noção de que a sociedade democrática está fundada no individualismo.

Os americanos vêem, de fato, em sua liberdade, o melhor instrumento e a maior garantia de seu bem-estar. Eles gostam dessas duas coisas uma pela outra. Não pensam, portanto, que não sejam da sua conta os negócios públicos; ao contrário, crêem que seu principal negócio é garantir por si mesmos um governo que lhes permita adquirir os bens que desejam e que não os proíba de saborear em paz os que adquiriram. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 174).

Assim, o interesse bem compreendido se tornou um meio eficaz e combativo ao individualismo social, e Tocqueville (2000) aponta que ele atinge, sem grandes esforços, seus objetivos. O que pode parecer, em um primeiro momento, uma utopia ou, pelo menos, um otimismo exagerado; pode ser encarado, também, como uma maneira interessante de relacionar os interesses público e privado. Segundo Frey (2000), analisando o conceito de Tocqueville:

É a virtude que deve ser fomentada para as sociedades poderem chegar a alcançar a liberdade, o que na sociedade mercantil burguesa só será possível

se os cidadãos passarem a identificar o exercício da liberdade política na esfera pública com seus próprios interesses privados.

O interesse bem compreendido reforça a questão da interdependência entre os indivíduos na esfera pública, não no sentido de ser altruísta, mas no sentido de (re)construção coletiva do espaço público com a intenção clara de conseguir o bem-estar coletivo e, por consequência, o bem-estar individual. Para Barbacena (2009), são, na verdade, ocasiões em que os indivíduos percebem que dependem uns dos outros, afastando aquele sentimento egocêntrico e de independência que os induz a confundir liberdade com autossuficiência privada. Um exemplo claro dessa situação é apresentado pela autora:

Essencial é a natureza impessoal da Ação Popular, onde o interesse que é defendido é o interesse da coletividade, interesse público. Interessante apontar que tal finalidade da Ação Popular coincide com a doutrina do ‘interesse bem compreendido’ de Tocqueville, ou seja, um sentimento segundo o qual a promoção do bem-estar coletivo refletirá no bem-estar individual. A lógica do interesse bem compreendido é no sentido de que se transmite ao cidadão a responsabilidade pela Administração e fiscalização das questões públicas, estimulando a participação política via ação conjunta e reforçando os laços de interdependência entre os indivíduos. (BARBACENA, 2009, p. 26).

Fechando o argumento, o interesse bem compreendido seria o instrumento pelo qual se fortalece as redes sociais. Tal paradigma envolve uma nova concepção de mundo, que valoriza o pensamento intuitivo e não-linear e os valores de cooperação e parceria. Com isso, o poder mais apropriado é o da influência de outros, deixando seu exercício de ser hierárquico para ser em rede, em que se privilegiam padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social. Dessa forma, entende-se que o interesse bem compreendido das CTQs pode fortalecer as redes sociais no intuito de cooperação e parcerias no acompanhamento das políticas públicas que visem garantir seus direitos.

#### **2.3.4. Redes: as instituições como potencializadoras de controle e gestão social**

As relações e as posições nas redes constituem estruturas relacionais que dão acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, fortalecendo alianças e podem colaborar para influenciar nos resultados da política. O estudo das redes permite integrar os atores em seus contextos relacionais específicos. A análise das relações sociais das CTQS e suas ações por garantia de políticas públicas que visem respeitar seus modos de vida, nos faz perceber que não podem ser enfrentados isoladamente. Emirbayer (1997), destaca que tanto a influência dos atores e instituições estatais sobre a conformação e expressão dos interesses societários ou do mercado quanto a participação dos atores sociais ou mercantis na definição das ações do Estado, apresenta-se como um instrumento analítico fértil para romper com o pensamento dicotômico e substancialista identificado, anteriormente, na literatura brasileira, que analisa a relação entre sociedade civil e Estado.

Nesse sentido, uma das potencialidades das redes é que ao focalizar as relações entre os atores, possibilitando uma perspectiva de análise que rompe as fronteiras institucionais, percebem-se diferentes contextos institucionais relacionam-se e, a partir da configuração desses relacionamentos, são produzidos determinados resultados em termos de fortalecimento enquanto instituição e acompanhamento de políticas públicas.

Capra (1998) analisa as transformações da sociedade e suas organizações em rede, e define um novo conceito – o de paradigma social – que envolve uma nova concepção de mundo e valoriza o pensamento intuitivo e não-linear, assim como os valores de cooperação e parceria. Com isso, o poder mais apropriado é o da influência de outros, deixando seu exercício de ser

hierárquico para ser em rede, onde se privilegiam padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social. Essa visão enfatiza a interdependência e o pensamento sistêmico. O autor define “rede” como uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza. Conforme a concepção teórica de Castells (1999), trata-se de um agrupamento de indivíduos ou representações em torno de identidade; no caso da tese, expressa a resistência e luta das CTQs e no seu modo de vida.

Balestrin e Vargas (2003 apud RAMOS, 2019) afirmam que existem diferentes níveis de regulação das redes: a rede formal que está formalizada em contratos "que estabelecem regras de conduta entre os atores"; já a rede informal, de convivência, exerce encontros informais entre os atores tais como "empresas, organizações profissionais, instituições, universidades, associações etc. que possuem em comum, preocupações semelhantes." Para eles, "esses encontros permitem a troca de experiência e de informação sobre as bases da livre participação". (BALESTRIN; VARGAS, 2003 apud RAMOS 2019, p. 65). Nesse caso, não há contratos, poisas redes operam "em conformidade com os interesses mútuos de cooperação, baseados, sobretudo, na confiança entre os atores." (Ibidem).

A noção de “rede” como um emaranhado de relações das quais os indivíduos constituem os nós, significa uma transformação das ideias sobre a organização social. A “rede social” é entendida como “o campo presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídos ao longo do tempo”. (MARQUES, 1999, p. 46). Dessa forma, são vínculos que possuem diversas naturezas, que podem ter sido construídos intencionalmente ou não e que estão em constante interação e transformação. Essa concepção de rede permite que se utilize a análise das relações de rede para o entendimento das políticas públicas, explicando suas diversas dimensões no que se refere tanto a seu desenvolvimento quanto a seus resultados.

Apesar da importância desse processo para analisar as políticas e sua gestão, ainda hoje temos dificuldades para incorporar as implicações da metáfora de rede tanto no nível das organizações quanto no da sociedade. Contudo, essa postura começou a mudar através da percepção do significado da análise de rede para o entendimento da realidade social e sua complexidade, a fim de mudar essa realidade. Esse tipo de percepção parte, também, de uma visão do social como um conjunto de relações de redes tanto pessoais quanto organizacionais, em que as posições dos atores nessas redes é que moldam suas práticas e valores.

Uma rede de políticas é descritível por seus atores, por seus vínculos e por seus limites. Ela inclui um conjunto relativamente estável de atores corporativos principalmente públicos e privados. Os vínculos entre os atores servem como canais para a comunicação e para a troca de informações, perícias, confiança e outros recursos da política pública. O limite de uma dada rede de política não é o primeiro lugar determinado pelas instituições formais, mas resulta de um processo de reconhecimento mútuo dependente da relevância funcional e da inclusão funcional. (KENIS; SCHNEIDER, 2000, p. 14).

Castells (1999) aponta que as pessoas organizam seu significado em torno do que são e acreditam que são, e as redes de intercâmbios conectam indivíduos, grupos, regiões e organizações de acordo com os objetivos processados na rede. Dessa forma, as CTQs tendem a se fortalecer enquanto instituição na medida em que as redes tanto informais quanto formais se constituem.

## 2.4. Desenvolvimento Local

Neste subcapítulo foram abordados conceitos de Identidade, Território e Territorialidade, e buscou-se compreender o histórico de Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial Sustentável. O desenvolvimento local implica um conjunto de iniciativas dos governos locais (micro), que promovem a melhoria da qualidade de vida da população e a valorização da cidadania – pensar além, não somente, no desenvolvimento econômico. Dessa forma, este subcapítulo traz a discussão do desenvolvimento local pensado em várias vertentes.

### 2.4.1. Identidade, território e territorialidade

As políticas de desenvolvimento nos espaços rurais são planejadas através de alguns órgãos/ministérios que implementam essas políticas a partir de um diagnóstico territorial entendendo a tipologia do território. Assim, a implementação de uma política pública estabelece relações entre cultura, identidade e território, enquanto conceitos de referência teórica que vão dar base para a efetividade das ações. Esses conceitos são relativamente recentes na história ocidental e, por consequência direta a isso, estão sujeitos a múltiplas definições e a processos de reformulação (PERICO, 2009). Para o autor, a territorialidade é entendida como esforço coletivo de um grupo social que ocupa, usa, controla e se identifica como parte específica de seu espaço biofísico, convertendo-o, dessa forma, em seu território.

Muitos autores têm procurado definir os conceitos de território e territorialidade. Saquet (2009) discute que não há uma interpelação sobre território desligada de uma interpelação sobre a forma como funciona, de um ponto de vista socioeconômico, os sistemas e as dinâmicas coletivas. O autor questiona se o fato de colocar o território num contexto de estudo é uma forma de transformar o conceito abstrato de território em objeto concreto; e ele mesmo responde que não, pois o que está sendo estudado não é o território como conjunto de paisagens materiais, mas o território como expressão e produto das interações que os atores protagonizam.

Seguindo essa mesma lógica, Santos (2005) assinala que é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Segundo o autor, o “território” são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. O autor discorre, ainda, sobre o espaço banal – fora de rede e o espaço em rede –, espaço de todos, e afirma que as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

Segundo Perico (2009), “território” é a ação social e enquanto expressão política, implica a organização dos componentes do espaço geográfico em processos concretos que procuram alcançar os objetivos comuns. Dessa forma, o espaço e seus componentes adquirem expressão territorial ao possibilitar que a pertinência, a apropriação, o empoderamento e a subordinação social a esse espaço convertam-se em mobilização concreta, face às finalidades inerentes a um território identificado em sua dimensão política e institucional. Assim, um território se constitui em ação ou expressão política. “Territorialidade” é a forma como os grupos se organizam para fazer a gestão, defender ou integrar seu território – constitui expressão política da identidade no território –, consiste na expressão da territorialidade que se manifesta nos valores, como o patriotismo, o amor à terra, a diferenciação, a afirmação e a competência em relação a outros grupos ou territórios.

Outro conceito tratado de diferentes maneiras em estudos relacionados a território é a “identidade”. Saquet (2011) coloca que a sociedade ao construir o território está se relacionando com o ambiente, historicamente. Assim, a autora define o conceito de identidade como um código genético local, material e cognitivo. A identidade se constitui pelas edificações (monumentos, infraestrutura, cidades, pontes etc.), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos. Assim, as identidades são históricas e

significam permanência, e podem assumir mudanças nas relações sociais, enquanto que as territorialidades são construídas nos lugares.

Para Perico (2009), “identidade” é exemplificada como um grupo cultural que se expressa diante de estímulos externos, diferenciando-se de outros. O autor assinala que essa expressão é a manifestação de sua identidade, dos traços distintos que possibilitam o reconhecimento e a diferenciação diante de situação concreta num momento específico. Coloca, ainda, que a identidade se fundamenta na cultura, mas não é a cultura – enquanto a cultura é inerente a um grupo, a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta frente a outro(s); enquanto a cultura une um grupo, a identidade o diferencia de outros. Esse sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da *identidade* e da *territorialidade*, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Esses dois conceitos são fundamentais e estão sempre inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social revelam, no dizer de Bandeira (1988), aspectos encobertos das relações raciais (GUSMÃO, 1995).

Dessa forma, para se pensar no desenvolvimento do território deve-se levar em conta a tipologia desse território, cultura e identidade. O modelo de desenvolvimento implementado pelo Brasil é amparado pelo processo de globalização das atividades econômicas e mercantis. Segundo Santos (2012), o mercado global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando, na verdade, as diferenças territoriais são aprofundadas. A globalização fomenta a produtividade e a competitividade internacional, aprofundando as desigualdades sociais no território. Para Brandão (2008), é preciso um mergulho no concreto e no histórico para captar as manifestações concretas dos fenômenos inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação, em determinado espaço-tempo específico.

Assim, a discussão atual sobre política de desenvolvimento dos territórios tradicionais, no caso desse estudo, as comunidades quilombolas, está atrelada ao debate acerca de identidade e território, visto que as comunidades quilombolas são segmentos da sociedade que desenvolveram modos de vida próprios e distintos dos demais. Essas especificidades do modo de viver das comunidades quilombolas rebatem no modelo de organização social do território.

#### **2.4.2. Desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável**

A lógica do desenvolvimento local está atrelada ao fortalecimento dos atores inseridos em seus territórios, capazes de propor ações socioeconômicas que venham a potencializar tal desenvolvimento. Veiga (2010) discorre sobre a diferença entre os termos Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico. Para muitos economistas, o Desenvolvimento era tratado como uma consequência do crescimento econômico e era possível observar em países ricos pós-guerra como Estados Unidos e Inglaterra. Para outros economistas e sociólogos, o termo Desenvolvimento era um mito, uma busca por um modelo econômico que se baseava no processo de industrialização. O autor fala, ainda, que o conceito de desenvolvimento ficou prejudicado pelas ideias de medir o crescimento econômico com indicadores relacionados a renda per capita, e que isso era o máximo que os países entendiam como medidor de desenvolvimento.

Sen (2000) relaciona Desenvolvimento com liberdade, assinala que a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, pois consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas. E fala, ainda, que neste caso, o crescimento econômico pode ser um meio muito importante de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. O autor aponta que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e

intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Segundo Tenório (2004), pensar o desenvolvimento local requer o desenvolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, política e ambiental; implica considerar o inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade: Estado, sociedade civil e mercado. Os estudos acerca do desenvolvimento local sempre estiveram em voga, por ser uma temática de interesse de acadêmicos, políticos e sociedade de modo geral, objetivando o aprofundamento do entendimento de métodos que visam o crescimento.

Em relação ao desenvolvimento endógeno, o tema tem sido alvo de muitas discussões entre diversos autores. Segundo Long e Ploeg (1994), o termo refere-se à abordagem mais profunda sobre os aspectos locais, uma vez que este é construído, essencialmente, sobre os recursos disponíveis, tais como as potencialidades ambientais locais, a força de trabalho, o conhecimento e os modelos locais para articular produção e consumo. Tem sido discutido o Desenvolvimento Endógeno e seus desdobramentos nas questões locais como fatores importantes para fomentar a economia local das comunidades tradicionais.

Desde o final da década de 80, tem sido observado, entre os países, um movimento de endogeneização tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto ao uso dos meios e recursos utilizados no seu processo econômico. Para Filho (2001), esse fenômeno ocorreu simultaneamente ao movimento de articulação das empresas (alianças, fusões) e entre as nações (abertura comercial, aumento do volume e circulação mundial do capital etc.), de modo que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para ter um papel ativo diante da organização industrial. Barquero (2001) enfatiza que a década de 1980 marcou o surgimento do paradigma do desenvolvimento endógeno, devido à necessidade de se encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da atuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas.

Essa forma endógena de desenvolvimento não tem sentido autocentrado em uma região ou local, mas seus fatores propulsores podem ser entendidos por meio da endogeneização da poupança, do excedente, do acúmulo do conhecimento, das inovações, chegando a repercutir, também, no crescimento da produtividade dos fatores (FILHO, 1996). Desse modo, pensar no desenvolvimento endógeno para as comunidades tradicionais do território da Baía da Ilha Grande significa pensar que além da articulação dos atores sociais envolvidos – sociedade civil, poder público e mercado –, é necessário pensar a dinâmica produtiva local, conhecimentos, inovações, recursos disponíveis, potencialidades ambientais locais e força de trabalho para articulação da produção e consumo.

Na década de 1950, a visão do desenvolvimento rural era vinculada ao desenvolvimento agrícola, principalmente à base material de produção agropecuária, (área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, mão de obra etc.). Esse entendimento teve maior força na década de 1970, período com maior intensificação tecnológica como parte de uma estratégia que visava o aumento da produtividade e a elevação da renda dos produtores. Nessa perspectiva, rural era sinônimo de agrícola e desenvolvimento rural, de modernização agrícola. Delgado (2007) enfatiza que essa visão de desenvolvimento rural com foco na transformação socioeconômica no meio rural trouxe, na época, resultados bastante penosos para os trabalhadores rurais, porém muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais.

Da década de 1950 a 1970, a noção de desenvolvimento rural visava o bem-estar econômico das populações rurais; isso, porém, se dava graças à onda modernizante, com uma forte intervenção do Estado para induzir a aplicação de tecnologias, no intuito de otimizar a produção e a produtividade no setor agrícola. Dessa forma, o Estado promovia o “desenvolvimento agrícola” por meio da modernização calcada nos preceitos da chamada Revolução Verde<sup>28</sup>, que era baseada no modelo capitalista ocidental. Ao disseminar um novo

---

<sup>28</sup> Denomina-se Revolução Verde o modelo de produção difundido após o término da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura mediante o uso intensivo do solo via

padrão de produção, a Revolução Verde representou uma ruptura com o passado, que ocasionou perda da relativa autonomia que a agricultura experimentara até então, além da mercantilização gradativa da vida social. Para Wanderley (2014), o desenvolvimento, na época, representava as formas dominantes de apropriação dos recursos produtivos, cuja expressão mais recente é a modernização conservadora da agricultura. O modelo dominante se fundamenta na centralidade da propriedade concentrada na terra, da empresa rural, categoria pouco precisa adotada pelo Estatuto da Terra, para o qual são prioritariamente canalizados os recursos financeiros administrados pelo Estado. Porém, desde o final da década de 1970, começou-se a perceber que as políticas modernizantes para o desenvolvimento agrícola não haviam sido efetivas em assuntos específicos, como a redução da pobreza.

No Brasil, alguns movimentos colaboraram para que a questão agrária assumisse uma importância política central, tais como a organização das ligas camponesas antes de 1964 e a luta pela democratização, durante a década de 1970 e no início dos anos 80. Essa nova fase do desenvolvimento se ergueu com novas reivindicações por políticas de preços e crédito rural para pequenos agricultores, que ia além da simples visão de agrícola. Tais reivindicações redundaram-se em políticas públicas voltadas à promoção da reforma agrária, as quais visavam justamente alterar o padrão de ocupação da propriedade da terra no meio rural, transformando igualmente as relações de trabalho e produção. Wanderley (2014) enfatiza que a partir dos meados dos anos 1980 a sociedade é marcada por uma grande movimentação política e social, restauração da Democracia, eleições diretas e promulgação da Constituição de 1988 – o mundo rural está igualmente envolvido nesse ambiente de mudanças significativas. A autora aponta, ainda, que essas mudanças se expressam pelo aprofundamento da reflexão crítica sobre o modelo dominante da modernização da agricultura: pela progressiva formulação de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, pelo combate à pobreza, pelo reconhecimento das comunidades tradicionais, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela construção de novas concepções de desenvolvimento propriamente rural, na perspectiva territorial, oposta ao enfoque setorial.

Segundo Delgado (2007), a existência ou não de um ambiente democrático se mostrou decisiva para estabelecer o conteúdo e o significado dominantes acerca do conceito de rural e desenvolvimento rural, e para que pudessem surgir as visões sobre eles, buscando dar conta dos interesses e objetivos de grupos sociais excluídos dos processos econômicos e sociais dominantes na economia e na agricultura. O desenvolvimento rural sustentável reconhece a existência de uma população rural excluída do processo de desenvolvimento com um histórico de pobreza e precariedade no exercício das formas de produção e de vida que lhes são correspondentes. Portanto, o desenvolvimento sustentável, conforme já exposto, visa atrelar desenvolvimento, crescimento econômico e preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. França e Soriano (2010) discorrem que, gradativamente, a diversidade da agricultura e do meio rural vai sendo descoberta, sua potencialidade para uma ocupação mais equilibrada do território e das regiões e para a própria sustentabilidade e o dinamismo do desenvolvimento.

Dessa forma, a agricultura familiar é definida, segundo Abramovay (1998), não só como um segmento econômico e social claramente delimitado, mas também como um segmento que incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder local e a ideia de que os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos. Para o autor, o fortalecimento da agricultura familiar é visto como o principal meio de construção daquilo que em nossa sociedade e, em certo sentido, em nossa civilização é visto como uma contradição nos termos: a cidadania no campo.

---

mecanização, irrigação, aplicação de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e sementes geneticamente melhoradas de alto rendimento. (NAVARRO, 2001).

Considera-se que o desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas em princípios agroecológicos represente uma possível e potencial estratégia de organização, colaboração e cooperação social entre as unidades familiares, contribuindo para a “sustentabilidade ambiental, cultural e sociopolítica dessas comunidades”. (LTEIF et al, 2011, p. 369). Essa perspectiva pode ser favorável, sobretudo, quando muitos fatores interferem e prejudicam a atividade agropecuária, como as que se localizam próximas a centros urbanos e industriais, como das CTQs do território da BIG.

Para a permanência dessas populações rurais na atividade agrícola, a agroecologia vem contribuir para as discussões acerca dos problemas sociais relativos à exclusão no campo, ou seja, ao processo de empobrecimento das comunidades que não tiveram acesso ao processo de modernização no meio rural difundidos pela Revolução Verde. A agroecologia procura associar o conhecimento tradicional construído localmente pelos trabalhadores que lidam com a terra com os conhecimentos científicos acumulados pelas pesquisas realizadas na área, respeitando a diversidade de experiências próprias do saber fazer da comunidade estudada, no sentido de resgatar a autoestima dos produtores ao legitimar e validar as suas práticas de forma dialógica e horizontal.



**Figura 5:** A formação do conhecimento construído pela ciência agroecológica.

Fonte: Diagrama elaborado pela autora com base em Lteif et al (2011).

A agroecologia também se caracteriza como um movimento sociopolítico e socioambiental, pois fortalece o empoderamento do agricultor familiar em busca de sua identidade e de raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, de poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, além das suas preocupações ambientais. Desta forma a agroecologia é uma ciência integradora, que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar, também, saberes populares e tradicionais, visando uma agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa. A agroecologia é uma ciência que, além de estimular o diálogo entre os saberes e valorizar os conhecimentos tradicionais, suas contribuições são extremamente amplas e fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável, no que concerne às atividades rurais.

Historicamente, o primeiro grande passo global no âmbito do desenvolvimento sustentável foi a realização da Conferência de Estocolmo em 1972 (*UN Conference on the Human Environment*), em que se percebeu uma necessidade de reaprender a conviver com o planeta. Porém, o desenvolvimento sustentável passou a ser a questão principal de política ambiental somente a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado, pela primeira vez, no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que elaborou um relatório chamado de *Brundland*. No referido relatório, o conceito de sustentabilidade foi definido como: o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades,

significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Desde aquela época, essa definição ganhou inúmeras citações na literatura. Porém, mais tarde, ela passou a ser interpretada em um sentido excessivamente amplo. Embora tenha esse momento como marco de sua conceituação, a noção de desenvolvimento sustentável representou uma evolução de conceitos anteriormente elaborados, sendo o inicial, o "ecodesenvolvimento", o qual vinha sendo defendido desde 1972, ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (SACHS, 2004, p. 36). Posteriormente, o ecodesenvolvimento começou a ser chamado de desenvolvimento sustentável, pois tais vocábulos não significariam sinônimos. Enquanto este prezava pela compatibilidade, defendendo ser possível associar o crescimento econômico com a conservação ambiental, aquele trazia a ideia de incompatibilidade entre o crescimento econômico e a proteção ambiental (VEIGA, 2005, p. 189).

Sachs (1993), ao trazer o conceito de sustentabilidade, toma como base seis dimensões, partindo da premissa de que o desenvolvimento deve transcender o significado econômico. Posteriormente, o próprio autor, Sachs (2002), acrescentou a dimensão política (nacional e internacional), quais sejam: sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial, cultural, psicológica, política nacional e internacional. Portanto, o desenvolvimento territorial sustentável visa atrelar desenvolvimento, crescimento econômico e preservação do meio ambiente para geração presentes e futuras. Segundo Perico (2009), o conceito de desenvolvimento territorial sustentável visa criar mecanismos de avaliação das ações dos poderes públicos. Dessa forma, o autor aponta que para se avaliar as relações de poder em um determinado território, deve-se observar as seguintes dimensões: *coesão social* – que consiste no alcance da equidade entre os grupos sociais que compõem o território; *coesão territorial* – que se refere ao equilíbrio que favorece aos territórios possibilidades de implementar seus próprios modelos de desenvolvimento territorial sustentável; *governabilidade* – que implica a necessária presença de instituições territoriais fortalecidas, a descentralização, negociações territoriais, um exercício cidadão, confiança e solidariedade; *sustentabilidade* – para que o desenvolvimento atual não ponha em risco as possibilidades de desenvolvimento das gerações futuras; *inclusão econômica* – que deve refletir nos modelos com rentabilidade social, participação dos pequenos produtores, produtividade e potencialização das economias locais; *bem-estar* – que deve estar pautado no desenvolvimento humano e na qualidade de vida; *diversidade cultural* – envolve a complexidade que compõe o espaço. Por isso, constitui-se (a diversidade cultural) numa dimensão que prepondera na determinação do tipo de desenvolvimento de cada território.

A cultura, além de determinar em grande proporção os processos de desenvolvimento, determina os mecanismos da organização social, os incentivos para inserção política, as motivações e as possíveis explicações para que as condições subjetivas do desenvolvimento se convertam em fundamentos de determinada estratégia política. Dando continuidade às dimensões: *dimensão cultural* – aponta que o território, por ser uma construção histórica que incorpora as dimensões ambiental, econômica, social, institucional e política, expressa identidade e caráter, abrangendo valores, significados, visões compartilhadas, códigos, ícones, tradições e o folclore local; *Heterogeneidade* – baseia-se na ideia de que os diferentes atores dispõem de condições objetivas que os distinguem. As concepções homogeneizantes dificultam o desenvolvimento dos territórios, a falta de reconhecimento da cultura e da diferenciação é um desafio que precisa estar posto na implementação das políticas pública.

Como contraponto, Perico (2009) sinaliza que a heterogeneidade e a diversidade não podem ser trabalhadas a partir de *estratégias diferenciadas*, focalizadas de visão restrita. Sugere-se a necessidade de dar passos definitivos na construção de processos autônomos, em

que os graus de liberdade para a integração e o diálogo entre a cultura e a política sejam amplos, abertos, realistas e propositivos. Assim, o enfoque do desenvolvimento do meio rural aponta para o fato da necessidade de um mínimo de organização social para que os diferentes atores sociais possam ser os sujeitos dos processos de transformação de seus lugares, não descartando as especificidades de cada local. Desta forma, a presente pesquisa se propõe a analisar o modelo de organização social interno e externo das CTQs e se as decisões são trabalhadas de forma participativa e democrática em seus territórios.

A partir da década de 1990, o desenvolvimento rural trouxe novas reflexões e novas abordagens, influenciadas pelas transformações de ordem social, política e econômica da época. Schneider (2010) aponta que essas novas reflexões desdobraram em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para a agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Essas novas dimensões trazem respostas ao projeto modernizante da agricultura, que gerou resultados voltados quase que especificamente para as elites agrárias, agrícolas e agroindustriais, em detrimento dos trabalhadores rurais, além do grave impacto ambiental causado pela aplicação de técnicas de produção agrícola com uso excessivo e intensivo de insumos industriais. Na noção de desenvolvimento territorial, o território constitui a unidade sobre a qual se assenta a ação de desenvolvimento. Autores como Bonnal e Maluf (2007) dividem os estudos sobre território e desenvolvimento territorial em quatro grandes concepções, apoiadas em bases disciplinares: a) território como unidade de atuação do Estado para controlar a produção de externalidades pela agricultura, sejam elas positivas ou negativas – essa abordagem responde, essencialmente, a uma preocupação da economia política; b) território como unidade de construção de recursos específicos para o desenvolvimento econômico – essa preocupação corresponde ao ponto de vista da economia territorial; c) território como produto de uma ação coletiva, concepção relacionada à socioeconomia das organizações; d) território como componente fundamental das sociedades tradicionais, no sentido de sociedades arcaicas, que se inscreve na perspectiva da antropologia e da antropologia econômica.

Assim, as territorialidades construídas a partir das relações e similaridades socioculturais e naturais de determinado espaço despertaram o interesse das Ciências Sociais para os estudos sobre território – até então objeto restrito da Geografia –, que passaram a focar as interações sociais e a apropriação simbólica do espaço. Algumas condições são essenciais para a abordagem territorial do desenvolvimento, entre elas: a necessidade de superação da dicotomia rural/urbano, bem como dos limites municipais, em busca de mecanismos organizacionais que facilitem as relações, a exemplo dos consórcios (ABRAMOVAY, 2003; 2007).

O surgimento do território, enquanto lugar de execução das políticas públicas e ação dos atores sociais, implica, no entanto, diversas consequências. Como salienta Schneider (2004), os espaços não são meros suportes das relações sociais, econômicas, culturais e políticas. As instituições, as organizações e as relações que configuram o tecido social nos territórios são os recursos efetivamente habilitados para se traduzirem em projetos de desenvolvimento. Desta forma, discutir sobre um modelo de desenvolvimento territorial diferenciado do modelo mercantil, neoliberal, implica uma visão crítica respaldada em políticas públicas que visam projetos de desenvolvimento regionais e locais. Assim, o conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar deve estar associado ao reconhecimento que a agricultura produz, além dos produtos agrícolas, bens imateriais e não mercantis, segundo Bonnal e Maluf (2007).

Nesse sentido, o foco das políticas públicas devem ser as relações que configuram o tecido social do território para além da produção. Carneiro e Maluf (2003) enfatizam a necessidade de colocar as unidades familiares – e não apenas os produtos gerados pela agricultura familiar – como objetos de atenção dos programas. Os territórios são estabelecidos a partir das características materiais e imateriais, ou seja, com base em seus recursos biofísicos

e humanos, suas relações sociais e seus modos de produção e cultura. Dessa forma, pensar a multifuncionalidade da agricultura familiar implica considerar a interface entre a produção agrícola, a sociedade, o meio ambiente e os planejamentos que tenham como objetivos a sustentabilidade do território.

O planejamento das políticas públicas e o cumprimento de metas para o milênio tiveram como ponto de partida a experiência da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Organização das Nações Unidas (ONU), vigente entre 2000 e 2015<sup>29</sup>. Foi discutida por Chefes de Estado e de Governo e representantes, que reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015, momento em que a Organização comemora seu septuagésimo aniversário, deliberaram sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais. Desta forma, foi constituída a Agenda 2030, tendo como foco as áreas social, econômica e ambiental, abrangendo o período de 2016 a 2030; nela constam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas<sup>30</sup>.

Para se pensar no alcance dos objetivos da agenda, cada governo é responsável pelo acompanhamento e avaliação do progresso obtido nos níveis regional, nacional e global, tendo que desenvolver e utilizar indicadores compostos por dados territoriais acessíveis, atualizados e confiáveis, cujo uso deverá ser frequente por serem a chave do planejamento e tomada de decisão. O implemento da Agenda requer que cada país lide com suas diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento, enfrentando desafios específicos para o seu estabelecimento e execução.

A Agenda consiste em um plano de ação para a humanidade e o planeta. Reconhece-se que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. O plano de ação proposto pela Agenda trata de uma parceria mundialmente coletiva em sua implementação, cujo objetivo central é libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e proteger o nosso planeta. A agenda trata de uma política que determina medidas ousadas e transformadoras para pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente.

Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Os Objetivos e metas estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos. (ONU, 2015, p. 01).

Assim, a Agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um modelo global que possa acabar com a pobreza, a desigualdade social, promover o bem-estar de todos e proteger o ambiente. A partir de então, as Nações Unidas desenvolveram formas de cooperação e parcerias com governos, sociedade civil e outros agentes sociais, a fim de tornar possível a implementação desse projeto.

---

<sup>29</sup> Brasil. Políticas Públicas para o Cumprimento das Metas do Milênio, 2013. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/politicas-publicas-2013>>. Acesso em: 20/08/2020.

<sup>30</sup> Organização das Nações Unidas (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 20/08/2020.

**Quadro 4 – Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Metas.**

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Metas
1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	1.1 até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia
	1.2 até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
	1.3 implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
	1.4 até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais a recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e a outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças
	1.5 até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
	1.a garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, de forma a proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões
	1.b criar marcos políticos sólidos, em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Metas
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	2.1 até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
	2.2 até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
	2.3 até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, e a outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola
	2.4 até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
	2.5 até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente
	2.a aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia,

	<p>e os bancos de genes de plantas e animais, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países de menor desenvolvimento relativo</p> <p>2.b corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha</p> <p>2.c adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos</p>
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	3.1 até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos
	3.2 até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos
	3.3 até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis
	3.4 até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
	3.5 reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool
	3.6 até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas
	3.7 até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva 24 em estratégias e programas nacionais
	3.8 atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos
	3.9 até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ar, da água e do solo
	3.a fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado
	3.b apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos
3.c aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento	

	3.d reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, a redução de riscos e o gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde.
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	4.1 até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem 25 relevantes e eficazes
	4.2 até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário
	4.3 até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade
	4.4 até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
	4.5 até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
	4.6 até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
	4.7 até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
	4.a construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos
	4.b até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
	4.c até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.1 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
	5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
	5.3 eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
	5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como

	a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
	5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
	5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
	5.a empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
	5.b aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
	5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	6.1 até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos
	6.2 até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
	6.3 até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura em âmbito mundial
	6.4 até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
	6.5 até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
	6.6 até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
	6.a até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de afluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
	6.b apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos	7.1 até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
	7.2 até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
	7.3 até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
	7.a até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de

	combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
	7.b até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos os países em desenvolvimento, particularmente nos países de menor desenvolvimento relativo, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos	8.1 sustentar o crescimento econômico per capita, de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo
	8.2 atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra
	8.3 promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros
	8.4 melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança
	8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
	8.6 até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
	8.7 tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
	8.8 proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário
	8.9 até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
	8.10 fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros, e de seguros para todos
	8.a aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aidfor Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países de menor desenvolvimento relativo
	8.b até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva	9.1 desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

e sustentável e fomentar a inovação	9.2 promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo
	9.3 aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados
	9.4 até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
	9.5 fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento
	9.a facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
	9.b apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities
	9.c aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	10.1 até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
	10.2 até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
	10.3 garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito
	10.4 adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade
	10.5 melhorar a regulamentação e o monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações
	10.6 assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas
	10.7 facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas
	10.a implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio
	10.b incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares

	em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais
	10.c até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	11.1 até 2030, garantir o acesso de todos a habitação adequada, segura e a preço acessível, e aos serviços básicos, bem como assegurar o melhoramento das favelas
	11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
	11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países
	11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
	11.5 até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
	11.6 até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
	11.7 até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
	11.a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
	11.b até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
11.c apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais	
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.1 implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
	12.2 até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais
	12.3 até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita
	12.4 até 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
	12.5 até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
	12.6 incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

	<p>12.7 promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais</p> <p>12.8 até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza</p> <p>12.a apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo</p> <p>12.b desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais</p> <p>12.c racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas</p>
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	<p>13.1 reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países * Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional, intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima</p> <p>13.2 integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais</p> <p>13.3 melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima</p> <p>13.a implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível</p> <p>13.b promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas</p>
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	<p>14.1 até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes</p> <p>14.2 até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos</p> <p>14.3 minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis</p> <p>14.4 até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas</p> <p>14.5 até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível</p> <p>14.6 até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em</p>

	desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio
	14.7 até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e do turismo
	14.a aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e as orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo
	14.b proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados
	14.c assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade	15.1 até 2020, assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
	15.2 até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente
	15.3 até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
	15.4 até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável
	15.5 tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
	15.6 garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
	15.7 tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem
	15.8 até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
	15.9 até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas
	15.a mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

	15.b mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento, para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
	15.c reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	16.1 reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares
	16.2 acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
	16.3 promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos
	16.4 até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado
	16.5 reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
	16.6 desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
	16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
	16.8 ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global
	16.9 até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento
	16.10 assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
	16.a fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime
	16.b promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável
<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Metas</b>
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	<b>FINANÇAS</b>
	17.1 fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
	17.2 países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento, inclusive o compromisso apresentado por vários países desenvolvidos de alcançar a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento, e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; provedores de AOD são encorajados a considerarem definir uma meta para prover pelo menos 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo 40
	17.3 mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
	17.4 ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e

a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento
17.5 adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo
<b>TECNOLOGIA</b>
17.6 melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo global de facilitação de tecnologia global
17.7 promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
17.8 operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias capacitadoras, em particular tecnologias de informação e comunicação
<b>DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES</b>
17.9 reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul e triangular
<b>COMÉRCIO</b>
17.10 promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
17.11 aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020
17.12 concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado
<b>QUESTÕES SISTÊMICAS/COERÊNCIA DE POLÍTICAS E INSTITUCIONAL</b>
17.13 aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
17.14 aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
17.15 respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável
<b>QUESTÕES SISTÊMICAS /AS PARCERIAS MULTISSECTORIAIS</b>
17.16 reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
17.17 incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias Dados, monitoramento e prestação de contas
17.18 até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de

	dados de alta qualidade, atualizados e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
	17.19 até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora com base em ONU (2015).

A Agenda 2030 é um conjunto de ações, ideias e propostas. O documento se configura entre as normas do direito internacional e tem como função definir o objetivo e o caminho para o desenvolvimento territorial sustentável. O conjunto de 17 ODS's subdivididos em 169 metas aborda temas específicos, cada um referente à sustentabilidade; são enunciados simples e diretos cujo conteúdo é explanado de maneira compreensível, de modo que não se dirige somente aos órgãos técnicos e políticos, mas também à sociedade civil.

Alguns pontos da Agenda abordam especificamente as necessidades das CTQs. O primeiro objetivo se refere à pobreza extrema dessas comunidades, buscando acabar com ela em todas as suas formas e em todos os lugares. A **meta 1.a** contempla a garantia de uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes e implementação de programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões. O **ODS 2** envolve a importância da segurança alimentar, fator importante para as CTQS que têm a produção da agricultura familiar como fonte principal de renda. A **meta 2.3** visa dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores com aporte para a agregação de valores. Já o **ODS 3 (meta 3.8)** trata do bem-estar de todos e a cobertura de saúde – observado que as políticas de saúde nas CTQS são bastante precárias. O **ODS 4** aponta para a educação, que em sua **meta 4.8** propõe garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável; fator importante para os alunos que residem nas CTQS. O **ODS 5** sinaliza o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. A **meta 5.5**, trata da garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública – fator importante para trabalhar com as mulheres negras das CTQs. O **ODS 6**, aponta para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. A **meta 6.2** sugere que até 2030 o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos seja possível, acabando com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade – como se pode observar, o saneamento básico é um fator importante para ser trabalhado nas CTQS. O **ODS 7** assegura o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos. A **meta 7.b** visa que até 2030 seja possível a expansão da infraestrutura e a modernização da tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos, observado que a infraestrutura e energia são pontos que precisam de atenção nas CTQS. O **ODS 8** envolve a promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. A **meta 8.9** visa que até 2030 seja possível conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gere empregos, promova a cultura e os produtos locais – o turismo de base comunitária tem sido desenvolvido em algumas CTQs da BIG. O **ODS 9** trata da construção de infraestruturas resilientes, de promover a industrialização inclusiva e sustentável e de fomentar a inovação. A **meta 9.a** indica facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico – esses apoios são de suma importância no desenvolvimento da infraestrutura sustentável de suas atividades, assim como no escoamento dos produtos nas CTQs. O **ODS 10** busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. A **meta 10.2** propõe que até 2030 possa empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de

todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra – trabalhar na redução da desigualdade e a inclusão social é um fator crucial nas CTQs. A **ODS 11** discorre sobre tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. A **meta 11.4** visa fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. O município de Paraty auferiu o título de patrimônio da humanidade, tendo no território duas CTQs; é necessário trabalhar na proteção dessas áreas. O **ODS 12** busca assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. A **meta 12.2** procura, até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, fundamentais para os territórios das CTQs. O **ODS 14** indica conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. A **meta 14.1** objetiva até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes. Já a **ODS 15** sugere proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade. A **meta 15.a** visa mobilizar e aumentar, significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas. As CTQs tratam cotidianamente da defesa e proteção do uso sustentável dos recursos naturais. A **ODS 16** busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. A **meta 16.7** busca garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis – fomentar o acesso a instituições inclusivas pode fortalecer o controle e gestão social das CTQs. A **ODS 17** pontua fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. A **meta 17.14** visa aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável; **meta 17.17**, incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias – que são pontos importantes para trabalhar o desenvolvimento das CTQs.

A proposta central, como já dito e mostrado nos itens descritos, é que, a partir de uma nova conscientização, baseada na adoção de objetivos de simples entendimento e construídos a partir de valores culturais invariáveis – dentre eles solidariedade, participação social e cooperação, por exemplo, é que será possível atingir os ODS's. É o que afirma Costa (2008), que os elementos psicossociais fundamentados na cultura influenciam significativamente a formação de comportamentos em relação à natureza; essa ressignificação de mundo possibilita a consolidação de posturas mais harmônicas de entendimento da necessidade de preservação da natureza.

### 3. METODOLOGIA

O estudo apresentará uma **abordagem qualitativa** a partir da análise crítica da realidade, que, segundo Minayo (2002), responde a questões muito particulares, com nível de realidade que não pode ser quantificada. Um estudo dessa natureza trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralidade das esferas da vida e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa nova pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões.

A pesquisa vai abordar um estudo de caso múltiplos, comparando as relações sociais das cinco CTQs. De acordo com Yin (2001a), a preferência pelo uso do Estudo de Caso deve ser dada a estudos de eventos contemporâneos, em situações em que os comportamentos relevantes não possam ser manipulados, mas que seja possível serem feitas observações e entrevistas sistemáticas. Apesar de ter pontos em comum com o método histórico, o Estudo de Caso se caracteriza pela capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências – documentos, entrevistas e observações. Nesse aspecto, Yin (2001) aponta que uma questão que tem sido levantada é a relativa à validade do estudo de um único caso. Yin (2001) salienta que, por exemplo, se o caso estudado representa um caso crítico, ele irá afetar diretamente uma teoria bem formulada, servindo de teste para confirmá-la, desafiá-la ou até mesmo ampliá-la em comparação com outros casos. O autor apresenta o estudo de caso múltiplos e enfatiza que as evidências dos casos múltiplos são reconhecidas como mais fortes do que as evidências de caso único, pois são discutidas através de realidades diferenciadas um mesmo objeto, ao se utilizar os mesmos instrumentos de investigação; consiste na ideia de obter diversas informações em lugares diferentes, mas pela ótica de um mesmo fenômeno. O estudo, então, irá utilizar o mesmo critério de análise, porém, como dito, em territórios distintos. Para Stake (1995), o estudo de casos múltiplos se dá à medida que o caso se estende a vários casos, para possibilitar, pela comparação, o conhecimento mais profundo sobre o fenômeno, população ou condição. Dessa forma, será utilizado para as cinco CTQs os mesmos métodos de investigação, fazendo uma análise comparativa.

Será apresentado a seguir o desenvolvimento da metodologia da tese, que consiste em: pesquisa exploratória, usada como subsídio para o conhecimento do objeto; coleta de dados a partir de pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa telemática; vivência e observação enquanto assessora do Colegiado BIG e pesquisa de campo (entrevistas), de acordo com quadro 5 e tratamento de dados expostos no quadro 8.

#### **Etapa 1 – Pesquisa exploratória**

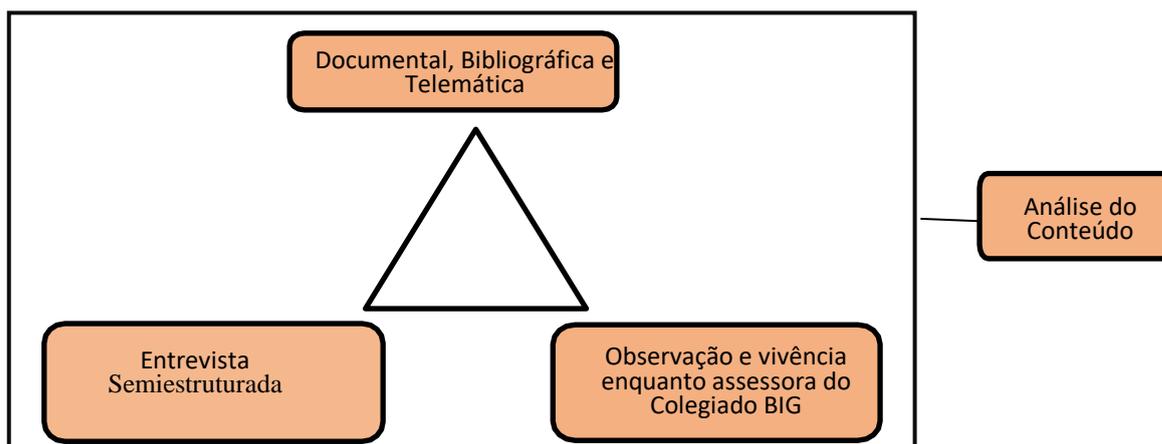
O universo da pesquisa consiste em 5 (cinco) quilombos existentes no Território BIG. O estudo contou com uma pesquisa exploratória na forma de visitas a essas comunidades com aplicação de um questionário simplificado, objetivando um melhor entendimento da trajetória histórica, tradições e identidade, mapeando os serviços públicos existentes e as organizações sociais para tratar de assuntos comuns, ou seja, uma caracterização das CTQs. O questionário foi dividido nos seguintes blocos: história da comunidade, quantitativo, trabalho, serviços públicos, organização social, lazer e cultura, religião, tecnologia/comunicação externa e acessibilidade. A pesquisa deu subsídio para a aproximação e conhecimento do objeto.

## Etapa 2 - Coleta de dados

A coleta de dados foi composta de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental (atas das reuniões, Ofícios e relatórios do Colegiado BIG; pesquisa de documentos de gestão das políticas públicas locais e regionais (prefeituras) – leis orgânicas municipais e estaduais; atas de reuniões de conselhos municipais; regimentos dos Programas Governamentais e não governamentais que atuam para o desenvolvimento territorial sustentável; Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID das CTQs, pesquisa telemática de dados como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Sidra (IBGE), Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (CEPERJ), Instituto Estadual do Ambiente (INEA), vivência e observação enquanto assistente social atuante no território na prefeitura de Itaguaí e na assessoria do Colegiado BIG e pesquisa de campo (entrevistas).

Para tal será utilizado um processo de análise e triangulação de métodos de pesquisa, em que ocorre a “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29), com intuito de desenvolver uma valorização do “contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (IBID, 2010), conforme figura 11.

**Figura 6:** Triangulação de dados.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Minayo (2010).

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, foi escolhido como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A entrevista, segundo Minayo (2002), é o procedimento mais usado nos trabalhos de campo, através dela o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. A autora pontua que não se trata de uma conversa despreziosa e neutra, pois se insere como um meio de coleta dos fatos relatados pelos atores. Nesse sentido, a entrevista é utilizada por ser entendida como um instrumento eficaz na coleta dos dados, baseando-se em um diálogo seguido de um roteiro, com propósitos bem definidos e com a finalidade de alcançar respostas para os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, a pesquisadora escolheu a entrevista semiestruturada para obter, nas falas, informações subjetivas, não alcançadas no questionário fechado. Serão entrevistados os presidentes e membros das associações de moradores dos quilombos. O quadro 5, a seguir, expõe os meios pelos quais os dados serão coletados.

**Quadro 5 – Coleta de Dados**

Meios de coleta	Critérios		
	Onde obtê-los?	Quando?	Como organizá-los?
<b>Bibliografia</b>	Livros, revistas e artigos lidos e discutidos durante as disciplinas do curso.	2017-2019	Referencial Teórico.
<b>Documental</b>	a) atas das reuniões, Ofícios e relatórios do Colegiado BIG; b) pesquisa de documentos de gestão das políticas públicas locais e regionais (prefeituras): leis orgânicas municipais e estaduais; atas de reuniões de conselhos municipais; regimentos dos Programas Governamentais e não governamentais que atuam para o desenvolvimento territorial sustentável e Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação das CTQs.	2020 - 2021	Destacando nestes documentos as falas e pontos específicos que respondam os objetivos da pesquisa.
<b>Telemáticas</b>	Por meio de documentos e informações disponíveis na internet.	2017-2019	Extrair os pontos e informações relevantes.
<b>vivência e observação enquanto assistente social atuante na prefeitura do município de Itaguaí e na assessoria do Colegiado BIG</b>	Atas de reunião do Colegiado BIG.	2017-2021	Extrair as informações relevantes.
<b>Pesquisa de campo</b>	Aplicação de roteiro de entrevista	2020 - 2021	- Elaboração de roteiro de entrevista buscando criar temas baseados nos eixos de ações de políticas públicas para comunidades quilombolas Decreto 4886/2003 e que contemplem os objetivos de pesquisa a partir dos critérios de análise de cidadania deliberativa Tenório (2008) e categorias estabelecidas por Perico (2009) no que tange o desenvolvimento territorial

			<p>sustentável.</p> <p>- Anotações e gravações em áudio e vídeo das aplicações do roteiro de entrevista com os presidentes e membros das associações de moradores do quilombo transcrevendo e destacando as informações relevantes.</p>
--	--	--	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Abaixo segue o quadro 6, com os objetivos intermediários e como se pretendeu atingi-los, apontando os métodos que foram utilizados, pontuando, assim, os resultados esperados por meio da condução da pesquisa no desenvolvimento da tese.

**Quadro 6 - Uso dos Métodos e resultados esperados a partir dos objetivos propostos pela pesquisa**

Objetivos intermediários	Métodos	Resultados esperados
i Avaliar como se dá o processo de legitimidade das CTQs no acompanhamento das políticas públicas, verificando se as decisões políticas têm origem em processos de discussão orientados pelos princípios de inclusão, autonomia e bem comum.	Pesquisa exploratória, vivência e observação de pesquisa de campo (entrevista).	Verificar se há acompanhamento das políticas públicas em instâncias de controle social, garantindo sua legalidade, e se esse processo se desenvolve a partir dos critérios de cidadania deliberativa e processos de discussão.
ii Analisar a capacidade organizativa, a partir dos princípios da gestão social na construção e inserção de representações junto às instâncias na esfera pública, incluindo espaços decisórios dos programas governamentais do território que busquem a valorização e inserção de seus produtos no território.	Pesquisa exploratória, vivência e observação de pesquisa de campo (entrevista).	Como os atores se organizam para participar das instâncias de controle social. Como são escolhidos. Identificar as lideranças dentro das CTQs e suas articulações nas instâncias internas e externas. Quais são as instâncias que participam das discussões para o desenvolvimento territorial sustentável das CTQs.
iii Verificar como se dá as relações dialógicas e se há o Interesse Bem Compreendido entre as CTQs e os atores sociais do Território BIG: sociedade civil, poder público e mercado, suas estruturas de redes, seus nós e ligações, laços fortes e fracos com vistas a ter suporte em ações para o desenvolvimento sustentável.	Pesquisa exploratória, pesquisa documental, vivência e observação de pesquisa de campo (entrevista).	Identificar como ocorrem as interações entre as CTQs, sociedade civil, poder público e mercado. Verificar se há convergência ou divergência nos discursos inerentes ao desenvolvimento territorial sustentável.

iv	<p>Averiguar se as CTQS se utilizam da pluriatividade como estratégia de sobrevivência e se o poder público local implementa programas que incentivem a geração de renda das CTQS.</p>	<p>Pesquisa exploratória, pesquisa documental, vivência e observação de pesquisa de campo.</p>	<p>Perceber quais as estratégias de sobrevivência utilizada pelas CTQs e identificar se as CTQs conseguem diálogo com o poder público para pensar implementação de programas governamentais que valorizem sua cultura e modo de vida, principalmente a questão do escoamento de seus produtos no mercado interno e externo do município.</p>
v	<p>Avaliar a efetividade, avanços e desafios das CTQs no acompanhamento das políticas públicas.</p>	<p>Pesquisa exploratória, pesquisa documental, vivência e observação de pesquisa de campo.</p>	<p>Verificar nos resultados alcançados pela pesquisa o processo de controle e gestão social e todas os desafios encontrados pelas CTQs, constatando de que forma efetivamente esse processo colaborou para a permanência no território e para o desenvolvimento territorial sustentável</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

### Etapa 3 – Elaboração dos instrumentos de coleta de dados

Com base nas dimensões analíticas da pesquisa: Políticas Públicas, Controle Social e Desenvolvimento Local, o quadro 7 indica a maneira pela qual o roteiro de entrevista foi elaborado, tendo como parâmetro os quatro eixos principais de ações de políticas públicas para comunidades quilombolas: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania, conforme definido no Decreto 4.886/03. As categorias de análise dispostas no quadro 3 são referentes aos critérios de análise de cidadania deliberativa – Tenório (2008) – e as categorias estabelecidas por Perico (2009), no que tange o desenvolvimento territorial sustentável, que encadeados aos objetivos de pesquisa, buscaram alcançar os resultados do quadro 7.

**Quadro 7 – Demonstrativo da Elaboração de Instrumento – Roteiro de Entrevista**

Eixos	Categorias analíticas	Objetivos	Pergunta da entrevista
Acesso à terra/ Direitos e cidadania	<b>Inclusão Autonomia Processo discussão</b> de	<p>Analisar a capacidade organizativa, a partir dos princípios da gestão social na construção e inserção de representações junto as instâncias na esfera pública, incluindo espaços decisórios dos programas governamentais do território que busquem a valorização e inserção de seus produtos no território;</p> <p>Avaliar como se dá o processo de legitimidade das CTQs no acompanhamento das políticas públicas, verificando se as decisões políticas têm origem em processos de discussão orientados pelos princípios de inclusão, autonomia e bem comum;</p> <p>Avaliar a efetividade, avanços e desafios das CTQs no acompanhamento das políticas públicas;</p>	<p>- Seu direito de permanência no território está garantido? Quais documentos legais o quilombo possui hoje?</p> <p>- Você acredita que a titulação garante acesso a ações governamentais? Essa discussão tem acontecido no quilombo?</p> <p>- Como você considera a relação dos membros do quilombo com o poder público local?</p> <p>- Como são escolhidos os membros para participar da associação de moradores?</p> <p>- Além da associação de moradores quais instâncias de controle social a comunidade quilombola está inserida? Tem alguma liderança que Participam de alguma instância externa como órgãos públicos, ONGs, Fóruns ou organizações da sociedade civil e desenvolvendo discussões sobre a promoção de garantia de direitos para comunidades quilombolas?</p> <p>- Você acredita que o representante do quilombo tem poder de voz e voto nas tomadas de decisão nessas instâncias no processo de garantia de direitos e acompanhamento das políticas públicas?</p>
Infraestrutura e qualidade de vida	<b>Sustentabilidade Bem comum</b>	Verificar como se dá as relações dialógicas e se há o Interesse Bem Compreendido entre as CTQs e os atores sociais	- Você já participou de alguma reunião entre sociedade, poder público e empresários para dialogar sobre educação, saúde, saneamento, segurança alimentar e qualidade de

		do Território BIG: sociedade civil, poder público e mercado, suas estruturas de redes, seus nós e ligações, laços fortes e fracos com vistas a ter suporte em ações para o desenvolvimento sustentável;	vida para o território? - Como você vê a participação das CTQs nos espaços onde são discutidas as políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável? - Você conhece a Agenda 2030 que trata dos objetivos para o desenvolvimento sustentável?
Inclusão produtiva e desenvolvimento local	<b>Inclusão</b> <b>Sustentabilidade</b> <b>Diversidade cultural</b> <b>Coesão territorial</b>	Averiguar se as CTQs se utilizam da pluriatividade como estratégia de sobrevivência e se o poder público local implementa programas que incentivem a geração de renda das CTQs.	- Das atividades que geram renda no quilombo alguma recebe incentivo do poder público?  - Tem acontecido entre a comunidade e o poder público reuniões que abordem questões de renda, escoamento dos produtos e participação dos produtores do quilombo na economia local?

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

#### Etapa 4 – Tratamento dos dados

No tratamento das informações colhidas, buscou-se atender os objetivos da pesquisa utilizando a análise documental e a análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011), empregando como método a análise categorial, que é a mais antiga e a mais utilizada técnica para interpretação de discursos, buscando interpretar e identificar as atitudes do locutor pela sua fala. Funciona como uma operação de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos (IBID, 2011).

Nesse sentido, a pesquisadora identificou, no conteúdo documental pesquisado e entrevistas com os presidentes e membros das associações de moradores das comunidades quilombolas, a adequação aos critérios contidos no método, estruturados em sete (07) categorias. Sendo quatro (04) categorias a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008): processo de discussão, inclusão, autonomia e bem comum, conforme quadro 1. E outras três (03) categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): Coesão Territorial, Sustentabilidade e Diversidade Cultural.

#### Quadro 8 – Tratamentos dos dados

Objetivos intermediários	Tipos de análise	Método aplicados no tratamento das informações colhidas
Avaliar como se dá o processo de legitimidade das CTQs no acompanhamento das políticas públicas, verificando se as decisões políticas têm origem em processos de discussão orientados pelos princípios de inclusão, autonomia e bem comum	- Análise de Conteúdo  -Análise	Sistematização das falas dos presidentes e membros das associações de moradores das CTQs, de acordo com a metodologia da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), estruturados em sete (07) categorias. Sendo quatro (04) categorias a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008): processo de discussão, inclusão, autonomia e

	Categorial	bem comum, conforme quadro 1. E outras três (03) categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): Coesão Territorial, Sustentabilidade e Diversidade Cultural.
Analisar a capacidade organizativa, a partir dos princípios da gestão social na construção e inserção de representações junto as instâncias na esfera pública; incluindo espaços decisórios dos programas governamentais do território que busquem a valorização e inserção de seus produtos no território	- Análise de Conteúdo  - Análise Categorial	Sistematização das falas dos presidentes e membros das associações de moradores das CTQs, de acordo com a metodologia da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), estruturados em sete (07) categorias. Sendo quatro (04) categorias a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008): processo de discussão, inclusão, autonomia e bem comum, conforme quadro 1. E outras três (03) categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): Coesão Territorial, Sustentabilidade e Diversidade Cultural.
Verificar como se dão as relações dialógicas e se há o Interesse Bem Compreendido entre as CTQs e os atores sociais do Território BIG: sociedade civil, poder público e mercado, suas estruturas de redes, seus nós e ligações, laços fortes e fracos com vistas a ter suporte em ações para o desenvolvimento sustentável	- Análise Documental  - Análise de Conteúdo  - Análise Categorial	Sistematização do conteúdo documental pesquisado e das falas dos presidentes e membros das associações de moradores das CTQs, de acordo com a metodologia da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (2011) estruturados em sete (07) categorias. Sendo quatro (04) categorias a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008): processo de discussão, inclusão, autonomia e bem comum, conforme quadro 1. E outras três (03) categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): Coesão Territorial, Sustentabilidade e Diversidade Cultural.
Averiguar se as CTQS se utilizam da pluriatividade como estratégia de sobrevivência e se o poder público local implementa programas que incentivem a geração de renda das CTQS	- Análise Documental  - Análise de Conteúdo  - Análise Categorial	Sistematização do conteúdo documental pesquisado e das falas dos presidentes e membros das associações de moradores das CTQs, de acordo com a metodologia da análise do conteúdo na perspectiva de Bardin (2011) estruturados em sete (07) categorias. Sendo quatro (04) categorias a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008): processo de discussão, inclusão, autonomia e bem comum, conforme quadro 1. E outras três (03) categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): Coesão Territorial, Sustentabilidade e Diversidade Cultural.

Avaliar a efetividade, avanços e desafios das CTQs no acompanhamento das políticas públicas	- Análise de resultados	Sistematização dos resultados da pesquisa, desafios encontrados pelas CTQs, constatando se houve efetivamente o processo de controle e gestão social no acompanhamento das políticas públicas e se esse processo colaborou para a permanência das comunidades no território e para o desenvolvimento territorial sustentável.
---	-------------------------	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora

### 3.1. Limitações da Pesquisa

O engajamento na arena política, que é o objeto de pesquisa, traz dificuldade às pesquisas de campo e pode impedir o afastamento de suas convicções no momento da análise dos resultados. Mesmo afirmando que a investigadora tenha buscado lidar com essa limitação, é possível que o resultado da tese tenha sido influenciado por seus valores sociopolíticos e culturais.

O período de pandemia do COVID-19 e o isolamento social dificultou o trabalho de campo e as entrevistas com os membros dos quilombos. Nesse contexto, até organizar algumas entrevistas remotamente, ressaltando a falta de acesso à internet pela maioria dos quilombos e visitas com uma estrutura mínima para atender as regras de segurança da Organização Mundial de Saúde – OMS –, houve uma perda de tempo significativa; é possível que o amadurecimento do processo investigatório tenha sido prejudicado, influenciando no resultado.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo trata dos resultados e discussões da pesquisa, que são os casos referentes às cinco CTQs: Marambaia, Santa Justina e Santa Izabel, Bracuí, Cabral e Campinho da Independência. No primeiro momento, abordamos os resultados inerentes à pesquisa exploratória e documental e, posteriormente, a análise de conteúdo a partir das categorizações, conforme exposto no capítulo acerca da metodologia.

### 4.1. Pesquisa Exploratória

Neste subcapítulo, busca-se apresentar os resultados da pesquisa, que através de aplicação de um questionário simplificado, dividido em blocos, objetivou entender a historicidade das CTQs pesquisadas, assim como suas tradições e identidades, promovendo o mapeamento dos serviços públicos nos territórios e instâncias de participação social internas. Essa fase da pesquisa subsidiou a aproximação do pesquisador com o objeto, em que foram colhidos dados primários para estabelecer o recorte e os eixos teóricos da pesquisa, após a identificação e descrição das comunidades. O quadro resumitivo busca destacar as informações apreendidas durante o processo exploratório.

**Quadro 9** – Síntese da pesquisa exploratória.

BLOCOS	PERGUNTAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
<b>HISTÓRIA</b>	Fala um pouco da história do quilombo. No decorrer dos anos até os dias atuais	As CTQs apresentaram histórias similares, no sentido de doações das terras após a abolição da escravidão. Lutas e resistência marcam a trajetória das CTQs da BIG. As terras ocupadas pelas comunidades vêm, cotidianamente, sofrendo pressões de atos deliberados pelo poder público e pelo mercado. Dentre as cinco CTQs investigadas, apenas Campinho da Independência e Marambaia são tituladas.
	Agricultura?	<b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b> As atividades agrícolas não têm incentivo financeiro do poder público, logo, dão um retorno aquém do necessário para obtenção de um excedente para comercialização. Os quilombolas se dedicam a agricultura familiar apenas para subsistência. Em relação ao Turismo de Base Comunitária-TBC, uma forma alternativa de auferir renda, o grupo teve dificuldades de manter as atividades em coletivo. Apesar de as terem iniciado, alguns quilombolas não se dispuseram a receber pessoas em sua casa, ou ainda, deixar de trabalhar, para realizar as atividades de turismo na comunidade. Isto, porque a maioria exerce trabalho remunerado fora do quilombo, tais como: em empreendimentos turísticos, na prefeitura, no comércio entre outros. A ausência de um projeto de TBC com planejamento e interesse bem compreendido entre os envolvidos colaboraram para o declínio das atividades. Outro ponto destacado, como motivo de descontinuidade do TBC, foi a percepção pela comunidade, de que sua cultura não estava sendo respeitada. Seu modo de vida reflete sua identidade, e

<b>TRABALHO</b>	Pesca? Artesanato?	não pode ser objetificada ou mercantilizada. Fora proposto, pela Secretaria de Turismo Municipal, que os membros das comunidades estivessem com “vestimentas de quilombo, ao receberem visitantes”.
	Trabalham fora do quilombo? Onde?	<p><b>CTQ Marambaia</b></p> <p>As atividades de geração de renda principais são a pesca artesanal e a maricultura. No entanto, há escassez do pescado proveniente da obra de expansão do porto de Itaguaí, colocando em evidência o interesse do capital em detrimento da conservação e o uso sustentável dos recursos híbridos. Os que não vivem da pesca se deslocam para trabalhar na prefeitura de Mangaratiba, nas empresas e nos clubes e hotéis instalados na região de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Ressaltando os impactos dos megaempreendimentos e sua influência no modo de vida das comunidades tradicionais. As áreas livres são proibidas para plantio, de acordo com o TAC acordado entre a comunidade e a Marinha. Desenvolvem atividades de artesanato, porém há dificuldades na compra de matéria prima, por falta de recursos financeiros e incentivo do poder público.</p>
		<p><b>CTQ Santa Justina e Santa Izabel</b></p> <p>Se dedicam a agricultura familiar, no cultivo de aipim, banana, inhame, e outros e na produção de farinha. A Secretaria de Agricultura municipal desenvolve o projeto de feira livre, porém poucos agricultores estão inseridos pela dificuldade de transporte. Os que não trabalham na agricultura exercem trabalho remunerado fora do quilombo em empresas, prefeitura, entre outros.</p>
	<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>A principal atividade de geração de renda é o TBC. Atualmente o roteiro de TBC do Campinho é composto pelos seguintes atrativos: restaurante, Casa de Artesanato, Viveiro de Mudanças, Agroflorestas, contação de histórias com os grãos, oficinas de cestaria com os integrantes da casa de artesanato, vivências agroflorestais com os agricultores e apresentação cultural com dança de jongo e atividades coletivas ligadas a AMOQC. Além de outros empreendimentos familiares como pousadas, campings e bares. O TBC reúne as potencialidades turísticas da comunidade quilombola, sendo uma estratégia para promoção do desenvolvimento local sustentável. Poucos desenvolvem suas atividades laborativas fora do quilombo; a maioria da comunidade está envolvida com as atividades de TBC. Podemos observar que há um interesse bem compreendido entre os membros. O</p>	

		<p>envolvimento das lideranças com os movimentos sociais e instituições públicas parecem fortalecer o planejamento para o desenvolvimento dos projetos de geração de renda. A comunidade não recebe incentivo do poder público.</p> <p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p>A agricultura familiar da comunidade é desenvolvida apenas para fins de subsistência, como o feijão e a mandioca, a criação de pequenos animais como galinhas e patos; porém, a maioria da população economicamente ativa do Quilombo do Cabral trabalha prestando serviços nas proximidades, como em hotéis, prefeitura, comércio e atividades rurais nos sítios das proximidades. Segundo relatos, o poder público local não incentiva a comunidade a sobreviver da agricultura familiar, pesca e artesanato. Os quilombolas precisam trabalhar para o sustento da família, já que as poucas atividades agrícolas não atendem totalmente a demanda da família. As atividades culturais de capoeira e jongo não têm acontecido no quilombo devido ao grande número de evangélicos que percebem as atividades de matriz africana como “macumba”. Alguns locais da comunidade não possuem saneamento básico.</p>
	<p><b>Educação:</b> Tem escola? Nível médio e fundamental?</p>	<p><b>CTQ Sta Rita do Bracuí</b></p> <p>A comunidade tem apenas uma escola de nível fundamental; declarada como escola quilombola no Censo Escolar de 2015. Escola nível médio e universidade apenas no centro do município – Angra dos Reis. O Programa Bolsa Família - PBF<sup>31</sup> abrange 35% das famílias. Hospital mais próximo é no centro de Angra dos Reis. Nem toda comunidade possui água encanada e esgoto. Muitas casas ainda possuem sumidouros e poços artesanais.</p> <p><b>CTQ Marambaia</b></p> <p>A comunidade tem uma escola de nível fundamental. Já os serviços básicos de saúde, educação e saneamento</p>

<sup>31</sup> O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Os objetivos do programa consistem em combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

<b>SERVIÇOS</b>	<p>Creche? Universidade?</p> <p><b>Saúde:</b> Tem posto de saúde, hospital?</p> <p><b>Assistência Social:</b> Recebem benefício do Programa Bolsa Família - PBF?</p> <p><b>Saneamento básico:</b> Possui água encanada, esgoto?</p>	<p>concentrado quase todos no entorno do CADIM, deixando grande parte da população da Ilha com a carência desses serviços. O Hospital mais próximo fica em Angra dos Reis. Cerca de 58% das famílias são beneficiários do PBF.</p>
		<p><b>CTQ Santa Justina e Santa Izabel</b></p> <p>A comunidade não possui serviços básicos de educação, saúde e saneamento. Assim, escola, posto de saúde e hospital são encontrados apenas na Serra do Piloto ou Mangaratiba. A comunidade utiliza água da cachoeira e não possuem esgoto, apenas sumidouros. 30% das famílias recebem o benefício do PBF.</p>
		<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>A comunidade tem uma escola de nível fundamental. Através da associação de moradores estão lutando por uma educação de ensino médio e técnico. Outra pauta de reivindicação é a para a Secretaria de Educação a inserir no currículo da escola o Jongo, a Capoeira de Angola, a cestaria, como valorização dos saberes dos mais velhos. A comunidade possui um posto de saúde que desenvolve o Programa de Saúde da Família. O PBF tem uma abrangência de 40% das famílias. A comunidade tem conquistas significativas colaborando para a qualidade de vida, a exemplo da obtenção do saneamento básico.</p>
		<p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p>Na comunidade há uma escola de nível fundamental. Nível médio e universidade pública são encontradas apenas no centro do município de Angra dos Reis. Utilizam os serviços da Clínica de Saúde da Família, onde uma quilombola trabalha como agente de saúde. 40% das famílias recebem o benefício do PBF. Em relação ao saneamento básico, nem toda a comunidade possui água encanada e esgoto.</p>
	<p>Como vocês se organizam para tratar de assuntos de interesse comum? Tem Associação de Moradores?</p>	<p><b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b></p> <p>Os assuntos de interesse comum da comunidade são tratados na Associação dos Remanescente do Quilombo Santa Rita do Bracuí – ARQUISABRA. Relatado que há pouca participação em órgão externo ao quilombo, mas que tem representantes no Conselho de Educação e Conselho de Igualdade Racial do município. Também fazem parte do FCT e Fórum de Economia Solidária, mas que devido a distância e falta de recursos financeiros muitas vezes não conseguem participar nas reuniões.</p>

<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>	Conselho Comunitário? Participa de algum conselho ou órgão que trata de interesse comum fora do quilombo?	<b>CTQ Marambaia</b> O quilombo se organiza para tratar de assunto de interesse comum na associação de moradores (ARQIMAR) e Associação de pescadores e maricultores (APMIM). Os entrevistados relataram que participam e têm representantes no Colegiado da Baía da Ilha Grande e também já participaram do Conselho de Saúde e Educação de Mangaratiba, porém desistiram e não apenas pela distância geográfica, mas também pela falta de autonomia e comunicação até mesmo das datas das reuniões desses conselhos.
		<b>CTQ Santa Justina e Santa Izabel</b> O quilombo se organiza para suas pautas de reivindicações na Associação de Moradores Amigos e Amigas das Fazendas Santa Isabel e Santa Justina. Relatam que tem representantes no Colegiado da Baía da Ilha Grande e buscam orientações e parcerias junto a ACQUILERJ e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro – PEPDDH/RJ.
		<b>CTQ Campinho da Independência</b> Os interesses comuns são tratados internamente nas reuniões da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC). Algumas lideranças do quilombo participam do FCT, CONAQ, ACQUILERJ e OTSS.
		<b>CTQ do Cabral</b> Há uma associação de moradores comum, que quase não realiza reuniões. Rara participação em instâncias externas
<b>LAZER/CULTURA</b>	Qual atividades de lazer acontece no quilombo?	<b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b> A comunidade cultiva a tradição da contação de histórias pelos griôs, jongo, capoeira. Também acontece na comunidade a festa típica da santa padroeira - Santa Rita no dia 22 de maio.
		<b>CTQ Marambaia</b> Na comunidade as atividades de lazer preservam a cultura de seus ancestrais como o jongo, capoeira, danças, festas e festa junina.
		<b>CTQ Santa Justina e Santa Izabel</b> As atividades de lazer envolvem Jongo, capoeira e

		danças.
		<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>Contação de histórias pelos griôs, danças, e a roda de jongo. As atividades estão incluídas como uma das atrações do TBC.</p>
		<p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p>No quilombo quase não tem atividades culturais de capoeira e jongo por conta do grande número de evangélicos que percebem as atividades de matriz africana como “macumba” ou “bruxarias”.</p>
<b>RELIGIÃO</b>	Quais as religiões? Têm igrejas, templos?	As cinco CTQs pesquisadas possuem diversidade religiosa.
<b>TECNOLOGIA/ COMUNICAÇÃO EXTERNA</b>	Como faz a comunicação externa? Tv, internet, rádio, telefone fixo, público, celular?	<p><b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b></p> <p>A comunicação externa se dá principalmente por rádio, TV, internet e telefone celular, porém em algumas áreas do quilombo o celular não funciona por falta de rede.</p>
		<p><b>CTQ Marambaia</b></p> <p>A comunicação é realizada principalmente, por rádio e TV. A Comunidade faz uso do telefone celular (porém fora da localidade da Ilha, que não possui sinal de rede) e telefone fixo (apenas 3% da comunidade possui telefone fixo).</p>
		<p><b>CTQ Santa Justina e Santa Izabel</b></p> <p>A comunicação se dá, principalmente, por rádio, TV (para quem possui energia elétrica). Telefone celular, fora da localidade do quilombo, que não possui sinal de rede.</p>
		<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>Na comunidade a comunicação é realizada através de rádio, TV, telefone celular sem rede em alguns lugares da comunidade), telefone fixo (apenas 5% da comunidade possui telefone fixo) e internet (em alguns lugares sem rede).</p>
		<p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p>A comunicação externa da comunidade se dá através</p>

		de rádio, TV, telefone celular e internet (em alguns lugares sem rede).
<b>ACESSIBILIDADE</b>	Como se dá o deslocamento dos membros do quilombo? Têm acesso a transporte público?	<b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b> A comunidade se localiza distante da via principal de acesso ao transporte público, a Rodovia Rio Santos; desta forma o deslocamento é realizado principalmente a pé ou por bicicletas.
		<b>CTQ Marambaia</b> Para deslocamento a comunidade precisa fazer uso do barco da Marinha do Brasil. Não há transporte público. Por ser uma área militar utilizada pela Marinha, o acesso à Marambaia é restrito. Somente os servidores da instituição, as famílias residentes e os visitantes habituais (para entrega de material, por exemplo) podem ingressar com facilidade no local. Do contrário, por via de regra, é preciso aguardar uma prévia solicitação, mesmo indo de embarcação própria.
		<b>CTQ Santa Justina e Santa Izabel</b> A comunidade não tem transporte público. Se deslocam de bicicleta ou a pé até a via principal – Rodovia Rio Santos – que fica distante do quilombo. Devido à instalação de uma empresa na entrada da comunidade, foi instaurado um inquérito civil no Ministério Público Federal (MPF) para apurar a situação. Atualmente os visitantes precisam se identificar ficando a critério dos seguranças da empresa que se instalou no local permitir ou não a entrada. Em entrevista, foi relatado que estão resistindo a essa violação de seus direitos de ir e vir.
		<b>CTQ Campinho da Independência</b> A comunidade não possui transporte público. O deslocamento se dá a pé ou de bicicleta até a Rodovia Rio Santos
		<b>CTQ do Cabral</b> Existe transporte coletivo apenas na Rodovia Rio Santos. O caminho da rodovia até a comunidade é feito a pé ou de bicicleta e leva cerca de 40 minutos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa exploratória

Os territórios historicamente ocupados pelas comunidades quilombolas vêm, cotidianamente, sofrendo pressões por parte do poder públicos e do mercado. Ou seja, além dos

desafios diários, em especial no contexto atual de pandemia pela Covid-19, as comunidades vêm sofrendo ameaças externas em seu direito de permanecer em seu território e explorar a terra, de forma sustentável. Pressão agravada pelo fato, já discutido, de alguns quilombos não possuírem o título definitivo da terra.

Das cinco CTQs pesquisadas, apenas duas possuem titulação, ou seja, possuem posse definitiva da terra. As demais são apenas certificadas, o que significa que apenas foram identificadas como território quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Porém, efetivamente, ainda não podem ser consideradas proprietárias de suas terras. Sem o efetivo título das terras, os quilombolas vivem um cenário de insegurança jurídica, enquanto aumenta a cobiça e os conflitos com os especuladores do mercado imobiliário.

Observou-se, também, que alguns quilombos do Território BIG, como Campinho da Independência e Bracuí, possuem uma rede mais densa no que se refere ao engajamento e parcerias com instituições que representam uma força a mais para resistir às pressões contra sua permanência, como é o caso do apoio do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT).

Segundo Nascimento (2019), essa articulação foi importante no sentido de pensar as questões e dificuldades das comunidades. Ficaram evidentes as ausências de políticas públicas, que afetam diretamente o cotidiano e a qualidade de vida das comunidades tradicionais. O autor aponta como avanço e, também, como resultado de luta e resistência, o reconhecimento do município de Paraty e Ilha Grande, no dia 05 de julho de 2019, como novos integrantes da lista dos locais considerados Patrimônio da Humanidade no Brasil, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Os locais foram considerados como Patrimônio Misto. Ou seja, seu valor é tanto cultural quanto natural, por se tratarem de territórios que incluem reservas ambientais e comunidades tradicionais.

Com um movimento social, lutamos organizadamente pelos nossos direitos e também trazemos à tona esses temas que são disputados nessa região, no dia a dia, por interesses de diferentes grupos que atuam na política ambiental, na especulação imobiliária, nos grandes empreendimentos (como exploração de petróleo e energia, rodovias e turismo predatório, entre outros). Tudo isso vem transformando a relação do território e afetando o cotidiano de nossas comunidades, pois causa grande impacto ambiental e social para nossa região. (NASCIMENTO, 2019, p. 14).

A análise sobre os conflitos e as lutas, ao longo de décadas, afirma o direito à terra como princípio para o desenvolvimento dos territórios tradicionais em ambiente rural e urbano, frente a opressão sofrida pelos detentores de grandes capitais através de empreendimentos nas áreas ocupadas. O território vem sofrendo fortes impactos provenientes da expansão do turismo, em que os condomínios de luxo, marinas e resorts vêm conquistando espaços das Comunidades Tradicionais, pressionando e expulsando sua população, que termina por migrar para as periferias urbanas, passando a viver em realidade sociocultural totalmente diferente de suas origens.

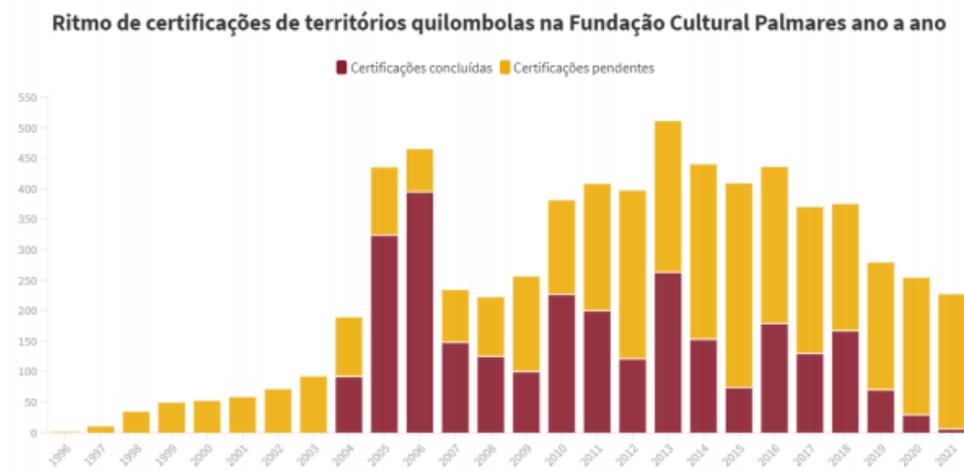
De acordo com o relatório “Direito à terra quilombola em risco”<sup>32</sup>, a análise de dados de regularização fundiária de territórios quilombolas mostra queda histórica. Segundo o relatório, durante o governo Bolsonaro, apenas três territórios quilombolas foram titulados e 12 editais referentes ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foram publicados pelo Incra.

---

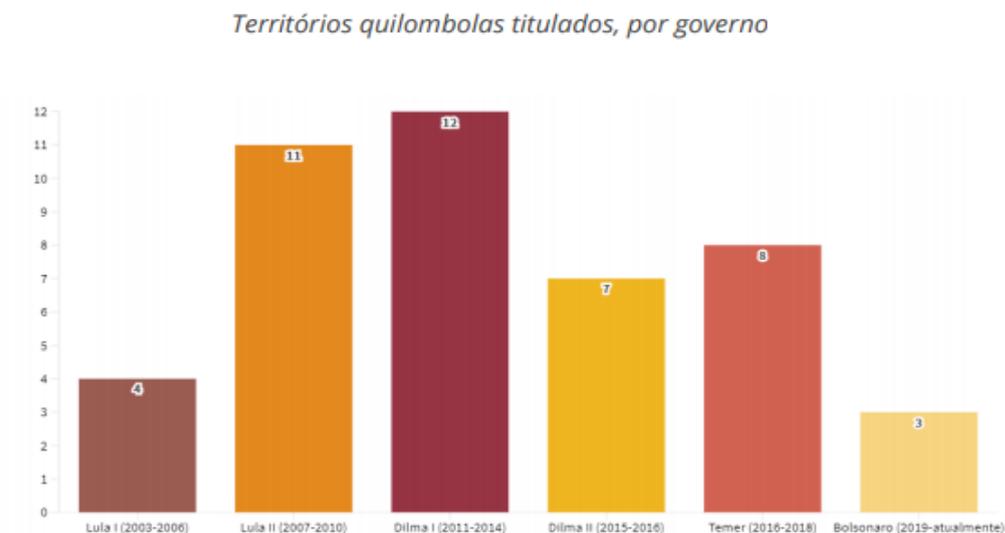
<sup>32</sup> Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/direito-terra-quilombola-em-risco-reconhecimento-de-territorios-tem-baixa>>.

O total de movimentações de processos de titulação pelo Incra no biênio 2019-2020 é o menor desde o início da série histórica, em 2005. Mesmo com queda na quantidade de novos processos de certificação iniciados a cada ano, a Fundação Palmares não consegue dar conta do estoque de requisições pendentes. A taxa de resolutividade de processos de certificação de áreas quilombolas, em 2020, foi a mais baixa da série histórica, iniciada em 2003.

Abaixo, seguem dois gráficos que demonstram os números de certificações e titulações, por ano, realizados pela Fundação Palmares e de acordo com os governos:



**Figura 7:** Ritmo de Certificação de territórios da FCP ano a ano  
Fonte: ABRAJI (2021).



**Figura 8:** Territórios quilombolas titulados por governo  
Fonte: ABRAJI (2021).

De acordo com a atual conjuntura política, percebe-se que o atual governo não vem envidando esforços em prol da valorização e preservação da cultura e identidade quilombola. A questão fica ainda mais evidenciada nas diversas colocações preconceituosas do presidente Jair Bolsonaro, dentre elas, na qual o mesmo afirma que “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais”. Essa falta de esforços do poder público para com as CTQs ficou

evidenciada durante a pesquisa de campo, pois todas as CTQs pesquisadas careciam de ações governamentais que possibilitassem amplo acesso a serviços básicos como saúde, educação, transporte, saneamento básico etc. Como exemplo da quase total falta de estrutura enfrentada pelas CTQs, em um mundo tecnológico, poucas são as comunidades que possuem linhas telefônicas e acesso à internet através de computadores, tendo acesso apenas através de aparelhos celulares que, em diversos pontos do quilombo, não funcionam por ausência de sinal.

Conforme já abordado no presente estudo, a tradição quilombola tem, na agricultura familiar, a base de sua subsistência e sobrevivência. Porém, o que observamos nas CTQs é que a agricultura familiar existente é muito incipiente e que o pouco produzido não é suficiente nem para sua própria alimentação, tão pouco para escoar para o mercado, exceto a CTQ Campinho da Independência, que por conta do Restaurante Quilombola e o desenvolvimento do TBC, conseguem o escoamento dos produtos. Observa-se a falta de incentivo do poder público local, que não investe em máquinas, insumos, orientações técnicas e programas para aperfeiçoamento e escoamento dos produtos produzidos nas CTQs, o que leva o trabalhador quilombola a envidar seus esforços em trabalhos fora de sua comunidade, trabalhando em hotéis, comércio etc., se afastando, assim, de suas raízes.

De todas as CTQs pesquisadas, apenas a do Bracuí possui escola autodenominada quilombola, no Censo Escolar, tendo pedagogia própria, respeitando a especificidade étnico-racial e cultural da comunidade e valorizando os saberes, tradições e o patrimônio cultural dessas comunidades remanescentes. A referida escola sofreu ataques por um grupo racista contra essa autodeclaração quilombola, mostrando que o preconceito e falta de entendimento dos atores locais não se dá apenas por parte do poder público, mas também por uma parte da sociedade em geral, sendo o reflexo dos resquícios do sistema escravocrata.

#### 4.2. Resultados da Pesquisa de Campo

Será apresentada a caracterização das CTQs e os resultados da pesquisa de campo por meio da análise de conteúdo, a partir das categorizações, conforme exposto no capítulo acerca da metodologia. Nas categorias **Inclusão, Autonomia e Processo de discussão**, é discutida a dinâmica entre os atores envolvidos na implementação, o acompanhamento das políticas públicas e se as mesmas estão dentro dos critérios de cidadania deliberativa. O conceito de cidadania deliberativa, adotado por Tenório (2007) e Villela (2012), teve como base os preceitos teóricos de Habermas e sua relação com os critérios de avaliação da participação cidadã desenvolvidos pelo Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade de Barcelona – IGOP. Tomaram como base a definição de cidadania deliberativa, em que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados – entre outros – pelos princípios da autonomia e inclusão. Para Volker (1997), não há regras para o envolvimento dos atores no controle e participação social na elaboração e implantação da política, porém, as estratégias têm que ser sintonizadas com as condições específicas da região considerada. Para isso, é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores, o que significa mais que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns. Nas categorias **Sustentabilidade e Bem comum**, as discussões se estabelecem no sentido de identificar as interações entre os atores do território e se há dialogicidade para se alcançar um bem comum que garanta o desenvolvimento territorial sustentável. Segundo Perico (2009), o conceito de desenvolvimento territorial sustentável visa criar mecanismos de avaliação das ações dos poderes públicos. O autor aponta que, para se avaliar as relações de poder em um determinado território, devem-se observar, entre outras, as dimensões de: sustentabilidade – que apontam que o desenvolvimento atual não pode colocar em risco as possibilidades de desenvolvimento das gerações futuras; e de bem-estar – que necessita estar pautada no bem comum do território ancorado no desenvolvimento humano e na qualidade de vida. Para Villela (2012), cidadania

participativa de políticas públicas seria o cidadão interagindo dentro de espaços públicos, pactuando os seus interesses em função do bem comum. As categorias **Diversidade Cultural** e **Coesão Territorial** tratam de estratégias territoriais para o alcance do desenvolvimento territorial sustentável respeitando o modo de vida e as especificidades do território, conforme Perico (2009).

Dessa forma, se pretende verificar a organização dos atores para participação nas instâncias de controle social; identificar se ocorrem discussões entre sociedade civil, poder público e mercado, no que tange o desenvolvimento territorial sustentável e de que forma essa participação colabora para a legitimação de seu direito de permanência no território.

#### 4.2.1. O Caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí

A comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí é localizada em Angra dos Reis, município do Rio de Janeiro, pertencente à Costa Verde, região turística entre a Serra do Mar e o litoral sul do Estado. Na Comunidade vivem 129 famílias, num total de 362 pessoas (CPISP, 2019). Segundo Abbonizio, De Souza e Ramos (2016), a Fazenda Santa Rita, onde localiza-se hoje o quilombo, exercia um papel estratégico durante o período imperial no abastecimento de mão de obra para as fazendas de café e cana-de-açúcar. Ela foi adquirida por José de Souza Breves, em 1829, e serviu, durante muitos anos, como um porto seguro para o desembarque de africanos após a primeira proibição do tráfico atlântico, em 1831<sup>33</sup>. Para uma melhor compreensão do surgimento da comunidade, é preciso resgatar na história a importância que a família Breves teve no tráfico ilegal de africanos que foram escravizados no Brasil Imperial.

De acordo com o *Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí*, Mattos et al (2009), a CTQ de Santa Rita do Bracuí iniciou sua história, no período escravagista, estabelecendo sua relação com o espaço – tal período é marcado pelo contexto de falência da economia cafeeira no município. Na Fazenda de José de Souza Breves – um dos irmãos da família mais influente política e economicamente à época – habitava um grupo de escravizados que trabalhavam na produção de cana. A partir da década de 1850, conforme Lourenço (2010), com a ratificação da proibição ao tráfico, pela Lei Euzébio de Queiroz<sup>34</sup>, e com o aumento da repressão ao comércio de pessoas, a Fazenda Santa Rita chegou a ser vasculhada diversas vezes pela polícia da Corte, em busca de “negros novos”. O autor aponta que nos anos seguintes a fazenda entra em um período de decadência. No final da década de 1870, José de Souza Breves registrou em seu testamento a doação daquelas terras, que se encontrariam em “lastimável estado de penúria”, às pessoas ex-escravizadas que ali residiam e trabalhavam.

De acordo com Mattos et al (2009), as terras da fazenda foram doadas no ano de falecimento do Comendador José de Souza Breves, registrando-se em documento testamental, hoje de posse do Museu Histórico Nacional. No inventário registrado em cartório, em 29 de setembro de 1879, o Comendador afirma, no 1º volume, às fls. 157v/161,

[...] Declaro que a Fazenda de Santa Rita do Bracuhy, na Comarca de Angra dos Reis, tenho conservado de propósito para dela fazer uma aplicação caridosa e com inteira satisfação para expor por desejo. Atendendo eu a lastimável estado de penúria que se observa naquele lugar, deixo em benefício das pessoas ali residentes e que já são meus agregados gratuitos, e todos

<sup>33</sup> A Lei, de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó-Barbacena, foi a primeira norma nacional com o intuito de extinguir o tráfico atlântico em território brasileiro. Esta lei, absolutamente desrespeitada, deu origem a uma expressão popular ainda recorrente nos dias de hoje, “lei para inglês ver” (COTA, 2011; CARVALHO, 2012)

<sup>34</sup> Lei 581, de 4 de setembro de 1850: Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. (BRASIL, 1850).

moradores – para não ficarem privados dos meios de subsistência, o usufruto por três gerações da parte da dita fazenda [...] Declaro que extinta a sucessão de direitos dos meus agregados e libertos, isto é, passadas as três gerações que a lei concede, essas terras serão de pleno direito daqueles que existirem. (TESTAMENTO 3, 1887 apud MATTOS et al, 2009).

O período de 1840-1879 é considerado inicial, a comunidade ali estabelecida se organizava em torno de laços de parentesco e vizinhança, e assim permaneceu até a chegada de novos ocupantes – essa estrutura de unidades familiares foi seguida na doação das terras (MATTOS et al, 2009). A autora, em seu relatório, descreve que, já no documento testamental, o donatário seguiu uma divisão de propriedade por famílias, de tamanhos distintos e áreas de uso comum, que foram respeitadas pelos herdeiros, já habituados a viver em comunidade. Desde aquela época, apesar de unidades espaciais delimitadas individualmente, o uso coletivo dos meios de produção e os fortes laços determinavam a forma de uso social do espaço. Observar-se que o “viver em comunidade” e “ter interesses comuns” já demonstrava que a organização social da comunidade, na época, já desenvolvia, na prática, os conceitos de gestão social e interesse bem compreendido.

A luta pela delimitação das terras, conforme Mattos et al (2009), ocorreu nos anos seguintes. Por falta de limites territoriais bem definidos, da impossibilidade de registro formal em cartório e da latente mentalidade escravista, que não aceitava que um patrimônio em grande área de terras fosse deixado para “aqueles que não teriam direito sobre o território” (MATTOS et al, 2009, p. 37), a comunidade sofreu investidas na tentativa de expropriação. Já em 1909, houve uma petição que iniciou uma disputa legal sobre estas terras.

Segundo o Relatório Antropológico, os moradores da época foram levados a assinar documentos de venda, acreditando ser a legalização de posse. Em 1921, Honório Lima atribuiu a si a propriedade das terras, ao pagar impostos, levando, anos depois, à aparição de seus herdeiros (1956). Silenciosamente, as terras foram loteadas até a execução da estrada, BR101, trecho Rio-Santos, quando a região passa a ser cobiçada novamente pelo desencadeamento da turistificação e do adensamento urbano. Para Abbonizio, De Souza e Ramos (2016), por conta da falta de documentação legal, as terras nunca foram de posse dos descendentes, e trazem relatos de pessoas mais velhas que viveram à época.

Apesar do documento comprobatório da doação, as terras da antiga fazenda Santa Rita do Bracuí nunca foram oficialmente declaradas como de posse dos descendentes daqueles trabalhadores e trabalhadoras. A ausência de documentação legal favoreceu a realização de diversos negócios ilegais em torno daquele território. Segundo relatos das pessoas mais velhas do quilombo, por volta de 1904-1905, alguns antigos moradores, acreditando assinar o documento de legalização da posse, teriam assinado a venda de suas terras a certa pessoa, cujos herdeiros irão protagonizar diversos outros conflitos em períodos mais recentes (ABBONIZIO, DE SOUZA E RAMOS, 2016)

Podemos observar que a luta pela posse das terras teve vários episódios no decorrer da história da comunidade. Até a década de 1970 as investidas foram pontuais e marcadas por grileiros e estelionatários que vendiam as terras como se fossem deles. Com a construção da Rodovia Rio Santos, após um longo período de conflito pelo direito as terras, os quilombolas de Santa Rita do Bracuí perderam parte considerável do território de seus antepassados.

Em termos de proteção e manutenção do território conquistado (marque-se o processo de resistência) pode-se desenhar uma linha do tempo onde até a década de 1970 as investidas foram pontuais e marcadas pela entrada de novos

moradores (muitos “adotados” pela comunidade). Quando da implantação da estrada Rio-Santos, há um novo processo de lutas, reconfigurando o território do quilombo ao dividi-lo em dois, parte da margem esquerda e a outra parte na margem direita da estrada. (MATTOS et al., 2009, p. 37).

A construção da Rodovia Rio Santos, tornou o território mais acessível à sociedade, como consequência, vieram as especulações imobiliárias e conflitos territoriais com invasões de imigrantes que não eram os herdeiros das terras, mas que tinham comprado as posses de grileiros. De acordo com Abbonizio, De Souza e Ramos (2016), foi a partir desse período que o território da antiga fazenda Santa Rita do Bracuí passa a ser invadido pelos chamados “imigrantes”, ou seja, grileiros, posseiros e outras pessoas que não descendiam dos trabalhadores que herdaram aquelas terras e que fizeram algum tipo de transação comercial para se instalarem ali.

Nesse mesmo período, a comunidade teve um novo conflito com a empresa Bracuhy, que adquiriu a terra por grileiros para construção de condomínio. Conforme Mattos et al (2009), no ano de 1975, a partir da revenda das terras adquiridas ilegalmente pelo testamenteiro Honório Lima, os moradores da comunidade quilombola passam a sofrer uma série de pressões da empresa Bracuhy, que adota medidas ilegítimas, extremamente coercitivas com o propósito de expulsar os moradores no menor tempo possível para a construção do condomínio Porto Marina Bracuhy. A construção tomou grande parte do litoral, inclusive o edifício do engenho principal. A chegada da empresa à localidade é descrita pelo grupo como um período de muito conflito, um dos mais violentos que aconteceram na história da comunidade.

A luta pela terra continua até a década de 1990, que é um marco importante de resistência pela fixação e pelo reconhecimento do direito à posse da terra em razão da promulgação da Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216, que destacam o direito à preservação do patrimônio cultural, material e imaterial de grupos populares participantes do processo civilizatório do país. Complementando, no que se refere às comunidades quilombolas, a criação do Artigo 68, das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), dispõe sobre a propriedade da terra, que “[...] *aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos*”.

De acordo com Lauria (2017), os anos 90 são marcados por lutas pelo reconhecimento de direito à terra em razão da promulgação de leis e decretos em âmbito estadual e federal, e da articulação nacional pelos direitos de comunidades rurais que abrangeu, entre outros grupos, comunidades quilombolas. Para a autora, o contato com outros atores da luta pelo território, como o quilombo Campinho da Independência, em Paraty, revelou ao grupo um dispositivo legal que poderia servir ao seu caso particular. A comunidade do Bracuhy travou contato com a definição de quilombo e de alguma forma se identificou. O passo inicial para o pleito jurídico, que é o pedido de reconhecimento e certificação pela Fundação foi dado e a partir do fortalecimento enquanto comunidade e vivência em rede, foi realizado o pleito jurídico de solicitação de reconhecimento e certificação à Fundação Cultural Palmares em 1988.

Observa-se, assim, a potencialidade das redes que, ao trabalhar as relações entre atores, possibilita uma perspectiva de análise que rompe as fronteiras institucionais. Conforme Capra (1998), o poder mais apropriado é o da influência de outros, deixando seu exercício de ser hierárquico para ser em rede, em que se privilegiam padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social. Essa visão enfatiza a interdependência e o pensamento sistêmico. O autor define rede como uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhadas por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza. Dessa forma, a Fundação Cultural Palmares reconheceu a CTQ Santa Rita do Bracuí, que foi certificada em 16 de março de 1999.

Nos dias atuais, a luta pela terra e pela preservação do território continua. Em 2020, teve início a construção de uma usina hidrelétrica no município de Bananal (SP), no Rio Paca Grande IBAMA (2018). Caso a construção se concretize, trará consequências para a região do Rio Bracuí. Souza (2000) elenca os principais impactos físicos, químicos e biológicos causados pela construção de uma hidrelétrica:

Impactos físicos: diminuição da correnteza do rio que conseqüentemente altera o fluxo de sedimentos favorecendo a deposição deste no ambiente lótico e alteração na temperatura dos rios; Impacto químico: eutrofização devido ao represamento da água e a ocorrência de reações químicas que geram compostos nocivos ao ser humano; Impacto biológico: o barramento da água torna-se uma barreira física para as espécies aquáticas, isolando populações que antes tinham contato, interferindo assim na piracema. (SOUSA, 2000, p. 10).

O Rio Paca Grande é parte da bacia hidrográfica do Rio Bracuí e corta a Mata Atlântica, na Serra da Bocaina; e além de terras quilombolas e indígenas, a barragem ameaça a Cachoeira do Bracuí. Os moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí estão mobilizados em rede para que os estudos de viabilidade da usina não sigam adiante. A articulação da comunidade envolve vários atores, o Colegiado Rural da Baía da Ilha grande, Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis/Paraty/Ubatuba – FCT, o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis - OTSS-FIOCRUZ, a Universidade Federal Fluminense (UFF-Angra) e a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ)<sup>35</sup>.

Em agosto de 2020, o Ministério Público Federal publica, através da Recomendação nº 11/2020 - GABPRM-IMS, a conclusão da regularização fundiária da CTQ Santa Rita de Bracuí, porém, até o momento, apesar do prazo, ainda aguardam a posse definitiva das terras:

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nas pessoas de seu presidente e do Superintendente Regional no Rio de Janeiro – SR (07), que: a) sejam adotadas medidas efetivas com vistas à conclusão do Processo Administrativo n. 54180.000971/2006-10 de regularização fundiária da Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí, no Município de Angra dos Reis/RJ, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. (MPF, 2020).

Observa-se que o histórico da CTQ Santa Rita do Bracuí, desde o período imperial é de resistência e luta. A comunidade, através de parcerias e rede institucional, se fortaleceu ao longo do tempo e conseguiu o reconhecimento e certificação. Porém, a luta para manter o modo de vida tradicional e a organização da comunidade quilombola acontecia paralelamente ao sistema econômico vigente e a falta de apoio do poder público. Conforme aponta Lauria (2017), as atividades de subsistência baseadas na produção agrícola, extrativismo, criação de animais e na troca destes por materiais manufaturados e outros gêneros alimentícios, que teciam uma rede local de solidariedades, não resistiram às mudanças socioeconômicas da região ocorridas, principalmente a partir da instalação do trecho Rio-Santos da BR-101. A autora aponta que, na comunidade, poucos são aqueles que ainda vivem da agricultura e quando o fazem, recebem um retorno aquém de suas necessidades. O cultivo da banana foi o último, relatado pelos moradores, que permitiu à comunidade extrair alguma renda da terra. Assim, a comunidade se

---

<sup>35</sup> É uma ONG da cidade de Angra dos Reis, que surge na década de 1970 e possui relevância na construção de pautas pelo meio ambiente e a preservação dos sistemas ecológicos e as unidades marinhas na Baía da Ilha Grande.

dedica à agricultura familiar apenas para subsistência, com plantio do aipim, milho, feijão, hortaliças, cana, pupunha, banana, goiaba, abacate, jambo e coco.



**Figura 9:** Lider quilombola colhendo erva medicinal – visita de campo - junho/2018

Fonte: acervo da autora

A comunidade conta com as transferências diretas de renda do governo federal através do Programa Bolsa Família, que abrange 35% das famílias, muito embora sua abrangência seja limitada, considerando a demanda (CPISP, 2019). Assim, a geração de renda dos membros da comunidade é desenvolvida em atividades laborativas fora do campo, impactado no modo de vida das comunidades tradicionais do território.

Lauria (2017) aponta que um dos caminhos para promover uma atividade econômica coletiva foi o Turismo de Base Comunitária (TBC), que se apresenta como tendência na região e é estimulado pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). A autora aponta que algumas comunidades têm aderido a essa prática como forma de valorizar seu território e seu modo de vida, e na nossa percepção, como meio de justificar sua permanência. O TBC é uma atividade capaz não só de gerar rendimento, mas também promover uma sociabilidade a fim de estender suas práticas culturais e sua interlocução com parte da sociedade civil, uma forma de expressar seu modo de vida. A autora coloca que no roteiro desenvolvido pela comunidade em parceria com o Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) e com o projeto de extensão voltado para população negra desenvolvido pelo curso de História (LABHOI), da Universidade Federal Fluminense (UFF), era proposto apresentar os lugares de memória e os atrativos naturais de forma a apresentar a luta pelo território e reavivar a memória da escravidão.

Lauria (2017) coloca que o grupo teve dificuldades de manter as atividades em coletivo. Apesar de todos terem acordado, alguns quilombolas não estavam dispostos a receber pessoas em casa ou deixar de ir trabalhar para realizar atividades de turismo dentro da comunidade. Outra questão relatada pela comunidade, em pesquisa de campo, eram as demandas oriundas da Secretaria de Turismo da Cidade, que não respeitavam o modo de vida da comunidade e exigia que, ao enviar visitantes ao quilombo, todos estivessem caracterizados, ou seja com vestimentas de quilombolas. Essas questões desmotivaram a comunidade a dar seguimento no TBC.

Conforme os percentuais de escolaridade e renda da comunidade, apontados por Lauria (2017): a população, na maioria não terminou o ensino fundamental (43,6%); com ensino médio completo, mais alto grau encontrado na amostra (apesar de conhecermos alguns graduandos e

graduados), foram 28,2%; 5,1 % não frequentaram o ensino formal; 23% completaram somente o ensino fundamental. A renda familiar acompanha a expectativa por grau de escolaridade, 48,7% ganham até um salário mínimo, 20,5% declararam ganhar entre um e dois salários e a mesma porcentagem entre dois e cinco; 10,3% não responderam.

Lauria (2017) ilustra que há um protagonismo feminino na causa da manutenção da identidade cultural do quilombo, pois 86 das 129 famílias são representadas por mulheres, algumas trabalhadoras do lar e por isso mais presentes na comunidade e seus temas.



**Figura 10:** Líder comunitária relatando a história da comunidade – visita de campo – maio/2021

Fonte: Acervo da autora

Algumas práticas valorizam a manutenção das raízes culturais do quilombo; Abbonizio, De Souza e Ramos (2016) apontam que a comunidade cultiva a tradição oral, transmitida a cada nova geração nos “causos” contados pelos griôs e nas músicas. Tais tradições, assim como a prática do jongo e da capoeira, são apontadas como instrumentos de luta e defesa da manutenção daquele lugar, o que significa dizer, um processo de valorização de sua cultura, de sua ancestralidade negra.



**Figura: 11:** Visita de campo – junho/2021

Fonte: acervo da autora

Na comunidade, também acontece a festa típica, que é a celebração da santa padroeira da fazenda, Santa Rita, que acontece todo ano nas proximidades do dia 22 de maio. Ao final, o jongo é exibido no pátio externo, na lateral da igreja, lugar recorrente das celebrações da comunidade. Segundo Lauria (2017), a dança de jongo foi muito rejeitada por católicos e evangélicos da comunidade, por estar associada às religiões de matriz africana, que não têm muita adesão do grupo. Atualmente, há um movimento de alguns jovens de desfazer o imaginário sobre essas vertentes religiosas. A autora coloca que um dos jovens líderes e entusiastas do movimento de revitalização da memória negra nos deu uma explicação sobre a dança e sua percepção sobre a rejeição mencionada: “*Quem dançava o jongo eram só os mais velhos, quando ia começar o jongo, os mais novos iam dormir. Como ela é uma dança de matriz africana, é claro que tem referência das religiões e coisas da cultura afro. Então ele tem vários simbolismos, tem a fogueira que dá luz às almas, tem os pontos para se iniciar, e como ele tem várias mirongas e marafundas, que são mistérios, quem dançava o jongo eram só os mais velhos. Os mais novos eram introduzidos depois de ficar adultos, mas acontecia naturalmente, você nunca podia participar, um dia você entrava e ninguém reclamava, era porque já era visto como adulto, já participava das conversas e já aprendia dos simbolismos*”.

Outra comemoração frequente na comunidade é a do dia da consciência negra. Uma celebração ecumênica é realizada na igreja e, em seguida, há um almoço com culinária local no curso dos festejos, com rodas de jongo e capoeira.

Na fase de pesquisa exploratória, foram colhidos alguns dados acerca do acesso aos serviços. A comunidade se localiza distante da principal via de acesso ao transporte público, a Rodoviária Rio Santos, dificultando o acesso dos quilombolas. Dessa forma, o deslocamento das pessoas da comunidade, para suas atividades, se dá, principalmente, a pé e por bicicleta. A comunicação externa na comunidade se faz através de rádio, TV e telefone celular, porém em algumas áreas do quilombo o telefone celular não funciona por falta de rede. Já no acesso ao atendimento do setor de saúde, o estabelecimento mais usado para atendimento é o Hospital Municipal de Angra dos Reis, que também se localiza no centro no município, distante da comunidade.

Em relação ao acesso à educação, Lauria (2017) aponta que na comunidade existe uma escola, que atende cerca de trezentos alunos nos três turnos, manhã, tarde e noite, do 5º ao 9º ano e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola municipal Aurea Pires da Gama e a universidade mais próxima é no centro do município. A escola da comunidade é um espaço de ação, pois segundo a autora, a comunidade a enxerga como uma ferramenta de conscientização e aproximação entre essas diversas realidades separadas por um abismo ideológico de cunho racista, como bem lembra a figura de referência na comunidade citada pela autora: *“O saber do povo negro foi abafado durante a escravidão. Os livros não contam a história de resistência dos negros, só história de prisão, sacrifício, falta de conhecimento, isso não é bom passar para as crianças, porque não é só isso, e disso ninguém quer lembrar”* (M. griô e líder feminina, 14/11/2015).

De acordo com Lauria (2017), a história da comunidade já é contada aos alunos através de projetos de extensão que articulam comunidade e escola. Há uma demanda da associação dos remanescentes do quilombo Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA)<sup>36</sup>, para que a escola seja reconhecida pela prefeitura de Angra dos Reis como quilombola. O pleito significa ter um projeto político pedagógico (PPP) reconhecido como tal e capacitação de professores acerca de temas que contemplem as demandas da comunidade; que dialogue com a importância histórica daquele lugar, suas necessidades de valorização cultural e de melhorias de condições de vida.

Há uma prescrição das Diretrizes Curriculares Quilombolas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012), que exige que as escolas situadas em territórios quilombolas sejam tratadas devidamente como escolas quilombolas. Dentre outras coisas, as Diretrizes também indicam a presença de docentes quilombolas tanto nas escolas inscritas em territórios quilombolas como naquelas que estão próximas e recebem estudantes de quilombos. Conforme Lauria (2017), no último Censo Escolar, em 2015, a escola se autodeclarou quilombola.

Em pesquisa de campo, os quilombolas sinalizam que A UFRRJ e a UFF de Angra dos Reis realizaram formação continuada com os educadores da escola a partir de solicitação da ARQUISABRA, de 2013 a 2015, no sentido de os capacitar para a inclusão da educação quilombola nas diretrizes e grades curriculares. Depois, a escola recebeu vários ataques de cunho racista. A escola foi barbarizada com rabiscos na cor vermelha nas paredes, se assemelhando a sangue, conforme figuras 12 e 13. Os moradores contam que houve protesto contra os ataques racistas à escola com interdição na BR 101, Rio Santos.



**Figura 12 e 13:** E.M Áurea Pires da Gama –  
Ataque ocorrido em maio de 2018.

Fonte: Acervo da autora

<sup>36</sup> A ARQUISABRA é a instância responsável por tratar de assuntos de interesse comum, e dialogar externamente com o poder público e com o mercado.

a) Eixo: Acesso à terra, direitos e cidadania. Categorias de análise: **Inclusão, Autonomia e Processo de discussão**

O quilombo Santa Rita do Bracuí foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 16/03/1999 e ainda não possui o título definitivo da terra. A luta pelo direito e acesso à terra, pelas CTQs, tem um histórico de conflitos entre sociedade civil, poder público e mercado. De acordo com a entrevista, a titulação da terra é importante, porém não garante as ameaças apresentadas pela especulação imobiliária. Conforme destacado na fala abaixo, os quilombolas reconhecem que somente a relação dialógica entre os atores do território e uma organização institucional fortalecida poderá ter força para lutar pelos seus direitos.

O que nos garante a titulação é que é mais um documento né... para que a gente qualquer coisa que aconteça a gente está mais seguro né mostrando que nós somos um quilombo titulado. Então qualquer coisa de uma invasão alguma coisa tem esse documento e dá mais uma segurança. Mas isso não é só né... se tiver uma titulação e não tiver uma força da comunidade lutando ali pelas coisas fica difícil.... porque aqui como você sabe nós somos uma Costa Verde e aqui é muito cobiçado né... Todo mundo quer construir aqui, todo mundo quer morar na Costa Verde. E eles pensam: como um monte de preto aí com terra.... então eu acredito que mesmo com a titulação a gente vai ter que ficar muito organizado mesmo para continuar na luta aí (Entrevistado 1)

Conforme poderemos observar na fala abaixo, algumas conquistas foram alcançadas no Quilombo Santa Rita de Bracuí, demonstrando alguma autonomia, mesmo que parcial, pois não possuem gerencia em relação à morosidade do processo. No entanto, a fala aponta que a comunidade garantiu poder de voz e voto nos processos de discussão quando conquistaram o título de escola quilombola através da participação em uma instância local de controle social.

Depois de muita luta essa escola agora ela é escola quilombola, de 2º seguimento... a gente conseguiu isso né, mas através do Conselho de Igualdade Racial que eu faço parte.... a gente conseguiu tudo isso estamos tentando uma outra escola de 1º segmento lá mas lá dentro né... e é isso como a lei né tudo no nosso mundo Brasil é muito lento... a gente queria resolver logo, mas isso não acontece né... então por isso que a gente tem que ser organizado pensando na mesma direção... (Entrevistado 2)

A organização da instância de controle social interna se dá pela associação de moradores do quilombo, cujos membros são eleitos através de votação em reunião. A associação possui um regimento interno que regulamenta o processo de eleição, que, inclusive, cita a ampla divulgação da eleição. A relação dos membros da associação de moradores do quilombo com o poder público local ainda é muito incipiente, porém, observa-se que o quilombo considera importante a articulação com as instâncias internas municipais. Embora se tenha observado uma capacidade organizativa da associação de moradores do quilombo, a fala de um dos membros entrevistados evidencia a falta de interesse do poder público.

Temos muito contato com a secretaria de educação... a gente tá junto a secretaria de educação... agora entrou outro secretário mais eu ainda não tive a oportunidade de conhece-lo. Mas quando era a secretaria antiga ela era muito aberta a isso de estar conversando com nós quilombolas né e como eu falei a gente faz parte do Conselho Municipal de igualdade racial... a gente tá conseguindo abrir uma brecha tentando conversar com o pessoal da saúde, para que eles vacinem os quilombolas, tá um pouco difícil mas não é

impossível a gente tá aí na conversa e as outras secretarias ainda é bem lenta...  
(Entrevistado 3)

Partindo da premissa que o bem-estar coletivo é condição para o bem estar individual (CANÇADO, 2011; TOCQUEVILLE, 1998), a forma como o coletivo ou suas lideranças são tratadas, ouvidas, consultadas e respeitadas reverbera na autovalorização. A transcrição da entrevista abaixo revela que o poder público local não se põe como um igual, ao se tratar com as lideranças dessa comunidade. Dessa forma, parece não priorizar a emancipação dos indivíduos daquela comunidade fragilizando o bem-estar coletivo e individual.

Na Secretaria de Desenvolvimento é a que mais a gente não tem entrada... muito porque eles querem dizer o que o quilombo tem que construir, tem que fazer prédio tem que fazer sei lá o que... aí a gente vai amargando né... é eles não vê a gente com bons olhos não né... (Entrevistado 4)

É possível afirmar, inclusive, que os princípios de bem comum em um processo descentralizado e participativo, como propõe a gestão social, não estão sendo verificados.

O problema, inclusive, parece surgir desde a discussão entre a comunidade quilombola e o poder público, entre demais moradores e empresários locais – há divergência de interesses, mas é normal não haver consenso. Pensando no desenvolvimento sustentável do território, os quilombolas se posicionaram contra a pavimentação das estradas com asfalto. Por ter havido uma discussão mais ampla, na esfera pública, incluindo especialistas para emitir parecer. Instaurou-se um conflito, que resultou em ofensas dirigidas aos quilombolas (vide transcrição do entrevistado 6) por alguns moradores e empresários, que afetou as relações locais e a autoestima daqueles.

Quando a gente vai nas reuniões a gente é ativo né... isso até pega um pouquinho mal pra gente né, por exemplo a colocação de asfalto ficou parado muito tempo, porque a gente entrou na justiça e na época o prefeito queria colocar asfalto sem comunicar nada, e a associação do quilombo é contra o asfalto.... nós queria a colocação do bloquete.... os moradores, donos de bares e também os donos das pousadas culpavam muito a gente né, que o bairro não melhora, porque os quilombolas não querem, a gente foi chamados de quilombolas imundo, de porco, que gostava de andar na lama.... então isso o que acontece. (Entrevistado 6)

A articulação do quilombo com as instâncias externas se dá para além do Território BIG. Um dos entrevistados relata que o quilombo participa do Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e do Fórum da Economia Solidária, que abrange todos os quilombos do Estado do Rio de Janeiro.

No sábado dia 6 tivemos a eleição da associação de moradores.... foi eleito o mesmo diretor mais três anos que ele vai ficar com a gente, por causa da pandemia né a gente não fez uma divulgação muito grande o regimento manda a gente fazer a divulgação e no meu caso eu fui convidando as pessoas mesmo... no caso só teve uma chapa e eu fui convidando as pessoas e perguntando quem queria participar, teve votação para sair e para continuar... aí houve a votação e aí vamos continuar aí na frente com a associação (Entrevistado 5)

A maioria participa de outras coisas né... tem no Conselho Municipal de Saúde... dentro da associação tem várias pessoas que participam assim de outros conselhos... por exemplo eu sou da associação e também era da conselhos Municipal de Educação e eu saí entrou outro quilombola... então a associação dos quilombos sempre envia alguém para estar representando em outras coisas. Eu tô agora no Conselho Municipal de Igualdade Racial e também no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e é isso né... e a gente também faz parte do Fórum de Comunidade Tradicionais né... e também o Fórum de Economia Solidária (Entrevistado 6)

**b) Eixo: Infraestrutura e qualidade de vida. Categorias: Sustentabilidade e Bem Comum**

O diálogo entre os atores sociais do território (quilombolas, poder público e empresários) acontece às vezes, porém não são tratados temas inerentes ao desenvolvimento territorial sustentável. Observa-se que, principalmente, por parte dos empresários, as CTQs não são respeitadas nos seus costumes e modo de vida. Podemos observar na fala do entrevistado, que há pouco conhecimento dos costumes das CTQS por parte dos empresários. Dessa forma, a sustentabilidade e o bem comum fica em segundo plano; parece que a prioridade, conforme a entrevista, é o interesse individual dos empresários.

Sempre estamos juntos com o pessoal da reivindicação da escravidão.... o conselho de igualdade racial. A gente participa muita também da Câmara né, a gente vai lá e as vezes a gente faz a discussão lá na mesa da Câmara e é isso... as vezes tem pessoas que são empresários, mas não gostam da gente, aí viram a cara.... porque empresário quer ter tudo pra eles. Eu já participei de muitas reuniões principalmente na área de turismo porque os empresários quer que a gente seja a vitrine... e falam que a gente tem que estar vestido e caracterizado e não sei mais o que.... ai a gente fala assim a gente não é macaco de circo. (Entrevistado 2)

Essa fala evidencia que os interesses entre CTQ, poder público e empresários, são distintos. Os poucos diálogos não tratam do bem comum e da preservação do meio ambiente, demonstrando um modelo mercantil de desenvolvimento que não se preocupa com a qualidade de vida da CTQ de Santa Rita de Bracuí. Como salienta Schneider (2004), os espaços não podem ser apenas suporte das relações sociais, econômicas, culturais e políticas; as instituições, as organizações e as relações que configuram o tecido social nos territórios são os recursos efetivamente habilitados para se traduzirem em projetos de desenvolvimento. Assim, discutir sobre um modelo de desenvolvimento territorial diferenciado do modelo mercantil, neoliberal, implica uma visão crítica respaldada em políticas públicas que visam projetos de desenvolvimento regionais e locais.

O nosso turismo é diferente e não queremos abrir mão disso e eles não nos entendem assim né, a gente não quer o turismo predatório a gente é muito mal visto por causa disso.... em Angra dos Reis a gente sabe que o turismo é o mar e essas coisas assim... mas eles (empresários e poder público) não discutem com a gente sobre o turismo de base comunitária. A secretaria de evento quer mandar os visitantes até com guia turístico e as reuniões são para dizer como os quilombolas tem que se comportar.... (Entrevistado 3)

A gente discute... a gente já falou na câmara sobre isso ne... mas eles querem, eles falam que tem que botar um quiosque ou botar sei lá o que... a gente não tem nada né, só tem se a gente quisesse é diferente... não é chegar lá dizendo

que a gente tem que fazer isso, tem que colocar aquilo... se a comunidade se reuniu e desejou, a gente vai correr atrás pra fazer, se a comunidade não quer eles não tem que chegar e falar que tem que fazer.... (Entrevistado 5)

A gente brigou muito uma vez por causa do corredor cultural né... a gente queria que fizesse o corredor cultural do quilombo, não tinha que ser o corredor cultural do jeito deles... é aquilo que eu te falei é um corredor cultural da secretaria de turismo mas assim do jeito deles né... o que eles queriam, pediram para a gente estar lá vestido caracterizado, que as pessoas, os visitantes que eles trazem de van, vão passar e tem que ver a gente lá na roça capinando para eles ver como é... aí eu falei que não tem não... não vamos fazer isso não... que a gente não ia representar não. A gente falou pra deixar o turismo de base comunitária então...que lá o turismo de base comunitária todo mundo recebe alguma coisa né, e é bem melhor então né.. houve um pequeno desentendimento entre nós e a secretaria de turismo por causa disso tudo. (Entrevistado 4)

Conforme Tenório (2012), a cidadania participativa de políticas públicas consiste no cidadão interagindo dentro de espaços públicos, pactuando os seus interesses em função do bem comum. Observa-se que não existe um interesse coletivo e perpetuam-se apenas os interesses do capital. Exemplo da falta de diálogo entre os atores do território e a não preocupação com a qualidade de vida, sustentabilidade e bem comum, é o início da construção de uma usina hidrelétrica no município de Bananal (SP), no Rio Paca Grande IBAMA (2018), que causará consequências na região do Rio Bracuí caso a construção se concretize. O Rio Paca Grande é parte da bacia hidrográfica do Rio Bracuí e corta a Mata Atlântica, na Serra da Bocaina; e além das terras quilombolas e indígenas, a barragem ameaça a Cachoeira do Bracuí. Os moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí estão mobilizados para que os estudos de viabilidade da usina não sigam adiante.

Em audiência pública, em outubro de 2020, na Câmara de Vereadores de Angra dos Reis, um dos vereadores ressalta a importância da dialogicidade no território

Esse assunto é muito importante para Angra dos Reis. Infelizmente, vem acontecendo sem o morador de Angra dos Reis, principalmente do Bracuí ter direito de discutir, se manifestar. Quando solicitei essa audiência foi para dar voz e vez aos moradores do Bracuí porque a gente teme muito o que pode acontecer [...]. Eu me manifesto contrário porque não se inicia um projeto desta envergadura sem avaliar os impactos de vizinhança, o que os moradores pensam, eu acho que os moradores deveriam ser consultados antes de se iniciar um projeto como esse. (CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 2020).

Os detentores do grande capital não estão preocupados com o desenvolvimento territorial sustentável. Segundo Sachs (2002), o desenvolvimento territorial sustentável visa atrelar desenvolvimento, crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Conforme exposto na entrevista, a comunidade quilombola não foi consultada acerca da hidrelétrica.

Não foi realizada consulta dos povos tradicionais e qualquer empreendimento em nossas terras precisa consultar nosso povo. Essa hidrelétrica é de uma empresa, é produção de energia que não vai ficar na cidade, é de empresa privada. Já temos usinas nucleares que não abastece a cidade e pagamos caro por isso. (Entrevistado 2).

A resistência pela preservação do meio ambiente no quilombo do Bracuí expressa uma rede institucionalizada de atores e movimentos sociais organizados em torno do processo de resistência contra o projeto da hidrelétrica, com a articulação de diferentes segmentos, como: o Colegiado Rural da Baía da Ilha grande, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis/Paraty/Ubatuba – FCT, o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis – OTSS – FIOCRUZ, a Universidade Federal Fluminense (UFF-Angra) e a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ).

Estamos na luta contra a esse projeto da hidrelétrica... o Fórum está com a gente o Observatório e o Sapê também. Temos que impedir isso....vão acabar com nosso rio... queremos o diálogo.... (Entrevistado 3)

Em relação ao desenvolvimento territorial sustentável, observa-se pouco conhecimento dos membros do Quilombo Santa Rita do Bracuí acerca dos objetivos e metas inerentes à Agenda 2030. Porém, conforme a entrevista, seus conhecimentos passados de geração para geração, seu modo de vida e o trato com a natureza estão ancorados nos princípios da sustentabilidade e podemos notar que há diálogo entre os membros, em relação à preservação do meio ambiente.

Então muita coisa que está dentro dessa agenda se perde.... mas procuramos conversar com as pessoas aqui.... por causa tanto da alimentação, e quanto no tratamento de alguma coisa de doença... e até mesmo no meio ambiente, porque assim... alguns pensam: se eu posso ter o meu quintal com cimento vou deixar meu quintal com areia? vou botar cimento, vou acimentar tudo porque assim não tem que limpar tanta poeira.... as vezes eu falo com as pessoas assim: gente olha só, pra que cimentar deixe o seu quintal como é que ele tá eu até brinco a terra não é suja a gente que suja a terra.... procuramos alertar as pessoas e preservar o meio ambiente e nossos costumes. (Entrevistado 3)

Ao invés de catar as folhas das árvores a primeira coisa que a pessoa faz é cortar a árvore ... porque ela suja o quintal.. suja tudo, a árvore só joga a folha onde ela vai precisar para cobrir a raiz dela então você não quer aquelas folhas você leva e bota em outro lugar mas não pode queimar tudo... e isso é difícil... incentivar essas pessoas a olhar a natureza com outros olhos... incentivando outras pessoas a ter esse carinho com a natureza com meio ambiente né... e é isso aí que está dentro dessa agenda... explica de outra forma né e a gente tem que replicar isso para as pessoas e eu não preciso ler a agenda de cabo a rabo para saber das minhas funções... foi criada esse agenda para que essas pessoas tenham esse conhecimento... desde a alimentação, contato com o meio ambiente...e é isso aí. (Entrevistado 5)

c) Eixo: Inclusão produtiva e desenvolvimento local. Categorias: **Inclusão, Sustentabilidade, Diversidade cultural e Coesão territorial.**

O modelo de desenvolvimento territorial sustentável adotado pelo território, de acordo com sua especificidade, ou seja, sua diversidade cultural, é denominado por Perico (2009), de coesão territorial. No caso do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, há uma certa dificuldade de entrar um consenso e promover o planejamento de práticas sustentáveis que permitam gerar renda para a comunidade.

Através do Fórum<sup>37</sup> ... que a gente já teve até um projeto de horta medicinal só que aqui no quilombo a gente não conseguiu.... ficou mais pra frente né.... O Fórum desenvolve a rede de economia solidária.... a gente já conversou muito sobre isso né... sobre a produção de remédios caseiros, pomadas... mas não teve muito interesse da população dos quilombolas... eles dizem que não tem tempo pra participar... que precisam trabalhar. (Entrevistado 3)

Percebe-se que não há diálogo com o poder público para pensar a implementação de programas governamentais que valorizem sua cultura e modo de vida, principalmente a questão do escoamento de seus produtos no mercado interno e externo do município. Dessa forma, sua estratégia de sobrevivência é o trabalho formal e informal fora do quilombo.

#### **4.2.2. O caso do Quilombo Campinho da Independência**

Campinho da Independência é uma CTQ localizada na região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, à margem da Rodovia Rio-Santos – BR 101; possui uma área de 287 hectares de terra, no município de Paraty. Segundo Feitosa (2016), a comunidade ganhou notoriedade devido ao triunfo de seus moradores frente aos processos de disputa por suas terras e por ser a primeira comunidade quilombola a receber a titulação no estado, em 1999, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988.

A construção da Rodovia Rio Santos, entre os anos de 1970 e 1973, trouxe a supervalorização da área e como consequência o surgimento da especulação imobiliária, não apenas na região de Paraty, como também de toda a costa litorânea. Dessa forma, Gusmão (1998) aponta que toda essa região passou a ser foco de interesse de empreendimentos turísticos. Os moradores passaram, então, a enfrentar uma acirrada disputa por suas terras e conviver com ameaças de invasão de grileiros e do Poder Público do Estado do Rio de Janeiro, que diversas vezes tentou retirá-los da região devido a comunidade não possuir, à época, a posse legal da terra.

Como surgiu essa comunidade? Segundo a história contada por uma moradora local, Daniele, nesse local existia a Fazenda Independência e com o fim da escravidão, as terras foram “doadas” pelo senhor, num acordo de “boca” as três escravas: Antonica, Marcelina e Luiza que trabalhavam na Casa Grande. Seus descendentes se fixaram no local que passou a ser chamado de sertão da Independência. A comunidade mantinha a agricultura de subsistência onde plantavam mandioca, feijão e banana e pescavam no Rio Carapitanga. Trocavam seus excedentes no centro de Paraty num percurso que levava mais de quatro horas a pé, onde trocavam seus alimentos por sal, querosene e por outros mantimentos. Viveram isolados até a abertura da rodovia Rio-Santos, BR 101, em meados da década de 70, o que trouxe uma desenfreada especulação imobiliária em Paraty e conflitos pela posse de suas terras. (PINHEIRO, 2014, p. 03).

De acordo com Pinheiro (2014), a história da CTQ Campinho da Independência teve início no final do século XIX, com a luta de três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza. Lima (2008) aponta que o quilombo Campinho da Independência resulta de um processo de desagregação territorial. No final do século XIX, com a decadência do regime escravocrata e com o processo de desagregação das propriedades da região, o escravista, fazendeiro e proprietário do local, conhecido como o “Senhor da Independência”, teria doado parte das suas

---

<sup>37</sup> O Fórum citado pelo entrevistado é referente ao Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT.

terras a três escravas que viviam na casa grande da Fazenda Independência: Antonica, Marcelina e Luíza – essa doação foi feita verbalmente. O autor aponta que não há, portanto, nenhuma documentação como prova da transferência de propriedade. Nessa região, desembarcavam os carregamentos clandestinos de escravizados que alimentaram a expansão cafeeira nas últimas décadas do tráfico africano, que se sucedeu de 1831 a 1850 – a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831 e a Lei 581, de 4 de setembro de 1850, citadas anteriormente, já estabeleciam medidas de proibição de tráfico de africanos em território brasileiro.

A história contada pelos moradores do Campinho, de acordo com Lima (2008), registra que aos poucos os negros foram ocupando o sertão da fazenda, que depois ficou conhecido como o Sertão da Independência. Entre as fazendas da Independência e a de Paraty-Mirim, há um imenso vale e as casas não eram fixas: derrubava uma casa aqui, construía outra lá, fazia uma roça adiante, construía um rancho para ficar. As pessoas das comunidades que hoje são conhecidas como Cabral, Campinho da Independência, Camburi e Fazenda usavam o mesmo território. Os quilombolas relatam, segundo Lima (2008), que:

Alguns que se casaram com os do Campinho, e hoje moram na comunidade, nasceram no Camburi, perto da divisa entre Paraty e Ubatuba. Trata-se, portanto, de um território comum. Os moradores do quilombo da Fazenda, situada um pouco além do Camburi, são primos do Campinho. Essa ocupação continuada do território se rompe quando surgem Patrimônio, Pedras Azuis, Córrego dos Micos, comunidades formadas pela migração de capixabas, mineiros e baianos que lá chegaram na década de 70. (LIMA, 2008, p. 55).

Um dos organizadores do padrão de ocupação das áreas de moradia, na época, era o parentesco. Como explica Gusmão (1995b), os arranjos residenciais se faziam a partir da família consanguínea, a casa onde normalmente moram os pais ou avós, em torno da qual se organizam as unidades residenciais dos filhos, seguindo os laços verticais do parentesco. A mulher assumia um papel de mantenedora dos bens familiares.

A mulher assumia a manutenção de bens essenciais, como a terra e o trabalho, já que os homens frequentemente tinham que se afastar por longos períodos da família. Essa seria a realidade da comunidade antes da abertura da BR-101, quando somente os homens trabalhavam fora, em fazendas de plantação de banana, ou em barcos de pesca no Rio de Janeiro ou em Santos. Os homens, então, andavam doze horas a pé até Ubatuba, quando de lá pegavam uma condução marítima até Santos. As famílias vendiam a farinha de mandioca em Paraty, em troca de querosene, sal e peixe. (GUSMÃO, 1995b, p. 83).

Gusmão (1995b) assinala a comunidade do Campinho como uma unidade rígida, no sentido de estratégias de sobrevivência grupal. A demarcação entre os de dentro e os de fora teria grande relevância social. Segundo ela, o casamento preferencial era entre primos cruzados, de maneira que a união com um afim não-consanguíneo não permitia a previsão de alianças estáveis e controláveis.

Se o filho de uma mulher se casasse com uma não-parente, ainda que o novo casal viesse residir ao lado da casa materna, seria notável o tratamento que se dispensava a um afim. Frequentemente anora, ainda que aceita e vivendo especialmente muito próxima à sogra, se manteria distanciada dela no cotidiano, resumindo os contatos e falas ao estritamente necessário. Essa rigidez nas relações de parentesco parece ter-se flexibilizado consideravelmente nos últimos anos. Os moradores têm estabelecido relações de afinidade cada vez menos com os primos cruzados, e cada vez mais com

aqueles que provêm de outras comunidades rurais de Paraty, de maneira que as relações intercomunitárias estreitaram-se com a abertura da estrada. (GUSMÃO, 1995b, p. 104).

Dessa forma, Lima (2008) ilustra que a nova configuração histórico-social oriunda da abertura da rodovia Rio Santos e a inserção da comunidade no movimento político rural possibilitou novas condições de trabalho e de sociabilidade e, com isso, rearranjos nas organizações de parentesco e de família. A preocupação pela composição familiar e os laços de consanguinidade cederam lugar à luta pela posse definitiva das terras.

Em 1960, segundo Carvalho (2011), o Estado do Rio de Janeiro com o objetivo declarado de regular a situação na região, adquiriu as terras da Fazenda Independência por desapropriação, através do plano de Ação Agrária, mas isso apenas agravou a situação, na medida em que tal oferta de lotes atraiu ainda mais pessoas deslocadas de Minas Gerais e do Espírito Santo, interessadas em um pedaço de terra. Além disso, as comunidades que ocupavam, tradicionalmente, parte das terras adquiridas, como foi o caso da comunidade de Campinho da Independência, não tiveram sua posse reconhecida e, por isso, não receberam títulos de propriedade – no entanto, se mantiveram em seu território.

Gusmão (1998) assinala que como Campinho não tinha documentos, acabou, também, perdendo parte de suas terras para a abertura da Rodovia Rio Santos. Para agravar essa situação, no início da década de 1970, com a criação do Parque Nacional da Serra Bocaina<sup>38</sup>, os moradores ainda seriam proibidos de praticar a caça e a coleta na mata, como sempre haviam feito para sobreviver.

A comunidade vivenciando o processo de disputa de terra e a perda de sua identidade cultural, com a proibição do desenvolvimento de seu modo peculiar de vida, se organiza para lutar pela garantia do seu território. Carvalho (2011) coloca que em 1975 a comunidade, com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>39</sup>, aciona a justiça. Na ausência de qualquer figura jurídica que orientasse a apropriação coletiva ou comunitária das terras e seguindo o padrão de atuação corrente dos sindicatos e da CPT, no resto do país, os moradores de Campinho entraram com ações individuais de usucapião, argumentando que, desde o século XIX, habitavam aquelas terras. Segundo a autora, esses processos judiciais ficaram parados durante anos.

Observa-se, conforme exposto por Pinheiro (2014), a potencialidade da integração de redes no sentido de proporcionar fortalecimento da comunidade e almejar resultados em relação à posse das terras. Para Capra (1998), as organizações em rede valorizam o pensamento não-linear e os valores de cooperação e parceria;

Grileiros começaram a aparecer na área tentando expulsá-los de suas terras, invadindo a comunidade, deixando os moradores com medo e não permitindo que os mesmos construíssem casas. Portanto, diante de ameaça externa, iniciava-se um movimento pela luta pela terra. Segundo relato de Daniele, uma pessoa da comunidade, Tio Valentim se tornou uma liderança na comunidade e também fora dela. Se envolveu com o sindicato dos trabalhadores rurais de Paraty na década de 70 e tornou-se coordenador geral da Pastoral da Terra, onde teve ajuda de Padre Pedro. Entraram na justiça com ações individuais de usucapião, argumentando que habitavam naquele local desde o século XIX. (PINHEIRO, 2014, p. 04).

---

<sup>38</sup> O Parque Nacional da Serra da Bocaina é uma das maiores áreas protegidas da Mata Atlântica. Com 104 mil hectares localiza-se em trecho da Serra do Mar, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

<sup>39</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição, sem fins lucrativos, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em junho de 1975 em Goiânia (GO). Tem por objetivo desenvolver serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo na sociedade.

Nesse processo de luta e formação de rede, segundo Pinheiro (2014), a comunidade contou com o apoio da antropóloga Neusa Gusmão<sup>40</sup>, que se tornou um marco na articulação política da comunidade em torno da posse da terra, elaborando o Relatório Técnico Científico (antropológico), no ano de 1998. Pinheiro aponta que Padre Pedro indicou a antropóloga para o desenvolvimento de estudo e Tio Valentim a recebeu.

Segundo Gusmão (1998), a comunidade do Campinho tinha um histórico de lutas desde o final dos anos 70, a experiência da comunidade colaborou para promover a politização do meio rural. Ao longo da pesquisa em campo, a autora observou que a identificação da comunidade enquanto quilombo e a possibilidade para a posse da terra surgiu através da doação a três escravas. A tríade “terra, mulher e raça”, presente em seu trabalho de doutoramento, publicado em 1995, sistematiza a história coletiva e fundamenta a identidade. Através do embasamento do artigo 68, da Constituição de 1988, a pesquisadora apresentou o caminho através do qual poderiam ser reconhecidos os direitos da comunidade à posse da terra.

As disputas pelas terras continuaram na década de 80. O Estado do Rio de Janeiro e a União Federal alegaram interesse nas terras, tendo em vista a criação da Área de Proteção Ambiental – APA do Cairuçu<sup>41</sup> – no ano de 1983. Assim, a comunidade passa a ter que disputar suas terras não apenas com os grileiros e empreendimentos imobiliários na região, mas também com o Poder Público interessado na “preservação ambiental da área” (ALVES, 2014).

Em 1994, os quilombolas de Campinho da Independência fundaram a Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC), cumprindo a exigência necessária para receber o título em nome da comunidade representada pela associação. Dessa forma, começaram a pleitear a titulação coletiva de suas terras, tendo em vista a aplicação do novo dispositivo constitucional relativo às comunidades remanescentes de quilombos – o Artigo 68 da Constituição Federal de 88. Alves (2014) informa que a comunidade foi orientada acerca da solicitação de titulação pela antropóloga Neusa Gusmão. Porém, a titulação, só ocorreu no dia 21 de março de 1999, quando os quilombolas do Campinho receberam da FCP e da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro, o título definitivo de seu território.

Atualmente, a CTQ Campinho da Independência é habitada por cerca de 151 famílias, sua população de 650 pessoas (a maioria de jovens e crianças); organizam-se em 14 núcleos familiares. No Quilombo do Campinho, 30% de membros estão inseridos no programa de transferência de renda do governo federal (CPISP, 2019). Porém, observa-se na pesquisa de campo, que atualmente a comunidade agrega suas atividades para geração de renda no Turismo de Base Comunitária (TBC). O roteiro de TBC do Campinho é composto pelos seguintes atrativos: restaurante, Casa de Artesanato, Viveiro de Mudas, contação de histórias com os griôs, oficinas de cestaria com os integrantes da casa de artesanato, vivências agrofloretais com os agricultores e apresentação cultural com dança de jongo e atividades coletivas ligadas à AMOQC, além de outros empreendimentos familiares como pousadas, campings e bares. O turismo de base comunitária reúne as potencialidades turísticas da comunidade quilombola, sendo uma estratégia para promoção do desenvolvimento local sustentável. Destacamos aqui

---

<sup>40</sup> Neusa Maria Mendes de Gusmão – antropóloga - desenvolveu suas pesquisas de mestrado e doutorado no território do Campinho da Independência e elaborou o Projeto de Mapeamento e Sistematização das Áreas Remanescentes de Quilombos: Relatório Técnico-Científico da comunidade negra de Campinho da Independência no ano de 1998.

<sup>41</sup> A **APA de Cairuçu** foi criada pelo Decreto nº 89.242, de 27/12/1983. Com uma área continental de 33.800 há (338 km<sup>2</sup>) e 63 ilhas somando um total de 890,72, em seu território estão inseridas a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, as aldeias Guarani Araponga e Paraty-Mirim, o Quilombo do Campinho, a APA Municipal da Baía de Paraty, Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, bem como algumas ilhas que fazem parte da Estação Ecológica de Tamoios. Além disso, a APA Cairuçu faz também limite, e se sobrepõe em alguns pontos com o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

que a comunidade não conta com nenhum tipo de incentivo do poder público no desenvolvimento de suas atividades de geração de renda.



**Figura 14:** Casa de artesanato – visita de campo – agosto 2019  
Fonte: Acervo da autora



**Figura 15:** Interior da Casa de Artesanato – visita de campo – agosto/2019  
Fonte: Acervo da autora

Na comunidade, também funciona o Ponto de Cultura Manoel Martins, que é um espaço de sociabilidade entre os moradores e ponto de manutenção dos saberes étnicos e tradicionais dos membros que vivem no quilombo do Campinho. Espaços estes, que na concepção das lideranças significam importantes locais de aprendizagem e de transmissão de saberes entre os mais velhos e os mais jovens. Também podemos observar uma diversidade religiosa no território, há uma igreja católica (São Benedito) e duas igrejas evangélicas (Assembleia de Deus e Igreja Batista).



**Figura 16:** Restaurante do quilombo – visita de campo – julho/2021

Fonte: Acervo da autora

Essas conquistas cotidianas são simbólicas e significativas para os moradores. A autoestima proporcionada pela valorização e reavivamento das práticas culturais, do plantio e dos trabalhos artesanais, que é um aspecto tão forte na comunidade, da possibilidade da autogestão de sua produção, do seu próprio trabalho é percebida na fala dos membros.



**Figura 17:** Igreja Católica de São Benedito – visita de campo – setembro/2019

Fonte: Acervo da autora



**Figura 18:** Casa de farinha – visita de campo – setembro/2019

Fonte: Acervo da autora

Em 2008, foi inaugurado na comunidade o Programa de Saúde da Família e a Escola Municipal Campinho, que atende o nível fundamental. Uma das lutas atuais da AMOQC é por uma educação de ensino médio e técnico e também pela declaração da escola no Censo Escolar como Escola Quilombola. A comunidade representada pela AMORC tem discutido com a direção da escola no sentido de orientar a mudança do projeto político pedagógico – PPP –, incluindo disciplinas que contemplem a construção do conhecimento, da identidade e da cultura quilombola, de acordo com as Diretrizes Curriculares Quilombolas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

No município de Paraty não há universidade pública, a mais próxima é em Angra dos Reis, município vizinho. A comunidade possui saneamento básico e energia elétrica. A comunicação externa na comunidade se dá, principalmente, por rádio e TV. A Comunidade faz uso do telefone celular, porém há alguns pontos que não possui sinal de rede.



**Figura 19:** Assoc. de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) – visita de campo – setembro/2019

Fonte: Acervo da autora

No âmbito das articulações políticas e encaminhamentos de demandas comunitárias externas e internas, destaca-se a mobilização e o protagonismo da AMOQC. A associação é composta por lideranças comunitárias que participam do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais CONAQ, Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – ACQUILERJ e do Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da bocaina – OTSS. Carvalho (2011) assinala que as articulações colocam a comunidade do Campinho em uma espécie de vanguarda da mobilização negra rural e também das comunidades tradicionais na região, no que tange as questões voltadas para a luta em prol da terra e da soberania dos territórios tradicionais.

a) Acesso à terra, direitos e cidadania. Categorias de análise: **Inclusão, Autonomia e Processo de discussão**

Conforme colocado, o Quilombo Campinho da Independência foi titulado em março de 1999. Nas entrevistas, observa-se que o entendimento dos membros é de que apenas a titulação não garante o direito à terra, apenas possibilita seu uso. O foco principal dos membros é a articulação das redes de parcerias para desenvolver um bom uso das terras. Percebe-se que o modelo de interação e diálogo com os atores do território garante, até os dias atuais, a permanência no território. A garantia do acesso às políticas públicas, de acordo com os entrevistados, depende muito mais da gestão governamental e da forma como priorizam as demandas das comunidades quilombolas do que da titulação. No atual governo, conforme entrevista, os membros tentam manter as demandas quilombolas nas agendas governamentais com luta e resistência.

Então na verdade eu acho que o título ele não garante, o título para além da garantia do direito da propriedade, ele não te assegura em nada objetivamente né...ele te possibilita, e até faço uma avaliação assim de que nos tempos áureos né, de acesso à política pública eu vi que a nossa organização aqui no Quilombo do Campinho ela se entregou muito mais pra essa articulação de formação de rede, do que propriamente de acessar a política pública... (Entrevistado 1)

Eu acho que ele facilitou né numa era que a gente tinha um governo que tinha esse entendimento né... então os governos anteriores que tinham esse entendimento do olhar da valorização e da efetivação política para a comunidade quilombola cê tinha... então a gente acessou vários programas do governo né... como o ponto de cultura... o projeto de sair da área do meio ambiente é entrar para o restaurante né, então a gente pôde ter acesso sim a partir de com certeza da gente ser reconhecido da mais força titular com certeza dá mais força a gente... (Entrevistado 2)

O tempo todo é luta e resistência, tem que permanecer garantido e tem que internamente criar formas de permanecer garantido dentro do território o tempo todo mesmo com a titulação, porque dependendo do governo, a gente está em risco. Temos que conversar e meter o pé na porta. (Entrevistado 3)

O diálogo dos membros com o poder público local tem acontecido, porém os quilombolas precisam, a todo tempo, impor suas demandas e prioridades. Esse processo muitas

vezes gera conflito, mas dessa forma conseguem garantir o processo de discussão e uma autonomia, mesmo que parcial, no acompanhamento das políticas públicas.

Então na verdade a associação aqui é de 94 o nosso grupo que na época era chamado de os meninos da associação, essa geração aqui tá tocando a associação até hoje desde 98 então eu falo de 98 pra cá.... mas ao longo desse tempo todo a gente teve mais em oposição e em conflito com o governo do que qualquer coisa né... e nos últimos anos a gente teve mais perto né, porque o atual governo era continuação do prefeito que elegemos em 2012 do governo do PT... então temos a expectativa de ver as coisas melhorarem e tal... e buscamos continuar o diálogo... tem acontecido, não é uma negociação permanente, mas tivemos época que nem tinha negociação. (Entrevistado 5)

A AMOQC representa a instância de organização interna do Quilombo do Campinho. Os membros são eleitos em assembleias através de votação. Jovens são incentivados a participar das reuniões e apreender conhecimentos acerca do controle e gestão social. Assim, observa-se que o interesse da comunidade em participar e formar futuras lideranças e dar continuidade ao processo de organização da associação é desenvolvido na própria dinâmica de participação das reuniões da associação.

A associação de moradores, é formada por um diretório. Tem diretor, vice, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro. É a chapa mínima, né? Que assume uma diretoria. E aí quem pode assumir essa diretoria são moradores do quilombo, moradores tradicionais, que são tradicionais né... pessoas que nasceram e foram criadas aqui dentro da comunidade, então eles podem ter um lugar na diretoria de sucessão. Se monta uma chapa. E aí é feita a eleição conforme Estatuto da associação de moradores. (Entrevistado 3)

A diretoria vigente sempre tenta trazer mais pessoas para participar do movimento e tal... trazer mais juventude e formar a gente... como foi no meu caso né, eu entrei, comecei a participar do movimento eu tinha 21 anos... demorou muito pra eu assumir o cargo na associação, mas eu já estava ali participando, aprendendo... e de último momento, eu estava ali e assumi o cargo na associação de moradores... (Entrevistado 4)

Bom, a associação tem uma eleição de 2 anos em 2 anos aí quando começa o período eleitoral, elegemos uma comissão eleitoral em assembleia, e a comissão 30 dias antes do processo eleitoral tem como função de espalhar os cartazes do processo eleitoral e receber as chapas, e aí apresenta na assembleia de eleição, para os votos. (Entrevistado 5)

O Quilombo do Campinho tem uma cultura de articulação de rede nas instâncias internas e externas do território. A participação de lideranças da comunidade nos espaços de controle social vem sendo fundamental nas discussões acerca do desenvolvimento territorial sustentável e garantia de direitos junto aos gestores públicos e demais atores envolvidos.

O campinho sempre vem participando de projetos de formação de rede... enfim nesse tempo mais recente a gente participa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, que nasceu aqui no campinho... daqui também saiu o primeiro presidente da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro - ACQUILERJ que teve um mandato de 2003 a 2010... o FCT e as outras articulações temáticas né... o coletivo de apoio a educação diferenciada que é

o debate que temos de educação aqui... então meio que a gente junta as pessoas e tem essas discussões, enfim, por aí vamos. (Entrevistado 5)

O Quilombo do Campinho, conforme falas, tem uma rede fortalecida e envolvida com instâncias privadas e movimentos sociais que acompanham, discutem e fiscalizam as políticas públicas e que visam garantir direitos às CTQ em âmbito municipal, estadual e federal, destacando o FCT, CONAQ, ACQUILERJ e OTSS. O diálogo com o poder público acontece, porém, de maneira incipiente. Observa-se que a dinâmica de discussão em rede com os movimentos sociais é um processo contínuo na comunidade e este se desenvolve a partir dos critérios de cidadania deliberativa e processos de discussão.

Assim, quando eu falei em instâncias, são ligadas aos movimentos sociais né aí sim tem os uma participação efetiva e de construção, aí se for falar de participação em espaço de governamental ne, aí é outra história, aí tem outro nível de incidência. (Entrevistado 4)

O processo de discussão, conforme Villela (2012), é entendido como um espaço de discussões e negociações, intersubjetivo e comunicativo, que possibilita o entendimento dos atores sociais. Os conselhos municipais, como instancias paritárias de controle social, deveriam facilitar o processo de discussão entre os membros representantes da sociedade civil e do governo. Conforme as informações coletadas nas entrevistas, os quilombolas do Campinho que participam desses espaços nem são informados do dia das reuniões, comprometendo, assim, a prática de inclusão, autonomia e processo de discussão no acompanhamento das políticas públicas.

Os conselhos municipais estão todos sucateados... e aí tem um que a gente tem a cadeira lá.... e quando vê tem alguma reunião do governo que a gente nem soube... a gente tem que discutir a desconstrução desses espaços de controle social. (Entrevistado 3)

A gente tem que fazer ser ouvidos.... a gente se faz seu ouvido, mas se tem alguma coisa errado que não condiz, que não segue naquilo que a gente acredita a gente precisa se fazer ser ouvidos.... nem sempre a gente consegue né.... muitas vezes pedimos pauta e eles do conselho fazem reuniões e não avisam. (Entrevistado 5)

## **b) Eixo: Infraestrutura e qualidade de vida. Categorias: Sustentabilidade e Bem Comum**

Não há interação entre poder público, membros quilombolas do Campinho e empresários, de acordo com entrevista. O que prevalece nas reuniões que tratam de infraestrutura e qualidade de vida da população é o interesse do poder público e mercado (empresários). Dessa forma, o interesse bem compreendido fica comprometido, as discussões acerca do bem comum são divergentes, o que predomina no território são os interesses do capital.

Eu já participei de uma reunião do poder público e empresário que eles estavam discutindo o interesse deles apenas. (Entrevistado 2)

Não lógico que não, imagina, eles quer que a gente morra né, mais ou menos assim... Nunca participamos de reuniões com poder público e empresários para falar de qualidade de vida para o território....eles não estão preocupados com a nossa qualidade de vida não, nem do que pensamos....imagina. (Entrevistado 4)

Os membros do Quilombo do Campinho resistem e até colocam em pauta e participam de reuniões que tratam de políticas públicas para desenvolvimento territorial sustentável da comunidade – essas pautas aparecem nas instâncias de controle social do território. O entrevistado cita o Conselho Municipal de Turismo de Paraty, porém, ao se tratar de sustentabilidade, os empresários não respeitam o modo de vida da população quilombola. Observa-se que os membros quilombolas que fazem parte da instância de controle social não conseguem, de fato, ter autonomia. Dessa forma, a construção do turismo municipal diverge do pressuposto na agenda 2030, prevalecendo mais uma vez o interesse do poder público e do capital.

O conselho de turismo é mais embasado nesse assunto de sustentabilidade, porque é um bando de empresários da cidade... temos representantes nosso lá, a gente até tenta vetar algumas pautas... o pau quebra... a gente também se organiza, mas ali é um conselho mais difícil... nesse conselho que discute o turismo da cidade e qualidade de vida não conseguimos muita coisa. A visão deles é diferente da nossa... não somos respeitados... mas brigamos muito, a resistência tem que acontecer... (Entrevistado 3)

Muito difícil, parece que a gente fala outra língua, né? Porque parece que a nossa fala é uma fala retrógrada é uma fala que não é de desenvolvimento... quando a gente fala em ter uma formação para a juventude, ter uma formação em artesanato, por exemplo, parece uma coisa antiga... não dão valor a nossas tradições... mas um curso técnico de soldador é como se fosse o desenvolvimento, eles entendem desse jeito... não conseguimos chegar a um acordo. (Entrevistado 5)

As pautas acerca de sustentabilidade e bem comum são discutidas, de fato, nos movimentos sociais pelos quais os membros do Campinho são inseridos. A agenda 2030 é uma pauta constante na OTSS e FCT, porém, o poder público, conforme falas, desconhecem o conteúdo da Agenda 2030.

Não se fala de Agenda 2030 em Paraty... é um conceito inclusive estranho. Você chega dentro da prefeitura seja para falar com prefeito, secretário, aí eu falo: com quem eu falo sobre a agenda 2030? aí eles falam, Oi? Acho que eles nem devem saber do que estou falando né? esse assunto está em pauta aqui em Paraty no observatório (OTSS). Fechados com a Fiocruz a agenda 2030 lá é uma área de trabalho, uma área de atuação e lá sim a gente tem um contato mais ativo com esse tema. (Entrevistado 2)

O tempo todo mandamos nossas pautas sobre a sustentabilidade... existem práticas permanentes sustentável dentro dos territórios... desde quando o quilombo foi formado, a gente trabalha dessa forma né... tanto que os empreendimentos coletivos que a gente tem hoje é totalmente direcionada para a sustentabilidade. (Entrevistado 3)

Pela Fiocruz criamos o OTSS... lá a gente vê a Agenda 2030 né... então a gente participa nessas instâncias assim também no FCT (Entrevistado 4)

O TBC do Quilombo do Campinho foi criado a partir da demanda da comunidade e envolvimento das lideranças do quilombo em movimentos sociais que através do FCT e OTSS/Fiocruz desenvolveram uma Incubadora social para empreendimentos comunitários e qualificação do roteiro turístico do Quilombo do Campinho. Observa-se que se trata de um

exemplo prático de gestão social do território ancorados nos princípios de sustentabilidade, bem comum e inclusão. De acordo com Neto (2011), a Incubadora social tem o objetivo de amparar as entidades e organizações sociais e lideranças comunitárias na criação de empreendimentos nas áreas sociais, econômicas e ambientais. Possui a missão de promover, com base na gestão social, a interação entre instituições de ensino e sociedade, oferecendo suporte para criação e desenvolvimento de empreendimentos coletivos em prol da cidadania, do bem comum e do desenvolvimento sustentável.

Observa-se que quando o foco da discussão está ancorado no bem estar coletivo, ou seja, quando há Interesse bem compreendido, as CTQ, através dos movimentos sociais, e as instituições públicas conseguem dialogar acerca da sustentabilidade do território. Conforme Nascimento (2019), a aproximação com a Fiocruz contou com alguns desafios em razão das diferenças entre movimentos sociais, que têm seus princípios próprios e sua forma peculiar de organização, e a Fiocruz, que é uma Instituição Pública que trabalha pesquisa científica com foco na saúde. O autor coloca que o desafio é avançar naquilo que une as duas, que é a busca de tecnologias para o desenvolvimento territorial sustentável e que a Fiocruz trabalha com processos democráticos.

c) Eixo: Inclusão produtiva e desenvolvimento local. Categorias: **Inclusão, Sustentabilidade, Diversidade cultural e Coesão territorial.**

O Quilombo do Campinho, conforme entrevista, se utiliza da pluriatividade como estratégia de sobrevivência. Desenvolve atividades de artesanato, apresentações culturais com grupo de rap e samba, restaurante comunitário, Turismo de Base Comunitária e viveiro de mudas, entre outros. Conforme Schneider (2005), a prática da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas.

Toda nossa organização da vida em comunidade é pensada nas reuniões da associação de moradores e hoje a gente gere o restaurante comunitário onde a gente emprega em dia de evento trinta pessoas... a gente tem mais umas oito diretamente no dia a dia aqui do restaurante... fora os agricultores, fora a galera que presta serviço indireto... a gente trabalha com turismo de base comunitária. (Entrevistado 2)

A gente fez um estudo... hoje a gente está entre 700 moradores hoje... quase 300 pessoas a gente consegue envolver economicamente aqui no restaurante... a gente desenvolveu também a agricultura. A gente tem um coletivo de palmito Jussara que traz um retorno econômico bom... tem o viveiro de mudas que está um pouco parado... tem o coletivo de agroecologia no cultivo da Jussara... e o coletivo cultural que é um dos mais fortes também... hoje no Quilombo a gente trabalha nossa cultura tanto economicamente quanto socialmente... a gente tem o coletivo do grupo de rap, de samba, a gente tem um grupo de samba centenário... e a AMOQC gera todos esses empreendimentos todos gerados e realizados pela associação. (Entrevistado 4)

Observa-se que não há ações governamentais que fomentem o escoamento dos produtos no mercado interno do município. Um número ínfimo de famílias conseguiu a inserção no

programa governamental PNAE<sup>42</sup>, apenas 3 famílias de um total de 160. Até o corrente ano, nenhuma família tinha conseguido acesso ao programa. Conforme falas, poucas famílias possuem DAP<sup>43</sup>, dificultando o acesso ao crédito rural e à inclusão produtiva.

Com a prefeitura hoje, a gente conseguiu cadastrar apenas três ou quatro famílias no PNAE... aí a gente conseguiu incluir essas famílias para poder vender produtos para merenda escolar, mas assim diretamente com o poder público não tem rolado. Só que a gente tem 160 famílias aqui... produtoras a gente deve ter 100 famílias que produzem nos quintais agroecológicos... quem não produz muitos são os que trabalham fora né... muito hoje infelizmente ainda trabalha fora... quando a gente até teve movimento de as pessoas voltarem a trabalhar dentro da comunidade... mas algumas muitas pessoas ainda trabalham fora. (Entrevistado 2)

Alguns poucos tem DAP esse ano foi o primeiro ano em que entramos na chamada da alimentação escolar do município, mas nada não tem não. (Entrevistado 3)

Pensar o desenvolvimento do território implica considerar a tipologia desse território, cultura e identidade. Na CTQ do Campinho não há diálogo com o poder público para pensar implementação de programas governamentais que valorizem sua cultura e modo de vida. Segundo Delgado (2007), um ambiente democrático é decisivo para o entendimento do conceito de rural e desenvolvimento rural, buscando compreender os interesses e objetivos de grupos sociais excluídos dos processos econômicos e sociais dominantes na economia e na agricultura.

No Campinho, a estratégia de sobrevivência são as atividades desenvolvidas no quilombo, que contam com o apoio dos movimentos sociais pelo qual as lideranças estão inseridas e parcerias com instituições públicas. Observa-se que no Quilombo, a manutenção de suas tradições se dá através do fortalecimento da coesão territorial, buscando o desenvolvimento local ancorado em práticas sustentáveis. As práticas agroecológicas se colocam no território como uma atividade que também fortalece o empoderamento do agricultor familiar em busca de sua identidade e de raízes culturais, principalmente de sua autonomia, de poder de decisão e participação ativa no processo produtivo. Conforme entrevistas, os quilombolas do Campinho utilizam a agroecologia como prática agregadora de saberes populares e tradicionais, visando uma agricultura sustentável e economicamente eficiente. A coesão territorial se refere ao equilíbrio que favorece aos territórios possibilidades de encontrar e implementar seus próprios modelos de desenvolvimento territorial sustentável (PERICO, 2009).

#### **4.2.3. O caso do Quilombo Santa Justina e Santa Izabel**

Santa Justina - Santa Izabel é uma CTQ composta por 69 famílias, localizada no município de Mangaratiba – RJ. Possui uma área de 1.358,5317 hectares com os seguintes

---

<sup>42</sup> O PNAE é um programa de alimentação escolar com o princípio da universalização e gratuidade na oferta de refeições, tendo como principais diretrizes os direitos humanos à alimentação adequada. O PNAE é uma política que tem como objetivo implementar a política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN no ambiente escolar (PEIXINHO, 2011).

<sup>43</sup> A Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP é um documento que identifica os pescadores artesanais e agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptas a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. MDA (2013)

limites e confrontações: Fazenda da Lapa; Rio do Saco; faixa de domínio da BR-101 Rodovia Rio-Santos e Fazenda Porto Belo (INCRA, 2021).

Segundo Bondim (2017), a comunidade fica localizada no baixo da serra e no vale da praia do Saco de Mangaratiba, uma das áreas mais produtivas do município, durante os séculos XVIII, XIX e XX. Essa produtividade está ligada ao seu recurso hídrico composto de cachoeiras com quedas d'água e às terras férteis desse vale. A autora aponta que grandes engenhos e engenhocas foram estabelecidos ali, principalmente no século XIX, quando pertenciam à antiga "Fazenda Cachoeirinha", uma das maiores produtoras de cachaça do município, de propriedade de capitão Henrique José Teixeira.

A região era uma grande produtora de café na época, desta forma, a construção de estradas era prioridade, já que além de transporte de café produzido na região as estradas também eram utilizadas como caminho para o tráfico de escravizados. Conforme Bondim (2017), em 1833 foi construída a primeira estrada que ligava Mangaratiba ao povoado de São João Marcos. A obra era administrada pelo comendador Joaquim José de Souza Breves; fechada, assim que inauguraram a Estrada Imperial - 149, em 1857. Nessa estrada circulavam, todos os dias, dezenas de diligências com sacas de café com destino ao saco de Mangaratiba de propriedade do Comendador. Também passavam por esta estrada, provindos da África, mesmo após as leis de proibições do tráfico negreiro de 1831 e de 1850, as centenas de negros que para trabalhar nas terras das fazendas.

A preocupação com a abertura de caminhos não era apenas proveniente do Estado Imperial, mas principalmente dos cafeicultores que necessitavam exportar sua produção. Muitos não esperavam o Estado e decidiam salvar seus interesses investindo na abertura e conservação de caminhos, como é o caso do "caminho do conguinho", que ligava o saco de Mangaratiba às propriedades do Comendador Joaquim José de Souza Breves na Villa de S. João Marcos, serra acima, e foi muito utilizado para levar escravos desembarcados em Mangaratiba ilegalmente às propriedades do comendador. (PRADO JR., 2011, p. 47).

O comércio do café era gerenciado, então, pelos negociantes estabelecidos nas localidades e por grandes proprietários, fazendeiros de café, que tinham seus armazéns estabelecidos em áreas do litoral. Prado JR (2011) assinala que, em Mangaratiba, o grande fazendeiro Joaquim José de Souza Breves, intitulado rei do café e envolvido no comércio ilegal de escravizados, após 1831, possuía seus armazéns estabelecidos na praia do Saco.

Com a inauguração da Linha Férrea Piraiense, em 1864, que desviou a rota do café, o porto do Saco decaiu. De um ano para o outro, o local se transformou em uma cidade fantasma. Os grandes negociantes, fazendeiros e moradores foram embora, deixando ao abandono suas terras e as construções do povoado. Também contribuiu para essa decadência o evento da Abolição da Escravatura, em 1888. Com o total abandono das fazendas e dos estabelecimentos do povoado do Saco, a maioria dos ex-escravizados continuou cultivando as terras das fazendas abandonadas com agricultura de subsistência até que a região começou se desenvolver, economicamente, com a grande produção de lenha e carvão e a cultura da banana. Os ex-escravizados e seus descendentes foram se tornando lenhadores, carvoeiros e colonos na plantação de bananas para os novos fazendeiros dessa região (BONDIM, 2017).

Conforme Bondim (2017), em 1889, o Comendador Joaquim José de Souza Breves falece. Nas primeiras décadas do século XX, seu neto, Victor de Souza Breves, chega a Mangaratiba, retomando, naturalmente, algumas propriedades da herança familiar e, junto com seu primo, Armando Peixoto, compra terras desmembradas da antiga fazenda da Cachoeirinha,

encontrando no local famílias descendentes de escravizados que continuavam morando e trabalhando na região.

As fazendas Santa Justina e Santa Izabel, que na época chamavam-se Fazenda Cachoeirinha e Fazenda Santa Angélica, respectivamente, após a abolição de 1888 e desvio da rota do café declinou em sua produção e foram vendidas. Conforme Bondim (2017) em 1924, as terras pertencentes à antiga Fazenda Cachoeirinha - com servidões, benfeitorias - localizadas no Vale do Saco (Alto Serra e Baixo Serra), foram compradas pela Empresa Santa Justa Ltda de propriedade de Victor de Souza Breves, mediante escritura em 06.08.1924. E Armando Peixoto compra, em 1936, as terras da atual fazenda Santa Izabel (também denominada como Santa Angélica). O quilombola Manoel Firmino, neto de escravo, guarda memória, relatos de seu pai, sobre a chegada desse grande fazendeiro, na área, comentando que seu pai e outros filhos dos ex-escravos ajudaram Victor Breves a cercar as terras da fazenda. (BONDIM, 2022, p. 15).

No território, duas fazendas foram se desenvolvendo. Segundo Bondim (2017), foram ampliando e estruturando duas grandes fazendas (Santa Justina e Santa Izabel) produtoras de bananas, leite, manteiga, queijo e da famosa bananada “Tita”, um dos maiores patrimônios histórico-culturais gastronômicos de Mangaratiba, que chegou a ser exportada para a Inglaterra, figura 20. Em pesquisa de campo, os quilombolas relataram que muitos trabalharam ou tiveram seus avós e pais inseridos como doceiros na fábrica de doces.



**Figura 20:** Embalagem da bananada “Tita” da Indústria Santa Justina

Fonte: Acervo da autora

Segundo Prado JR (2011), Victor de Souza Breves foi prefeito de Mangaratiba por vários anos (1927/1931 - 1946/1947) e (1947/1951 - 1955/1959) e era possuidor de grande fortuna em terras. Além da produção agropecuária, a fazenda foi, também, produtora de luz. Muitos trabalharam na empresa “Força-Luz”, de Victor Breves, fornecendo a primeira luz para os distritos de Mangaratiba.

As terras da Fazenda de Santa Justina possuem dois sítios históricos que ainda guardam registros da memória das antigas usinas de fornecimento de luz da empresa “Força e Luz Mangaratiba” pertencente ao Victor Breves. Segundo seus ex-empregados, quilombolas, Victor Breves administrava sua fazenda como um *Senhor de Escravos* e era respeitado como um dos grandes “*coronéis da região*”. Além da produção agropecuária, a fazenda foi também produtora de luz. Sr. Manoel Procópio Firmino, quilombola, guarda com muita tristeza a memória da morte de seu irmão que foi eletrocutado durante o trabalho nessa

usina. Carteira de trabalho de Benedito Procópio de Oliveira que morreu eletrocutado na fazenda. (BONDIM, 2022, p. 17).

Com a morte de Victor Breves, em 1968, Bondim (2007) enfatiza que os negócios foram administrados pelo seu genro, Zomar Pontes Ramos. Porém, a fazenda aos poucos foi perdendo sua produção, entrando em declínio. Devido às pendências com Impostos Territoriais Rurais e aos maus-tratos com os colonos (atuais quilombolas) da fazenda, em 1986 a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro – FETAG RJ – entrou com o processo de desapropriação de parte das fazendas de Santa Justina e Santa Izabel pelo INCRA (processo nº 1846/86). Dessa forma, a FETAG solicita assentamentos de todos os antigos colonos das fazendas, que compõem, atualmente, a comunidade quilombola dessa área.

Bondim (2017) aponta que a superintendência do Incra, no Rio de Janeiro, confirmou que a fazenda Santa Justina foi dada como improdutivo, mas por conta de um recurso do proprietário, a ação ficou paralisada até 2003, quando o Supremo Tribunal Federal deu sentença favorável ao Incra. Porém, nesse período, o fazendeiro conseguiu, junto ao Ibama, transformar a área em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), o que o desobriga a mantê-la produtiva. Assim, em 23 de março de 2004, a autora assinala que cerca de 300 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST invadiram a fazenda Santa Justina.

Os quilombolas, dessa forma, continuam a situação de insegurança pela posse das terras, além de não serem atendidos pela solicitação de assentamento da FETAG, tinham que dividir as terras com o MST. Porém, conforme Bondim (2017), o próprio Ibama contestou o documento e pediu 90 dias para uma nova análise. Também o governo do Estado, por meio do Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ), pediu 90 dias para fazer um levantamento e saber se a área pertence ao Estado.

Bondim (2017) salienta que nesse período, o MST já acusava o dono da fazenda de estar loteando a área para erguer no local um empreendimento imobiliário. A autora enfatiza que em 2007, as terras das fazendas de Santa Justina e Santa Izabel foram vendidas. Os quilombolas não sabiam ainda, na época, quem era os novos donos.

A situação de insegurança da CTQ de Santa Justina – Santa Izabel pela posse das terras somou-se à ameaça e opressão pelos administradores das fazendas. Algumas famílias abandonaram as terras e outras continuaram no processo de luta e resistência. Bondim (2017) assinala que após a venda das terras, a situação da comunidade piorou muito, pois logo, começaram a sofrer pressões para abandonar a terra. Muitos não aguentaram e saíram como diz o ditado “com uma mão na frente e outra atrás” (BONDIM, 2017, p. 20), sem nenhum lugar para morar. Outros aceitaram sair por algumas migalhas, por não conhecerem bem seus direitos. Um grupo de, mais ou menos, 50 famílias vêm resistindo a viver sem direito de ir e vir, sem liberdade para receber visitas em suas casas, sem luz, sem direito a reformar a casa, com obrigação de pagar uma porcentagem da pouca produção de bananas que tem etc. (BONDIM, 2022).

A comunidade passa, então, a viver como seus antepassados viveram naquele território, no período da escravidão, sem direito de ir e vir. Em 20 de março de 2013, a Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Justina e Santa Izabel recebe a certificação, registrada no livro de cadastro geral nº 018, registro 2420. Fls 041 processo nº 01420.006924/2013-64 - FCP.

Bondim (2017) coloca que os quilombolas resistentes receberam, através da certificação, o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares e a certificação como uma Comunidade Remanescente de Quilombo da Fazenda Santa Justina e Santa Izabel. Porém, mesmo após o reconhecimento, essa comunidade continuou a viver dentro do processo de opressão por parte dos administradores das fazendas. As terras encontram-se em processo de titulação pelo INCRA. No entanto, os quilombolas das fazendas Santa Justina e Santa Izabel,

recentemente, em maio de 2018, denunciaram estar sendo ameaçados nos seus direitos de ir e vir pelos seguranças da empresa Ecoinvest Desenvolvimento Empresarial Ltda., atuais proprietários das terras.

Cento e trinta anos após a abolição da escravidão, o quilombo das Fazendas Santa Justina e Santa Izabel, em Mangaratiba, precisou recorrer à Justiça para realizar neste fim de semana uma festa para comemorar o aniversário da assinatura da Lei Áurea, celebrado no último dia 13 de maio. Como mostrou o jornal "Extra", em janeiro, as terras onde a comunidade está instalada desde a década de 1920 foram compradas por uma empresa, que nos últimos anos vem impondo restrições ao direito de ir e vir de 57 famílias de descendentes de escravizados que vivem ou trabalham na região. Segundo a ação movida pela Defensoria Pública do Estado do Rio, quando a Associação dos Quilombolas comunicou a realização do evento, os representantes da Ecoinvest Desenvolvimento Empresarial teriam avisado que não o permitiriam. Uma decisão do juiz Marcelo Borges Barbosa, da Vara Única de Mangaratiba, no entanto, garantiu que a festa aconteça, na localidade do quilombo conhecida como Casa de Dona Belinha.

Diante da realidade de violação de direitos e opressão por parte da empresa que se instalou na entrada da fazenda, foi instaurado um processo no Ministério Público Federal (MPF), para apurar a situação da comunidade quilombola. Atualmente, os visitantes precisam se identificar, ficando a critério dos seguranças da empresa que se instalou no local permitir ou não a entrada.

O Ministério Público Federal (MPF) manifestou ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) que a Ecoinvest Desenvolvimento Empresarial e seus profissionais devem ser impedidos de cercear acesso à Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Justina/Santa Izabel, em Mangaratiba (RJ). A empresa também deve indenizar por danos morais coletivos a comunidade, alvo de atos abusivos da Ecoinvest. Em recursos ao Tribunal, o MPF, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a Defensoria Pública da União (DPU) pedem a reabertura do processo extinto pela 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro sem ser julgada a vedação de atos abusivos e o pagamento de indenização pela Ecoinvest. Os autores dos recursos, cujo julgamento caberá à 7ª Turma do Tribunal, narraram que a Ecoinvest ergueu guarita com equipe de segurança que estaria controlando a entrada e saída da comunidade do sítio, além de ter colocado pedras de tal porte que impedem o acesso de veículos naquele território. Os recursos contestaram entendimento da Justiça Federal para extinguir o processo, sustentando a adequação do uso da ação civil pública e a legitimidade do Incra e FCP para serem parte na causa. Segundo o MPF e outros autores, os membros da comunidade são interpelados pelo administrador das propriedades ou seus seguranças armados todas as vezes em que pretendem ingressar ou se retirar do território que ancestralmente possuem. Há relatos de que, devido às rotinas naquelas bases de identificação e por falta de licença da Ecoinvest, quilombolas estariam impedidos de receber visitas de amigos e parentes, deflagrando um processo de isolamento forçado de membros da comunidade, até mesmo no acesso a políticas de saúde, assistência jurídica, realização de ritos tradicionais ou de festividades. (MPF, 2020).

A CTQ Santa Justina – Santa Izabel tem resistido à violação de seus direitos e continua com suas atividades laborativas e culturais, inclusive promovendo encontros. Em março de 2019, foi realizado o II Encontro de Mulheres do Quilombo Santa Justina – Santa Izabel com a participação da pesquisadora. O encontro teve uma agenda bastante diversificada, desde mesas

redondas com temas acerca do direito da mulher à contação de história para educação infantil, referente à mulher negra, exposição de artesanato e comidas típicas.



**Figura 21:** II Encontro de mulheres – visita de campo – março/2019  
Fonte: Acervo da autora



**Figura 22:** Roda de conversa – II encontro de mulheres – visita de campo – março 2019  
Fonte: Acervo da autora

Em pesquisa de campo, foi observado que na CTQ Santa Justina – Santa Izabel, os quilombolas se dedicam à agricultura familiar; e outros trabalham fora do quilombo, em empresas, prefeitura etc., se afastando do modo de vida tradicional e de suas raízes culturais. Em Mangaratiba, segundo Silva (2018), situa-se o Quilombo Santa Justina – Santa Izabel, que é constituído também por agricultores familiares que se dedicam ao cultivo de banana, de farinha de mandioca e artesanatos; além disso, a comunidade possui uma grande importância histórica e cultural para o município.



**Figura 23:** Casa de farinha – visita de campo – novembro/2019

Fonte: Acervo da autora

A sobrevivência dessa comunidade ainda conta com o apoio do Governo Federal através do Programa Bolsa Família, que abrange 30% das famílias. A cobertura não é maior por falta de vaga no programa (CPISP, 2019). Observa-se na comunidade uma diversidade religiosa entre católicos, evangélicos e espíritas. As atividades de culturais envolvem o jongo, capoeira e danças.

Segundo relato, há falta de acesso aos serviços públicos. Algumas casas ainda não têm energia elétrica, a empresa de energia não consegue entrar no quilombo, pois são impedidos na entrada pelos seguranças da empresa Ecoinvest. A comunicação externa na comunidade se dá, principalmente, por rádio, TV (para quem possui energia elétrica). A Comunidade faz uso do telefone celular, porém fora da localidade do quilombo, que não possui sinal de rede.

Em relação à saúde e educação, a comunidade não possui escola, posto de saúde e hospital, os serviços são oferecidos na Serra do Piloto<sup>44</sup> ou no Centro do município de Mangaratiba. A comunidade não possui saneamento básico, utiliza água da cachoeira e não possui esgoto, apenas sumidouros. Os quilombolas relatam que já fizeram várias solicitações ao poder público local em relação ao acesso de água, energia elétrica, esgoto, porém não obtiveram retorno.

O quilombo se organiza para suas pautas de reivindicações na Associação de Moradores amigos e amigas das fazendas Santa Justina e Santa Izabel. A associação busca parcerias externas junto à Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro - ACQUILERJ, Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas no Estado do Rio de Janeiro - PEPDDH/RJ e outros, buscando o fortalecimento enquanto comunidade quilombola e orientações de encaminhamentos de seus pleitos em relação ao momento de opressão vivido.

O território da CTQ Santa Justina – Santa Izabel foi identificado, recentemente, através do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) publicado através do Edital 286 de 11 de junho de 2021 (INCRA, 2021).

a) Eixo: Acesso à terra, direitos e cidadania. Categorias de análise: **Inclusão, Autonomia e Processo de discussão**

---

<sup>44</sup> Serra situada no município de Mangaratiba.

A CTQ Santa Justina e Santa Isabel foi certificada em junho de 2016. Atualmente, conforme exposto, encontra-se em processo de titulação junto ao INCRA, na fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID<sup>45</sup>. Observa-se que para os entrevistados, a titulação pode garantir direitos de acesso a programas governamentais para agricultura familiar, para cota em faculdades e para políticas públicas que exigem a titulação.

Então hoje nós já temos a certidão da Fundação Palmares que nos reconheceu em 2016 como comunidade remanescente de quilombo né.... com as fazendas Santa Justina e Santa Isabel, que foram unificadas então é um território só... nos temos essa certidão é temos também já aprovado pelo INCRA o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID e todo o cadastro de família... (Entrevistado 1)

Muitas ações que a gente não consegue ainda porque não somos titulados só temos a certificação e estamos em um processo para a titulação... nos é um quilombo rural onde temos a agricultura, a agroecologia... a produção orgânica né.... e nós não temos aquela nota fiscal que precisa para o escoamento de mercadorias até mesmo para o poder público e para muitos órgãos que tenha que comprar... e a gente não tem ainda a DAP. (Entrevistado 3)

Apesar de sermos uma associação com CNPJ que faça tudo direitinho, declaramos imposto de renda tudo bonitinho, mas não temos a titulação ainda e tem muitas políticas governamentais que dizem que não entra por questões de ainda não sermos titulados. (Entrevistado 2)

Até a própria cota da faculdade né... de negro faculdade ...tem outros projetos, alguns projetos o próprio INCRA que é responsável e que poderia estar nos ajudando, mas não nos dá esse direito por falta da titulação. (Entrevistado 4)

O Quilombo Santa Justina e Santa Isabel consegue se manter no território com muita luta e resistência. O processo de discussão entre a comunidade e o poder público é muito incipiente. A comunidade enfrenta, desde 2018, um conflito com a empresa Ecoinvest Desenvolvimento Empresarial Ltda., que comprou parte das terras quilombolas. Essas terras eram oriundas de áreas protegidas, porém, com a reestruturação do Plano Diretor Municipal, transformou a área de conservação ambiental em área de expansão urbana. Assim, a empresa se instalou no território com a construção de loteamentos. Em entrevista, os quilombolas relatam que perderam seus direitos de ir e vir e que os visitantes do quilombo precisam se identificar ficando a critério dos seguranças da empresa permitir ou não a entrada. A situação foi denunciada ao Ministério Público com abertura de inquérito civil que se encontra, até os dias atuais, em trâmite sem respostas.

A relação dos membros da comunidade quilombola com o poder público local na realidade...então eu vejo como uma falta, então nós não temos

---

<sup>45</sup> É o resultado dos trabalhos realizados pelo INCRA para identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado, assim como de seus proprietários ou posseiros; relatório agroambiental do território proposto, com o levantamento de suas características e possibilidades; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

relacionamentos eu vejo um descaso muito grande... vejo assim, uma falta de respeito fortíssimo do poder público com a comunidade né... porém agora como estamos no caminho da publicação do RTID não sei se você sabe que esse RTID ele trouxe uma preocupação para o outro lado da empresa a chamada empresa ecoinvest. (Entrevistado 4)

No atual governo local, algumas demandas relacionadas à políticas de saúde estão sendo atendidas através de documentos enviados à prefeitura, principalmente em relação à vacinação de prevenção ao COVID 19 para idosos. Porém, não existe um acompanhamento das políticas públicas e a inclusão dos membros do quilombo em instâncias de controle social municipal para discutir os direitos e demandas da comunidade.

A questão inerente à especulação imobiliária e a empresa instalada no território quilombola não se tornou assunto de intervenção e discussão do poder público local, o que evidencia uma conivência do poder público local com a empresa. As ações governamentais e planejamento de políticas públicas para a comunidade quilombola Santa Justina e Santa Isabel parecem ser inexistentes sem atingir os critérios de cidadania deliberativa e processo de discussão entre os membros quilombolas e poder público.

Eles têm atendido assim as políticas públicas por exemplo é tem colocado médico tem colocado enfermeiro para tá acompanhando as pessoas que tem problema de saúde os idosos, inclusive o lote de vacina quilombola covid né... a gente já conseguiu vacinar uns idosos quilombolas a gente entrou com um ofício com a secretária de saúde informando que a faixa etária que tava sendo vacinada lá fora do quilombo já era de pessoas que nós temos aqui, e atenderam a nossa solicitação mandaram a vacina. Já tenho idosos quilombolas vacinados sabe, então na medida do possível não é um relacionamento ruim não. (Entrevistado 1)

A respeito do poder público como você falou o poder público tem uma ligação com a empresa ali dentro do quilombo entendeu? O poder público eles na realidade eles não nos favorece... tanto que existe um plano diretor que foi de 2019 para 2020 que foi aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores para que seja executado a obra de uma grande extensão dentro do nosso quilombo 70% do nosso quilombo... quem que assinou os vereadores da câmara juntamente com o prefeito. (Entrevistado 2)

Porque entra prefeito sai prefeito e o interesse deles imobiliário sempre existe entendeu... prefeitos novos sempre entram com os mesmos pensamentos que puxa para o lado dele, os empresários... então eu digo para você que não existe um relacionamento entre a comunidade quilombola e o poder público. (Entrevistado 4)

A organização social interna do quilombo se dá através da Associação de Moradores do Quilombo Santa Justina e Santa Izabel. A escolha dos membros acontece através de eleições. A exigência é que sejam filiados e paguem uma mensalidade. Os quilombolas que desejam participar montam uma chapa para concorrer às eleições. O Estatuto da Associação é discutido e alterado caso necessário a cada reeleição. Os membros novos contribuem na revisão do estatuto e em toda a organização da Associação.

Tem alguns moradores do quilombo que não participam da associação né... nem como contribuinte de mensalidade... assim... é de livre e espontânea vontade a participação para ser membro... eles procuram a associação e falam que quer participar quer fazer parte da associação para tá mais interado e tal... (Entrevistado 1)

Tem que estar tudo dentro dos trâmites legais do estatuto... quando a gente tá preparando uma eleição e nessa eleição os membros têm que tá em dia com a mensalidade que é um valor para colaboração das despesas.... eles procuram a associação e a gente tem uma ficha de cadastro que começa com a família raiz a gente quer começar ali da onde veio aquela família qual é o patriarca ou a matriarca e aí vem os dados, nome, data de nascimento e é uma ficha que é preenchida pela secretária da associação, até porque temos muitas pessoas que não sabem ler ou escrever, não tiveram a oportunidade então essa ficha é a secretária da associação que preenche e eles assinam a partir daquele momento eles passam a ser membros da associação. (Entrevistado 2)

Para se candidatar aos cargos de presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro é de dois em dois anos...aí tem que montar as chapas entre os membros e concorrer. Tudo isso está no estatuto. (Entrevistado 3)

A partir desse modelo organizativo interno, através da Associação de Moradores, as pautas acerca das demandas da comunidade são discutidas. Internamente, há a inclusão dos membros, processo de discussão e autonomia com poder de voz e voto pelos membros. Porém, para atendimento e soluções das demandas se faz necessário ações externas, do poder público. Nesse ponto, conforme já exposto, há uma deficiência de ações governamentais no quilombo.

Os membros do quilombo participam de Instâncias de controle social externa como o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas – PPDDT, AQUILERJ. A transcrição das falas evidencia que nos conselhos municipais há dificuldade na legitimidade do acompanhamento das políticas públicas por conta da descontinuidade das gestões municipais, que a cada mandato troca os membros dos conselhos.

Fazemos parte do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas, não sei se você conhece o PPDDH.... tem psicólogo, tem assistente social então nós... como dizer... por estar na linha de frente, dá liderança nos fazemos parte desse programa como defensores dos direitos humanos... e além de participar de reuniões com eles e eles tão sempre chamando, juntos com a gente aqui e levando nossas questões com eles também e esse programa assim, funciona no Brasil todo. (Entrevistado 1)

Tá sendo criado no município o conselho da igualdade racial... e eu acredito que quando foi feito esse decreto no ano passado veio a pandemia...e nós fomos partes também ainda não foi definido o conselho né, mas tem o Decreto e já tá havendo reuniões para definir... e nós já fizemos parte também do idoso, do Conselho do Idoso eu já fui convidada para fazer parte do conselho do idoso no município já fiz parte do conselho do idoso mas aí troca o secretário de assistência a tem aquele troca troca né.... (Entrevistado 2)

Então, nós aqui participamos da AQUILERJ que é uma Associação Estadual dos Quilombos e todos os quilombos do Rio de Janeiro estão dentro, então nós aqui também estamos. (Entrevistado 4)

De acordo com Villela (2012), a autonomia é justificada pela identificação da capacidade de avaliação e resolução de problemas locais pelas próprias comunidades. A atuação, nos processos de tomadas de decisão nas políticas públicas e a autonomia do poder de voz e voto, fica prejudicados pela falta de participação nas instâncias municipais de controle social. As discussões acerca das políticas públicas locais se dão em instâncias externas ao território, em que os membros do quilombo estão inseridos como a AQUILERJ, que fomenta o processo de resistência e encaminhamento de demandas quilombolas ao poder local.

**b) Eixo: Infraestrutura e qualidade de vida. Categorias: Sustentabilidade e Bem Comum**

Percebe-se a inexistência de interação entre o poder público, empresários e quilombolas de Santa Justina e Santa Isabel. Já aconteceram reuniões com o poder público local, porém não trataram de assuntos inerentes à qualidade de vida e infraestrutura da comunidade quilombola. O que evidencia que não acontece no território uma pauta entre os atores sociais que aborde a questão da sustentabilidade.

Não, mas já tivemos assim alguma conversa da Prefeitura de Mangaratiba com o secretário de agricultura entendeu... mas assim, na realidade a gente ainda não teve aquele êxito de ter um desenvolvimento, deles se preocupar com o desenvolvimento da nossa comunidade, de auxiliar para e apoiar nossa maneira de plantar e ajudar vender nossos produtos e tudo entendeu.... já conversou com a gente, com a liderança mas desenvolvimento, saúde, alimentação e qualidade de vida como você perguntou aí nada.... a gente não temos ainda aquele apoio porque aqui envolve muita coisa... Por que envolve de pedir um carro um carro para poder transportar nosso material pela prefeitura através do governo né... mas assim uma reunião mesmo com empresários e prefeitura assim nós não tivemos... (Entrevistado 1)

O poder público sim, já chamou a gente, mas empresário não, esse tipo de política ainda não entrou no quilombo também por conta da titulação entendeu. (Entrevistado 3)

Os diálogos acerca de sustentabilidade acontecem com as parcerias entre os membros quilombolas e sociedade civil. Percebe-se que entre seus pares há o interesse bem compreendido, porém não acontece entre os demais atores do território: poder público, quilombola e empresários. Para Barbacena (2009), no Interesse Bem Compreendido, o indivíduo percebe que dependem uns dos outros, afastando o sentimento egocêntrico. Pensar o bem estar coletivo pode colaborar para a construção coletiva do espaço público.

Sim, com nossos defensores sim, que participam do PPDDH, com nossos parceiros né, porque quem é contra ao quilombola não vai querer discutir isso, não interessa pra eles, mas os parceiros a gente discute muito muito muita coisa, tem um monte de projetos... tem um projeto com os quilombolas muito legal... o PPDDH optou em fazer por volta redonda o responsável é um advogado que também foi pescador por ser uma pessoa assim muito do povo sabe... e é um outro tipo de comunidade tradicional e não deixa de estar no mesmo porte que a gente, lá fazem trabalho com esses tipos de comunidades tudo que é vulnerável dentro das comunidades, é moradores de rua, catadores, indígenas e quilombolas a gente tem muitos encontros.... e eles tem um projeto muito muito bacana paralisado por conta da pandemia e acabou não conseguindo implantar. (Entrevistado 2)

Os parceiros discutem muito as melhorias que podem ser feitas no nosso modo de vida, o que precisa melhorar pra termos uma qualidade de vida e renda também né... não sei se eu respondi.. isso com o PPDDH... a AQUILERJ, e na Associação a gente também fala... com a prefeitura e empresários nunca. (Entrevistado 4)

A comunidade quilombola de Santa Justina e Santa Isabel não estão inseridas nas instâncias municipais de controle social onde são discutidas as políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável. Os membros, de acordo com transcrição (entrevistado

4), já participaram da discussão acerca do tema no Colegiado BIG, porém, os membros do quilombo não participam de instâncias de controle social que tratem acerca do conceito.

As falas nos fazem perceber que o modo de vida e a forma de lidar com a terra e com a natureza já está ancorado nos conceitos de sustentabilidade, de acordo com os ODS da Agenda 2030. Os conceitos adquiridos pelos quilombolas são os conhecimentos tradicionais trazidos de seus ancestrais que associados com os conhecimentos científicos formam a agroecologia.

A gente já ouviu falar em desenvolvimento sustentável e Agenda 2030, mas na realidade é que aqui no quilombo não... dentro do quilombo não falamos... quando teve essas reuniões foram nas universidades, até nas reuniões do Colegiado BIG... mas assim aquela reunião de chamar a comunidade, assim despertar a nossa curiosidade, a nossa empolgação de cada dia viver melhor dentro do nosso território como você tá falando né... dentro desse desenvolvimento sustentável nós ainda não participamos não... (Entrevistado 4)

c) Eixo: Inclusão produtiva e desenvolvimento local. Categorias: **Inclusão, Sustentabilidade, Diversidade cultural e Coesão territorial**

Na comunidade de Santa Justina e Santa Isabel, a maioria dos quilombolas trabalham fora do quilombo em empresas, na prefeitura etc. Poucos sobrevivem da agricultura familiar, de acordo com a transcrição. Fica evidenciado que a comunidade lança mão da pluriatividade como estratégia de sobrevivência. O poder público local desenvolveu o projeto de feira livre, cedendo barracas, em que apenas 4 quilombolas estão inseridos e conseguem escoar seus produtos. Observa-se que este é o único incentivo, atualmente, por parte do poder público com a comunidade em relação à geração de renda. Percebe-se que o suporte técnico para os agricultores parte das parcerias com instituições privadas.

Pode-se observar a falta de diálogo com o poder público no que tange a implementação de programas governamentais que valorize sua cultura e modo de vida, principalmente a questão do escoamento de seus produtos no mercado interno e externo do município. Assim, os quilombolas procuram outras formas de atividades laborativas, fora do quilombo, para manter o sustento da família.

A gente tem algumas famílias que vivem só mesmo da terra, são poucas... então a gente tinha a feira, tem né... a gente conseguiu porque somos do município e é coordenado pela prefeitura... isso a gente conseguiu... então os agricultores que vivem mesmo da terra tem direito a feira, porque aqui no centro da cidade a secretaria de agricultura cede as barracas né, e as bancas e os agricultores levam os produtos terça, quinta, sexta e sábado na praia do saco... tem só quatro agricultores que fazem, levam os produtos... (Entrevistado 1)

Dos projetos que a gente tem com PPDDH pra comunidade nos aqui optamos pela horta comunitária, e que que eles vão fazer, eles do projeto PPDDH, vão dar suporte total, tanto com a semente e com os técnicos do meio ambiente, técnicos de solo... e isso já tá tudo encaminhado, só depende mesmo de dá uma paralisada nessa pandemia... (Entrevistado 2)

É a secretaria de agricultura as barracas são deles, na verdade são deles não, são nossas porque é uma verba que vem para a agricultura familiar e aí eles compram é o mínimo que eles podem fazer é comprar umas barracas para ajudar a agricultura porque deveriam investir muito mais, a gente sabe que daria para investir muito mais... chamaram o agricultor, mas infelizmente não

é só o quilombo, todos os agricultores reclamam né da falta de atenção do governo. (Entrevistado 4)

A coesão territorial acontece internamente no quilombo, entre os membros, que com apoio da associação de moradores dialogam e buscam, de acordo com suas realidades, estratégias para sobreviver e manter sua cultura.

Essa pandemia impediu muita coisa né... a gente não conseguiu lançar alguns produtos para fora... e nós temos aqui muitas coisas boas entendeu... mas a gente não tem um incentivo que venha do poder público. Na realidade assim o nosso incentivo criamos da gente mesmo.... vendo a gente mesmo, porque assim como acabei de dizer que a prefeitura nos mantém esquecidos, a secretaria de agricultura eles tem esquecido nosso povo... a gente sente isso. (Entrevistado 2)

Eu vejo que não tem aquela dedicação para que cada dia viesse ter mais ânimo, porque eu digo assim né hoje temos um mutirão dentro do quilombo que funciona sábado e 1 funciona quinta-feira... nesse dia de hoje teve, por isso que eu cheguei a pouco hora foi porque eu vim correndo para estar aqui... (Entrevistado 3)

Então a gente vende os nossos produtores e a gente mesmo produz e a gente mesmo procura vender... agora nessa pandemia nós temos uma feira online que está funcionando que uma quilombola criou... uma descendente quilombola criou o grupo online... tamos sempre em defesa da nossa vida né, do nosso cotidiano onde reproduzir os nossos produtos e comercializar entendeu... não temos uma dedicação do poder público... a gente podia avançar mais no nosso comércio né... porque hoje nós temos ali uma plantação forte aqui... a banana, temos laranja temos tangerina dentro do Quilombo nós temos palmito cru e o palmito Jussara pode-se comercializar como palmito do quilombo nativo... (Entrevistado 4)

Os membros do quilombo não estão incluídos no PNAE por conta da dificuldade do acesso ao DAP, que exige a titulação das terras. Conforme as falas, um dos principais motivos da exclusão aos programas governamentais é a titulação.

Então justamente a merenda escolar alguns agricultores do município já conseguem vender para a prefeitura, não do quilombo, da serra que são áreas rurais aqui também, eles tem a DAP. A gente tá até tentando sem a titulação, mas o Incra não dá se não tiver o título então a gente tá até aguardando e eu tive uma reunião com a AQUILERJ e aí por conta da pandemia eles falam que tá tudo parado.... mas assim que a gente conseguir a gente vai falar para vocês aí, estamos aguardando né, tudo agora é uma espera. (Entrevistado 4)

#### **4.2.4. O caso do Quilombo do Cabral**

A comunidade quilombola de Cabral está localizada no município de Paraty-RJ, a cerca de 10 km do centro histórico, no segundo distrito de Parati-mirim. Situa-se dentro da Área de Proteção Ambiental de Caiuruçu (APA Caiuruçu), região de Mata Atlântica de Floresta Ombrófila Densa (CPISP, 2019).

Cabral, no século XIX, era uma fazenda escravista, os avós e bisavós dos moradores da comunidade foram escravizados na Antiga Fazenda da Caçada, no local onde se situa o território de Cabral. Desta forma, como em Campinho, os escravizados que chegavam na Fazenda da

Caçada trabalhavam nas plantações de cana de açúcar e café, conforme laudo antropológico (ARRUTI, 2008).

De acordo com Arruti (2008), foi relatado que muitos avós e bisavós dos atuais moradores trabalharam como escravizados na região desde a primeira metade do século XIX. Cabral se constituiu através de três núcleos familiares: Os “Alves”, os “Lucas” e os “Angélica”. Os dois primeiros se constituíram no bairro de Cabral através do apossamento, enquanto o último tem o legado da descendência com os ex-escravizados da Fazenda.

Arruti (2008) aponta que com a decadência do sistema escravista, a ex-proprietária, Francisca Alvarenga, doou o território às suas filhas de criação alforriadas. Uma delas casou-se com um ex-escravo da proprietária, enquanto o filho de Francisca havia se casado com uma das escravas da mãe.

Com a Abolição, em 1888, a principal atividade de produção e comercialização se deu através do cultivo dos produtos da agricultura familiar, como: mandioca, feijão, milho e banana, e também da criação de animais, embora somente a banana e mandioca tivessem bom mercado comercial no entorno do município de Angra dos Reis.

Observa-se, a partir do laudo antropológico (ARRUTI, 2008), uma lógica de ocupação muito diferente das comunidades apresentadas. A dinâmica das outras comunidades se deu através da política de apossamento, da permanência de escravizados no território e alforria. No entanto, existiram especificidades com os três núcleos – os “Alves”, os “Lucas” e os “Angélica”.

O “Alves” é um núcleo residencial constituído por moradores descendentes de Benedito Alves dos Santos, filho da ex-proprietária da Fazenda da Caçada, Francisca Alvarenga. Este casou-se com uma ex-escravizada de sua mãe e, ao unir-se a ela, constituiu família. De acordo com o laudo (ARRUTI, 2008), não se sabe sob qual título ou quais meios Benedito conseguiu documentar a doação feita por sua mãe à ex-escravizada, mas o que se sabe, de acordo com relatos de moradores, constantes, no relatório, é que o filho de Benedito Alves – Benedito Pequeno – fez nova documentação incluindo apenas o nome dele e de outra irmã como herdeiros das terras, deixando outras duas irmãs de fora, embora estas tenham vivido e constituído família em Cabral.

Os relatos apontam que Benedito Pequeno impôs que todos os que nas terras morassem, trabalhassem, e ele que escolheria onde construir, plantar e onde tirar lenha. Desta forma, de 1940 a 1950, a terra deixou de ser “livre”. A situação modificou com o falecimento de Benedito Pequeno, em 1958, em que seu filho, conhecido como Binto, encerrou qualquer situação arbitrária nas terras.

No núcleo residencial dos “Lucas”, os moradores são todos descendentes de Benedito Francisco dos Santos. Conforme laudo Arruti (2008), Benedito Francisco chegou na região sem ter qualquer descendência com ex-escravizados, nem família constituída na localidade, comprou um terreno e passou a viver no bairro de Cabral.

Já o caso dos “Angélica” é diferente. Contam os moradores no laudo, que essas terras carregam consigo o legado da descendência com os ex-escravizados. Uma ex-escravizada da Fazenda de Itatinga, no pós-abolição, Maria Angélica de Alvarenga, recebeu como doação de seu ex-senhor, 70 alqueires de terra. Porém, a doação, segundo o laudo, nunca foi documentada.

No processo de Abolição em 1888, muitas fazendas entraram em decadência, sendo abandonadas pelos antigos fazendeiros e parcialmente divididas entre os escravizados, por doação ou apossamento. Aqueles que ali permaneceram deram origem a comunidades com fortes laços de parentesco e vizinhança.

De acordo com o laudo antropológico, a construção da rodovia Rio Santos, nos anos 70, também significou problemas para os moradores da comunidade negra de Cabral, que permaneceram. Plantações de banana, mandioca, atividades de pastagens de animais, entre

outras, declinaram. Além disso, a especulação imobiliária na região aumentou, principalmente nas terras próximas à construção da rodovia e próximas do litoral.

O turismo passou a ser principal atividade econômica do município, principalmente depois da construção da rodovia Rio-Santos. Dessa forma, a CTQ do Cabral teve mais acesso e visibilidade para as visitas. Assim, também cresceram as ameaças oriundas da especulação imobiliária. Conforme laudo (ARRUTI, 2008), um dos moradores mais velhos, Sr. Domingos, que na época era presidente da Associação de Moradores, contando com o apoio da CTQ Campinho da Independência, com quem a comunidade possui relações de parentesco e vizinhança, deu início ao processo de certificação e titulação pela posse das terras.

Segundo Carvalho (2016), a partir do trabalho elaborado por uma antropóloga, por meio do memorial descritivo em que constam as características, limites e confrontações da localidade, o quilombo foi reconhecido pelo INCRA/RJ, como possuindo 512,8 ha de área (perímetro de 9.784 m). Estima-se que 35 a 40% dessa área é improdutivo e pode ser reflorestada. Segundo relato em pesquisa de campo, a falta de apoio técnico e a prática constante de queimada, levaram a degradações ambientais em boa parte do território da CTQ do Cabral.

A CTQ do Cabral ainda não possui titulação; a certificação se deu no ano de 2007, pela Fundação Cultural Palmares. De acordo com Arruti (2008), cada grupo de herdeiros tem a posse sobre uma área, todas contíguas que, em conjunto, formam o Bairro do Cabral.

A agricultura familiar da comunidade é desenvolvida apenas para fins de subsistência, como o feijão e a mandioca, a criação de pequenos animais como galinhas e patos; porém, a maioria da população economicamente ativa do Quilombo do Cabral trabalha prestando serviços nas proximidades, como em hotéis, prefeitura, comércio e atividades rurais nos sítios das proximidades. Segundo relatos em pesquisa de campo, o poder público local não incentiva a comunidade a sobreviver da agricultura familiar, pesca e artesanato. Os quilombolas precisam trabalhar para o sustento da família, já que as poucas atividades agrícolas não atendem totalmente à demanda da família.

A pesquisadora, ao buscar informações com a finalidade de localizar o território quilombola, constatou que os moradores da entrada do bairro do Cabral não reconhecem o território próximo como terras quilombolas. Porém, na entrada do bairro do Cabral, foi localizada pela pesquisadora uma placa sem visibilidade por conta dos matos, indicando que naquele bairro está instalado o Quilombo do Cabral (figura 24).

Verificou-se, também na comunidade, diferentes religiões e três igrejas com denominações diferentes: Assembleia de Deus, Congregação Cristã e Igreja Católica. Foi relatado em pesquisa de campo que atividades culturais de capoeira e jongo não têm acontecido no quilombo devido ao grande número de evangélicos que percebem as atividades culturais de raízes africanas como “macumba”.



**Figura 24:** Placa na entrada do bairro do Cabral – visita de campo – novembro/2019  
Fonte: Acervo da autora

Em relação ao acesso à saúde e educação, a comunidade utiliza os serviços da Clínica de Saúde da Família, onde uma descendente de quilombola trabalha como agente de saúde pública. No bairro, há uma escola, de nível fundamental. Escola de nível médio e universidade pública são encontradas no município de Angra dos Reis. Relatos apontam que alguns membros da comunidade tomam a iniciativa de morar no centro de Paraty e Angra dos Reis e ficar perto do centro da cidade, onde a oferta de trabalho é maior, e os filhos e netos podem ter acesso ao ensino médio e universidade. O acesso ao transporte público se dá apenas na Rodovia Rio-Santos, a uma distância de, aproximadamente, 40 minutos do quilombo.



**Figura 25:** Área do quilombo – visita de campo – novembro 2019  
Fonte: Acervo da autora

A comunidade possui uma associação de moradores, criada em 2001. Os relatos de pesquisa de campo apontam que não é uma associação de moradores quilombolas. As pautas debatidas não atendem as demandas específicas de uma comunidade quilombola, mas sim de uma comunidade comum.

a) Eixo: Acesso à terra, direitos e cidadania. Categorias de análise: **Inclusão, Autonomia e Processo de discussão**

O quilombo do Cabral foi certificado no ano de 2008 pela Fundação Palmares. A luta pelo direito às terras, no decorrer do seu processo histórico, foi de conflitos entre sociedade civil e poder público, porém, conforme observa-se, atualmente não há um objetivo comum de garantir a posse das terras. Carvalho (2016) aponta que nem todos os núcleos familiares lutam pela titulação das terras apesar das ameaças de expropriação.

Desta forma, pode-se observar que o processo de discussão da CTQ do Cabral é fragilizado. Não há o envolvimento da comunidade de uma maneira geral para lutar pela garantia de seus direitos. Volker (1997) aponta que para trabalhar a inclusão e autonomia de um grupo no controle social das políticas, é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores do território, o que significa mais que apenas predisposição para negociar e buscar objetivos comuns, mas a compreensão da participação social na esfera pública objetivando o bem comum. Sobre o tema de acesso à terra e direitos da comunidade do Cabral, Arruti (2008) assinala sobre o desinteresse de seus membros no processo de desenvolvimento da elaboração do RTID para regularização da terra.

Apesar de ter acumulado um conjunto de notas bastante interessante para o curto período de dois dias de contato com o grupo, o aparente desinteresse sobre o tema da posse e regularização da terra por parte de alguns membros com o qual tive contato, me indicava que a posse daquelas terras não era um tema relevante para aquela população. (ARRUTI, 2008, p. 18).

Evidencia que há problemas relativos à própria assimilação entre a noção local de comunidade ou na linguagem local por bairro, e aquela que está suposta ou implicada no reconhecimento como comunidade quilombola. Conforme entrevista aos membros da associação, a CTQ do Cabral não se autodefine como quilombola.

Ser quilombola a comunidade não aceita... então tá difícil, então não tem como dizer que é quilombo porque não é, porque a comunidade não aceita... as pessoas que estão lá dentro não aceita ser quilombo, isso dá uma briga entendeu? Pra nós fica difícil falar disso.... o povo não se nomeia como quilombola. (Entrevistado 4)

Nós, o bairro não temos nada de quilombo... nem aceitam tocar nesse assunto de quilombo, uma vez a gente tocou no assunto e tivemos até ameaça de morte, então é uma coisa difícil né. (Entrevistado 1)

A comunidade não possui identidade e relações sociais que fazem o território ter particularidades de um quilombo. O Decreto 4887/2003 traz a nova concepção de quilombo e assinala que as comunidades quilombolas podem ser caracterizadas na medida em que seus habitantes se utilizam de categorias de autodefinição e/ou de autoatribuição, que funcionam como elemento gerador de identidade a esses grupos sociais que se afirmam pertencentes a um certo território.

[...] são considerados remanescentes de quilombo “grupos étnico-raciais segundo critério de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (BRASIL – Decreto nº 4.887/2003).

Destaca-se que a organização, enquanto grupo, e a unicidade das ações é um dos pré-requisitos para obtenção da titulação da terra. O título do quilombo não é emitido em nome das pessoas que o compõe, mas sim no nome da associação que representa a comunidade. Diferente de outras formas de propriedade, o território quilombola não é apenas aquele espaço ocupado de forma individual, ele corresponde a uma área comum. O Decreto 4887/2003 prevê a garantia de um território e não apenas da terra. Conforme entrevista, a única associação de moradores da comunidade do Cabral não é uma associação de moradores do quilombo, mas uma Associação de Moradores do Bairro Cabral, que trata de assuntos inerentes à população, mas não específico às políticas públicas para comunidades quilombolas.

A associação de moradores é comum, comum... não é quilombola não é comum. (Entrevistado 2)

Conforme Arruti (2008), no ano de 2007 foi agendada uma reunião com a comunidade e todos os membros da associação de moradores do Cabral, para dar início à elaboração do RTID e informar a comunidade do Cabral sobre os procedimentos de regularização do território quilombola, em especial dos trabalhos antropológicos de identificação territorial. O autor aponta que a reunião contou apenas com o presidente da associação de moradores do Cabral e o presidente da associação de moradores da CTQ Campinho da Independência, comunidade vizinha. Pode-se observar a ausência do processo de discussão na comunidade e a deficiência de organização e gestão social entre os atores internos para tratar de assuntos inerentes ao bem comum.

Um novo contato com o grupo de Cabral só ocorreria no início deste ano de 2007, diante do convite para realizar o relatório antropológico destinado a compor o relatório técnico do Incra, em resposta à demanda do grupo pelo reconhecimento oficial como remanescente de quilombos. Assim, a primeira visita à comunidade neste novo contexto, realizada no dia três de março, teve por objetivo, conforme nos foi comunicado, realizar uma reunião com um número representativo de moradores para informar sobre os procedimentos de regularização do território quilombola, em especial dos trabalhos antropológicos de identificação territorial. Apesar disso, segundo depoimento da liderança comunitária, como o Incra avisou a data com pouco antecedência, o encontro contou com apenas uma pessoa, o presidente da associação de moradores de Cabral, a quem veio se somar o presidente da associação de moradores da comunidade vizinha, Campinho da Independência, que também acumulava os cargos políticos de coordenador da AQUILERJ (Associação de Quilombos do estado do Rio de Janeiro) e da CONAQ (Coordenação Nacional Quilombola). (ARRUTI, 2008, p. 19).

A demanda pelos procedimentos de regularização do território quilombola e os trabalhos antropológicos de identificação territorial não tiveram uma adesão territorial, apenas o presidente da associação participou da reunião para dar início ao RTID junto com o presidente da associação do quilombo vizinho. Pode-se observar, na entrevista, que a inexistência do processo de discussão e um consenso entre os membros da comunidade para regularização das terras causa um discurso de exclusão no desenvolvimento do próprio processo histórico.

Dona, ninguém aqui da comunidade sabe contar de onde veio essa história... saiu lá do campinho... que fez isso tudo lá... pode perguntar a qualquer um aqui... ninguém aqui participou não. (Entrevistado 1)

O presidente da associação na época, como é um senhor de idade entendeu e muito respeitado no bairro o povo ficou quieto, mas o povo não aceita... é que o povo não aceita mesmo... mesmo que ele mostre algum documento ... porque não foi feito um contato com a comunidade entendeu? Sobre essa questão entendeu? Nunca foi feito... (Entrevistado 3)

Nunca foi feita uma pergunta pra sociedade sobre esse assunto entendeu? Se a comunidade queria ou não tendeu, então a gente ficou sabendo quando a gente assumiu a presidência da associação entendeu? (Entrevistado 4)

Os membros da comunidade pagam os impostos da terra individualmente. Arruti (2008) aponta no relatório técnico que é possível identificar uma correlação entre a adesão que cada um desses grupos produz com relação à categoria legal de quilombos e a segurança que eles têm com relação à comprovação documental de suas respectivas posses familiares; tal adesão se torna mais firme à medida que o grupo está menos próximo da garantia de sua propriedade legal sobre as terras que ocupam. Isto, se dá porque cada um desses grupos tem, efetivamente, algum tipo de documento de comprovação de sua posse. O autor também afirma que tais documentos são escriturados em cartório, mas em nenhum deles há o registro definitivo das terras.

Eu to falando a situação é tão assim... é tão complicada que pra nós que mora lá não tem nem como falar disso.... da nossa associação lá ser quilombola... ai vai ficar o ano todo falando disso, infelizmente é isso ai o povo não quer... e a gente paga o imposto da terra e sempre tem que pagar entendeu... se tem que pagar para o governo, eles pagam. (Entrevistado 3)

Arruti (2008) aponta que para desenvolver o diálogo com a comunidade do quilombo do Cabral e elaborar o RTID, foi necessário evoluir para uma fala de simples regulamentação das terras dos herdeiros, de cada grupo, para que os membros da comunidade pudessem compreender a importância do processo de regularização da terra.

O desenvolvimento do meu diálogo com os moradores do Cabral sobre o território que seria objeto de sua reivindicação (ou reivindicação do presidente da associação) evoluiu no sentido de partir de uma definição muito simples e espontânea, que falava na simples regularização das terras dos herdeiros que nunca foi possível por outros meios [...] em função disso foi necessário investigar a noção de direito de posse e sua relação com as noções de direitos de herdeiros, mas, também, foi necessário fazer discussões sobre a situação da documentação da terra de cada grupo de herdeiros, sobre os critérios de inclusão ou exclusão dos familiares que atualmente moram fora, com relação a tais direitos de herança, sobre as alternativas futuras de gestão do território por parte dos diferentes grupos de herdeiros, sobre a situação das terras vendidas ou arrendadas a terceiros, sobre a situação de continuidade e descontinuidade territorial do trechos a serem reivindicados, previsão de futuros problemas relativos a cada uma destas questões etc. (ARRUTI, 2008, p. 63).

O quilombo foi certificado em dezembro de 2008. Porém, não há um consenso no território sobre o reconhecimento como comunidade quilombola. A instância de organização social interna para tratar assuntos inerentes à comunidade não demonstra interesse pela continuidade no processo de regularização e posse definitiva pela titulação da terra.

**b) Eixo: Infraestrutura e qualidade de vida. Categorias: Sustentabilidade e Bem Comum**

A comunidade, apesar de não se autodefinir enquanto quilombolas, trazem costumes de seus antepassados que são sustentáveis. Algumas famílias cultivam a agricultura familiar e a agroecologia apenas para subsistência. Fica evidenciado que há dificuldades de planejamento e continuidade de práticas inerentes a um desenvolvimento territorial sustentável.

Temos plantação, só que aí cada um é individual né... como já veio dos nossos antepassados, nossos pais, nossos avós... mas não se envolve com quilombo... cada um tem sua vida própria vamos dizer assim. (Entrevistado 2)

É porque o povo tá cansado de plantar também né, é uma vida sofrida eu mesmo já trabalhei nisso aí e é uma vida muito sofrida entendeu? trabalha pra quase não ganhar nada... uma mandioca aí, você planta um aipim pra quase um ano pra dá, entendeu? Um feijão também na última vez que nos plantamos feijão perdemos tudo por causa da chuva é uma coisa que é exaustiva entendeu? (Entrevistado 3)

Tu ve... é bem melhor você comprar do que você prantar.... a gente planta feijão, planta milho mandioca.... cria galinha, porco... é um custo muito alto... tá 100 reais o saco de milho dá só pra uma semana com 20 cabeças de galinhas e 7 cabeças de porco entendeu? (Entrevistado 4)

Nunca tivemos nenhuma ajuda do governo não dona.... a gente que não trabalhe pra ver...prefeitura nem aparece aqui. (Entrevistado 1)

As questões relativas à sustentabilidade e ao bem comum não são discutidas entre os membros da comunidade, mesmo nas reuniões da associação de moradores. As poucas ações agroecológicas que ainda acontecem na comunidade são muito individualizadas. Observa-se na comunidade a falta de diálogo e a inexistência do Interesse Bem Compreendido.

Cada um tem sua vida dona.... nas família, uns trabalham lá fora, outros cuidam da horta, quando tem alguma coisa plantada né... a gente nem tem muito tempo pra reunião da associação. Quase não tem reunião. (Entrevistado 1)

Não há interação entre poder o público, a comunidade e os empresários, de acordo com entrevista. Os membros nunca participaram de reuniões que envolvessem todos os atores do território para tratar de assuntos inerentes à infraestrutura e qualidade de vida da população. Dessa forma, o interesse bem compreendido fica comprometido, as discussões acerca do bem comum não acontecem – o que predomina são interesses individuais.

Nunca teve reunião com prefeitura e empresário não.... acho que esse povo nem sabe que a gente existe por aqui dona. É muito complicado isso... por isso que não querem nem saber de ser quilombo.... pra que? O governo nem pensa nessas coisas.... (Entrevistado 2)

A falta de incentivo do poder público local desenvolve um desinteresse na busca da participação em espaços que discutam políticas de desenvolvimento territorial sustentável. A fraca participação fragiliza o processo de cidadania deliberativa de políticas públicas e enfraquece o comprometimento do cidadão interagir dentro de espaços públicos em prol de objetivos comum.

c) Eixo: Inclusão produtiva e desenvolvimento local. Categorias: **Inclusão, Sustentabilidade, Diversidade cultural e Coesão territorial**

Na comunidade, há dificuldade de um consenso e planejamento de práticas sustentáveis que permitam gerar renda para a comunidade. De acordo com Perico (2009), o modelo de desenvolvimento territorial sustentável adotado pelo território, de acordo com sua especificidade, ou seja, sua diversidade cultural, é denominado coesão territorial. Na comunidade, conforme já exposto, percebe-se fragilidade na coesão territorial entre seus membros que têm dificuldade em aceitar suas origens culturais.

Conforme Perico (2009), a diversidade cultural envolve a complexidade que compõe o espaço. Essa complexidade que determina o tipo de desenvolvimento de cada território. A cultura, além de determinar em grande proporção os processos de desenvolvimento, determina os mecanismos da organização social. O consenso dos membros de não aceitação de sua cultura fragiliza a busca por estratégias políticas e motivações que possam favorecer o diálogo com o poder público. De acordo com transcrição, houve uma tentativa do quilombo vizinho de negociações com seus produtos, porém sem diálogo.

Não, as famílias que plantam aqui não pensam em vender produto não...é mesmo para comer...nunca pensou em incentivo de governo não.... a gente nunca se envolveu com isso... e nunca se ofereceu nenhuma ajuda aqui. (Entrevistado 1)

O povo do Campinho andou vindo aqui pegando uns produtos de plantio de cada um e no final dando uma cesta.... mas teve muita confusão porque fizeram as pessoas assinar como quilombo e não falaram nada que era isso... o pessoal assinou o recebimento pensando que era da assistência. Eles chegam aqui e não explica entendeu... o povo do Campinho tem essa mania. (Entrevistado 2)

Os membros utilizam-se da pluriatividade como estratégias de sobrevivência. A maioria trabalha fora do quilombo, em empresas, na prefeitura, em hotéis, como agricultores em sítios vizinhos etc., e poucos sobrevivem da agricultura familiar. Dentro da comunidade não há uma organização para pensar no escoamento dos produtos. Assim, não há uma demanda que conduza um diálogo com o poder público para pensar implementação de programas governamentais que valorizem sua cultura e modo de vida, principalmente a questão do escoamento de seus produtos no mercado interno e externo do município.

#### **4.2.5. O caso do Quilombo da Marambaia**

A Ilha da Marambaia localiza-se na Baía de Sepetiba, município de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro. O único acesso possível aos moradores e visitantes se dá por meio de barco da Marinha, sendo que no caso dos visitantes, com autorização prévia. Segundo Malerba e Silva (2009), o território é um espaço de conflito que se perdura há muitas décadas. De um lado, está uma comunidade quilombola, que descende de africanos escravizados – que estabelece relações identitárias e reivindicam o direito de permanecer na Ilha e o uso comum da terra. De outro, está a Marinha do Brasil, que possui uma base militar no local desde 1971, e questionou a decisão da Justiça Federal de Angra dos Reis que, a partir de ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal, estabeleceu uma área de 1.638 hectares como pertencente aos quilombolas.

O Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARRUTI et al, 2003), aponta que, em relação ao conflito das terras envolvendo a Marinha e a comunidade da Marambaia, não existem documentos comprobatórios

da propriedade do comendador Breves sobre as terras da Ilha da Marambaia, o que levanta suspeitas sobre sua legalidade. Segundo Arruti et al, (2003), a prova disso é o fato de seus herdeiros jamais terem podido provar a legalidade da ocupação de tais terras, o que impediu qualquer tentativa de regularização fundiária. Foi em meio a esse contexto duvidoso que a família Breves vendeu as terras da ilha para a União, conseguindo que esta regularizasse uma situação ilegítima. Isso, no entanto, cria um vício de origem que coloca em suspenso toda a cadeia sucessória posterior.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, baseando-se no artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT –, que dispõe “aos remanescentes das comunidades de quilombo é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”, O Ministério Público Federal (MPF), na busca de amenizar os conflitos oriundos da disputa pela posse das terras propôs a *ação civil pública de n.º 2002.51.11.000118-2*, em favor dos remanescentes quilombolas. O Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARRUTI et al, 2003) aponta que o MPF, através da ação civil, solicita um detalhamento da situação de conflito ao projeto Egbé – Territórios Negros<sup>46</sup>; e de posse das informações solicitadas, expede a ação civil pública contra a Marinha e a Fundação Cultural Palmares (FCP). Da Marinha, exigindo a suspensão das ações (físicas e jurídicas) contra os moradores e da FCP, exigindo a realização dos estudos necessários à verificação da aplicabilidade do artigo constitucional 68 do ADCT com a posse definitiva das terras à comunidade quilombola da Marambaia.

A partir do ano de 2000 com o início das atividades do projeto Egbé – Territórios Negros, retomamos os contatos já existentes com pesquisadores e militantes atuantes na região sul-fluminense e, especificamente, na Ilha da Marambaia. Disso resultaram os novos alertas sobre a situação de desrespeito aos direitos dos moradores da ilha por parte da administração da Marinha. Um dos efeitos dessa retomada das denúncias foi a solicitação do Ministério Público Federal (MPF), em fins de 2001, de que o projeto fornecesse informações tecnicamente embasadas sobre a situação. Assim teve origem um primeiro relatório sobre a Marambaia, entregue ao MPF no início de 2002. De posse desse relatório preliminar, o MPF moveu uma Ação Civil Pública contra a Marinha de Guerra e a Fundação Cultural Palmares (FCP), exigindo da primeira a suspensão das ações (físicas e jurídicas) contra os moradores e da segunda a realização dos estudos necessários à verificação da aplicabilidade do artigo constitucional 68 do ADCT à comunidade da Marambaia. Em 2002, o projeto Egbé – Territórios Negros foi solicitado, pela própria FCP, a realizar o “laudo antropológico” exigido pela Ação Civil Pública, requisito para o reconhecimento de qualquer grupo como remanescente de quilombos, segundo o citado artigo constitucional. (ARRUTI et al, 2003, p. 07).

Da ação civil pública resultaram duas ações: a certificação do Quilombo da Marambaia, em 23 de maio de 2005 pela FCP e a assinatura de um Termo de Ajustamento de Condutas (TAC), em 27/11/2014, que garante o direito da comunidade à área de 53 hectares e a preservação da biodiversidade. O documento foi assinado entre a Associação dos Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia, o Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), a Secretaria de Patrimônio da União e a Marinha do Brasil, no 1º Distrito Naval, na capital fluminense (FCP, 2019).

De acordo com Nóbrega (2005), a Ilha da Marambaia possui uma história além de muito interessante, plena de controvérsias e de ocupações que se iniciam com sua compra, pelo

---

<sup>46</sup> Projeto voltado para a organização de uma base de dados para o monitoramento das situações de conflito envolvendo comunidades negras rurais nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Comendador Joaquim de Souza Breves, conhecido como Barão do Café e grande traficante de escravizados no Rio de Janeiro do século XIX. A autora aponta que na Marambaia se instalaram duas fazendas de plantio de café, onde mantinha os escravizados que trazia da África e de outros lugares do Brasil para "engorda", antes de serem vendidos ou transferidos para suas outras fazendas no continente.

Os atuais moradores contam, segundo Arruti et al (2003), que pouco antes de morrer, o Comendador teria deixado toda ilha para os ex-escravizados que ainda permaneciam nela. A cada família ele teria atribuído uma praia, mas essa doação foi "só de boca", como contam, e a família de Breves não cumpriu o compromisso assumido pelo antigo proprietário. Apesar disso, as famílias negras permaneceram ali em posse pacífica até 1939. Nesse ano, a Escola de Pesca Darci Vargas instalou-se na ilha, inaugurando um período de grande prosperidade.

De acordo com Nóbrega (2005), no início do século XX a Ilha foi comprada pela União e nela instalada, pela Marinha, em 1908, a Escola de Aprendizes Marinheiros. Sob a jurisdição da Marinha, em 1924, a Diretoria de Portos e Costas estabeleceu ali uma colônia de pescadores e escolas de curso primário e profissional de pesca, tendo a Marinha iniciado, no mesmo ano, a instalação de uma estação de piscicultura, e em 1931 a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil fundou a sede da Colônia de Pescadores Z-23.

A autora (NOBREGA, 2005) enfatiza que nenhuma dessas iniciativas, no entanto, prosperou e em 1933 a Ilha passou a ser uma área militar restrita, com a instalação do Polígono de Tiro do Comando de Artilharia de Costa do Exército. Esse cenário social se manteve até 1939, quando uma ação estatal do Governo Vargas veio mudar as feições da Ilha. Foi inaugurada uma Escola Técnica – Escola de Pesca Darcy Vargas, fruto de parceria entre a União e o Abrigo Cristo Redentor, entidade filantrópica. Conforme depoimentos de moradores constantes no relatório (ARRUTI et al, 2003) foi uma época de aprendizado para os quilombolas *“aqui no tempo da Escola tinha de tudo, tinha fábrica de gelo, fábrica para sardinha, a gente tinha escola que profissionalizava a gente”*.

No entanto, em pleno auge da ditadura militar, mais uma decisão estatal afetaria diretamente a vida da comunidade: em 1971, o presidente Médici autorizou a reincorporação à União de todos os bens da Fundação Abrigo Cristo Redentor, tendo em vista que esta reconheceu não ter condições de manter a Escola de Pesca em funcionamento. A administração da Ilha voltou, então, ao Ministério da Marinha, que ali ativou a Prefeitura Militar do Campo da Ilha da Marambaia, sucedida pelo Centro de Recrutamento do Corpo de Fuzileiros Navais (NÓBREGA, 2005).

A partir de 1971, após o fechamento da escola de pesca e a entrega da Ilha à Marinha – União –, a comunidade viveu uma grande mudança. Os quilombolas eram tratados como invasores da terra, proibidos de cultivar a agricultura familiar e construir ou reformar suas casas. Segundo Arruti et al (2003), os moradores da Marambaia começam a viver sob o impacto de uma nova dinâmica social repleta de restrições que os proibem de manter roças, construir casas para os filhos recém casados ou mesmo reformar ou ampliar as já existentes. O Relatório aponta que, a partir de 1998, a Marinha iniciou diversas ações judiciais de Reintegração de Posse, alegando que os pescadores eram invasores de suas terras. Sem apoio jurídico e, na sua maior parte, não alfabetizados, aqueles que vão sendo condenados nesses processos são progressivamente expulsos. Essa foi uma estratégia criada pelo Cadim<sup>47</sup> para que o seu objetivo fosse alcançado.

[...] através do Decreto-Lei nº 5.760, uma parte da ilha da Marambaia foi cedida à Fundação Abrigo do Cristo Redentor, para a instalação da Escola de Pesca Darcy Vargas. Nessa época, ocorreu um fluxo migratório de trabalhadores e familiares oriundos do continente em busca de emprego e

---

<sup>47</sup> Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia.

oportunidades, ocupando determinados pontos da ilha. Esta porção, de 8,5 km<sup>2</sup>, foi incorporada ao patrimônio da citada fundação entre 1944 à 1971, quando, por força do Decreto 68.224, de 12 de fevereiro de 1971, foi reintegrada ao patrimônio da União, por meio de um novo Termo de Entrega para a Marinha do Brasil, bem como todo o acervo móvel, imóvel e contratos de trabalho da escola de pesca. Durante o período em que a Escola de Pesca permaneceu na Ilha, a Marinha contava com o Campo de Aviação da Armada, que ocupava o restante da Ilha. No mesmo ano, 1971, ocorreu a ativação do Campo da Ilha da Marambaia, no local onde ficava a extinta escola de pesca. Em 1981, foi criado o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM), lá situado até os dias de hoje. (BRASIL, Marinha do Brasil, 2010).

A CTQ da Marambaia, conforme observado, veio com resistência ao longo da sua história, lutando pela posse definitiva da terra. Em 08 de outubro de 2015 conseguiu sua titulação com o apoio do Colegiado BIG, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mangaratiba e o extinto MDA. Na comunidade vivem, atualmente, 124 famílias, num total de 413 pessoas (CPISP, 2019). As famílias são distribuídas entre os descendentes de escravizados, de ex-funcionários e alunos da escola de Pesca e da população caiçara vinda do continente ou de outras ilhas da Baía de Sepetiba, mas que hoje se encontra mesclada de tal forma que seria impossível encontrar-se alguém que não descenda de uma das famílias de ex-escravizados que permaneceram na Ilha após a Abolição (NOBREGA, 2005).

Em relação à fonte de renda, alguns membros da comunidade quilombola estão inseridos no programa federal de transferência de renda – Programa Bolsa Família –, alcançando uma proporção de 58% das famílias (CPISP, 2019). Durante a pesquisa de campo, foi relatado que os quilombolas se dedicam, principalmente, à pesca artesanal como forma de geração de renda. Segundo relato de alguns quilombolas *“a agricultura familiar não pode mais... os terrenos demarcados são pequenos demais... as terras livres são proibidas para plantar”*. A comunidade é impedida de praticar os costumes e tradições oriundos de seus antepassados que poderiam gerar renda. Segundo Nobrega (2005), a Marinha desmontou o processo produtivo da Ilha, destruindo as poucas atividades ainda existentes, como as casas de farinha mantidas por alguns dos moradores, as roças familiares e a criação de animais.

O pescado, a única fonte de renda para muitos quilombolas, diminuiu nos últimos anos. Segundo o relatório do Diagnóstico Territorial do Território da Baía da Ilha Grande - RJ (BRASIL, 2011), a existência do impacto na área proveniente da expansão do Porto de Itaguaí resulta na escassez do pescado e diminuição de renda dos pescadores, causando dificuldades financeiras, pois a maioria tinha na atividade de pesca sua única fonte de subsistência. As reivindicações acerca da diminuição do pescado são discutidas e encaminhadas através da Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (APMIM).

De acordo com relatos colhidos na pesquisa de campo, os quilombolas que não vivem da pesca se deslocam da Ilha para trabalhar na prefeitura de Mangaratiba e cidades vizinhas, nas empresas, clubes e hotéis instalados na região de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Inclusive, uma moradora da Ilha – quilombola – trabalha no Hotel de Trânsito dos Oficiais da Marinha, onde o restaurante do hotel é a antiga senzala da época escravista. Percebe-se, assim, a restrição de direitos e afastamento das práticas culturais.



**Figura 26:** Restaurante do Hotel – antiga senzala – visita de campo – janeiro/2020  
Fonte: Acervo da autora.



**Figura 27:** Quilombola – funcionária do Hotel – visita de campo – janeiro/2020  
Fonte: Acervo da autora.

Segundo Arruti et al (2003), na Comunidade Quilombola de Marambaia há uma diversidade religiosa entre católicos, evangélicos e espíritas; porém, há um consenso no desenvolvimento das atividades que envolvem manifestações culturais de seus antepassados como jongo, capoeira, danças e festa.

A caracterização dos ilhéus hoje permite distinguir uma segmentação dos moradores em dois grupos os lados “de cima” e “de baixo” da ilha, na sua forma de apropriação territorial (diferentes tipos de pescaria) e em determinados traços culturais e ideológicos, evidenciados historicamente pela existência de dois grandes blocos de parentesco e contemporaneamente pela expansão da religião evangélica em um dos lados da ilha. Tal segmentação, no entanto, em nada interfere no reconhecimento recíproco dos direitos históricos estabelecidos por ambos os segmentos sobre as terras historicamente ocupadas. (ARRUTI et al, 2003, p. 13).

De acordo com os relatos em pesquisa de campo, a comunidade também tenta manter como herança dos ancestrais o artesanato, utilizando como matéria prima conchas do mar, sementes, material reciclado etc., porém, encontram dificuldades em escoar seus produtos. Ora por falta de incentivo do poder público ora pela dificuldade do acesso da sociedade à Ilha, ou a dificuldade dos próprios quilombolas em levar seus produtos para venda fora da Ilha devido aos horários restritos da barca da Marinha – único transporte dos moradores. A CTQ da Marambaia, após 100 anos, teve acesso a energia elétrica no ano de 2011 pelo programa do governo federal Luz para Todos FCP (2019). A instalação de energia elétrica é mais uma conquista difícil dos quilombolas, visto que no decorrer da história da comunidade tiveram tentativas de geração de energia por placa solar, porém vetada pelos militares. (ARRUTI,2003)

Serviços públicos básicos como saúde, educação, transporte, telefone público, correios e saneamento básico são inexistentes em grande parte da Ilha, concentrando-se quase todos na área do CADIM (MALERBA; SILVA, 2009).

Para o deslocamento, a população necessita fazer uso do barco da Marinha. Não há transporte público. Por ser uma área militar utilizada pela Marinha, o acesso à Marambaia é restrito. No caso dos visitantes, somente com autorização prévia. Segundo relatos em pesquisa de campo, o acesso à comunicação externa se dá, principalmente, por rádio e TV. Apenas 3% das famílias possuem telefone fixo. A maioria da Comunidade faz uso do telefone celular, porém fora da comunidade, pois na localidade da Ilha não há sinal de rede. Em relação à educação, a comunidade conta apenas com uma escola municipal de nível fundamental. No entanto, há várias reivindicações na prefeitura para contratar novos professores e incluir o ensino médio e médio técnico na escola, porém sem atendimento.

Segundo relatos em pesquisa de campo, uma das dificuldades que os moradores têm é com a construção e reformas de casas e da sede da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), devido à necessidade de transporte do material de obra. A embarcação da Marinha não permite o transporte de grandes quantidades de tijolos, sacos de cimento e outros produtos necessário para construção.

Em relação à articulação política, o quilombo se organiza para suas pautas de reivindicações na Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), criada em fevereiro de 2003.



**Figura 28:** Sede da ARQIMAR – em construção - visita de campo – visita de campo outubro/2019

Fonte: Acervo da autora

a) Eixo: Acesso à terra, direitos e cidadania. Categorias de análise: **Inclusão, Autonomia e Processo de discussão**

Conforme exposto, o Quilombo da Marambaia localiza-se na Ilha da Marambaia e foi titulado em 2015. A luta pelo direito à terra tem um histórico de conflitos entre a comunidade e a Marinha do Brasil. De acordo com a entrevista, a titulação da terra é importante, porém, não garante as ameaças apresentadas pela instabilidade do governo atual.

Hoje nós somos titulados, né? É uma ilha, temos um quartel no meio, né? Então tá fragmentado, é um território só, mas tá fragmentado, porque no meio do nosso território tem a Marinha, né? Então ficou um pouco do território pra um lado, e um pouco do território pra outro e a Marinha no meio, mas nós temos por hora né... nós não temos garantia porque a situação política do país é uma coisa bastante incerta né... (Entrevistado 3)

A comunidade tem um processo histórico de muita luta e resistência para garantir seu direito à terra. A CTQ da Marambaia deu entrada no Ministério Público Federal na Ação Civil Pública nº 2002.51.11.000118-2, que resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta no território. O documento assegura a permanência dos atuais 343 quilombolas e a continuidade das atividades militares, além de acabar com as disputas travadas entre as partes na justiça nos últimos 12 anos. De acordo com o TAC, a Marinha mantém o cais, fica com todas as áreas de treinamento e continua responsável pelo transporte na ilha, incluindo o de moradores e de visitantes convidados – pois é necessário convite para entrar no local. Já a comunidade terá mais facilidade para receber visitas, atracar os barcos de pesca mais próximos às moradias, reformar e construir casas – o que chegou a ser proibido em decisões da Justiça, a pedido dos militares.

E aí nós temos esse TAC, termo ajustamento de conduta que veio antes da titulação, tá? depois nós temos a titulação né, baseado no artigo 68 da Reforma Constitucional, essa que teve agora em 1988 né, e tá bem assegurado pelo Decreto 4887 né, tá legal então, todas as normativas referentes né, a população, nós estamos assegurados, nós enquanto quilombola, mas algumas coisas ainda estamos lutando, tentando rever. (Entrevistado 4)

A comunidade foi titulada em 2015. Porém, para os membros do quilombo, as lutas pelo direito à terra em uma área de disputa com um órgão público federal, como a Marinha do

Brasil, continuam, apesar da titulação e do TAC. A comunidade acredita que o processo de discussão foi importante para garantir a regularização da terra e deve continuar para garantir acesso a ações governamentais; os membros esclarecem que o poder de voz e voto nas instâncias de tomadas de decisões precisa ser pensado e demandado continuamente para que possam ter seus direitos enquanto quilombolas garantidos.

Temos a titulação... o TAC.... mas a agricultura familiar fica muito difícil.... os terrenos demarcados são pequenos demais... as terras livres são proibidas para plantar. Não pode mexer em nada na terra... se algum filho quiser construir nas terras demarcadas precisa de laudo e permissão do INEA. Precisamos continuar na luta sempre, com muita resistência. (Entrevistado 4)

Sim, eu acredito que o título te abre portas né... é o que eu falei, a situação política do país agora é difícil né, então alguns trâmites não funcionam mais... nós temos ainda que ver quais são os outros trâmites que temos pra chegar até as políticas pública.... e tentar reivindicar outras questões nossas que vão surgindo no dia a dia. (Entrevistado 3)

A relação dos membros da associação de moradores do quilombo com o poder público local acontece. O quilombo considera importante a articulação com as instâncias internas municipais para que seus direitos sejam garantidos. A questão de o quilombo ser localizado em uma ilha e ter a Marinha do Brasil como agente regulador das políticas públicas como transporte, saúde e educação, faz com que os membros busquem na prefeitura e nos espaços de controle social do município um aliado para tentar fortalecer o acesso as políticas.

Precisa né? Precisamos conversar, fazer a política da boa vizinhança, e tem acontecido.... e também como a gente fala mesmo né, a nossa posição geográfica... e temos que tomar muito cuidado porque a gente vive dentro de uma ilha, literalmente uma ilha fechada... então a gente tem que né, temos que ponderar muito.... e estar conversando com a prefeitura, estar nos conselhos municipais para falar dos nossos direitos. (Entrevistado 2)

É bem... é dialogada graças a Deus, é feito assim reuniões né pra gente debatermos nossas questões... a gente procura a prefeitura.... a prefeitura nos reconhece como um quilombo. A prefeitura local, então assim existe um bom entendimento. (Entrevistado 3)

A ARQIMAR representa a instância de organização interna do Quilombo da Marambaia. Os membros são eleitos em assembleias através de votação. Os membros da associação de moradores do quilombo, conforme entrevista, evidencia uma capacidade organizativa. As transcrições evidenciam que os membros da associação conseguem dialogar com o poder público local. Verifica-se que a associação de moradores do quilombo, enquanto instância de controle social, garante sua legalidade e esse processo se desenvolve a partir dos critérios de cidadania deliberativa e processos de discussão.

Olha, primeiro eles são escolhido, são convidados né? Pessoas de cada praia... então foi o de um lado, o lado de lá e o lado de cá, e aí a gente costuma sempre montar a diretoria, né? Montar as chapas... com candidatos de um lado e de outro. E são feitas as eleições. (Entrevistado 1)

Bem as eleições aqui é feita por chapas né... então a gente tem um período de dois anos, a qual a gente dois em dois anos a gente faz uma eleição né... só que a gente tem um período antes da eleição, do término da eleição daquele mandato que esteja atual... é feito uma reunião geral ao qual a gente monta né

um conselho fiscal, a qual a gente monta um conselho pra poder tá trazendo essas chapas né, fiscalizando. (Entrevistado 4)

Inclusive a gente, a ARQIMAR conseguiu licença né, fazer umas construções né dentro do nosso Quilombo né.... pra alguns moradores e foi assim uma vitória gratificante, porque a gente conseguiu junto a prefeitura né essa parceria com eles buscando meios também para o licenciamento, ao qual eles teriam que ter pra construir as residências deles. (Entrevistado 2)

Então a prefeitura né, a secretária de obras junto com a secretária de meio ambiente elas deram essa licença pra eles estarem construindo essas residências aqui dentro do quilombo, então assim a prefeitura e a ARQIMAR né elas tem um...um diálogo muito bom um com o outro né... entre a prefeitura e o quilombo a gente tem um diálogo muito bom onde a gente busca né melhoria pra nossa comunidade. (Entrevistado 3)

Quanto a articulação do quilombo com as instâncias externas, os membros relatam que o quilombo participa da AQUILERJ, CONAQ e do FCT. Porém, há dificuldade em participar das discussões e acompanhamento das políticas públicas nessas instâncias mais distantes, devido à dificuldade de transporte, pois dependem da barca da Marinha que tem horários restritos.

Sim participamos, quando dá...temos a ARQUILERJ a CONAC né que são movimentos quilombolas no Estado do Rio de Janeiro e nos representa. Temos aqui representantes da diretoria da ARQIMAR que é também na AQUILERJ... temos membros também que participam de movimentos de juventude do Estado do Rio de Janeiro. (Entrevistado 1)

A gente até queria participar mais, mas não temos condições.... a barca só tem dois horários....as vezes dá defeito, é muito velha. Ficamos uma semana sem barca no mês passado.... (Entrevistado 3)

Conforme observado, os membros procuram, através da inclusão, autonomia e processo de discussão, desenvolver um espaço dialógico entre poder público, moradores e empresários locais para tratar da qualidade de vida da comunidade e suas questões, que envolvem as exigências do TAC em relação às construções de residências para herdeiros no território. A categoria “autonomia” é justificada pela identificação da capacidade de avaliação e resolução de problemas locais pelas próprias comunidades, segundo Villela (2012).

Sim, sim. Estamos discutindo no momento com a prefeitura e com a Vale. (Entrevistado 2)

Eles vão até ilha, nós recebemos eles da Vale, secretários de meio ambiente. Estamos tratando da questão da expansão territorial né, da expansão territorial não, da expansão de família, né? De uso do território porque nós temos que fazer casa, né? Que é aquela questão toda porque no nosso cálculo, eu pedindo que tivéssemos um laudo ambiental, né? Que nós somos a primeira comunidade a ter que ser agregada à essa exigência que veio no TAC, essa exigência feita pela organização militar. Né? Que eles falam que é o Comando Maior mas que lá na hora a gente não sabe nem quem é. Mas tá lá no TAC... Porque eu nunca vi uma comunidade quilombola ter esse tipo de exigência, né? Como não vamos construir para nossos filhos, netos, como pode? (Entrevistado 5)

Quer dizer, vai continuar do mesmo jeito a superlotação como era antes do TAC, antes do título, uma casa, cinco família, como já tivemos casa lá na Marambaia com quinze família, e aí como vai ficar? Né? Foram obrigados a sair, né? Ficaram só os mais velhos, né? Ficou o pai, a mãe e o irmão mais velho ou a irmã mais velha, alguém fica pra ajudar, né? (Entrevistado 4)

A responsabilidade de uma comunidade quilombola é visível em relação ao meio ambiente, que se ela não conservasse não tinha, entendeu? Por que tradição é tradição. Se não existisse uma comunidade quilombola, em muitos lugares não teria nada. Né? Não teria mato, não teria terra, não teria água. Mas trata nós como se uma construção pra nossos herdeiros fosse destruir o meio ambiente. (Entrevistado 1)

A comunidade tenta, através do envolvimento e gestão social dos atores do território, empresários, poder público e comunidade, a busca da resolução de suas demandas e o fortalecimento da permanência no território, ancorados nos princípios de desenvolvimento territorial sustentável.

#### **b) Eixo: Infraestrutura e qualidade de vida. Categorias: Sustentabilidade e Bem Comum**

As interações entre os atores sociais do território ocorrem conforme já mencionado, porém, para tratar de assuntos relacionados à infraestrutura, observa-se que há uma abertura de diálogo entre o poder público local e empresários, mas ainda não ocorreu nenhuma discussão acerca de sustentabilidade. No entanto, o tema tem sido abordado em reuniões com outros atores que são externos ao território.

Nós tivemos sim umas reuniões no qual a gente compareceu como ARQIMAR, fomos convidados né a comparecer como ARQIMAR e a gente foi até no Rio de Janeiro teve uma reunião e participamos... nessa reunião tinha a prefeitura do Rio e também tinha empresários... foi falado sobre meio ambiente, educação, saúde quilombola... falou sobre vacinação. (Entrevistado 2)

Aqui no quilombo tem acontecido com a prefeitura e a Vale para tratar das construções.... sobre saúde, educação não teve não.... (Entrevistado 3)

A comunidade quilombola da Marambaia não está inserida nas instâncias municipais de controle social, em que são discutidas as políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável. Os membros já participaram da discussão acerca do tema fora do território.

Sim, sim a gente discute muito esses temas né aqui entre a gente... alguns quilombos eles já tem alguns projetos igual você falou sustentável né... já tem alguns quilombos que já estão efetuando esses projetos.... (Entrevistado 2)

Alguns projetos sustentáveis como o turismo de base comunitária não são viáveis para a comunidade por conta de o território não ser de uso exclusivo do quilombo. Inclusive, nas entrevistas, assinalam que recebem propostas da prefeitura, mas que são impedidos de dar andamento por ferir o TAC entre a comunidade e a Marinha.

A gente até recebe forças para funcionar projeto pra gente, que a gente quer, a gente quer... mas não funciona porque vivemos em uma comunidade, e você sabe, o que acontece? Na nossa comunidade não podemos praticar o turismo

de base comunitária, o que a prefeitura de Mangaratiba quer, a Secretaria de Turismo quer trabalhar com a gente é isso, o que a Vale quer trabalhar é isso e isso vai forçando o TAC, é um perigo.... a gente não pode. (Entrevistado 3)

Turismo de Base Comunitária aqui a gente não tem como... como vamos fazer.... vamos sempre esbarrar no TAC. Somos um quilombo limitado por causa da Marinha. (Entrevistado 1)

Em relação à Agenda 2030, observa-se pouco conhecimento dos membros do Quilombo da Marambaia. Porém, o modo de vida e a forma de lidar com a terra e com a natureza já está ancorada nos conceitos de sustentabilidade, de acordo com os ODS da Agenda 2030.

Sustentabilidade sempre foi o nosso tema, né? Mas assim com essa normativa de agenda 2030 aí eu não conheço, eu não conheço... (Entrevistado 2)

Nosso modo de viver sempre foi de preservar o meio ambiente né... isso desde nossos ancestrais.... pelo pouco que ouvi falar nós já fazemos isso sim.... dessa agenda. (Entrevistado 4)

c) Eixo: Inclusão produtiva e desenvolvimento local. Categorias: **Inclusão, Sustentabilidade, Diversidade cultural e Coesão territorial**

Na comunidade da Marambaia, a maioria dos quilombolas trabalham fora do quilombo na prefeitura, em lojas, casas de família etc. – poucos sobrevivem da pesca. Observa-se que a comunidade lança mão da pluriatividade como estratégia de sobrevivência

É aqui no quilombo é... geração de renda aqui é o pescado né, mas não temos muitos... tivemos o artesanato, mas agora parou... tem quilombolas que são funcionários públicos, funcionários efetivos né da prefeitura... alguns trabalham no caminho né, outros na escola... Então assim incentivo do poder público, cara é... fortalecimento aqui de geração de renda é... não temos... (Entrevistado 3)

E trabalham particularmente, em casa de família, loja, alguma coisa, com muito cuidado que tem que sair e voltar na hora por causa do transporte... (Entrevistado 2)

Pode-se observar a falta de diálogo e incentivo do poder público no planejamento de implementação de programas governamentais que valorizem sua cultura e modo de vida, sobretudo na questão do escoamento de seus produtos no mercado interno e externo do município. Os quilombolas da Marambaia procuram outras formas de atividades laborativas fora do quilombo para manter o sustento da família.

Então, também a gente não tá mais com oficina de artesanato, não tem incentivo, não tem onde expor, não tem quem compre, entendeu? Assim, tem muita ideia, né? Ideia não enche barriga... (Entrevistado 1)

Mas agora também estamos tentando a parceria da Vale junto com o grupo que está atuando aqui na Baía de Sepetiba né, dando apoio aqui ao porto...é uma horta produtiva né então assim... então nós estamos agora tentando implantar dentro da nossa comunidade.... Porque aqui é...ou a gente tem que sair né pra trabalhar fora ou o único meio que a gente consegue é a plantação né, mas é muito pouca.... tem que ser canteirinhos bem pequenos....não temos quintal né... nem sei se isso vai vingar. Acho que eles querem um projeto maior.... vamos nos reunir de novo ainda.... (Entrevistado 3)

Não, acontece lá dentro da Ilha principalmente com a Vale... tivemos uma reunião que apresentou o projeto pra gente... mas a gente não tem como... não temos terreno pra horta não... mas uma vez vem o TAC né... (Entrevistado 4)

Há evidência de que não há coesão territorial entre os atores, observando o distanciamento do poder público no sentido de favorecer o território e encontrar possibilidades de implementar seu próprio modelo de desenvolvimento territorial sustentável. O incentivo em relação à geração de renda com um projeto de horta produtiva está sendo planejado com uma empresa privada, mas como disponibilizam de pouco espaço, parece inviável.

#### 4.2.6. Síntese das análises das Comunidades Tradicionais Quilombolas

Segue abaixo o quadro com as principais percepções e resultados acerca das relações sociais e funcionamento das organizações socioeconômicas, políticas e institucionais das CTQs do território BIG por meio do uso das categorias como apresentado no capítulo dos aspectos metodológicos.

**Quadro 10** – Síntese comparativa da análise dos resultados das Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território BIG

EIXOS	CATEGORIAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Acesso à terra/ Direitos e cidadania	Inclusão	<p><b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b></p> <p>i) Evidência da capacidade organizativa da comunidade e reconhecimento da importância de uma relação dialógica entre os atores do território para garantir seus direitos, mas observa-se dificuldade do poder público em respeitar o modo de vida tradicional.</p> <p>ii) Falta de interesse do poder público local em priorizar políticas públicas que visem a emancipação dos indivíduos da comunidade, fragilizando, assim, o bem estar coletivo e individual.</p> <p>iii) Autonomia da Associação dos Remanescentes de Quilombo Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA), mesmo que parcial, pois não possui gerência na morosidade do processo, no entanto, garantiu poder de voz e voto nos processos de discussão quanto a conquista do título da escola da comunidade em escola quilombola pelo Censo Escolar.</p> <p>iv) Fragilidade acerca da inclusão, autonomia e processo de discussão da comunidade junto ao poder público, moradores e empresários locais por conta da divergência de discursos inerentes ao desenvolvimento territorial sustentável.</p>
	Autonomia  Processo de discussão	<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>i) Foco na articulação das redes de parcerias para desenvolver um bom uso da terra.</p> <p>ii) Estratégias de interação e diálogo com os atores do território para garantir a permanência no território.</p> <p>iii) Processo de luta e resistência para manter as demandas quilombolas nas agendas governamentais.</p>

		<p><b>iv)</b> Dificuldade no diálogo com o poder público local gerando conflitos, porém, dessa forma, conseguem garantir o processo de discussão e autonomia mesmo que parcial no acompanhamento das políticas públicas. Há uma desconstrução dos espaços de controle social municipal – os quilombolas não são informados das reuniões.</p> <p><b>v)</b> Incentivo dos jovens na participação das reuniões para apreender conhecimentos acerca do controle e gestão social e garantir lideranças futuras.</p> <p><b>vi)</b> Cultura de articulação nas instâncias internas e externas do território.</p> <p><b>vii)</b> Participação de lideranças da comunidade nos espaços de controle social nas discussões acerca do desenvolvimento territorial sustentável e garantia de direitos junto aos gestores públicos e demais atores envolvidos.</p> <p><b>viii)</b> Rede fortalecida e envolvida com instâncias sociais privadas e movimentos sociais que acompanham, discutem e fiscalizam as políticas públicas e visam a garantia de direitos às Comunidades Tradicionais Quilombolas em âmbito municipal, estadual e federal.</p> <p><b>ix)</b> Processo contínuo de discussão em rede com os movimentos sociais desenvolvidos através da cidadania deliberativa e processos de discussão.</p>
		<p><b>CTQ Santa Justina – Santa Izabel</b></p> <p><b>i)</b> Alteração no Plano Diretor pelo poder público de áreas protegidas para área de expansão urbana; a mudança facilitou a instalação da Empresa Ecoinvest que comprou parte das terras do quilombo e controla a entrada e saída dos quilombolas e visitantes. O fato mostra a falta de interação e processo de discussão entre o quilombo, poder público e mercado.</p> <p><b>ii)</b> Conivência do poder público com a empresa à medida que a questão inerente à especulação imobiliária e a empresa instalada no território quilombola não se tornou assunto e discussão do poder público local.</p> <p><b>iii)</b> A comunidade apresenta autonomia à medida que instaura um inquérito civil no Ministério Público para averiguação da entrada da empresa no quilombo e seu trato com a comunidade.</p> <p><b>iv)</b> Falta de acompanhamento das políticas públicas municipais e ausência dos membros do quilombo nas instâncias de controle social do município.</p> <p><b>v)</b> Deficiência de ações governamentais e planejamento de políticas públicas para a comunidade quilombola; demonstrando não abranger critérios de cidadania deliberativa em processos de discussão entre os membros quilombolas e o poder público.</p> <p><b>vi)</b> Através da associação de moradores são discutidas as demandas da comunidade, porém encontram dificuldade de encaminhamento e desdobramento das discussões junto ao poder público.</p>

		<p><b>vii)</b> O processo de resistência e permanência no território é fomentado e fortalecido pela participação em programas e associações quilombolas externos ao território como a Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ) e o Programa de Proteção de Defesa aos Direitos Humanos – PPDDH.</p>
		<p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p><b>i)</b> Fragilidade no processo de discussão. Não há o envolvimento da comunidade para garantir a titulação das terras.</p> <p><b>ii)</b> A comunidade não se autodefine como quilombola, assim, não possuem identidade e relações sociais que fazem o território ter particularidades de um quilombo.</p> <p><b>iii)</b> Ausência dos membros da comunidade para procedimentos de regularização do território quilombola e os trabalhos antropológicos de identificação territorial – apenas o presidente da associação participou da reunião para dar início ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID junto com o presidente da associação do quilombo vizinho.</p> <p><b>iv)</b> A inexistência do processo de discussão e um consenso entre os membros da comunidade para regularização das terras, aponta falta de interesse e exclusão no desenvolvimento do próprio processo histórico.</p> <p><b>v)</b> O diálogo com os antropólogos com a comunidade se desenvolveu para uma fala de simples regulamentação das terras de herdeiros. Relatos apontam que os membros pagam seus impostos.</p> <p><b>vi)</b> A instância de controle social interna – a associação de moradores – é um órgão que trata de interesses comuns não específicos de comunidade quilombola, é uma associação de moradores apenas.</p> <p><b>vii)</b> Ausência de participação em instâncias de controle social externa à comunidade.</p>
		<p><b>CTQ Marambaia</b></p> <p><b>i)</b> Histórico de conflito entre a comunidade e a Marinha do Brasil. Possuem um Termo de Ajuste de Conduta – TAC – que foi tratado antes da titulação tendo como mediador o Ministério Público Federal - MPF; configurando um processo de discussão ativo entre os atores do território.</p> <p><b>ii)</b> Participação nas instâncias de controle social do município e ênfase na importância das discussões nos espaços de tomadas de decisão para garantir ações governamentais e direitos enquanto comunidade quilombola.</p> <p><b>iii)</b> Diálogo entre os membros do quilombo e o poder público local.</p>

		<p>iv) Capacidade organizativa da associação de moradores – ARQIMAR – que enquanto instância de controle social interno garante sua legalidade entre seus membros através dos critérios de cidadania deliberativa e processo de discussão.</p> <p>v) Participação em instâncias de controle social externas – ACQUILERJ, CONAQ e FCT. Porém há dificuldade de participar das discussões nestas instâncias mais distantes devido à dificuldade de transporte, pois dependem da barca da Marinha, que tem horários restritos.</p> <p>vi) A comunidade apresenta uma autonomia relativa à medida que apresentam questões ao poder público como a dificuldade de desenvolver a agricultura familiar nos pequenos terrenos demarcados; as áreas livres são proibidas de plantio; assim como construção para herdeiros. Porém, as resoluções das demandas apresentadas ainda não aconteceram.</p>
EIXOS	CATEGORIAS	RESULTADOS ALCANÇADOS
Infraestrutura e qualidade de vida	Sustentabilidade Bem comum	<p><b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b></p> <p>i) Prevalcimento do interesse individual do mercado.</p> <p>ii) Pouco conhecimento dos atores locais (mercado e poder público) acerca dos costumes e modo de vida do quilombo, dificultando o planejamento das políticas públicas com ênfase na sustentabilidade e bem comum.</p> <p>iii) Modelo mercantil de desenvolvimento que não se preocupa com a qualidade de vida da CTQ do Bracuí</p> <p>iv) A Construção da Hidrelétrica no município de Bananal/SP que atinge a Bacia do Rio Bracuí como exemplo da falta de diálogo acerca do bem comum entre os atores do território – os moradores do quilombo do Bracuí não foram comunicados apesar dos impactos ambientais causados com a construção.</p> <p>v) Observação da falta de conhecimento da CTQ do Bracuí acerca dos objetivos e metas da Agenda 2030, porém seus conhecimentos passados de geração para geração, seu modo de vida e trato com a natureza estão ancorados nos princípios de sustentabilidade.</p>
		<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>i) Falta de interação entre a comunidade, poder público e mercado. Prevalece nas reuniões que tratam de infraestrutura e qualidade de vida da população o interesse do poder público e mercado.</p> <p>ii) Discussões divergentes entre o poder público, quilombo e mercado acerca do bem comum, predominando os interesses do capital, desta forma o interesse bem compreendido fica comprometido.</p> <p>iii) As pautas do Conselho Municipal de Turismo acerca de sustentabilidade não são respeitadas pelos empresários que fazem parte do conselho e tem uma visão avessa do conceito de sustentabilidade, preservam o ambiente visando lucros</p>

		<p>individuais e não o bem comum e o desenvolvimento territorial sustentável.</p> <p><b>iv)</b> O Turismo Municipal diverge dos objetivos e metas da Agenda 2030.</p> <p><b>v)</b> Pautas acerca da sustentabilidade e bem comum são discutidas de fato nos movimentos sociais no qual as lideranças estão inseridas. A agenda 2030 é uma pauta discutida pelos quilombolas na OTTSS/Fiocruz e FCT.</p> <p><b>vi)</b> Desconhecimento do poder público local das metas e objetivos da Agenda 2030.</p> <p><b>vii)</b> Criação do TBC a partir da demanda da comunidade e envolvimento das lideranças em movimentos sociais que através do FCT e OTSS/Fiocruz desenvolveram uma incubadora social para empreendimentos comunitários e qualificação do roteiro turístico do quilombo.</p> <p><b>viii)</b> Incubadora social como exemplo prático de gestão social ancorados nos princípios de sustentabilidade e bem comum.</p> <p><b>ix)</b> Aproximação com uma instituição pública (Fiocruz) colaborou na busca de estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável.</p>
		<p><b>CTQ Santa Justina – Santa Izabel</b></p> <p><b>i)</b> Dificuldade de interação entre o poder público, empresários e quilombola, desta forma observa-se que não acontece no território uma pauta entre os atores que abordem as questões de sustentabilidade e bem comum.</p> <p><b>ii)</b> Os diálogos acerca de sustentabilidade acontecem entre os quilombolas e sociedade civil. Percebe-se entre os pares há o interesse bem compreendido, porém não acontece entre os demais atores do território.</p> <p><b>iii)</b> Participação de representantes da comunidade nas discussões acerca de desenvolvimento territorial sustentável no Colegiado BIG.</p>
		<p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p><b>i)</b> Apesar de não se autodefinir enquanto quilombolas, trazem costumes de seus antepassados, que são sustentáveis.</p> <p><b>ii)</b> Cultivo da agricultura familiar e agroecologia apenas para subsistência.</p> <p><b>iii)</b> Dificuldade no planejamento e continuidades de práticas inerentes a um desenvolvimento territorial sustentável. As ações agroecológicas são individualizadas, desenvolvidas pelos que não trabalham fora do quilombo, geralmente as mulheres</p> <p><b>iv)</b> Falta de interação entre a comunidade, poder público e empresário para tratar de infraestrutura e qualidade de vida da população, as discussões acerca do bem comum não acontecem predominando os interesses individuais dos membros da comunidade.</p>
		<p><b>CTQ Marambaia</b></p>

		<p>i) Abertura de diálogos entre a comunidade e poder público local e mercado, porém não ocorreram discussões acerca de sustentabilidade.</p> <p>ii) O tema inerente a sustentabilidade é abordado em reuniões externas.</p> <p>iii) Ausência de representantes do quilombo em instâncias municipais de controle social que tratem de assuntos inerentes às políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável.</p> <p>iv) Inviabilidade de projetos sustentáveis como o TBC por conta de o território não ser de uso exclusivo da comunidade, ferindo o TAC entre o quilombo e a Marinha.</p> <p>v) Pouco conhecimento dos membros da comunidade acerca da Agenda 2030, mas o modo de lidar com a terra e com a natureza estão ancorados nos conceitos de sustentabilidade.</p>
<b>EIXOS</b>	<b>CATEGORIAS</b>	<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>
<b>Inclusão produtiva e desenvolvimento local</b>	<b>Inclusão</b>	<p><b>CTQ Santa Rita do Bracuí</b></p> <p>i) Dificuldade de consenso e planejamento de práticas sustentáveis para geração de renda.</p> <p>ii) Falta de diálogo com o poder público para pensar implementação de programas governamentais que valorizem a cultura e modo de vida da CTQ do Bracuí.</p> <p>iii) Falta de incentivo governamental acerca do escoamento dos produtos no mercado interno e externo do município; desta forma a estratégia de sobrevivência dos membros da CTQ do Bracuí é o trabalho formal e informal fora do quilombo.</p>
	<b>Sustentabilidade</b> <b>Diversidade cultural</b> <b>Coesão territorial</b>	<p><b>CTQ Campinho da Independência</b></p> <p>i) Utilização da pluriatividade como forma de sobrevivência. Desenvolve atividades de artesanato, restaurante comunitário, danças, entre outros.</p> <p>ii) Falta de ações governamentais que fomentem o escoamento dos produtos no mercado interno do município.</p> <p>iii) Apenas 3% de um total de 160 famílias estão inseridas no PNAE.</p> <p>iv) Dificuldade de acesso ao Crédito Rural e inclusão produtiva, pois são raras as famílias que possuem DAP.</p> <p>v) Falta de diálogo com o poder público local para planejamento de implementação de ações governamentais que valorize sua cultura e modo de vida.</p> <p>vi) Através dos movimentos sociais e instituições públicas (Fiocruz) desenvolvem estratégias de sobrevivência.</p> <p>vii) Coesão territorial no fortalecimento da manutenção das tradições e modo de vida; buscando o desenvolvimento local ancorados em práticas sustentáveis.</p> <p>viii) Práticas agroecológicas se colocam no território como uma atividade que fortalece o empoderamento do agricultor familiar em busca de sua identidade e raízes culturais.</p>

		<p><b>ix)</b> Utilização da agroecologia como prática agregadora visando uma agricultura sustentável e economicamente eficiente.</p> <hr/> <p><b>CTQ Santa Justina – Santa Izabel</b></p> <p><b>i)</b> Projeto feira livre – relatado como um único incentivo do poder público para geração de renda – o projeto cede barracas para os agricultores do município. Apenas 4 quilombolas estão inseridos e consegue escoar seus produtos, pois os quilombolas têm dificuldade com o transporte até a feira.</p> <p><b>ii)</b> Projeto Horta Comunitária em fase de planejamento junto ao PPDDH.</p> <p><b>iii)</b> Coesão territorial interna entre os membros que com apoio da associação de moradores dialogam e buscam estratégias para sobreviver e manter sua cultura.</p> <p><b>iv)</b> Exclusão dos membros dos quilombos no PNAE por conta da dificuldade de acesso ao DAP, que exige titulação das terras.</p> <hr/> <p><b>CTQ do Cabral</b></p> <p><b>i)</b> Dificuldade de um consenso e planejamento de práticas sustentáveis que permitam gerar renda para a comunidade.</p> <p><b>ii)</b> Fragilidade na coesão territorial entre seus membros que possuem dificuldades em aceitar suas origens culturais.</p> <p><b>iii)</b> A não aceitação de sua cultura fragiliza a busca por estratégias políticas e motivações que possam favorecer o diálogo com o poder público</p> <hr/> <p><b>CTQ Marambaia</b></p> <p><b>i)</b> Poucos quilombolas sobrevivem da pesca. Trabalham na prefeitura, loja, casa de família etc. Lançam mão da pluriatividade como estratégia de sobrevivência</p> <p><b>ii)</b> Falta de incentivo do poder público no planejamento programas governamentais que valorizem sua cultura e modo de vida sobretudo o escoamento de produtos, como por exemplo o artesanato, no mercado interno e externo do município</p> <p><b>iii)</b> Ausência de coesão territorial entre os atores sociais, no sentido de encontrar possibilidades de implementar seu próprio modelo de desenvolvimento territorial sustentável.</p>
--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

## 5. CONCLUSÕES

Discutiu-se nesta tese a organização socioeconômica, política e institucional das CTQs no trato das questões internas e externas estabelecidas em seus territórios de forma a encontrar mecanismos de inclusão produtiva que gerem renda autônoma e sustentável, e experiências de resistência e conquistas pela articulação política ou pelo controle social. Constatou-se que tal sustentabilidade está intrinsicamente ligada à necessidade do protagonismo no processo de gestão e controle social nos assuntos de seus interesses, incluindo políticas públicas. Para responder a essa questão mais ampla, a tese provocou uma aproximação entre a teoria e a prática: (i) na perspectiva teórica, buscou a construção de um conjunto referencial teórico das políticas públicas de forma geral e, principalmente, às relacionadas às CTQs; do controle e gestão social e desenvolvimento local, servindo de base para a interpretação das organizações sociais das CTQs; (ii) na perspectiva empírica, ela sintetizou, a partir de estudos de casos múltiplos nas CTQs pesquisadas e, posteriormente, análise de conteúdo através de categorizações, o modo como se dá a agência dessas comunidades sobre os assuntos de seu interesse e como esta agência influencia na apropriação e garantia dos seus direitos contidos nas legislações e políticas públicas. Em consonância com essas duas perspectivas, a seguir são sintetizados os principais aspectos discutidos.

O objetivo final dessa tese era identificar como se dá a organização socioeconômica, política e institucional das comunidades tradicionais quilombolas e sua forma de articulação com os atores sociais internos à comunidade e com as demais instituições públicas e privadas externas ao território, na busca por uma forma sustentável e sustentada de viver em seu território, sendo o respeito a sua identidade e modo de vida, os princípios primeiros.

A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa, tendo a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Estabeleceu-se uma análise crítica da realidade, que responde a questões muito particulares e intangíveis, abordando um Estudo de Casos Múltiplos, comparando relações sociais das cinco CTQs pesquisadas.

A problemática da tese envolveu a suposição central de que: as CTQs com maior capacidade de autossustentação são aquelas que conseguem fortalecer suas redes e articulações políticas, buscando parcerias com o poder público, mercado e instituições, atores estes internos e externos ao território. Esta suposição se dividiu ainda em cinco componentes: o primeiro apontava que as comunidades quilombolas, através das associações de moradores e afins, participam de dinâmicas das esferas públicas, porém nem todas conseguem se legitimar, se reconhecer e ser reconhecida e se habilitar enquanto sociedade civil organizada para acompanhar, de fato, as políticas públicas. Isto porque o não acompanhamento das políticas públicas locais, pode comprometer a participação cidadã dessas comunidades. O segundo considerou que apenas a organização social interna não garante o protagonismo dos atores no acompanhamento das políticas públicas. Para tal, se faz necessário buscar parcerias e redes, em diferentes níveis, de modo a obter apoio externo para o exercício do controle social. O terceiro componente é de que o modo de vida em comunidade, como unidade social, fortalecida em sua tecitura identitária, facilita a capacidade organizativa e participativa dos quilombos. O quarto componente indicou que a falta de política de inclusão efetiva das CTQs aos programas governamentais reflete a não valorização e escoamento dos produtos ofertados por elas, mesmo no mercado municipal. Por traz dessa inatividade do poder público está a histórica desvalorização da cultura africana, insistentemente negada enquanto parte integrante da identidade brasileira. Como tal, deve ter protegida suas raízes históricas e culturais, incluindo o direito ao território. O quinto componente partiu do princípio de que as CTQs, estrategicamente, lançam mão da pluriatividade, ou seja, de ações e iniciativas variadas, como

alternativa de renda, para além das atividades agrícolas, mas não descolada dessa atividade: artesanato, turismo de base comunitária, atividades culturais etc.

Para atingir o objetivo final e responder a suposição central e seus desdobramentos, o roteiro de entrevista foi elaborado tendo como parâmetro os quatro eixos principais de ações de políticas públicas para comunidades quilombolas em de acordo com a Agenda Social Quilombola: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania. Os referidos eixos foram então coadunados com sete categorias de análise, sendo quatro categorias a partir dos critérios de cidadania deliberativa de Tenório (2008): processo de discussão, inclusão, autonomia e bem comum; e outras três categorias estabelecidas com base nas referências analíticas apresentadas por Perico (2009): coesão territorial, sustentabilidade e diversidade cultural.

Quanto à suposição de que as comunidades quilombolas, através das associações de moradores e afins, participam de dinâmicas das esferas públicas, porém nem todas conseguem se legitimar, se reconhecer e ser reconhecida e se habilitar enquanto sociedade civil organizada para acompanhar de fato as políticas públicas, devido ao não acompanhamento das políticas públicas locais e, dessa forma, comprometendo a participação cidadã dessas comunidades, verificou-se que, de fato dentre, as cinco CTQs pesquisadas apenas uma – a Comunidade do Campinho da Independência – tem participação no âmbito do acompanhamento das políticas públicas refletindo de forma direta na sua organização social e política. Outras conseguem participar das dinâmicas da esfera pública, porém, nas poucas instâncias de controle social que estão inseridas não possuem autonomia para o acompanhamento das políticas públicas. Esse fato fragiliza o processo de discussão e inclusão no acompanhamento das ações governamentais para as CTQs.

Na Comunidade de Santa Rita Bracuí fica evidenciada uma capacidade organizativa e o entendimento da importância da relação dialógica entre os atores do território para garantir seus direitos, no entanto, o processo de discussão dos moradores com o poder público e empresários é incipiente e conflitante, haja vista a divergência dos discursos acerca do bem comum. Como consequência, temos a dificuldade do poder público em respeitar o modo de vida tradicional e a falta de interesse em priorizar políticas que visem a emancipação e autonomia dos indivíduos da comunidade.

Na Comunidade do Campinho da Independência há a participação das lideranças da comunidade nos espaços de controle social e nos movimentos sociais que acompanham, discutem e fiscalizam as políticas públicas que visam a garantia de direitos às CTQs em âmbito municipal, estadual e federal. Essa atuação se reflete no processo de luta e resistência que mantém as demandas desses quilombolas nas agendas governamentais, garantindo o processo de discussão e autonomia da referida comunidade. Embora encontrem dificuldades com o poder público local, em que os quilombolas precisam a todo tempo impor suas demandas e prioridades, ainda assim, os membros conseguem garantir o processo de discussão e uma autonomia mesmo que parcial no acompanhamento das políticas públicas, sendo reconhecidos e legitimados enquanto sociedade civil organizada. Ademais, o quilombo tem uma rede fortalecida e envolvida com instâncias privadas e movimentos sociais que cumprem papel fundamental nesse processo e incentiva os jovens de sua comunidade a participarem das reuniões para aprender conhecimentos acerca do controle social e garantir lideranças futuras.

Na Comunidade Santa Justina – Santa Izabel, constatou-se a falta de acompanhamento das políticas públicas e ausência dos membros do quilombo nas instâncias de controle social. Desta forma, essa falta de participação no processo de discussão entre os atores do território – e sua consequente falta de titulação das terras – acarretou na alteração no Plano Diretor pelo poder público de áreas protegidas para áreas de expansão urbana, facilitando a instalação da

Empresa Ecoinvest, que comprou parte das terras do quilombo e controla a entrada e saída dos quilombolas e visitantes. O fato mostra a falta de interação, processo de discussão, autonomia e inclusão entre o quilombo, o poder público e o mercado. Além disso, embora ocorra a discussão das demandas da comunidade, através da Associação de Moradores, há a dificuldade no encaminhamento e no desdobramento das discussões junto ao poder público. Essas deficiências de ações governamentais e planejamento de políticas públicas desta comunidade quilombola demonstra a não abrangência de critério de cidadania deliberativa.

Já na Comunidade do Cabral, antes de tudo, a própria comunidade não se autodefine como quilombola. Desta forma, não possuem identidade e relações sociais que fazem o território ter particularidades de um quilombo, não tendo que se falar em busca de legitimidade junto ao poder público tão pouco em acompanhamento das políticas públicas para estas comunidades. A instância do controle social interna – Associação de Moradores – é um órgão que trata de interesses comuns não específico de comunidades quilombolas, é uma associação de moradores apenas. Como consequência, há a fragilidade no processo de discussão, não ocorrendo o envolvimento da comunidade para garantir a titulação das terras.

Na Comunidade da Marambaia ocorre o diálogo entre o poder público e a comunidade. No entanto, devido a sua peculiaridade de habitar em uma ilha controlada pela Marinha do Brasil, a participação efetiva nas instâncias de controle social e acompanhamento de políticas públicas é dificultada pela falta de acesso, pois a locomoção dos membros depende da barca da Marinha, que tem horários restritos. Ainda assim, ocorre a participação nas instâncias de controle social do Município, dando ênfase na importância das discussões nos espaços de tomadas de decisão para garantir ações governamentais e direitos enquanto comunidade quilombola. A Comunidade possui um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que foi tratado antes da titulação, tendo como mediador o MPF, configurando um processo de discussão entre os atores do território. Além disso, a comunidade apresenta autonomia relativa à medida que apresenta questões ao poder público como, por exemplo, a proibição de plantio nas áreas livres; porém, as resoluções das demandas apresentadas esbarram na pouca participação pelos motivos abordados.

Quanto à segunda suposição de que apenas a organização social interna não garante o protagonismo dos atores no acompanhamento das políticas públicas, constatou-se que para que ocorra tal protagonismo, faz-se necessário buscar parcerias e redes, em diferentes níveis, de modo a obter apoio externo para o exercício do controle social, tal como ocorre na CTQ do Campinho da Independência. Na comunidade há uma cultura de articulação, participação e protagonismo nas instâncias de controle social internas e externas do território, assim como em movimentos sociais, propiciando o exercício do controle social das políticas públicas.

Já nas Comunidades da Santa Rita do Bracuí, Santa Justina – Santa Izabel e Marambaia constata-se que participam de algumas redes externas, no entanto, devido à falta de um protagonismo mais ativo, essa participação não se reflete no seu território. A comunidade do Cabral não demonstra interesse no acompanhamento das políticas públicas.

A comunidade Santa Rita do Bracuí obteve algumas conquistas no decorrer da sua trajetória através de parcerias e redes: obteve o reconhecimento e certificação e por meio da associação de moradores (ARQUISABRA) e conquistou para a escola localizada na comunidade o título de Escola Quilombola no Censo Escolar. Também se constata que há um representante da comunidade em movimentos sociais externos, porém é sempre o mesmo representante. Apesar da capacidade organizativa e o entendimento da importância da relação dialógica entre os atores do território, fica clara a necessidade da criação de um número maior de lideranças e um envolvimento mais denso da comunidade com a liderança existente para,

desta forma, pensar estratégias de inserção em instâncias internas e externas de controle social, fortalecendo um protagonismo mais ativo na implementação das políticas sociais.

Na CTQ do Campinho constata-se que as lideranças comunitárias estão inseridas em instâncias de controle social externas ao território, onde são discutidos temas relevantes acerca do desenvolvimento territorial sustentável e garantia de direitos. Há na comunidade o foco na articulação das redes e parcerias internas e externas para desenvolver estratégias do uso sustentável da terra, buscando desenvolver o diálogo e a interação para a garantia de sua permanência no território. Na comunidade ocorre um processo contínuo de discussão em rede com os movimentos sociais e instâncias de controle social nos três níveis governamentais, o que corrobora para a elaboração e encaminhamento de propostas em prol das políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Na comunidade Santa Justina – Santa Izabel, conforme abordado, há ausência de representante do quilombo nas instâncias de controle social municipal. Desta forma, os membros, através da Associação de Moradores, discutem as demandas da comunidade, porém encontram dificuldade de encaminhamento e desdobramento das discussões junto ao poder público. Na comunidade há representantes em associações e programas externos ao território, mas que não são instâncias de controle social, como a ACQUILERJ e o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalista. A escassa discussão em rede e a falta de participação e protagonismo em instâncias que fiscalizam a implementação das políticas públicas fragiliza, na comunidade, o exercício do controle social.

Na CTQ do Cabral não foi evidenciado o envolvimento da comunidade para lutar pela garantia de seus direitos. A Associação de Moradores, conforme abordado, não trata de interesses específicos de comunidade quilombola, e as discussões e demandas abordadas não são encaminhadas ao poder público. Constata-se, na comunidade, a inexistência de parcerias e redes internas e externas, assim como inserção em instâncias de controle social.

Na Comunidade da Marambaia existe a inserção de representantes nos conselhos municipais, assim como os quilombolas consideram importante a articulação com as instâncias internas de controle social do município para que seus direitos sejam garantidos. Quanto à articulação do quilombo com as instâncias externas, sempre que possível participa de reuniões com a ACQUILERJ, CONAQ e FCT. Porém, encontram dificuldade de participar das reuniões e discussões nessas instâncias devido à falta de acesso. Conforme exposto, a locomoção dos membros depende da barca da Marinha, que tem horários restritos. Desta forma, a comunidade fica prejudicada no seu processo de articulação de redes e parcerias e fortalecimento no acompanhamento das políticas públicas.

De acordo com a terceira suposição, que apontava que o modo de vida em comunidade como unidade social facilita a capacidade organizativa e participativa dos quilombos, e nesta estrutura facilita também a compreensão do Interesse Bem Compreendido, verificou-se que dentre as cinco CTQs pesquisadas, apenas Campinho, Marambaia e Santa Justina – Santa Izabel conseguem, internamente, entre os membros do quilombo, relações dialógicas que apresentam o Interesse Bem Compreendido. Por se tratar de uma área comum e de responsabilidade de todos, os integrantes desses territórios conseguem se organizar, objetivando a garantia de direitos e o bem comum. Na comunidade do Bracuí percebe-se dificuldade na capacidade organizativa, e a falta de envolvimento dos membros apenas se destaca uma liderança. Já na comunidade do Cabral não há unidade social, conforme exposto. No entanto, as relações dialógicas e o Interesse Bem compreendido entre os atores sociais do território, poder público, sociedade civil e mercado é incipiente em todas as CTQs.

Os interesses entre a comunidade Santa Rita do Bracuí, empresários e poder público são distintos. Os poucos diálogos não tratam do bem comum. Constata-se um modelo mercantil de

desenvolvimento que não se preocupa com a qualidade de vida da comunidade. Temos como exemplo da falta de diálogo acerca do bem comum e sustentabilidade, a construção da Hidrelétrica no município de Bananal/SP, que atinge a Bacia do Rio Bracuí. Os moradores do quilombo não foram comunicados, apesar dos impactos ambientais que poderão ser causados, e que estão totalmente avessos ao desenvolvimento territorial sustentável.

No quilombo Campinho da Independência há falta de interação entre a comunidade, poder público e mercado, prevalecendo nas reuniões que tratam de qualidade de vida e infraestrutura o interesse do poder público e mercado. Assim como as discussões nas instâncias de controle social acerca de sustentabilidade são tratadas pelos empresários com um entendimento avesso do conceito, que preservam o meio ambiente visando lucros individuais e não o bem comum e o desenvolvimento sustentável. A Secretaria de Turismo Municipal também diverge dos objetivos da Agenda 2030. Desta forma, o Interesse Bem Compreendido entre esses atores fica comprometido. As pautas referentes à sustentabilidade e bem comum são discutidas de fato nos movimentos sociais em que as lideranças da comunidade estão inseridas. A agenda 2030 é tratada pelos quilombolas na OTSS/Fiocruz e FCT. O envolvimento com os movimentos sociais e instituições resultou na criação do TBC, a partir da demanda da comunidade e envolvimento das lideranças na OTSS/Fiocruz – foi desenvolvida uma incubadeira social para empreendimentos comunitários e qualificação do roteiro turístico do quilombo. A aproximação com a Fiocruz colaborou na busca de estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável.

Na CTQ Santa Justina – Santa Izabel não há entre os atores sociais – quilombo, poder público e mercado – uma pauta que aborde as questões de bem comum e sustentabilidade. Constata-se que os diálogos sobre o bem comum acontecem entre os quilombolas e a sociedade civil, como exemplo nas reuniões do Colegiado BIG. Percebe-se que entre os pares há o interesse bem compreendido, porém não acontece entre os demais atores do território.

A comunidade do Cabral, apesar de não se autodefinir enquanto quilombolas, trazem costumes de seus antepassados que são sustentáveis. Porém, as ações agroecológicas são individualizadas, desenvolvidas pelos membros que não trabalham fora do quilombo; geralmente mulheres. Não há interação entre poder público, comunidade e mercado para tratar de infraestrutura e qualidade de vida. O que prevalece são os interesses individualizados dos membros do quilombo, comprometendo o interesse bem compreendido.

Na comunidade da Marambaia há uma abertura de diálogos entre o poder público, quilombo e empresários, contudo, não ocorrem discussões que tratem do bem estar coletivo, o que afeta o interesse bem compreendido. O tema inerente à sustentabilidade é abordado em reuniões externas ao município, nos movimentos sociais em que as lideranças estão inseridas. Os membros demonstram pouco conhecimento acerca da agenda 2030, mas constata-se que o modo de lidar com a terra e com a natureza está ancorado nos conceitos de sustentabilidade.

A quarta suposição indicava que a falta de política de inclusão efetiva das CTQs aos programas governamentais, reflete a não valorização e escoamento dos produtos ofertados por elas, mesmo no mercado municipal. Por traz dessa inatividade do poder público está a histórica desvalorização da cultura africana, insistentemente negada enquanto parte integrante da identidade brasileira. Como tal, devem ter protegidas suas raízes históricas e culturais, incluindo o direito ao território.

Das comunidades pesquisadas, apenas Campinho tem membros inseridos no PNAE e nenhuma comunidade tem acesso ao crédito rural, pelo fato de raras famílias possuírem DAP. Constata-se a falta de valorização do modo de vida tradicional e da cultura africana pelo poder público refletido na ausência de acesso a programas governamentais e falta de incentivo no escoamento de seus produtos no mercado municipal. Apenas Santa Justina – Santa Izabel

participa do projeto de feira livre patrocinado pelo poder público local, porém apenas 4 quilombolas participam. A estratégia de sobrevivência das comunidades é o trabalho formal e informal fora do quilombo, se afastando do modo de vida tradicional. A realidade apresentada demonstra a falta de coesão territorial entre os atores sociais, no sentido de buscar possibilidades de implementar seu próprio modelo de desenvolvimento territorial sustentável.

Na comunidade de Santa Rita do Bracuí há pouco conhecimento e falta de interesse dos atores locais – poder público e mercado – acerca dos costumes e modo de vida do quilombo, dificultando o consenso no planejamento de práticas para geração de renda. No território já houve a tentativa do TBC, no entanto, a comunidade quilombola desistiu devido à falta de respeito do poder público ao seu modo de vida peculiar.

A CTQ Campinho da Independência desenvolve uma atividade que de fato gera renda para os membros, que é o TBC. O roteiro turístico no Campinho não recebe incentivo do poder público, tem o envolvimento da comunidade com os agricultores do município de Paraty e apoio técnico da OTSS/Fiocruz. Dentre as famílias quilombolas, apenas 3% conseguiu inserção no PNAE.

Na comunidade de Santa Justina – Santa Izabel é cultivada a agricultura familiar, porém no projeto de feira livre apenas 4 quilombolas participam por conta da dificuldade do transporte dos produtos. O poder público cede as barracas, mas não o transporte, inviabilizando a participação da maioria dos membros do quilombo que não possuem veículos.

A comunidades da Marambaia cultiva a agricultura familiar apenas para sobrevivência, ainda assim, as áreas são mínimas por conta da adequação às regras do TAC entre a comunidade e a Marinha. Assim como o TAC e a dificuldade de acesso à Ilha impossibilitam um planejamento de TBC. A pesca era a principal geração de renda da comunidade, no entanto, o pescado se tornou escasso com os impactos das obras do Porto de Itaguaí.

Das atividades citadas, a Comunidade do Cabral cultiva a agricultura familiar apenas para subsistência. A maioria da comunidade trabalha fora do quilombo. A não aceitação de suas origens culturais demonstra fragilidade de coesão territorial entre os membros do quilombo e dificulta o diálogo com o poder público na busca de ações governamentais acerca de geração de renda.

Na quinta suposição partiu-se do princípio que as CTQs, estrategicamente, lançam mão da pluriatividade, ou seja, de ações e iniciativas variadas, como alternativa de renda, para além das atividades agrícolas, mas não descolada dessa atividade: artesanato, turismo de base comunitária, atividades culturais etc.

No contexto analisado, podemos verificar que todas as CTQs exercem a pluriatividade de forma a complementar sua renda, sendo uma estratégia de sobrevivência. Combinada à quarta suposição, vemos que ainda que exerçam a pluriatividade, as comunidades enfrentam dificuldades no escoamento dos produtos por não haver incentivos governamentais. Dessa forma, os membros precisam se afastar do seu modo de vida e ocupar postos de trabalhos fora das comunidades e que em nada se comunicam com as tradições quilombolas.

Os resultados mostraram que se confirma a suposição central de que as CTQs com maior capacidade de autossustentação são aquelas que conseguem fortalecer suas redes e articulações políticas com os atores internos e externos ao território. As instituições que contribuíram mais são aquelas que elevam e incrementam a produção e a troca de saberes, como o Colegiado BIG, FCT, ACQUILERJ, OTSS/Fiocruz, entre outras.

De todas as comunidades analisadas, apenas a Comunidade do Campinho da Independência possui a capacidade de autossustentação, pois, ainda que não encontrem apoio e

incentivo governamental através de políticas públicas específicas para as comunidades tradicionais quilombolas, que visem estratégias territoriais para o alcance do desenvolvimento sustentável respeitando o modo e as especificidade das CTQs, a Comunidade do Campinho teve que se reinventar e procurar meios de sobrevivência. Dessa forma, apenas a partir de redes e articulações com os atores internos e externos ao território é que conseguiram se fortalecer enquanto comunidade tradicional quilombola, se legitimando enquanto atores ativos no acompanhamento das políticas públicas.

O Colegiado, como ator político no território, vem se mantendo no sentido de fortalecer as redes, tentando mobilizar os atores para trabalharem com propostas comuns aos territórios quilombolas sob a assessoria do PEPEDT. Há dificuldade de representações das CTQs no Colegiado BIG, mas representantes e lideranças dos quilombos do Campinho, Santa Justina – Santa Izabel e Bracuí participaram, nos últimos meses, das discussões online no formato de lives<sup>48</sup> com temas relevantes demandados pelas comunidades: Quilombos e Turismo de Base Comunitária: desafios e potencialidades, Quilombo de Santa Rita na bacia do Rio Bracuí, A importância das redes e mercados digitais para os coletivos, entre outros. A CTQ da Marambaia, por conta da dificuldade de rede de internet, não consegue participar das discussões online.

Por fim, constata-se que os níveis de desenvolvimento das CTQS são diferenciados. As CTQS estudadas até possuem uma estrutura potencial para um desenvolvimento sustentável, porém, possuem fragilidade na reprodução socioeconômica e na inclusão social. A exemplo do Campinho da Independência, que contou com o apoio direto da OTSS/Fiocruz, as comunidades precisam de pactuações, redes e diretrizes – além de apoio técnico. Para que as CTQs alcancem o desenvolvimento, a preservação dos recursos naturais necessita estar associada à promoção da inclusão social e do bem-estar econômico.

---

<sup>48</sup> As lives são discussões que acontecem no formato online nas páginas do facebook do Colegiado BIG e PEPEDT - <https://www.facebook.com/collegiadoBIG/> e <https://www.facebook.com/pepedtufrrj>.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAJI. “Direito à terra quilombola em risco”. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/direito-terra-quilombola-em-risco-reconhecimento-de-territorios-tem-baixa>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural** *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília*, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

\_\_\_\_\_. Conselhos além dos limites. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, nº 43, set/dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Editora UFRGS,2003.

\_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Alínea editora. Campinas,2007.

ABBONIZIO, Aline Cristina de Oliveira. DE SOUZA, Amanda. RAMOS, Emerson Luiz. A afirmação quilombola no Quilombo Santa Rita do Bracuí. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.02, p. 393 – 413 abr./jun.2016.

\_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F., CAZELA, C. C., CARRIÈRE, J. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: Aped/Secco,2010.

ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, 352p.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombos: sematologia face as novas identidades**. In: Frechal: Terra de Preto - **Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996

AMORIM, L. P. e TÁRREGA M. C. V. B. **O acesso à terra: a Lei de Terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola**. *Emblemas -Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. UFG/CAC*. v. 16, n. 1, 10-23, jan.–jun.2019

ALVES, E. de C. S. “(...) **Tem que partir daqui, é da gente**”: a construção de uma escola “**Outra**” no quilombo **Campinho da Independência, Paraty, RJ**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Educação da PUC-Rio. 2014.

ANDRADE, T. (org.): **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

ARRUTI, J. M. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru- São Paulo Edusc, 2006.

\_\_\_\_\_. Relatório Técnico. **Relatório histórico - antropológico de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral** – município de Paraty (RJ) - INCRA. 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas para quilombos: terra educação e saúde**. In: Paula, Marilene de; Heringer, Rosana (Orgs.) *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Action Aid, 2009.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade**. In: Lívio Sansone; Claudio Alves Furtado. (Org.). Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2013, v. 1, p. 199-214.

BUAINAIN, A. M. (coordenador); SILVEIRA, José Maria F. J. (prefácio); FERNANDES, Bernardo M.; DAUDELIN, Jean; LINS, Marcos; SAUER, Sérgio; ANDRADE, Tânia. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2008.

BARBACENA, J. M. Ação Popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 17, p. 18-28, mar. 2009.  
BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARQUERO, V. A. **Desarrollo endógeno y globalización**. Revista Latinoamericana de estudios urbanos regionales. Dez, XXVI, número 79. PontificiaUniversidad Católica de Chile. Santiago, 2001.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P.; STREIFFENART, J. (Orgs.). Teorias da Identidade. São Paulo, UNESP, 1998

BONDIM, M. A História de Mangaratiba por seus patrimônios histórico – culturais, por ocasião do aniversário de 190 anos da cidade. VALE /RJ. 2022

BONNAL, P e MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In: **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, I**, 2007. Florianópolis. NMD/UGSC, 2007.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, território e escalas espaciais. In: Ribeiro, M. T. F. & Milani, C. R. S. (orgs.) “Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”. Editora da UFBA, Salvador, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. **Diagnóstico Territorial: Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria do Desenvolvimento Territorial. União das Associações e cooperativas Usuárias do Pavilhão 30. CONTRATO: 0240547-67/2007. PROGRAMA PRONAT, novembro de 2011.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Criação de um modelo lógico do Programa Brasil Quilombola / elaboração de Juliana Mota de Siqueira**. Brasília: MDH, 2018.

BRASIL, Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.cultura.rj.gov.br/artigo-banco/associacao-dos-remanescentes-de-quilombo-de-santa-rita-do-bracui>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2003a. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4886&ano=2003&ato=ee2ITVE5EeRpWTd06>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2003b. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%20Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%20Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias.)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Edital nº 286, de 11 de junho de 2021. Regularização fundiária das terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de SANTA JUSTINA E SANTA IZABEL, localizadas no Município de Mangaratiba/RJ. Superintendência Regional no Rio de Janeiro - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 2021.

BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Guarulhos/Mogi. RECOMENDAÇÃO nº 11/2020 - GABPRM-IMS. São Paulo, 2020.

BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Espírito santo e Rio de Janeiro – 2ª Região. Nº **do processo: 5000396-57.2018.4.02.5111**. 2020. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao2/sala-de-imprensa/noticias-r2/mpf-opina-que-empresa-deve-indenizar-comunidade-quilombola-em-mangaratiba-rj>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Povos e Comunidades Tradicionais. **Texto de 01 de setembro de 2006, consolidado com as contribuições apresentadas pelos membros da comissão para a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT de 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 2006** – Brasília. 2006.

BRASIL. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2013.

BRASIL. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Manual, 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 8 fev. 2007a. Acesso em 23 nov.2016.

BRASIL. Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2007b. Acesso em: 03 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº 3912 de 10 de setembro de 2001. Dispõe sobre a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 set. 2001. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Comunidades Quilombolas Brasileiras – Regulamentação Fundiária e Políticas Públicas. 2009. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas 3ª ed. Brasília: MDS; 2015

BRASIL. Fundação Cultural Palmares – Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombolas no RJ 2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rj-19022019.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Políticas Públicas para o Cumprimento das Metas do Milênio, 2013. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/politicas-publicas-2013> 2. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Coleção Terras de Quilombos. 16 p. Baseado no Relatório antropológico de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral – município de Paraty (RJ), realizado por José Maurício Arruti; e no Levantamento das Informações Agro-ambientais da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cabral, Paraty RJ, executado por Vanilton Ribeiro dos Santos (INCRA). Disponível em: <[cabral.pdf\(incra.gov.br\)](http://cabral.pdf(incra.gov.br))>.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade** / Organizadoras, Maria Inês Souza Bravo, Juliana Souza Bravo de Menezes. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS. Câmara fez audiência para debater impactos de usina hidrelétrica no Rio Bracuí, 2020. Disponível em: <<https://angradosreis.rj.leg.br/Comunicacao/noticias/camara-fez-audiencia-para-debater-impactos-de-usina-hidreletrica-no-rio-bracui>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO S. J. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. p.47-57.

CANÇADO, Airton Cardoso. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. Lavras: UFLA, 2011. 246 p.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos T. (Org.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 94-118.

CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato S. (orgs.) (2003). **Para além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar**. R. Janeiro, Ed. Mauad.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Org.: Iná Elias de Castro. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARVALHO, Maria Letícia de Alvarenga **Quilombo Cabral** / Maria Letícia de Alvarenga Carvalho. - Belo Horizonte: NUQ/ FAFICH: OJB/FAFICH, 2016

CERTEAU, M. 2000. **A invenção do cotidiano** - artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

COHEN, Anthony. **The Symbolic Construction of Community**. Londres: Routledge, 1985.  
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Terras Indígenas no Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.cpisp.org.br/indios/html/uf.aspx?ID=RJ>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, Cultrix, 1998.

CARVALHO, Ediléia. **Contribuições do debate sobre educação em comunidades quilombolas para os debates na Pedagogia**. Relatório de Iniciação Científica. PIBIC. PUC-RIO, 2011. Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU-Edil%C3%A9ia %20Carvalho.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU-Edil%C3%A9ia%20Carvalho.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2019.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 1999b. v. 2

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferias. A longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

COSTA, Klenio Veiga. **Cosmovisões da Natureza: Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima – Campos dos Goytacazes – RJ**. 2008. 189p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

COSTA, N. R. **Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília; UDE, Walter. organizadores. Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?** In Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b, p. 95-110.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais** IICA-OPPA/CPDA. 2007.

DELGADO, N. G. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola. Provocações para um debate interrompido. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CDPA/UFRRJ, n. 14, 2000, p. 173-180

EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 2, p. 281-317, Sept. 1997.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. **Formas de resistência cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRRJ. 2016. 122p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016.

FIABANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FILHO, J. A. **A endogenização no desenvolvimento econômico regional e local**. In: Planejamento e políticas públicas. Nº 23, jun. 2001.

FILHO, J. A. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez, 1996.

FLICK, U. **Introdução á Pesquisa Qualitativa**; tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, C. G.; SORIANO, J., 2010. Territórios da Cidadania: inovação na trilha do Fome Zero. In: SILVA, J. F. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (Org.). Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

FREY, K. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 83-96, nov. 2000.

GALDO, Rafael. Jornal O Globo – Rio. **Quilombo de Mangaratiba precisa ir à Justiça para realizar festa dos 130 anos da abolição da escravatura. 2018**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/quilombo-de-mangaratiba-precisa-ir-justica-para-realizar-festa-dos-130-anos-da-abolicao-da-escravatura-22694846>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. Revista São Paulo em perspectiva, 18(2): 95-103, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. *Cultura Vozes*, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995a.

\_\_\_\_\_. **Terras de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Ministério da Cultura- Fundação Cultural Palmares, Brasília, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Projeto Mapeamento e Sistematização das Área Remanescentes de Quilombos:** relatório Técnico-científico da comunidade negra de Campinho da Independência. Paraty, RJ: Universidade Estadual de Campinas, FCP, UFA, 1998.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** São Paulo: Cortez. V. 84, 2001.

HABERMAS, J. Modernidad: un proyecto incompleto. In: CASULLO, Nicolas (Comp.) **El debate modernidad/posmodernidad.** Buenos Aires: El Cielo Por Asalto, 2003, 11ª ed.  
. **Mudança estrutural da esfera pública.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Ficha de caracterização de atividades – FCA nº 146772/2018. Projeto Usina Hidrelétrica Paca Grande. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

JASMIN, Marcelo Gantus. Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Interesse bem compreendido e virtude em a democracia na América. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República.* Belo Horizonte: UFMG, 2002.

KENIS, P. & SCHNEIDER, 2000.V. Policy Networks as an Analytical Tool for Policy Analysis. Paper for conference at Max Planck Institute, Cologne, at December 4-5. Digit.

KOGA, Dirce. **Cidades entre territórios de vida e territórios vivido.** *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002.

\_\_\_\_\_. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Textos e Debates, NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Inter étnicas, UFSC, n. 7, 2000.

\_\_\_\_\_. **Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização? Horizontes Antropológicos, UFRGS.** IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, ano 1, 1999.

LTEIF, A. P. A. S. A., AMODEO, N. B. P., DIAS, M. M. e NETO, J. A. F. A Construção Social da Agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho Dos Machados, MG. *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília,* v. 28, n. 1, p. 367-394, jan./abr, 2011.

LIMA, Livia Ribeiro. **Quilombos e políticas de reconhecimento:** o caso do Campinho da Independência. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação. Universidade de São Paulo - USP, 2008.

LISBOA, Marijane. **Ética e cidadania planetária na era tecnológica:** O caso da proibição da Basiléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1ª Ed. 2009.

LONG, N. PLOEG, J. D. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure.** In.: BOOTH, D. (org) Rethinking social development: theory, research and practice. Essex: Longman Scientific and Technical, 1994.

LOURENÇO, T. C. P. O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MALERBA, J. P.; SILVA, S. **Resistindo à invisibilidade: batalhas discursivas, jurídicas e midiáticas na Ilha da Marambaia.** Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Biblioteca online de Ciências da Comunicação – BOCC. 2009.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 43-67, out. 1999.

MATTOS, H; ABREU, M; SOUZA, M. A. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Niterói: UFF/FEC/Departamento de Antropologia/Departamento de História; Rio de Janeiro: INCRA, 2009.

MATTOS, R. A. Sobre os limites e as possibilidades dos estudos acerca dos impactos das políticas públicas relativas à epidemia de HIV/AIDS: algumas reflexões metodológicas feitas a partir do caso brasileiro. IN: PARKER, R. (Org.), GALVÃO, J., BESSA, M. S. **Saúde, desenvolvimento e política.** Respostas frente à AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 1999.

MARAMBAIA. Marinha do Brasil – Corpo de Fuzileiros Navais (Ministério da Defesa), Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/cgcfm/marambaia/index.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Clóvis, 1981, *Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. 1987, *Quilombos, Resistência ao Escravismo*, São Paulo, Editora Ática

MOREIRA, R. J. **Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade.** In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, número 20, abril de 2003.

MUNANGA, K. **Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania.** São Paulo. USP, 2012.

NABUCO, J. **O Abolicionismo.** Brasília, Senado Federal (Edições do Senado Federal, v. 7), 2003 [1883].

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Petrópolis: 1980.

NASCIMENTO, V. **O Fórum de Comunidades Tradicionais e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.** In: GALLO, E.; NASCIMENTO, V. (org).

O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

Organização das Nações Unidas (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso: 20/08/2020.

NETO, L. M.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. **Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais**. Cad. EBAPE.BR, v.9, nº 3, artigo 7, Rio de Janeiro, set. 2011

NOBREGA, L. de A. **A difícil vida num paraíso: Ilha da Marambaia / RJ**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

PEIXINHO, A. M. L. Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dissertação (mestrado em Ensino em Ciências da Saúde). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. IICA, Brasília, 2009.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PINHEIRO, T. R. Processo de turisficação no quilombo: O caso do Campinho da Independência. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

PRADO JUNIOR, M. B. do. **Entre senhores, escravos e homens livres pobres: Família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831 – 1888)**, Dissertação, Niterói, UFF, 2011.

QUIRINO, C. N. G. Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade: uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

RAMOS, D. A. L. **O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande, RJ: Gestão, Controle Social e Espaço de Articulação e Negociação entre Atores**. Seropédica: UFRRJ. 2019. 164 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

REIS, C. B. F.C.B. **Panorama Quilombola no Estado do Rio de Janeiro: Terra, Educação e Cultura**. Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação (LAPF) - Departamento de Educação da PUC-Rio. 2010.

**Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ)**/coordenação José Maurício Arruti – Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, Fundação Cultural Palmares, 2003.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

- \_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** Território, Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002
- \_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 22ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2005.
- SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira.** Programa de Doutorado em Serviço Social, Porto Alegre, 2012.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.
- SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo, 2008.
- SAQUET, M. A. Território, Territorialidade e Desenvolvimento. (Palestra), 2011.
- SCHMITT, A. TAURATTI, M.C.M. & CARVALHO, M.C.P. **Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Territórios nas Definições Teóricas.** In: Ambiente e Sociedade. Ano V; n. 10, 2002.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro.** Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005.
- SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista Economia Política vol. 30 n.º3 São Paulo July/Sept. 2010.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, L. O. Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2008.
- SILVA, C. **A divisão política do território brasileiro: os compartilhamentos quilombolas no Vale do Ribeira (SP)**– Doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2010).
- SILVA, A. de O. **Reestruturação da Agroindústria de Doces, através do Processamento de Banana e do Fortalecimento da Agricultura Familiar do Município de Mangaratiba, RJ.**

Rio de Janeiro: UFRRJ. 2018. 71 p. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Barbara Oliveira – UNB. **Texto: Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitário**

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

SOUSA, W. L. de. **Impacto Ambiental de Hidrelétricas: Uma Análise Comparativa de Duas Abordagens**. 2000. 160f. Tese (mestre em ciências em planejamento energético) -Pós Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000

SPINK, P. **Análise de documentos de domínio público**. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2009. p. 123-151.

SPRINK, P. K; BRIGAGÃO. J; NASCIMENTO. **As Interfases entre psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação**. REU, Sorocaba, SP, v. 37, n. 1, p. 199-215, 2011.

STAKE, R. E. The Art of Case Study Research. Thousand Oaks, CA: Sage. Publications 1995.

TENÓRIO, F.G. Gestão pública ou gestão social? Um estudo de caso. **VII Congresso Internacional del CLAD** sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros**. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 – 5 Nov. 2004.

\_\_\_\_\_. (Org). **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. Gestão Social: uma Réplica. **Revista ADM.MADE**, ano 9, v.13, n.2, p.1-4, maio/agosto, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Revista AATR - BA, 2002.

TOCQUEVILLE, Al. de. A Democracia na América: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. A Democracia na América: sentimentos e opiniões. São Paulo Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. A democracia na América: leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Tradução Eduardo Brandão. 2ª edição. V. I. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WANDERLEY, M.N.B. **Que territórios, que agricultores, que ruralidades? In:** CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIEDERLE, P. A. (Organizadores).

**PARTICIPAÇÃO, TERRITÓRIO E CIDADANIA: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: Editora UFPE/Mini, 2014.

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, outubro, 2000:87-145

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, p. 29- 37, jul/dez, 2000.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar Camponesa: rupturas e continuidade. In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro. Out. 2003: 42-61.

VIANNA, M. A., VILLELA, L. E. e VIDAL, M. Desterritorialização e articulação entre atores locais: o caso dos conselhos municipais de segurança alimentar e desenvolvimento rural de Seropédica-RJ. In: **Anais do XVI ENANPUR**, 2015.

VIANNA, M. A., KRAEMER, C. F. B., VILLELA, L. E. O papel dos conselhos municipais e dos atores locais para o fornecimento da alimentação escolar pela agricultura familiar em Seropédica-RJ. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS**. Porto Alegre, 2016.

VILLELA, L. E. **Governança em Arranjos Produtivos Locais, Realidade ou Simulacro? O Caso das Confeções de Nova Friburgo – RJ – Nov - 2008.**

\_\_\_\_\_. Escopo metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org) **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Ed FGV: 35-49,2012.

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. In: *Estudos Avançados*. 2005, vol. 18, n. 52, PP. 51-67.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

VIANA, A. L. **Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para estudos sobre políticas sociais**. In: CANESQUI, A. M. *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VOLKER, K. Local commitment for sustainable rural landscape development. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v.63, n.2/3, p.107-120, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2001.

## 7. APÊNDICE

### Apêndice A - Roteiro de Entrevista

**a) Eixos: acesso à terra/direitos e cidadania. Categorias: inclusão/ autonomia /processo de discussão.**

- Seu direito de permanência no território está garantido? Quais documentos legais o quilombo possui hoje?
- Você acredita que a titulação garante acesso a ações governamentais? Essa discussão tem acontecido no quilombo?
- Como você considera a relação dos membros do quilombo com o poder público local?
- Como são escolhidos os membros para participar da associação de moradores?
- Além da associação de moradores quais instâncias de controle social a comunidade quilombola está inserida? Tem alguma liderança que Participam de alguma instância externa como órgãos públicos, ONGs, Fóruns ou organizações da sociedade civil e desenvolvendo discussões sobre a promoção de garantia de direitos para comunidades quilombolas?
- Você acredita que o representante do quilombo tem poder de voz e voto nas tomadas de decisão nessas instâncias no processo de garantia de direitos e acompanhamento das políticas públicas?

**b) Eixos: infraestrutura/qualidade de vida. Categorias: sustentabilidade/bem comum**

- Você já participou de alguma reunião entre sociedade, poder público e empresários para dialogar sobre educação, saúde, saneamento, segurança alimentar e qualidade de vida para o território?
- Como você vê a participação das CTQs nos espaços onde são discutidas as políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável?
- Você conhece a Agenda 2030 que trata dos objetivos para o desenvolvimento sustentável?

**c) Eixos: inclusão produtiva/desenvolvimento local. Categorias: inclusão/sustentabilidade/diversidade cultural/coesão territorial.**

- Das atividades que geram renda no quilombo alguma recebe incentivo do poder público?
- Tem acontecido entre a comunidade e o poder público reuniões que abordem questões de renda, escoamento dos produtos e participação dos produtores do quilombo na economia local?

## Apêndice B – Parecer Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos 1

16/12/2020

[https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=670920](https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=670920)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



**PARECER Nº 1172 / 2020 - PROPPG (12.28.01.18)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Seropédica-RJ, 14 de dezembro de 2020.**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 121/2020

### **PARECER**

O Projeto de Pesquisa intitulado "Comunidades tradicionais quilombolas do Território da Baía da Ilha Grande - BIG/RJ: controle e gestão social" sob a coordenação do Professor Dr. Lamounier Erthal Villela, do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, processo 23083.062344/2020-97, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

*(Assinado digitalmente em 14/12/2020 15:29 )*

LUCIA HELENA CUNHA DOS ANJOS  
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - TITULAR  
CHEFE DE UNIDADE  
PROAPPG (12.28.01.00.00.46)  
Matrícula: 387335

**Processo Associado: 23083.062344/2020-97**

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1172**, ano:  
**2020**, tipo: **PARECER**, data de emissão: **14/12/2020** e o código de verificação: **3766c6d995**

[https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento\\_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=670920](https://sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=670920)

1/1